

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Trabalho acadêmico e saúde de estudantes de pós-graduação
diante dos cortes de financiamento à pesquisa**

Autora: Ana Carolina Reis

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva

PPGE/UFSCar – Linha de Pesquisa: “Estado, Política e Formação Humana”

SÃO CARLOS
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Trabalho acadêmico e saúde de estudantes de pós-graduação
diante dos cortes de financiamento à pesquisa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, como parte do quesito para obtenção do grau de mestre em Educação.

Orientador: Eduardo Pinto e Silva

Linha de Pesquisa: Estado, Política e Formação Humana

São Carlos/SP

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Ana Carolina Reis, realizada em 11/10/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva (UFSCar)

Profa. Dra. Catharina Marinho Meirelles (UFF)

Profa. Dra. Giselle Modé Magalhães (UFSCar)

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta dissertação só se tornou possível com a colaboração, o apoio, os afetos e o empenho de parceiros de vida e instituições:

À minha mãe, uma das mulheres mais fortes que conheci, pelo carinho, amor e dedicação;

Ao Pedro, meu parceiro que me apoiou nos momentos mais difíceis;

Ao meu orientador Eduardo Pinto e Silva, a quem devo total gratidão pelo acolhimento, dedicação e pela relação respeitosa desenvolvida ao longo do trabalho desenvolvido.

À Catharina Marinho Meirelles e Ana Paula Todaro, pelo relacionamento de longa data que reverberou em grandes contribuições para o presente trabalho.

Ao NETSS (Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Saúde e Subjetividade) pelas grandes contribuições para a construção metodológica.

Aos meus colegas e amigos que fiz no período de pós-graduação, em especial, Breno Blundi.

Ao Fernando Anitelli, pela inspiração.

Aos membros da banca por aceitarem e contribuírem para a melhor discussão deste trabalho.

A todos os participantes da presente pesquisa e ao Inpe.

À CAPES, pelo financiamento que possibilitou a realização do presente estudo.

RESUMO

Considerando a redução gradativa de fomento à Ciência e Tecnologia (C&T) nos últimos anos, e atentando-se para as situações sob as quais se encontram os pesquisadores estudantes de pós-graduação, o objetivo geral da pesquisa é investigar as reverberações das atuais políticas de financiamento em ciência e tecnologia no trabalho acadêmico e na saúde de pesquisadores estudantes de pós-graduação. Para tanto, a pesquisa analisou as políticas de financiamento de ciência e tecnologia no âmbito federal dos últimos 5 anos, evidenciando a concepção de Estado sob o qual essas políticas estão calcadas; analisou as possíveis influências das políticas de financiamento e suas demandas na organização do trabalho de pós-graduandos, mapeando possíveis riscos psicossociais e, por fim, investigou outras possíveis variáveis que se somem às relativas mudanças e cortes nas políticas de financiamento e que possam exercer influências na saúde mental, atribuição de sentido ao trabalho acadêmico e formas de organização do trabalho do pós-graduando. O estudo demonstrou relevância frente a necessidade de aprofundamento teórico reflexivo sobre as relações dinâmicas entre a crise do capital, as novas formas de socialização e subjetivação presentes no cotidiano acadêmico, bem como as atribuições de funções em relação à universidade pública nesse contexto, de forma a ensejar novas regulações. A metodologia para obtenção dos resultados foi empregada a partir da triangulação de análise documental, questionário e entrevistas semiestruturadas. A coleta dos dados foi realizada no Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE), tendo em vista a conjuntura atual da instituição. A amostra do estudo contou com estudantes de quatro programas de pós-graduação. Em termos teóricos de análise dos resultados, a pesquisa privilegiou os pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho, numa perspectiva interdisciplinar com as demais Clínicas do Trabalho, a Sociologia da Educação e a Sociologia do Trabalho. Os resultados apontam para insatisfação em relação às políticas de financiamento, considerando que este item interfere sobremaneira no cotidiano de trabalho dos estudantes. Os resultados também apontam para o aumento das demandas e sobrecarga, apresentando intensificação e extensificação de jornadas dos pós-graduandos, fragilizando a conciliação universidade-vida privada, de modo que o trabalho se transforme no próprio lazer. A presente pesquisa privilegia os discursos acerca dos impactos dos fatores financeiros no cotidiano dos estudantes, a autocobrança exacerbada e a falta de suporte emergida pela mentalidade gerencialista. Identificamos que os níveis de satisfação após a entrada na pós-graduação sofreram diminuição, o que nos permite inferir que a relação entre gestão do trabalho e sujeitos está tendendo a produzir fragilidades nas vivências estudantis. A confluência das respostas dos respondentes demonstra, para além de percepções e sintomas individualizantes, uma demonstração coletiva de modos de vida patologizantes os quais possuem sintonia com o trabalho desempenhado.

Palavras-chave: Estudantes de pós-graduação; financiamento; saúde; INPE; sentido no trabalho.

ABSTRACT

Considering the gradual reduction in the promotion of Science and Technology (S&T) in recent years, and paying attention to the situations in which postgraduate researchers find themselves, the general objective of the research is to investigate the reverberations of the current Science Financing policies and technology in academic work and in the health of postgraduate research students. For this, the research analyzed science and technology funding policies at the federal level in the last 5 years, evidencing the conception of State in which these policies are modeled; It analyzed the possible influences of funding policies and their demands on the postgraduate organization, mapping possible psychosocial risks and, finally, investigating other possible variables that are subject to relative changes and courts in funding policies and that may exert influences . in mental health, assigning meaning to academic work and ways of organizing graduate work. The study demonstrates its relevance in light of the need for reflective theoretical deepening on the dynamic relationships between the capital crisis, the new forms of socialization and subjectivity present in academic everyday life, as well as the attributions of functions in relation to public universities in this context, in order to teach new regulations. The methodology for obtaining two results was used from the triangulation of document analysis, questionnaires and semi-structured interviews. The collection of two data was carried out at the National Institute for Space Research (INPE), in view of the current situation of the institution. The study sample included students from four graduate programs. In theoretical terms of analysis of two results, an investigation based on the assumptions of Psychodynamics of Work was privileged, in an interdisciplinary perspective with the other Clinics of Work, Sociology of Education and Sociology of Work. The results suggest dissatisfaction with funding policies, given that this item greatly interferes with students' daily work. The results also suggest an increase in demands and overload, showing the intensification and extension of working hours for postgraduates, weakening the university-private life reconciliation, so that work becomes their own activity. This research favors discourses on two impacts of non-daily financial factors on students, exacerbated self-demand and lack of support that emerged from the managerial mentality. We identified that the levels of satisfaction after entering graduate school decreased, which allows us to infer that the relationship between work management and disciplines tends to produce weaknesses in the students' experiences. The confluence of the two interviewees' answers demonstrates, in addition to individualizing perceptions and symptoms, a collective demonstration of pathologizing ways of life that we have in tune with the work carried out.

Keywords: Graduate students; financing; health; INPE; sense at work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Idade média de titulação (mestrado e doutorado).....	26
Figura 2: História do Inpe: principais acontecimentos	83
Figura 3: Evolução de investimentos no programa espacial brasileiro.....	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação dos programas de pós-graduação na modalidade de mestrado profissional no Brasil.....	62
Gráfico 2: Relação dos recursos orçamentários da união destinados à função (2014-2020)...	66
Gráfico 3: Relação dos recursos orçamentários destinados ao MCTI (2014-2020).....	68
Gráfico 4: Relação dos recursos orçamentários destinados a CAPES (2014-2020).....	70
Gráfico 5: Relação dos recursos orçamentários destinados ao CNPq (2014-2020).....	71
Gráfico 6: Relação do quantitativo de bolsas CAPES (2012-2020).....	72
Gráfico 7: Relação do quantitativo de bolsas CNPq (2012-2020).....	72
Gráfico 8: Valores destinados ao pagamento da dívida pública.....	73
Gráfico 9: Relação dos recursos orçamentários destinados ao Inpe (2007-2020).....	87
Gráfico 10: Relação da diminuição do poder aquisitivo de bolsistas. Valores corrigidos pelo IPCA.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação dos programas de Pós-graduação no Inpe.....	26
Quadro 2: Relação dos programas de Pós-graduação no Inpe.....	78
Quadro 3: Síntese dos participantes da entrevista semiestruturada.....	136
Quadro 4: Categorias de Análise.....	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação do número de discentes matriculados de acordo com cada Programa de Pós-Graduação no Inpe.....	26
Tabela 2: Distribuição de programas de mestrado e doutorado (2010-2020).....	62
Tabela 3: Distribuição de discentes na pós-graduação no Brasil.....	63
Tabela 4: Relação de gastos da União com a Função C&T (2014-2020).....	66
Tabela 5: Relação de gastos da União com o MCTI (2014-2020).....	66
Tabela 6: Relação dos valores previstos e liquidados no MCTI (2014-2020).....	66
Tabela 7: Relação de gastos da União com a Função com a CAPES (2014-2020).....	70
Tabela 8: Relação de gastos da União com a Função com CNPq (2014-2020).....	70
Tabela 9: Valores destinados ao pagamento da dívida pública.....	74
Tabela 10: Relação dos gastos da União com o Inpe (2007-2020).....	88
Tabela 11: Distribuição de gênero dos participantes da pesquisa.....	115
Tabela 12: Modalidade de inscrição dos participantes da pesquisa.....	116
Tabela 13: Distribuição da faixa etária dos participantes da pesquisa.....	116
Tabela 14: Ano de ingresso na pós-graduação.....	117
Tabela 15: Situação atual (empregatória) dos respondentes.....	117
Tabela 16: Modalidade da bolsa.....	117
Tabela 17: Cor/raça autodeclarada dos respondentes.....	118
Tabela 18: Renda per capita dos respondentes.....	119
Tabela 19: Escolaridade da mãe.....	119
Tabela 20: Escolaridade do pai.....	119
Tabela 21: Perfil dos estudantes: possível evasão do ambiente acadêmico.....	120
Tabela 22: Avaliação sobre as políticas de financiamento em Ciência e Tecnologia nos últimos 5 anos.....	121
Tabela 23: Nível de impacto das políticas de financiamento em ciência e tecnologia no seu cotidiano de trabalho?.....	122
Tabela 24: Percepção de relação entre cortes de investimento na C&T e variáveis.....	122
Tabela 25: Horas dedicadas ao trabalho acadêmico.....	123
Tabela 26: Relação com os pares (discentes).....	124
Tabela 27: Relação com dirigentes e instituição.....	125
Tabela 28: Relação com as condições materiais.....	126
Tabela 29: Demandas externas.....	126

Tabela 30: Fontes de prazer.....	128
Tabela 31: Fontes de sofrimento.....	128
Tabela 32: Absorção das demandas (sobrecarga).....	129
Tabela 33: Avaliações de reconhecimento.....	130
Tabela 34: Percepção de como o trabalho acadêmico tem afetado, na maior parte do tempo, a saúde.....	131
Tabela 35: Nível de satisfação após entrada na pós-graduação.....	132
Tabela 36: Uso de medicamentos psiquiátricos após entrada na pós-graduação.....	133
Tabela 37: Sintomas apresentados pelos respondentes.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPG/INPE - Associação de Bolsistas, Pós-Graduandos e Pós-Graduados do INPE

AEB - Agência Espacial Brasileira

C&T – Ciência e Tecnologia

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBERS - China-Brazil Earth Resources Satellite

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CF - Constituição Federal

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CNAE - Comissão Nacional de Atividades Espaciais

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Cobae - Comissão Brasileira de Atividades Espaciais

EC-95 – Emenda Constitucional 95

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Ciência e Tecnologia

GOCNAE - Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais

IES – Instituições de Ensino Superior

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

INPE - Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais

IPCA - Índice de Preços para o Consumidor Amplo

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MEC - Ministério da Educação

NASA – Agência Espacial Americana

NOAA - National Oceanic Atmospheric Administration

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU- Organizações das Nações Unidas

PCI - Programa de Capacitação Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PLOA - Projeto de Lei Orçamentário Anual

PNE – Plano Nacional de Educação

SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SPG - Secretaria de Pós-Graduação

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

*“Inexplicável, apesar de comum
Incompreensível, embora sendo regra
Mesmo as ações mínimas, simples na aparência
Questionem a necessidade
Sobretudo do que é habitual
Pedimos que por favor não achem natural o que muito se repete!
Porque em tempos como este, de sangrenta desorientação
De arbítrio planejado, de desordem induzida
De humanidades desumanizadas, nada seja dito natural
Para que nada seja dito imutável”*

Bertold Brecht - A exceção e a regra (1930)

SUMÁRIO

1 A PESQUISA.....	17
2 O TRABALHO, A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A REFORMA DO ESTADO: CONTEXTUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O ENTENDIMENTO DAS POLÍTICAS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PAÍS.....	31
2.1 ANTES DE 1970.....	36
2.2 APÓS 1970.....	43
3 CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA ATUALIDADE: SOBRE AS FORMAS DE EXISTIR NA CORDA BAMBA.....	56
3.1 A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: ENTRE MOVIMENTOS DE EXPANSÃO E RETRAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ORÇAMENTO DA UNIÃO.....	60
3.2 PARTICIPAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA NO ORÇAMENTO DA UNIÃO.....	73
4 O CASO DO INPE.....	75
4.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	75
4.2 A SITUAÇÃO DO FINANCIAMENTO NO INPE.....	84
4.3 DILEMAS ATUAIS DA PÓS-GRADUAÇÃO NO INPE.....	90
5 O PÓS-GRADUANDO EM FOCO.....	93
5.1 O ESTUDO COMO TRABALHO: POR UMA VISÃO AMPLIADA DA CONCEPÇÃO DE TRABALHO.....	93
5.2 DO NÃO-LUGAR AO PROTAGONISMO: UMA ANÁLISE SOBRE A FIGURA SINGULAR DO ESTUDANTE PESQUISADOR NA TRAMA DO MUNDO DO TRABALHO.....	101
6 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO.....	114
6.1 PERFIL DOS SUJEITOS: UNIVERSO DA PESQUISA.....	115
6.2 INDICADORES SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS PÓS-GRADUANDOS.....	121
6.2.1 Financiamento.....	121

6.2.2 Condições do trabalho acadêmico.....	123
6.3 COMO ABSORVER O CONTEXTO? PRENÚNCIOS SOBRE AS VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO.....	127
6.4 QUANDO O CORPO TRANSBORDA: INDICADORES DO ADOECIMENTO DISCENTE.....	131
6.5 RESUMO DOS RESULTADOS.....	134
6.5.1 Análise do contexto.....	134
6.5.2 Vivências e absorção do contexto.....	135
6.5.3 Saúde e adoecimento.....	135
7 O QUE REVELAM OS RELATOS DOS PÓS-GRADUANDOS?.....	137
7.1 PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	137
7.2 SÍNTESES DAS ENTREVISTAS.....	138
7.3 ESCOLHA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	151
7.4 ESTUDO COMO TRABALHO.....	153
7.5 AVALIAÇÃO DO CONTEXTO.....	157
7.5.1 Perspectivas e percepções em relação ao financiamento.....	157
7.5.2 O financiamento e o Inpe: formas de absorção do contexto a nível institucional.....	162
7.6 FORMAS DE INTERNALIZAÇÃO DO CONTEXTO.....	169
7.6.1 Sofrimentos e percalços.....	169
7.6.2 Absorção das demandas.....	174
7.7 PROCESSOS DE SAÚDE E ADOECIMENTO.....	187
7.8 ANÁLISE INTEGRADORA DOS RESULTADOS.....	192
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
Referências.....	202
APÊNDICE I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	217
APÊNDICE II – Serviços Gratuitos em Saúde Mental.....	219
APÊNDICE III – Roteiro do Questionário.....	220
APÊNDICE IV – Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	225
APÊNDICE V – Dados brutos do questionário.....	227
ANEXO I – Parecer do Comitê de Ética (UFSCar).....	237

1 A PESQUISA

*“Praonde foi
A bala que se disparou?
O indício do vício que disseminou
A busca do corpo por algo vital?
A afirmação do pulso! o discurso radical!
(...) Pronde foi... nosso humor e moral?
Pronde vai? todo nosso desalento
Morre brisa nasce vendaval
Pronde vai a reza vencida pelo sono
Ela vale? me fale... me dê um sinal!”
O Teatro Mágico*

Ao longo da minha formação em Psicologia vivenciei situações que me impulsionaram à defesa contínua de uma educação pública de qualidade, gratuita, laica e socialmente referenciada e que garanta, no funcionamento de suas instituições, as condições necessárias para o trabalho digno e decente¹, defendendo a garantia de recursos físicos e psicossociais apropriados para a realização das atividades. Ademais, também prezo por uma concepção ampliada do conceito de trabalho a partir dos pressupostos teóricos das Clínicas do Trabalho (SCHWARTZ, 2011; DEJOURS, 2004).

As situações vivenciadas em minha trajetória formativa acerca da produção de conhecimento envolveram a participação em grupos de pesquisa² com ênfase nos desdobramentos dos modos de trabalho exercidos nas IES (Instituições de Ensino Superior) públicas, bem como no envolvimento em um projeto de pesquisa/intervenção que versa sobre o sofrimento estudantil no contexto universitário³.

Tendo por certo que tais experiências foram potentes o suficiente para reforçarem o meu apreço acerca da temática do sofrimento estudantil, e buscando articular as suas possíveis sínteses com as tendências em construção de políticas públicas em educação, sobretudo no que se refere às políticas de financiamento em ciência no país, é que localizo o meu desejo de aprofundar as minhas análises sobre a junção destas duas instâncias. Entretanto, dessa vez, me

¹ ONU, Declaração Universal dos Direitos do Homem. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2018.

² Durante a graduação, atuei como aluna de iniciação científica no projeto “O trabalho precarizado na Universidade”, coordenado pela Prof. Dra. Catharina Marinho Meirelles na Universidade Federal Fluminense (UFF). O projeto é abarcado pela Rede Universita/Br, associado ao Eixo 4 “O trabalho nas instituições de educação superior brasileiras”.

³ Projeto de extensão intitulado “Diálogos entre saúde e sofrimento dos estudantes”, coordenado pela Prof. Dra. Ana Paula Todaro Taveira Leite pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

dedicarei especificamente a estudar sobre as situações sob as quais se encontram os pesquisadores estudantes de pós-graduação, público pelo qual comecei a realizar reflexões desde o meu ingresso no presente programa de mestrado.

A pandemia causada pelo Sars-CoV-2 (COVID-19) desconstruiu expectativas prévias e itinerários que, por vezes, foram tidos como garantidos de serem traçados, o que reforçou a percepção de salto ao vazio. Entretanto, tal como foi dito por Mário Quintana, “espelhos partidos têm muito mais luas” e, junto com eles, surgem as potências sublimatórias. Assim, ao mesmo passo em que o contexto pandêmico se desenrolava, emergiram novos contornos, ou até mesmo extrapolações de movimentos já existentes, de diversas categorias que mereciam ser estudadas com urgência, a exemplo disso, tem-se as questões sobre as relações da política de financiamento em Ciência e Tecnologia (C&T) e possíveis influências no trabalho acadêmico e na saúde de pesquisadores estudantes de pós-graduação.

A conjuntura atual proporcionou, em alguma medida, condições para uma maior discussão sobre a ciência, assim como para uma maior atenção em relação ao trabalho de pesquisadores. Quando menciono tal ponto, estou levando em conta que o maior enfoque foi dado àqueles que se debruçam na temática de enfrentamento da COVID-19, entretanto, seria um engano dizer que a discussão sobre sua importância não incidiu na comunidade acadêmica na sua totalidade. Diante disso, adentramos em um cenário caracterizado pela existência de três jogos de força: a visibilidade da ciência e o discurso da veracidade científica, o conjunto de ações políticas que tendem a esvaziá-la e o discurso negacionista.

Para que haja uma maior elucidação acerca do pano de fundo que estamos laborando, estima-se que os gastos orçamentários contabilizados em Ciência e Tecnologia pela União apresentaram um decréscimo de 55,04% quando comparamos os anos de 2013 e 2020; estima-se, ademais, que o índice de investimento na categoria equalizou-se quando observamos os anos de 2005 e 2016; situação semelhante ocorre quando apreciamos o gráfico de comparação entre 2008 e 2015 (REIS, MACÁRIO, 2020a). Os valores monetários estão corrigidos de acordo com o Índice de Preços para o Consumidor Amplo (IPCA) em função das variações inflacionárias.

À medida que movemos a linha do tempo para o momento mais atual, observamos que a situação não é diferente. De acordo com representantes da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP)⁴, o Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA) de 2021

⁴ Dados apresentados por Celso Pansera, coordenador do Iniciativa para a Ciência e a Tecnologia no Parlamento-ICTP.br, no dia 14 de setembro de 2020 no 27º Congresso da ANPG. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UhXU8FGuY8M&t=1097s>>

prevê reduções ainda mais drásticas no que tange ao cenário da educação e da ciência. Houve uma redução de aproximadamente 5% no tocante aos gastos discricionários do Ministério da Educação (MEC), decréscimo de bolsas do ensino superior (de R\$ 2,36 bi para R\$ 2,05 bi), queda de quase 15% de recursos discricionários da CAPES, tombo de 25% dos recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia de Informações e, por fim, houve uma pauta de redução de 973,5 para 919,5 milhões previstas em 2021 em relação às bolsas do CNPq. Em 2015, o valor empenhado foi de R\$1,6 bilhões. O movimento captado é de transição significativa do estado de expansão para a retração da pós-graduação, daquelas coisas que nascem para ser posteriormente perdidas.

Em suma, os dados colocam o país no mesmo patamar que 2010. Os números apresentados jamais podem ser mencionados como um fenômeno isolado, cabendo a responsabilidade, quase primordial, de situá-los no contexto histórico, para que eles sejam apreendidos em sua essência. É necessário, pois, desnudar os dados para constatar o que eles representam na realidade objetiva e de que forma ele converge com os demais elementos envoltos na concreticidade (KOSIK, 2011). É indispensável, pois, falar sobre o plano de orçamento e a ideologia que está por detrás dele. Isto significa que números são apenas números se não nos atentamos sobre as suas reais intenções.

Em vista disso, quando nos atemos à historicidade dos fatos, tem-se em mente que todas as ações de esvaziamento da educação superior pública e da ciência, por ora realizada por meio da indisposição de recursos, partem de um movimento intencional de reprodução das formas de acumulação (MASCARO, 2013; HIRSCH, 2007), entretanto, é necessário pontuar que o cumprimento cego aos segmentos neoliberais podem, inclusive, proporcionar um efeito *rebote* nas formas de reprodução, tendo em vista a correlação entre a ciência e o desenvolvimento econômico e à soberania nacional. Da mesma maneira, o processo-jurídico político que resguarda tal desresponsabilização do Estado, por vezes dissimulada via reformas salames, acabam por metamorfosear a produção de conhecimento, de forma que ela passe a ser constantemente reestruturada e convergida aos parâmetros do modelo neoliberal.

As origens desse processo podem ser localizadas nas mudanças advindas do mundo do trabalho, considerando a sua centralidade (ANTUNES, 2007; HARVEY, 2009). Elas se fazem presentes nos desdobramentos do cenário globalizado (MANCEBO, 2009) e, respectivamente, na adequação por parte do Brasil aos parâmetros estabelecidos pela mundialização do capital que, por sua vez, passam a ser conduzidas sob preceitos das instituições internacionais.

Diante disso, existe um esforço contínuo de modificação do aparelho estatal e suas formas de administração (PEREIRA, 2014; FALEIROS, 2004; GURGEL, 2003) que acabam, por vezes, sendo embasadas pelo discurso do ajuste fiscal, sendo este último bastante concernente à dívida pública, à financeirização do capital e todos os engendramentos de valorização das formas de acumulação. A discussão acerca da adequação estatal está longe de ser superada, devido ao acionamento de dispositivos que reconfiguram a sua ordem, e assume contornos ainda mais drásticos com a nova reforma estatal⁵, por ora em processo de formulação, pelo atual Ministro da Economia.

Contextualiza-se um cenário de muitas dívidas: a dívida pautada pelo compromisso social em contraste com o sistema da dívida pública a quem se deve ampla submissão. Desse modo, protagoniza-se um jogo de embates em que são perpetuados um conjunto de dívidas e compromissos, cobrados por ambas as partes. No bojo desses embates, cada uma dessas dimensões atende aos seus interesses distintos, entretanto, é certo que em termos práticos uma acaba por possuir primazia sobre a outra.

Por conseguinte, isso acaba por interferir nas ditas prioridades do campo educacional, tratando-a como um bem não-exclusivo do Estado, delegando descentralizações, o que tende a garantir uma posição no cenário internacional, mas não necessariamente resolve as assimetrias da realidade do panorama nacional. Tais características são inseridas no *modus operandi* do Estado reformado no cenário de globalização no octênio de FHC, continuadas no período (neo)desenvolvimentista do lulismo (2003-2015) com um relativo contraponto social, e assumem formas drásticas e socialmente negligentes no atual período engendrado pelas características ultra neoliberais e conservadoras (MANCIBO; SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2018).

Tendo como pano de fundo a crise político-econômica, crescem os imperativos por captações próprias de recursos revestidos de autonomia financeira pelas instituições educacionais. A exemplo do posto, tem-se a Carta do Banco Mundial, formulada em 2017, que versa sobre propostas de aumentar a eficiência nos gastos do Estado e propõe as respectivas reduções de gastos a partir de captações que não fossem o financiamento estatal, o que acirra o movimento de responsabilização das instituições pelo eventual fracasso escolar (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2017).

⁵ Da redação. Veja os principais pontos da reforma administrativa proposta pelo governo.. **Senado Notícias**. Acesso em: 13/10/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/08/veja-os-principais-pontos-da-reforma-administrativa-proposta-pelo-governo>

A materialização mais caricata dessas condições, dentro da extensão da educação superior, pode ser observada no Projeto Future-se⁶, mas também podem ser visualizados nos conjuntos enredados de projetos de leis, portarias, súmulas e tetos que acirram o movimento de indiferença quanto aos investimentos em ciência no país, dando o devido destaque aos Novos Modelos de Concessão de Bolsas (CAPES e CNPq) que, por sua vez, são considerados frutos da institucionalização e naturalização da pós-graduação sem a contrapartida das bolsas de estudo (REIS, BLUNDI, SILVA, 2020).

Estima-se que, dentro da esfera de degradação da ciência no país, um dos fatores mais enfatizados por estudantes de pós-graduação diz respeito aos impactos na saúde mental, levando em conta a experiência de si e pelos colegas (REIS, BLUNDI, SILVA, 2020), o que demarca a necessidade de aprofundamento da temática. As repercussões da vida acadêmica nos processos de saúde e adoecimento dos estudantes pesquisadores é notória, fato pelo qual nos leva ao desejo de estudá-los numa perspectiva coletiva, isto é, de tratá-los enquanto sintoma de uma crise social da categoria. O sofrimento psíquico em si é individual, mas existe algo do sofrimento que diz respeito ao coletivo quando nos atentamos às formas como uma categoria vive.

Os dados apresentados no parágrafo anterior fazem emergir uma série de reflexões acerca das possíveis mudanças em longo prazo da pós-graduação no horizonte macro político, isto é, no tocante ao seu papel social, assim como a indagação sobre as especificações micro políticas em relação às formas de experimentação da pós-graduação para os sujeitos que estão nela inseridos. De certo, ambos se retroalimentam.

Logo, as experiências até aqui despertaram interesse de compreensão da realidade do trabalho de pesquisadores, aliada à emergência do aprofundamento teórico reflexivo sobre as relações dinâmicas entre a crise do capital, as novas formas de socialização e subjetivação (SILVA, 2013) presentes no cotidiano acadêmico e as atribuições de funções em relação à universidade pública nesse contexto, de forma a objetivar novas regulações.

O campo a ser estudado é o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), caracterizado por ser uma instituição federal dedicada à pesquisa e exploração espacial. Criada em 1961, a instituição é considerada a maior referência brasileira dentro do ramo de atividades

⁶ Trata-se do projeto de reestruturação do financiamento em Institutos Federais e Universidades Federais. Ele foi apresentado pelo ex-ministro da Educação - Abraham Weintraub -, em uma reunião com reitores no dia 16/07/2019. No bojo de suas pretensões está a autonomia financeira da universidade, legitimando a desresponsabilização do Estado na manutenção da universidade, e transfigurando a imagem da universidade de uma organização autárquica para uma organização de economia mista, conferindo-lhe o poder de uso de pessoa jurídica de direito privado. O projeto não foi aprovado.

espaciais e em suas aplicações, sendo reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela excelência de produção de pesquisas e serviços de monitoramento prestados. Entretanto, nos últimos anos, o Instituto vem sendo atravessado por diversos cortes que interferem diretamente no funcionamento do centro de pesquisa e desenvolvimento.

De acordo com o Projeto de Lei Orçamentário Anual de 2021, estão previstos declínios de R\$ 30,9 milhões no que tange aos repasses da Agência Espacial Brasileira (AEB) para o INPE, o que representa uma queda de 49% se compararmos com o orçamento do ano anterior. A AEB, juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) são as duas principais fontes de recursos da instituição. Dentro da totalidade orçamentária de 2021, estimou-se que os gastos da União direcionados à instituição foram de R\$ 79 milhões, contrastando com os R\$ 118 milhões gastos no ano anterior. Ou seja, houve uma diminuição de 33% se compararmos ambos períodos. Tais circunstâncias colocam o INPE numa situação semelhante ao quadro geral anteriormente citado.

O INPE se apresenta como uma instituição estratégica de coleta de dados tendo em vista os altos índices de excelência apresentados pela instituição, ao mesmo passo em que avança o teor de cortes vivenciados nos últimos anos. A exemplo do posto, tem-se o ano de 2018 em que o orçamento caiu para R\$ 40,6 milhões - o menor já visto em quinze anos. Durante o 27º Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), na plenária final de pós-graduandos, uma representante da Associação de Bolsistas, Pós-Graduandos e Pós-Graduados do INPE (ABPG-INPE) levantou um pedido de socorro em prol da visibilidade dos ataques que a instituição tem vivenciado, assim como para a situação dos alunos que tentam conciliar as incertezas da instituição, o contexto de pandemia e as pesquisas com alto padrão de excelência.

Também devemos contemplar o fato de que a distribuição de recursos em ciência e tecnologia se apresenta como desigual quando comparamos os colégios das humanidades, ciências da vida e exatas. Entretanto, as circunstâncias se apresentam bastante aquém do *status* ideal.

Assim, partindo do pressuposto de que as forças produtivas mais desenvolvidas podem representar o movimento do conjunto, a escolha da instituição se faz ainda mais estratégica, tendo em vista o maior desenvolvimento produtivo e o maior número de investimento aplicado em detrimento das outras áreas. Nesse contexto, torna-se possível apontar projeções em relação aos demais colégios.

É pensando no emaranhado dessas questões que o presente projeto de pesquisa pretende responder à seguinte questão: de que forma os recentes desdobramentos nas políticas de

financiamento em ciência e tecnologia têm influenciado na saúde mental dos estudantes, assim como na atribuição de sentido para o segmento da carreira acadêmica? Lembrando que a saúde mencionada transcende às definições da Organização Mundial da Saúde (OMS). A saúde está intimamente relacionada às ações de inventividade e recriação frente aos constrangimentos e infidelidades do meio. É a possibilidade de transgredir a norma que define o normal momentâneo (CANGUILHEM, 2002; DEJOURS, 1999).

Numa analogia ao próprio trabalho vivo, a saúde é o “poder de agir sobre si e sobre o mundo, adquirido junto dos outros” (CLOT, 2010, p. 111). Logo, a saúde diz respeito à anuência que a organização de trabalho fornece em prol da capacidade de nomear e transformar a realidade, são formas de reconhecimento no trabalho e as transgressões que tornam o sujeito ativo frente às circunstâncias. Ela está presente na autonomia de diálogos com a finalidade de se pensar sobre o trabalho; são os espaços deliberativos que fazem pensar sobre as vivências dos trabalhadores; são os dispositivos propulsores de circulação de afetos (SAFATLE, 2015) e os movimentos de transformação social sob a perspectiva real dos agentes envolvidos.

A suposição de análise que balizaram o estudo parte do pressuposto de que as políticas de desvalorização da ciência podem ser sinalizadas como uma, dentre várias vertentes, que produz um aumento da carga mental vivenciada por pós-graduandos que, por sua vez, não é acompanhada de contrapartidas materiais e relacionais de trabalho. Tais circunstâncias podem redundar em, futuramente, a não continuação da carreira acadêmica e um esvaziamento de pessoal voltado para a pesquisa no país.

Torna-se importante frisar que, embora o estudo esteja focado nas dimensões orçamentárias e seus desdobramentos materiais e simbólicos para a vida, subjetividade e saúde do estudante-pesquisador, há de se atentar para a multidimensionalidade dos fenômenos, bem como a existência de outras facetas que transcendam o recorte de análise supracitado. Logo, optou-se por realizar o recorte de análise, todavia sem desconsiderar os inúmeros outros aspectos que se mesclam à ausência de suporte financeiro, a exemplo: relação orientador-aluno; condução do projeto de pesquisa; problemas institucionais; cumprimento às tarefas simultâneas (disciplinas, publicações, atividades extracurriculares e desenvolvimento da pesquisa); danos morais e assédio moral; sobreposições da vida-pública/vida-privada, dentre outras inúmeras variáveis que podem, juntas, articular problemas à saúde mental (LOUZADA, SILVA FILHO, 2005; NUNES, 2020). Há de se pensar, inclusive, na possibilidade de um movimento de extrapolação dos itens citados em decorrência das alternâncias do eixo de análise principal.

As contrapartidas mencionadas são peças centrais no acionamento de mobilização subjetiva. Afinal, como investir em uma mobilização subjetiva em um campo minado, insidioso de desvalorização? A função psicológica do trabalho tende a ser esvaziada quando o ofício se perde e/ou se confunde com a mera “*quantofrenia*” cotidiana (GAULEJAC, 2007; SGUISSARDI, SILVA JÚNIOR, 2009), descuidado das formas de reconhecimento primordiais à criação de sentido do trabalho (DEJOURS, 2012a).

Cabe, portanto, questionar, para além da questão material, como fica a questão simbólica em decorrência da falta de reconhecimento? De que forma tais faltas têm interferido no modo operatório dos programas de pós-graduação? As dores do ofício do pesquisador, historicamente construídas e suportadas cotidianamente (COSTA, NOBEL, 2018; SGUISSARDI, SILVA JÚNIOR, 2009), têm sido contrabalançadas com os respectivos prazeres? Prazeres estes que, por seu turno, fortalecem a percepção de sentido quanto à atividade realizada. E, por fim, quais são os sentidos de ser pós-graduando nos dias atuais? Está ocorrendo uma ressignificação da pós-graduação a partir dos enlaces entre política e vivências no ambiente acadêmico? Caso positivo, ela está se guiando para a produção de conhecimento socialmente referenciado ou abertura da pós-graduação para a neo profissionalização?

A última pergunta se apresenta como uma questão complexa, entretanto fundamental para refletir sobre o futuro da pós-graduação. Ela se encontra guiada com base na articulação de múltiplas variáveis, sendo elas: a) o avanço da ideia habitual da pós-graduação sem as contrapartidas de bolsas de estudo (REIS, BLUNDI, SILVA, 2020); b) o avanço da perspectiva de que o direito à educação, dentro do campo da pós-graduação, está estritamente relacionado à expansão de matrículas, focalizando o benefício de titulação do estudante e desconsiderando o papel social que é prestado por meio da pesquisa; c) articulações de desresponsabilização do Estado e o acirramento de interesses privados na pós-graduação; d) o deslocamento da expectativa de mobilidade social da graduação para a pós graduação em decorrência das pressões do mercado de trabalho (MATTOS, 2007); e) o aumento da demanda de competências técnico-profissionais em detrimento da formação de pesquisadores de alto nível; f) o aumento da oferta de mestrados profissionais, tendo em vista que o número de oferta triplicou em 10 anos (OLIVEIRA, 2019).

O **objetivo geral** do trabalho é investigar as reverberações das atuais políticas de financiamento em ciência e tecnologia no trabalho acadêmico e na saúde de pesquisadores estudantes de pós-graduação. Para que o escopo seja alcançado, dispomos dos seguintes objetivos específicos: **(a)** Contextualizar as políticas de financiamento de ciência e tecnologia

no âmbito federal dos últimos 5 anos, evidenciando a concepção de Estado sob o qual essas políticas estão calcadas; **(b)** Analisar as possíveis influências das políticas de financiamento e suas demandas na organização do trabalho de pós-graduandos no Inpe, mapeando possíveis riscos psicossociais; **(c)** Investigar as mudanças e cortes nas políticas de financiamento e outras variáveis que possam influenciar a saúde mental e atribuição de sentido ao trabalho acadêmico.

No tocante aos procedimentos metodológicos da pesquisa, enfatizamos que compartilhamos da defesa de uma produção de conhecimento que se atente às tensões macro e micro do *ethos* capitalista (DOURADO, 2019). Portanto, reformamos a potência que o projeto possui por se ater ao caráter peculiar da apreensão de movimentos gerais e particulares de forma que seja possível identificar possíveis fatores de retroalimentação entre ambos, numa perspectiva não-linear e dialógica. Diante do posto, torna-se primordial identificar do que estamos tratando como geral e particular na presente pesquisa.

Inicialmente, esclarecemos que o campo empírico a ser explorado ao longo da pesquisa foi organizado a partir da triangulação entre análise documental, aplicação de questionário e entrevistas individuais semi estruturadas acerca da temática “trabalho, atividades acadêmicas e de pesquisa.”

Em um primeiro momento, nos atentamos à coleta de dados documentais, buscando identificar elementos relevantes a partir de documentos oficiais, relatórios, informativos, dados estatísticos e normatizações (projetos de lei, portarias, súmulas, decretos etc), acerca do quadro de investimento, nos últimos cinco anos, no que tange à Ciência e Tecnologia no país. Os materiais serviram de sustentação à análise geral do processo de desmantelamento da educação e da ciência, bem como norteou o processo que se desdobrou em pesquisas qualitativa/quantitativa por meio de questionários e entrevistas individuais semiestruturadas com os estudantes de pós-graduação.

Partimos, portanto, do parâmetro federal para que, posteriormente, possamos nos afunilar para o contexto particular, isto é, para a situação orçamentária do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e as formas como os pesquisadores/estudantes de pós-graduação têm lidado com tais circunstâncias (nosso objetivo central). O percurso é necessário para que se possa apreender o fenômeno de forma mais profunda, situando-o numa dimensão histórica e de superação do senso comum.

Os aspectos metodológicos da pesquisa quantitativa/quantitativa foram realizados no INPE, juntamente com os pesquisadores discentes. Eles foram construídos a partir de um levantamento numérico dos cursos de mestrado e doutorado que são reconhecidos pelo

CNE/MEC e oferecidos pela instituição. Optou-se por trabalhar com um inventário de cursos localizados no *Campus* de São José dos Campos/SP, caracterizada pela sede principal da instituição. Somam-se sete cursos no total, sendo eles: Astrofísica, Ciência do Sistema Terrestre, Computação Aplicada, Engenharia e Tecnologia Espaciais, Geofísica Espacial, Meteorologia, Sensoriamento Remoto.

Quadro 1 : Relação dos Programas de Pós-Graduação no Inpe.

PROGRAMAS	CONCEITO MESTRADO	CONCEITO DOUTORADO	ANO DE ABERTURA
Astrofísica	4	4	1994
Ciência do Sistema Terrestre	-	6	2010
Computação Aplicada	5	5	1968
Engenharia e Tecnologia Espaciais	4	4	1994
Geofísica Espacial	6	6	1968
Meteorologia	6	6	1968
Sensoriamento Remoto	7	7	1972

Quadro 1: Criado pelo autor. Fonte: Plataforma Sucupira.: 2021.

Optamos pela escolha da população (pesquisadores estudantes de pós-graduação do INPE), justamente por considerar a riqueza dos dados que os membros da instituição podem nos proporcionar em decorrência da atual conjuntura (PEREIRA, 2020). De acordo com os dados fornecidos pela Associação de Bolsistas, Pós-Graduandos e Pós-Graduados do INPE (ABPG/INPE), a instituição dispõe de 212 alunos de mestrado e 347 alunos de doutorado, totalizando 559 matrículas ativas. Mediante o inventário de cursos e as informações acerca do número de discentes matriculados, realizamos a escolha da delimitação da amostra do estudo.

Tabela 1: Relação do número de discentes matriculados de acordo com cada Programa de Pós-Graduação no Inpe

RELAÇÃO DO NÚMERO DE DISCENTES DE ACORDO COM OS PROGRAMAS	M	D	TOTAL
Astrofísica	8	17	25
Ciência do Sistema Terrestre	-	44	44
Computação Aplicada	30	38	68
Engenharia e Tecnologia Espaciais	87	105	192
Geofísica Espacial	15	41	56
Meteorologia	22	55	77
Sensoriamento Remoto	50	47	97

Tabela criada pelo autor. Fonte: COEPE/Inpe. Dados atualizados em 09/03/2021.

No que diz respeito à escolha da amostra da pesquisa, o critério de seleção foi estabelecido em função da apreensão da diversidade de notas dos programas, o que culminou na seleção de quatro cursos de acordo com cada conceito. Em caso de empate, optou-se pelo curso com ano de abertura mais antigo e, em última instância, sorteio. Dessa forma, disporemos de uma pluralidade considerável de amostras. Foram selecionados os seguintes cursos: Sensoriamento Remoto (CAPES 7), Meteorologia (CAPES 6), Computação Aplicada (CAPES 5) e Engenharia e Tecnologia Espaciais (CAPES 4). Delimitou-se, portanto, uma amostra de 434 discentes. Esse número corresponde a 77,63% da população total.

Efetuada a delimitação da amostra da pesquisa, entramos em contato com a Coordenação de Pesquisa e Extensão (COEPE) do INPE com intuito de enviar uma carta de intenções sobre a realização da pesquisa, contendo objetivos, procedimentos metodológicos e demais informações julgadas necessárias. O contato foi fundamental no que tange ao aceite institucional para a realização da pesquisa, dos trâmites voltados aos aspectos éticos, bem como para a captação de informações adicionais e negociações acerca da forma mais coerente de coleta dos dados no que tange aos esquemas organizativos.

A aplicação do questionários seguiu as seguintes etapas: a) apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual o participante indicou se concordava ou não com a participação; b) Caso positivo, ele foi direcionado para a próxima etapa da pesquisa caracterizada pela resposta ao Questionário, que incluiu: dados dos participantes, utilizado para a caracterização do perfil da amostra; avaliação do contexto do trabalho acadêmico; avaliação das vivências do trabalho acadêmico; e avaliação de possíveis danos à saúde relacionados ao trabalho acadêmico, contendo uma série de sintomas que o participante pôde assinalar no caso de ter apresentado nos últimos 3 meses e julgasse ter relação com o trabalho acadêmico.

A apresentação, no ato da coleta dos dados, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice I), tem como finalidade preservar todos os aspectos éticos ao longo do processo. O termo de consentimento também contou, ao final, com informações sobre a busca de serviços públicos e gratuitos em saúde mental na região, caso o estudante julgasse necessário (Apêndice II).

O disparo do questionário foi realizado pela COEPE e membros da ABPG, juntamente com os representantes discentes dos programas inseridos no nicho de amostra. O questionário ficou aberto no período de três meses (17/02/2021 até 17/05/2021). Foram efetuados cinco

disparos ao todo, sendo dois disparos no primeiro mês (17/02/2021 e 03/03/2021) e, posteriormente, um disparo nos meses seguintes até a data do vencimento.

Dentro do escopo do questionário supracitado, foi perguntado ao participante se ele concordava em participar da segunda fase da pesquisa, caracterizada pela realização das entrevistas individuais semiestruturadas que “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2007, p. 64).

A técnica vem sendo bastante utilizada nas pesquisas qualitativas em saúde e educação, apresentando-se como um instrumento eficiente de enunciação de vivências dos participantes e uma alternativa substitutiva aos encontros grupais. A entrevista pode proporcionar movimentos de incentivo para que os agentes participantes reflitam sobre a sua situação, sua relação com a atividade e as repercussões dessa relação com a vida fora do trabalho (DEJOURS, 2011a). Portanto, ela pode ser um dispositivo competente de apreensão acerca das condições de vida e trabalho dos agentes participantes.

As entrevistas foram realizadas em um momento posterior à aplicação de questionários, sendo este último uma ferramenta pré-diagnóstica no que concerne à categorização dos elementos que serão discutidos nas entrevistas individuais semiestruturadas. Os encontros foram gravados e transcritos a fim de melhor elucidação dos dados. Tal como foi citado, a fase também contempla o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice I), respeitando os aspectos éticos no processo da realização da pesquisa. Sob nenhuma hipótese os nomes dos participantes serão divulgados. Todos os procedimentos metodológicos foram submetidos à análise e julgamento do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O parecer do aceite (n. 4.438.856) foi obtido no dia 04/12/2020 (vide anexo I).

Os dados apanhados ao longo da etapa de análise documental, representados pelos documentos políticos, projetos de lei, processos, informativos, isto é, aqueles que apresentem relação com a temática de incentivo à ciência e tecnologia, bem como apresentem pertinência na discussão, foram catalogados e analisados com intuito de elaborar a contextualização histórica e sociocultural do fenômeno.

Os resultados do questionário foram sistematizados, contando com a elaboração de tabelas, gráficos e figuras que facilitem a apreciação de dados qualitativos. Eles também possuem a finalidade de destacar elementos significativos que se desdobraram em análise

qualitativa e aspectos do objeto e problema de pesquisa que foram aprofundados nas entrevistas semiestruturadas.

Os dados oriundos das entrevistas semiestruturadas efetivaram dupla função. A primeira diz respeito a uma via de elucidação das informações mais realçadas no questionário. A segunda funcionalidade é a de transcender as próprias limitações do primeiro instrumento e ir ao encontro de apreensões que sejam diretamente ligadas ao “real da atividade” (GUÉRIN, 2001; FERREIRA, 2013) dos pesquisadores. De acordo com Dejours (2012, p. 142b) “a via de acesso à vivência subjetiva e intersubjetiva do trabalho, passa exclusivamente pela palavra dos trabalhadores”.

Assim, a partir da narrativa de vivências é possível preencher lacunas e identificar com maior propriedade os principais elementos da organização de trabalho que contribuem para os processos de saúde-adoecimento e a manutenção ou destituição do sentido no trabalho acadêmico.

Os fatores relacionados à organização do trabalho concernem à satisfação de necessidades e expectativas do trabalhador, como as condições de trabalho, a tarefa ser desenvolvida, as condições físicas no local de trabalho, as relações interpessoais no trabalho e as práticas de gerenciamento em face que esses fatores externos estão interligados a preocupação com a vida privada, com as relações familiares, com a facilidade de transporte e com habitação, por exemplo. Quando há equilíbrio entre condições de trabalho e as necessidades e expectativas do trabalhador, tende a surgir um sentimento de autoconfiança, de motivação, e de satisfação com o trabalho (JACINTO *et al*, 2020, p. 205).

Ademais, o participante, ao expor suas condições de desenvolvimento da pesquisa e relatar suas expectativas, vivências, realizações, desafios e dificuldades, pode melhor se conscientizar de seu processo e de melhor enfrentá-lo e/ou aprimorá-lo.

Ambos os procedimentos foram submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 1977). A análise pressupõe a execução de etapas fundamentais: a) captação via leitura flutuante e organização do material de modo que ele possa adquirir condições de ser passível de sistematização e análise; b) codificação e categorização dos dados; c) tratamento dos resultados, inferências e interpretações.

Em termos teóricos de análise dos resultados, a pesquisa privilegia os pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho, numa perspectiva interdisciplinar com as demais Clínicas do Trabalho, a Sociologia da Educação e a Sociologia do Trabalho. A partir da triangulação metodológica, pretende-se contribuir para a ampliação da compreensão sobre as vivências, bem

como atuar na geração de dados que possibilite novos contornos acerca da temática que se apresenta tão urgente nos dias atuais.

Nesse sentido, o presente capítulo tem o propósito de dar um parâmetro geral em relação aos propósitos, justificativas e linhas norteadoras da execução da presente pesquisa. O capítulo 2, intitulado “O trabalho, a crise estrutural do capital e a reforma do estado: contextualizações necessárias para o entendimento das políticas de produção do conhecimento no país”, busca realizar uma contextualização macroeconômica, fornecendo margens de diálogo com a situação orçamentária no âmbito da ciência e tecnologia.

O capítulo 3, intitulado “Ciência e Tecnologia na atualidade: sobre as formas de existir na corda bamba” versa sobre as relações entre crise do capital em consonância com os percalços que a ciência e tecnologia tem vivenciado. Logo, utilizamos os pressupostos críticos em relação com os dados orçamentários, evidenciando a magnitude que os cortes têm atingido nos últimos anos. O capítulo 4, intitulado “O caso do Inpe” discorre sobre a história do Instituto e as formas como ele foi constituído.

O capítulo 5, “O pós-graduando em foco”, discute as dimensões subjetivas e objetivas que envolvem o trabalho acadêmico. Para tanto, lançamos mão do olhar do trabalho acadêmico sob ponto de vista da atividade, bem como do entendimento de sua inserção na dimensão objetivo como mão de obra barata e que, por vezes, é instrumentalizada para tamponar *déficits* de pessoal, por exemplo. Por fim, os capítulos 6 e 7, intitulados “Resultados do Questionário” e “O que revelam os relatos dos pós-graduandos?”, discorrem sobre os resultados da aplicação de questionário e da realização de entrevistas, juntamente com os pós-graduandos.

De modo geral, o conjunto da pesquisa e dos respectivos capítulos privilegiam os discursos acerca dos impactos dos fatores financeiros no cotidiano dos estudantes, a autocobrança exacerbada e a falta de suporte emergida pela mentalidade gerencialista.

Por fim, o capítulo 8 discorre sobre as considerações finais. Identificamos que os níveis de satisfação após a entrada na pós-graduação sofreram diminuição, o que nos permite inferir que a relação entre gestão do trabalho e sujeitos está tendendo a produzir fragilidades nas vivências estudantis. A confluência das respostas dos respondentes demonstra, para além de percepções e sintomas individualizantes, uma demonstração coletiva de modos de vida patologizantes os quais possuem sintonia com o trabalho desempenhado.

2 O TRABALHO, A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A REFORMA DO ESTADO: CONTEXTUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O ENTENDIMENTO DAS POLÍTICAS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PAÍS

Iniciaremos a jornada da dissertação com a discussão de um elemento primordial, responsável por entrelaçar todos os demais que serão discutidos em momento posterior: o trabalho. Temos por certo que a conscientização da relevância da contextualização do mundo do trabalho, bem como de suas respectivas normatizações ao longo do tempo, são ações fundamentais para entendermos com maior afinco a dinâmica de múltiplas instâncias da vida humana e, no que o presente trabalho pretende se debruçar: sobre a situação da Ciência e Tecnologia e dos pós-graduandos no atual cenário. A Universidade, os Institutos de Pesquisa e a produção de conhecimento serão retratados como instâncias extremamente atravessadas pelo trabalho e pelo contexto político-econômico.

Por meio desse caminho, ancorado pela centralidade do trabalho, podemos respaldar o nosso estudo, bem como adquirir, de maneira processual e inacabada, competências qualificadas para atuar na produção de conhecimento. Noutras palavras, podemos nos visualizar nesse espaço e, mutuamente, atuar como um sujeito que se doa, fisicamente e psiquicamente, ao ofício de dialetizar, produzindo nomeações e ressignificações de múltiplos fenômenos que estão, paulatinamente, sendo intercorridos na vida cotidiana.

A atribuição do pesquisador é reconhecer-se como um sujeito ativo no decorrer da produção do presente trabalho. Eles carregam a responsabilidade de transcender a trivial contemplação, assim como não somente buscar nomear e interpretar as características dos fenômenos que se apresentam, mas, principalmente, de maneira bilateral, almeja-se atuar nas (re)construções do objeto. À vista disso, nos inclinamos nas ações de provocar fissuras em movimentos sedimentados, ditos paralisantes e implacáveis, com a possibilidade de caminhar em direção à transformação e aos modos de vida socialmente e politicamente qualificados.

A nomeação da centralidade do trabalho possui relação direta com o desenvolvimento de lutas e reivindicações trabalhistas e, conseqüentemente, com a defesa do reconhecimento do trabalho como direito fundamental. Tal fato reforça a importância de atentar-se para a relação entre trabalhadores, capitalistas, Estado, agentes econômicos, entre outros; numa instância histórica que dá sustentação às formas de acumulação. Nota-se, portanto, o caráter de atuar sob contradições, em movimentos de rupturas e continuidades, frente à emergência da crise do capital que se instaura de tempos em tempos.

O trabalho, dentro da perspectiva que empregamos, demarca o imaginário do pesquisador, exemplo particular que utilizamos como ponto de partida, porém ele também demarca e condiciona infinitas outras coisas. Se nos atentarmos ao caráter histórico da construção da humanidade, podemos verificar que as formas de experimentação da categoria trabalho interferem em todos os âmbitos do cotidiano: lazer, vida familiar, infância, ética, moral, projetos de vida, educação etc. É impossível alegar que enquanto realizamos um trabalho não estamos construindo a nós mesmos, e vice-versa.

Ao longo do percurso da humanidade, o trabalho adquiriu múltiplos valores em relação à atividade de trabalhar, sem jamais se desvincular do desenvolvimento da humanidade. A retrospectiva acerca do mundo do trabalho que discutiremos nesta primeira subseção não possui um fim em si mesmo. Ela não deve ser somente interpretada como um mero pano de fundo responsável por dar lugar a acontecimentos, histórias e desfechos, o que julgamos extremamente importante. Contudo, tal referência ao caráter histórico das morfologias do trabalho também possui a função de desconstruir discursos que concebem diversas situações como inexoráveis e, como consequência, tem o propósito de desencadear rupturas nos fluxos de repetição cotidiana e enaltecer os fatores inventivos.

Esses movimentos de incentivo à inventividade conjuntural, que viabiliza que sujeitos possam refletir sobre a própria realidade, são “um esforço para criar um contexto em que as pessoas possam questionar as percepções fatalistas das circunstâncias nas quais se encontram” (FREIRE, 2001, p. 36).

O emprego da reconstituição histórica, por vezes, nos permite ir além da aparência do que os fenômenos apresentam, possibilitando o expurgo de uma série de obscuridades em direção à apreensão de sua essência (KOSIK, 2011). Ele nos devolve a percepção de que somos seres ativos na história, sujeitos que são constantemente afetados pelo contexto, mas que, principalmente, também causam impressões altamente significativas no mundo. Sujeitos que demonstram ser origem dos fenômenos, ao menos de uma parcela deles, responsáveis por confirmar, desvalidar, virar do avesso e transgredir tendências que se apresentam em curso.

Portanto, na presente seção, assim como nos próximos que virão, persistiremos no critério de que o trabalho tende a moldar nossas formas de ser e estar no mundo, retroalimenta a construção material e abstrata e atinge, em cheio, as formas de subjetivação.

Ao longo do percurso da humanidade, entre movimentos conservativos e disruptivos, o trabalho adquiriu múltiplos valores em relação à atividade de trabalhar. Essas distinções são visualizadas em função de diversos critérios de análise que podem ser exemplificadas nas

modalidades e formas como ele se estrutura, nos fundamentos, significações, objetivos e projetos advindos dele, assim como na própria relação do trabalho com o indivíduo.

Em 3.600 AC, sob a égide da doutrina cristã, o trabalho foi sentenciado como um castigo em decorrência da subversão. Na Grécia Antiga, o trabalho tinha forte sintonia com a servilidade que distingue aqueles que pensam e aqueles que trabalham para sobreviver, visto que a realização de ambas as tarefas era compreendida como insustentável. Em momento posterior, a doutrina cristã é retomada com as devidas ressalvas a um processo necessário de reparação do homem para que este se torne digno de desfrutar o paraíso, agarrando-se a ideia do porvir do trabalho.

Essa mentalidade é parcialmente quebrada pelo período renascentista, juntamente com a concepção da possibilidade da união do talento, realização e a remuneração, concretizado com a figura do gênio criativo e remunerado. Ao longo do século XX, o trabalho perpassa pela construção de estilos de vida, a exemplo do *American Way of Life*, cidadania regulada, tentativa de equalização entre personalidade e atividade desempenhada, criatividade e realização. No período posterior, a segurança dos estilos de vida dá lugar ao *mindset* flexível, juntamente com as renúncias da estabilidade, dos apegos, propiciando fortes mudanças nos modos de agir e ser tanto na vida pública, como na vida privada (HOBSBAWN, 1995).

A partir da elucidação desses dois breves parágrafos, podemos observar o quão significativos são os impactos das metamorfoses do trabalho no cotidiano da sociedade. À medida que a linha do tempo discorre, podemos visualizar as instaurações de paradigmas, bem como de suas fases de ascensão, maturação, crise e declínio. Os paradigmas político-econômicos podem ser representados como um conjunto de regras, normas, crenças etc que regulam as condutas sociais. Dentro desse campo potencial de transformações, o trabalho atua como a principal engrenagem de modificações funcionais e estruturais da realidade, juntamente com multideterminações que envolvem dimensões econômicas, sociais e culturais que, articulados entre si, são responsáveis por fazer emergir novas formas de sociabilidades e subjetividades (SILVA, 2013).

Segundo Marx (2013, p. 120) o trabalho é “condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, portanto, da vida humana”. Ou seja, somente a partir da relação homem-trabalho é que se desenrola a produção material e histórica do desenvolvimento da humanidade.

Numa perspectiva semelhante, legitimando o trabalho como elemento sócio construtivo, Dejours (2011a) complementa tal concepção ao alegá-lo como forma de apropriação e emancipação humana individual e coletiva, apresentando-se como um elemento garantidor da mediação entre o social e o inconsciente - mecanismo de superação de afetos relacionados à infância e simbolização, sendo considerado um elemento primordial no desenvolvimento psíquico, atuante na construção do projeto de ser, bem como do desenvolvimento da identidade do sujeito (LANCMAN; SZNELWAR, 2011).

Nesse segmento, para que possamos compreender a saúde no trabalho, torna-se essencial buscar compreender as modificações das formas de acumulação que embasam a reprodução capitalista e que, por sua vez, tendem a, num movimento dialético e retroalimentativo, influir nos modos de organização e gerenciamento do trabalho. Lipietz (1986) discorre sobre as condições propícias de implementação e sequência de um regime de acumulação:

Uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação, etc; que garantam a unidade do processo, isto é, a consciência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modos de regulamentação. (LIPIETZ, 1986, p. 19)

Portanto, um regime de acumulação é dotado de uma estrutura que é operada em função de um padrão relativo e consensual, isto é, de um paradigma econômico-político-social estabelecido entre múltiplos agentes que o engendram. Membros da sociedade, Estado, capitalistas, trabalhadores, imprensa etc, podem ser catalogados como exemplos de agentes que dispõem de uma função particular dentro de modo de regulação. Por conseguinte, cada um deles são responsáveis por atuar na sua reprodução, bem como preencher lacunas das suas contradições no decorrer de suas crises, até chegar o momento em que as contradições inviabilizam a própria reprodução, tornando-a insustentável. Quando isso ocorre, a última solução é a instauração de um novo modo de regulação que certifica o *devoir* do ser social.

Ao adentrar no cerne das formas de acumulação, é imprescindível fazer uma análise dos paradigmas de processos produtivos. A compreensão dos processos produtivos são bases fundamentais para compreensão dos modos de regulação pela sobrevivência da acumulação do capital, assim como da reconfiguração dos modos de sociabilidade, das formas de existência, da figura do Estado e, concomitantemente, dos imaginários da Universidade Pública e Institutos de Pesquisa, afunilando-se para o contexto da pós-graduação que, por seu turno, atualmente é

responsável por alicerçar substancialmente a produção de conhecimento no Brasil (MUNIZ, 2020).

Para tanto, iniciaremos a análise datada a partir do século XX, cenário responsável por grandes transformações, bem como pela maturação do capitalismo industrial o qual ressoa sob os nossos modos de sociabilidade até os dias atuais, com as devidas ressalvas proporcionadas pelos acontecimentos recentes. Tais modos de sociabilidade têm sido parcialmente substituídos em prol de um novo modo de regulação: a acumulação flexível, acompanhado de novos ciclos de reestruturações produtivas e um conjunto de respostas contingentes por parte do Estado, valendo-se de reformas de cunho neoliberal.

Discorreremos, de maneira simultânea, sobre os modos de figuração por parte do Estado em decorrência dos dois momentos assinalados, que possuem, em última instância, relação direta com o estabelecimento de prioridades no que tange ao financiamento, não somente considerando os gastos orçamentários, mas principalmente atentando-se para as características estruturais desse processo, isto é, dos reais significados, dos fatores e interesses que estão por trás deles.

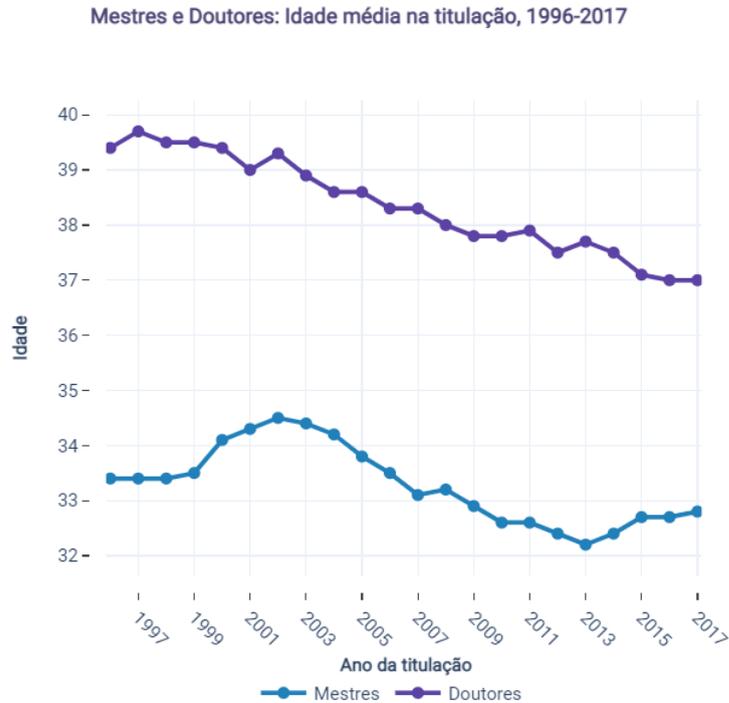
O Estado é tratado como um componente histórico-filosófico fundamental para a sustentação de formas de acumulação, sendo capturado como um componente encadeado e essencial que opera em sintonia direta com a reprodução capitalista (MASCARO, 2013). Noutras palavras, o Estado é uma organização política responsável por atuar na manutenção de um poder, exercendo práticas de regulação e controle social. Por conta dessa característica, defende-se que ele não pode ser apreciado como uma instituição neutra nos seus processos e normatizações.

Atentando-se a essa definição, será possível discutir sobre a concepção de Estado sob o qual as políticas de financiamento estão fundamentadas, uma vez que tais figurações atuam como um alicerce para as práticas políticas que embasam as justificativas de distribuição de recursos por parte Estado, localizado em um cenário majoritariamente permeado por jogos de forças que se enlaçam entre movimentos progressivos e regressivos.

A seção também fornece pistas para a compreensão da situação em que se encontra uma massa da população jovem que possui idade entre 20 e 30 anos. A especificidade dessa categoria é responsável por constituir o perfil do pós-graduando na atualidade (MATTOS, 2011; SCALABRIN, BENETTI, 2015; Universidade Federal Fluminense, 2017), o que também corrobora com os dados da presente pesquisa. Até o momento, não foi localizada uma pesquisa que abranja a totalidade de pós-graduandos de acordo com os critérios de idade, entretanto, de

acordo com o relatório do CGEE, constatou-se uma redução da idade média referente às titulações de mestres e doutores (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2020).

Figura 1: Idade média de titulação (mestrado e doutorado)



Fontes: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2017 (Capes/MEC). Elaboração do CGEE. Tabelas M.TIT.06 e D.TIT.06

Figura 1 FONTE: CGEE. Disponível em: <https://mestresdoutores2019.cgee.org.br>

Ademais, por vezes, esse nicho é atravessado por um conjunto de instabilidades provenientes do cenário flexível. Enfatizo essa colocação em decorrência da inserção do público jovem no mundo do trabalho, mas também pela sua inserção na Universidade e nos Institutos de Pesquisa, valendo ressaltar que estes últimos não se encontram aquém das transformações do mundo do trabalho e nem tampouco se situam afastadas das dinâmicas provenientes da ideologia gerencialista (GAULEJAC, 2007).

2.1 ANTES DE 1970

Diante do cenário caracterizado pela potencialização da ideologia liberal, o alto índice de industrialização e expansão da produção econômica, entre o final do século XIV e começo do século XX, entra em vigência a administração científica taylorista, preocupada com uma maior produtividade em menor espaço de tempo. A produção em massa era a fonte de

riqueza tendo em vista que as mercadorias se movimentam, expandindo o mercado. Para tanto, o método dispõe da decomposição do processo de trabalho (característica que valoriza a especialização), técnicas de controle de movimentos, separação do trabalho intelectual/mecânico e disseminação do poder hierarquizado – consolidando o corpo docilizado e produtivo.

Ao falar da concepção do homem no trabalho, Taylor atribuiu ao trabalhador a figura de negligente, isto é, ser preguiçoso que deve estar constantemente submetido às ordens de *outrem* com intuito de se manter longe do desvio. Segundo Rosso (2008, p. 57), “Taylor havia feito um diagnóstico sobre o problema no trabalho e chegara à conclusão de que o problema consistia basicamente em “subtrabalho” (que ele expressa exatamente sob a expressão de *underworking* – trabalho insuficiente, pouco trabalho”. Fato este que permitiu, a partir de suas técnicas implantadas, um elevado índice de intensificação de trabalho e a depreciação pelo fator humano no ambiente laboral.

A figura da gerência assume uma primazia sobre o processo produtivo, ao mesmo passo em que ocorre a taxação do homem-boi, caracterizado pelo trabalhador treinado, destituído do saber em relação à execução do próprio trabalho. Nesse sentido, é instaurado um “novo campo de saber” (RAGO, MOREIRA, 1985, p. 21) pautado pela superioridade do gerente (detentor do saber científico) em detrimento do saber do operário.

Nesse sentido, o processo de trabalho fragmentado, em migalhas, pode levar a uma desapropriação do trabalhador em relação à própria atividade. Dejours (2015) observa que a organização de trabalho baseada nos pressupostos tayloristas tende a supervalorizar o imperativo da gerência, de ordem tipicamente prescritiva, característica que transforma a figura do trabalhador em um homem objetivado. Um homem aprisionado em noções de percepção ditadas por um Outro, o que neutraliza os seus poderes de refletir sobre o próprio mundo, bem como de seus movimentos sublimatórios.

Deste modo, não é o aparelho psíquico que aparece como primeira vítima do sistema, mas, sobretudo o corpo dócil e disciplinado, entregue, sem obstáculos, à injunção da organização do trabalho, ao engenheiro de produção e à direção hierarquizada do comando. Corpo sem defesa, corpo explorado, corpo fragilizado pela privação de seu protetor natural, que é o aparelho mental. (DEJOURS, 2015, p. 21)

Cabe situar, pois, a supremacia do trabalho prescrito ao sucumbir os movimentos criativos do trabalhador em relação ao processo de trabalho, impossibilitando apropriações e,

concomitantemente, a substituição do sofrimento patogênico pelo sofrimento criativo, promovendo, desse modo, a realização humana pela via do trabalho.

Nessa época inicia-se a trajetória do fordismo em 1914, ano caracterizado pela implementação da redução da jornada de trabalho de oito horas por cinco dólares e linhas de montagem. Posteriormente, o modelo alcançará a hegemonia e atuará em harmonia com pressupostos do taylorismo. Todavia, é preciso enfatizar o caminho árduo e complexo em relação à incorporação do método a nível universal, visto as resistências por parte das instituições em geral e condições propícias de implementação.

Sob princípio do taylorismo, o fordismo lhe dá continuidade com o propósito de produção em massa atentando-se para os lucros através dos altos índices de exploração da força trabalho. Harvey (2009), aponta alguns fatos que reforçam as distinções entre o taylorismo e o fordismo.

O que havia de especial em Ford (...) era sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo em massa, um novo sistema de produção da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2009, p. 121).

No que tange às condições técnicas, Ford acrescenta a esteira de produção. Tal característica acaba por deslocar moderadamente a responsabilidade de controle para a máquina que, em junção à figura do supervisor, garante a velocidade e o ritmo de produção. Todavia, a partir do trecho esclarecido por Harvey, é possível inferir que os pressupostos fordistas aconteceram em maior quantidade numa dimensão social em decorrência da gestão mais participativa, reorganização de política salarial, os estímulos de produção e iniciativas individuais, e respectivamente, uma fortificação da suposta conciliação capital-trabalho dentro dos padrões do "*American Way of Life*."

“Queremos completa responsabilidade individual [...] onde a responsabilidade se acha fragmentada e dispersa por uma série de serviços, rodeado por sua vez de um grupo sub titulares, é realmente difícil encontrar alguém que seja realmente responsável [...] o jogo do empurra, que certamente nasceu nas empresas de responsabilidade fragmentada [...] O espírito de competição leva para frente o homem dotado de qualidades [...] não dispomos de postos ou cargos, e os homens de valor criam por si mesmos as suas posições [...] A pessoa em questão vê-se de repente num trabalho diverso com a particularidade de um aumento de salário”. (FORD, 1967, p. 74-76)

De acordo com Galbraith (1977), Ford previu o que os demais não previam no sentido de buscar garantias de movimentação de mercadorias. A “miséria operária” (DEJOURS, 2015, p. 15), demonstrada pelas precárias condições de trabalho e salários muito baixos, favoreceu a concentração de riquezas em uma pequena parcela da população, sendo sua maioria composta por capitalistas. A superprodução acontecia concomitante à falta de recursos financeiros por parte da população que encontrava sua forma de consumo através da facilitação de créditos.

Assim, o tempo de certezas começa a desmoronar na medida em que a história contradiz o que a ideia determina (HOBSBAWN, 1995). Afinal, os pressupostos de que a “mão invisível” de Adam Smith daria conta das variações de mercado em junção à produção em massa acabaram por desencadear a crise de 1929, evidenciando que o método eficiente estava deixando a desejar, além de mostrar que o homem não era totalmente manipulável aos interesses da organização. Segundo Hobsbawn (1995, p. 109) “a grande depressão confirmou a crença de intelectuais, ativistas e cidadãos comuns de que havia alguma coisa fundamentalmente errada no mundo em que viviam”.

O colapso econômico provocou estranhamentos suficientes para abrir espaços ao que não havia sido questionado há tempos, abalando a ordem mundial. Dentre suas várias consequências, está a reconsideração de um Estado forte que se mantenha presente em tempos de esgotamento do capitalismo. Tal como foi citado anteriormente, o Estado é um terceiro elemento extremamente necessário para a dinamização reprodutora do capital (MASCARO, 2013). Ele atua como um agente regulador que valida padrões de socialização a partir da delimitação de suas funcionalidades, bem como da elaboração de um aparato jurídico-político que é norteado pela função que lhe é atribuída. Logo, a partir de suas ações e regulamentos, o Estado atua na harmonização de valores do paradigma vigente e das normas sociais.

Em decorrência da crise instaurada, o Estado de Bem-Estar Social conquistou um espaço significativo a partir dos programas introduzidos por Roosevelt, intitulado *New Deal* (1933-1937), racionalizados por John Maynard Keynes. Durante o pós-guerra, as instituições, com a finalidade de reconstruir o cenário socioeconômico do mundo, passaram a atentar-se às novas informações relacionadas à gestão participativa. Tais condições concederam espaço para a universalização do fordismo como novo sistema de reprodução da força de trabalho, harmonizado com o Estado de Bem-Estar Social de Keynes.

Torna-se necessário considerar as condições de instauração do binômio fordismo-keynesianismo e seus impactos na organização da classe trabalhadora no que diz respeito à ascensão dos sindicatos e direitos trabalhistas numa esfera global.

[...] o crescimento fenomenal da expansão de pós guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. (HARVEY, 2009, p. 125)

Em suma, a conjuntura pós-guerra possui uma importância na atribuição do fordismo-keynesianismo em escala global, tornando-se uma alternativa para desfazer o caminho equivocado por parte da lógica liberal e a destruição durante o entre guerras. Não demorou muito para que o modelo se estendesse para outros países da América Central na intenção de suprir lacunas e constrangimentos advindos da instabilidade econômica. O enfoque, nesse sentido, era o de garantir uma maior estabilidade ao mercado e à população a partir de intervenções no âmbito inflacionário, garantia de empregabilidade e renda, estímulo ao mercado interno e, como resultado articulado com as últimas considerações, proporcionar um incentivo massivo ao consumo com intuito de proporcionar inigualável fôlego para movimentação da economia.

A conjuntura também possibilitou um maior compromisso com a ampliação de direitos sociais (saúde, educação, seguridade social etc), causas trabalhistas, assim como a instituição de compromissos os quais versam sobre as preocupações humanitárias. A atenção à qualidade de vida da população fortificou-se frente ao cenário de destruição, o que impactou no aumento de bem-estar global dos sujeitos, contudo sem esgotar os conflitos e contradições presentes nas relações entre capital e trabalho, tendo em vista que as medidas são justamente um sistema de controle das classes trabalhadoras de modo a mantê-las dentro dos limites toleráveis à estabilização do movimento de acumulação capitalista (DRAIBE e AURELIANO, 1989).

Portanto, é importante ressaltar que, para além da concretização de programas sociais democratas do pós-guerra, a instauração da função do Estado aliada aos pressupostos das políticas de bem-estar social é um importante elemento estrutural das economias capitalistas

contemporâneas, apresentando-se como uma alternativa de articulação entre Estado e mercado (ESPING-ANDERSEN, 1991; SANTOS, 2007).

Tem-se, como referências de documentos internacionais a elaboração da Declaração de Filadélfia – conduzido por valores morais e princípio da solidariedade frente aos ataques aos direitos humanos ocorridos – dando ênfase para a declaração relativa aos fins e objetivos da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

A Conferência reafirma os princípios fundamentais sobre os quais repousa a Organização, principalmente os seguintes:

- a) o trabalho não é uma mercadoria;
- b) a liberdade de expressão e de associação é uma condição indispensável a um progresso ininterrupto;
- c) a penúria, seja onde for, constitui um perigo para a prosperidade geral;
- d) a luta contra a carência, em qualquer nação, deve ser conduzida com infatigável energia, e por um esforço internacional contínuo e conjugado, no qual os representantes dos empregadores e dos empregados discutam, em igualdade, com os dos Governos, e tomem com eles decisões de caráter democrático, visando o bem comum. (DECLARAÇÃO DE FILADÉLFIA, 1944)

ARTIGO XXII

- Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

- Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

- Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

- Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

ARTIGO XXIV

- Toda pessoa tem direito a repouso a lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.

ARTIGO XXV

- Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948)

No que se refere ao Brasil, é possível estabelecer que o aparecimento dos resquícios do Welfare State começam a emergir a partir da produção legislativa a que se refere o período de 1930/43, durante a Era Vargas. Ele foi firmado a partir da criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e da elaboração da legislação trabalhista. A partir de então, deu-se

ao Estado a funcionalidade de atuar como provedor do bem estar-social a partir da concessão de direitos, bens e serviços, comumente harmonizados com o crescimento econômico. Nessa perspectiva, o Estado dispunha, ainda que de forma regulada aos interesses de classe, de uma autonomia relativa em suas formas de administração.

Dentro das particularidades do âmbito brasileiro, é possível enfatizar que, devido à sua condição de estar inserido num campo de desenvolvimento do capitalismo tardio, o país recorrentemente experimentou de forma peculiar as tendências advindas dos países centrais. Tal característica incidiu na adoção de uma tipologia de Estado de Bem-Estar Social não pautada na concepção institucional-redistributiva, mas sobretudo na perspectiva meritocrática-particularista (DRAIBE e AURELIANO, 1989). Essa tipologia, mesclada ao caráter desenvolvimentista, fornece uma certa seletividade acerca dos grupos sociais que foram beneficiados com as políticas sociais.

Dessa forma, engendrado nos princípios meritocráticos, entendeu-se que as políticas sociais deveriam ser direcionadas aos membros da sociedade situados em posição ocupacional formal e de renda adquirida no nível da estrutura produtiva. Ou seja, apenas os trabalhadores formais constituíram a base sobre a qual se ergue o sistema brasileiro de política social. Seguridade social, educação, assistência médica, dentre outros direitos fundamentais eram concedidos em maior escala ao trabalhador formal.

Essa mentalidade se manteve em vigência até a elaboração da constituição cidadã que, por sua vez, enfatizou a necessidade de políticas de direitos universalizantes e descentralizados. Sob a égide da Nova República, ocorreu um reconhecimento da dramática situação da ineficácia das políticas, seguida da elaboração de um conjunto de estratégias de combate à fome, desemprego e miséria, bem como em modificações na reformulação do sistema brasileiro de Proteção Social.

Em suma, em função das políticas e itinerários adotados, tais características não suprimiram as desigualdades históricas, por ora ainda não superadas na atualidade, que, por seu turno, possuem sintonias extremamente estreitas com as marcas do regime escravocrata anteriormente instaurado no país que causa, até os dias atuais, fortes influências acerca da forma como vivemos em sociedade, bem como lidamos com o trabalho.

Nesse segmento, atentando-se à Era Vargas, a figura imaginária do “ser trabalhador” despertou uma jornada na ressignificação da cidadania (ALMEIDA, 2018), em que esta última foi diretamente vinculada ao trabalho formal, que cresceu significativamente ao longo do tempo, especificamente até o final do século XX. Contudo, essas características têm sido

radicalmente modificadas em função da significativa diminuição dos postos de trabalho ao longo dos anos e que tendem a deslocar a informalidade do estado de exceção para a regra (NUNES, 2018).

Sob a perspectiva dos modos de subjetivação, eles se arranjam a partir de uma gestão linear, estável, hierarquizada. O trabalho, sinônimo de autocontrole, unia a esfera pública e privada no sentido da mobilização e aprimoramento de especialidades e habilidades e, por outro lado, sustentava a garantia de propriedade nos moldes burgueses e a moralidade. Concomitante a estes fatos, reproduz-se também internalizações disciplinares, bastante relacionadas ao controle do tempo (THOMPSON, 1998), que fazem com que o homem “se torne o trabalho” numa relação quase simbiótica, responsável por materializar a cooperação capital-trabalho.

A harmonização do fordismo-keynesianismo proporcionou um grau de eficiência que elevou a conjuntura supracitada ao *status* dos chamados tempos de ouro do capitalismo. O momento de cooperação do capital-trabalho alcançou o seu apogeu num ciclo virtuoso de aumento de produção, movimentação de mercadorias e produção de lucros, aliada ao bem-estar e aumentos de salários da classe trabalhadora.

Tal conjuntura obteve seu declínio no momento em que não se pôde visualizar o aumento da rentabilidade por estes mesmos meios, o que desencadeou uma crise advinda da supervalorização de capital. No tocante às crises, é possível inferir que elas não podem ser interpretadas por um momento de desvalorização ou falta de produtividade, mas sobretudo por um momento de valorização extrema do capital que gradativamente adquire sucessivas dificuldades de crescimento que possam promover uma rentabilidade ascendente e adequada (CHESNAIS, 2003).

Logo, em função da estagnação do crescimento do capital, sobrevivendo a partir dos anos 60, desencadeou-se um processo de transição a favor da instauração de um novo processo de acumulação que suprisse a demanda basilar da máxima acumulação de riquezas. Esse processo reverberou do mesmo modo em uma crise do Estado a qual implicará em profundos rearranjos nas formas como ele se revela e modificações expressivas no funcionamento da sociedade.

2.2 APÓS 1970

A partir do cenário de mundialização do capital, caracterizada por Chesnais (2003) como uma etapa particular do estágio do imperialismo, a humanidade foi inserida em uma nova realidade técnica, econômica e social, caracterizada por intensos circuitos de transformações, disrupções e acelerações de tendências até então pouco exploradas. Em meados dos anos 1980,

tendo como estopim a crise do petróleo (1973-74) e o fim do Bretton Woods (1971), a humanidade se deparou com uma nova concepção de capitalismo que reivindica a urgência de um espaço financeiro mundializado. O capitalismo produtivo foi parcialmente substituído por um capitalismo permeado pelas emergências financeiras, caracterizado pela complexidade de processos e pela fusão do capital de juros e capital industrial.

A substituição do binômio fordismo-keynesianismo pelo toyotismo, bem como os novos modos de gestão e tecnologia ligadas às chamadas reestruturações produtivas, engendraram a instauração de um novo modo de acumulação a que Harvey (2009) intitula de acumulação flexível. Tais mudanças acabaram por estabelecer relações homem-trabalho cada vez mais flexíveis, transformações significativas na função do Estado, nos modos de funcionamento da Educação Superior e, no que o presente trabalho mais se interessa, no âmbito da pós-graduação.

De acordo com Druck (1996, p. 24) a mentalidade global “oculta as responsabilidades sociais e políticas e acaba por naturalizar os fatos sociais”. Diante do trecho, a globalização pode ser catalogada como uma alavanca de mudanças estruturais o qual corrobora com a construção de sociedade baseada nos aspectos de retórica economicista, cujas ações são relacionadas à tonificação da complexidade e heteronomia das organizações públicas e privadas, além de dispor de certa conformidade frente às flexibilizações que estariam por vir.

Em suma, adotou-se um processo de desterritorialização do capital com a finalidade de alcançar maiores níveis de acumulação que promulgará, mais adiante, o desencadeamento de uma desterritorialização do trabalho. Samir Amin estabelece que o sistema capitalista opera em função de três instâncias de forma integrada: mercado de produtos do trabalho social, mercado de capitais e mercado de trabalho (AMIN, 2005). Comumente, dentro do *modus operandi* em vigência, por vezes, a instância do mercado de trabalho acaba sendo suprimida por conta da preponderância do “circuito encurtado” (CHESNAIS, 2013), oriundo do capital fictício, sem que a produção de capital necessariamente perpassa pelo nível produtivo.

O circuito do capital “encurtado” pode ser classificado como sistema de acumulação que viabiliza a expansão do dinheiro, de feição fictício, sem a mediação do processo de trabalho (D-D’), de modo a garantir uma alavancagem, meros atalhos, para obtenção de rendimentos com maior rentabilidade e liquidez. Logo, a obtenção de rendimentos e dividendos passou a ser um fim em si mesmo. Em contraposição, o processo de acumulação “estendido” (D-M-D’) é caracterizado pelo processo que é desenvolvido no âmbito da produção e, respectivamente, na circulação de mercadorias (CHESNAIS, 2013).

Tais circunstâncias, inicialmente difundidas pelos países centrais e gradativamente incorporada pelos países periféricos, redundou na adesão de políticas de cunho neoliberal em escala global, gradativamente instrumentalizadas com intuito de proporcionar maior vazão ao fluxo de capitais, o qual requeria, por seu turno, modificações profundas nas formas de gestão do trabalho.

Esse fato repercute diretamente na diminuição de postos de trabalho, instância considerada onerosa por parte da nova forma de acumulação, bem como acaba por fortificar desigualdades, consolidando a centralização de riquezas. Tais caminhos, juntamente com um conjunto de implementações de tecnologias, seguida do estabelecimento de critérios de governança e organizacionais adotados, são responsáveis por preconizar o aumento do trabalho morto, associado ao ideário da organização enxuta - *undersizing*, que desembocaram a instauração de um desemprego estrutural sem precedentes.

Anastasio (2010), ao analisar o cenário da globalização e seus impactos no mundo do trabalho, faz alusões sobre as consequências da globalização no quesito da má distribuição de trabalho e riquezas e as respectivas políticas engendradas no neoliberalismo que sustentam relações de trabalho gradativamente mais precarizadas nas formas de flexibilização:

Temos de admitir que as novas formas de organização do trabalho e principalmente as novas tecnologias e sua aplicação no trabalho estão incrementando produtividade. O problema atual do neoliberalismo global não é uma questão de falta de trabalho nem de riqueza, mas sim de distribuição, o que, como já dissemos, não depende das novas tecnologias, mas das políticas que são implementadas. Assim, com respeito ao emprego, ‘percebe-se que o verdadeiro problema de nossas sociedades não é de modo algum, a escassez de trabalho, mas a ausência de um ‘mecanismo conivente de partilha... a partilha se realiza deixando uma parte dos cidadãos no desemprego’.

(ANASTASIO, 2010, p. 43)

Noutras palavras, os processos de precarização do trabalho e desemprego estrutural não podem ser reduzidos à introdução de tecnologias nos meios de produção e aumento do trabalho morto no processo produtivo, mas sobretudo, trata-se de políticas vinculadas a má distribuição. Associada à inércia da conjuntura, as chamadas Reestruturações Produtivas, ações frequentemente adotadas pelas grandes corporações no novo cenário, desencadeiam um montante de problemas sociais, tais como: a pulverização dos sindicatos ocasionados pelos discursos individualistas, o aumento da desigualdade e violência, o aumento trabalho informal, o discurso do fatalismo econômico.

Inserido no enredo dos acontecimentos, o trabalho adquire características cada vez mais multifacetadas e flexibilizadas. O trabalhador deixa de ser responsabilidade do Estado e

da organização em que reside e passa a ser gestor de si – o homem empresarial -, o que compactua cada vez mais com o estabelecimento de corpos flexíveis e individualizados que se adequam a esse modo gestão, e também fortifica a questão do desamparo na contemporaneidade (SAFATLE, 2015).

Há incentivo na busca de subverter a situação pela via do empreendedorismo, o que acaba por estimular a individualidade. O setor de serviços também se amplia, garantindo o *status* de empregado para uma parcela da população. Estes empregados são absorvidos pela lógica da flexibilização, tentando adaptar-se às múltiplas demandas. Por isso, recorre-se à consideração de Safatle (2015, p. 136) de que “nossos corpos perderam a qualidade narrativa, eles são habitados pela violência dos fluxos contínuos codificados pela forma-mercadoria, mas eles ainda sabem contar”.

Barradas (2015) fornece algumas considerações acerca dos aspectos sociais trazidos pelo contexto neoliberal, seguida da citação de uma corporeidade peculiar que vem sendo construída sob seus moldes. Trata-se, tal como foi dito por Margareth Thatcher, não somente de uma reforma econômica, mas sobretudo de uma reestruturação do coração e da alma.

Se o sujeito, na época áurea do desenvolvimento capitalista, consolidado pelo taylorismo/fordismo, foi tomado como objeto, hoje, nos estertores do sistema, este mesmo sujeito, atormentado pelas novidades da chamada reestruturação produtiva, é ameaçado de morte pelo capitalismo neoliberal: aquele sujeito que vendeu seu corpo e sua alma, atualmente, mesmo que queira, tem cada vez menos chance de vendê-los ou negociá-los, dentro da encruzilhada em que o capitalismo, a partir da crise estrutural iniciada na década de 1970, mais uma vez se lançou. (BARRADAS, 2015, 9. 20)

Para além do poder disciplinar, há uma introjeção de um ideal do Eu construído pela alienação do desejo do Outro, isto é, o neoliberalismo aparece como um ideal de conduta em que membros da sociedade devem ser empresários de si, fazendo cair a responsabilidade sobre os indivíduos. Nesse sentido, os padrões de socialização se modificam constantemente estabelecendo o medo enquanto afeto político e a conformidade em relação à experimentação da indeterminação. Pode-se relacionar essa afirmação à conceituação de *looping* elucidada por Mancebo (2009):

O loop – clímax da aceleração precipitada -, “sob cuja intensidade extrema relaxamos nosso impulso de reagir, entregando os pontos entorpecidos, aceitando resignadamente ser conduzidos até o fim pelo maquinismo titânico” (Sevensco, 2001, p.16), leva, portanto, a uma anuência passiva, cega e irrefletida (...) Delineiam uma dinâmica subjetiva consumista – numa clara referência ao “comportamento” veloz e atordoante da circulação de mercadorias – que remete ao rápido envelhecimento do novo, à reciclagem, à substituição do “entulho” (MANCEBO, p. 80)

Dentro da trama do rearranjo dos modos de trabalho e do quadro competitivo internacional, bem como da maturação do ideário neoliberal em suas formas de gestão social e econômica, o Estado brasileiro também passa por profundas transformações no que tange à atribuição de suas atividades. A reconfiguração do Estado nos parâmetros neoliberais impacta em diversas áreas, sobretudo no âmbito das políticas sociais e recaem, inclusive, nos modos de financiamento em Ciência e Tecnologia, nas suas respectivas agências de fomento e no acirramento de avaliações como condição primária de distribuição de recursos para os programas de pós-graduação.

No parâmetro global, o princípio de bem-estar social passa a se desintegrar gradativamente e se reconstitui nos moldes da materialização neoliberal, materialização esta que cede espaço à conformidade da individualidade, competitividade e adaptação em relação aos estímulos internos e externos das organizações. Tais reformas atuaram na legitimação do Estado como regulador da economia no cenário de financeirização, isto é, a sua função é orientada para estabelecer uma harmonização entre a economia de mercado por intermédio das ações reguladoras e financiamento (FARIAS, 2009).

Concomitantemente, a Reforma do Estado no Brasil, iniciada em 1990, atuou como fundamental para o início do processo de desresponsabilização do Estado frente a manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), dentre outros âmbitos das políticas sociais. Estas últimas, desde então, foram regularmente impulsionadas a buscar recursos financeiros que não fossem disponibilizados pelo Fundo Público.

No Brasil, a reforma do Estado foi encabeçada por Bresser Pereira, ministro chefe da Secretaria da Administração Federal no período de 1995-1999. O discurso central que propiciou o imperativo da reforma girou em torno da reconstrução do Estado brasileiro frente ao cenário globalizado. Observou-se, pois, a demanda resolutiva do endividamento que, para além dos aspectos funcionais, direcionava-se para uma mudança estrutural no papel do Estado em função do momento econômico, político e social percorrido. Logo, a reforma passava a ser visualizada por uma necessidade interna de realização de um ajuste fiscal, acompanhada da pressão dos investidores estrangeiros e agências financeiras multilaterais. (PEREIRA, 1995).

É importante ressaltar que, nesse momento, justificando a denominação imperialista, as agências financeiras multilaterais assumiram primazia em detrimento da autonomia estatal. Os Estados nacionais se depararam com uma enorme submissão ao capital rentista mundializado, o que resultou na incapacidade de autonomia de formulação de suas próprias políticas monetárias,

seguida de sua subordinação aos organismos supranacionais, juntamente com uma maior circulação de capital e flexibilização das ditas amarras protecionistas. Tais características tendem a garantir uma posição no cenário internacional, mas não necessariamente resolve as assimetrias da realidade brasileira que, por sinal, apresentam-se numerosas.

De acordo com Chaves e Reis (2018, p. 2), “a destinação dos recursos orçamentários para a dívida pública, a grandes grupos financeiros e fundos de investimento e de pensão inviabiliza a necessária ampliação do financiamento das políticas sociais de modo a cumprir as promessas inscritas na chamada ‘Constituição Cidadã’ de 1988”. O fundo público se transforma, pois, em um campo de conflito entre detentores de capital e membros da sociedade que reivindicam modos de vida objetivamente qualificados, juntamente com políticas de proteção amparadas nos direitos humanos fundamentais.

Pereira (1996) aponta o Estado como um dos principais elementos contribuintes para o acirramento da crise do capital, argumentando que a forma pela qual a administração pública vinha sendo administrada era destituída de flexibilidade e eficácia. Ela é representada, ademais, por uma proposta que se contrapõe aos ditos modelos patrimonialistas e burocráticos os quais se encontravam em vigência nos modos de gestão do Estado brasileiro até aquela ocasião.

A partir de um discurso sócio-democrático, com profundezas neoliberais, o antigo ministro defende que a figura estatal deveria se inclinar em “dar ao Estado meios financeiros e administrativos para que ele possa intervir efetivamente sempre que o mercado não tiver condições de coordenar adequadamente a economia (PEREIRA, 1996, p. 2)”. Não se almejava aqui, portanto, um Estado Mínimo, mas, principalmente, um Estado forte que pudesse auxiliar nos momentos de instabilidades do mercado, fornecendo subsídios e incentivo à competitividade (FALEIROS, 2004).

Por outro lado, Pereira (1996) também salienta a necessidade de aumentar a qualidade dos serviços sociais direcionados à população, educação, saúde, segurança etc. Ele transfere a figura dos usuários de serviços públicos de cidadãos para clientes, reforçando a atenção aos parâmetros gerenciais. Acredita-se que por intermédio da descentralização dos serviços – estimuladores de desresponsabilização, pelo fato de reconhecê-los como serviços não-essenciais - e da instauração de uma administração pública sob pressupostos gerenciais, focada nos resultados em detrimento dos aspectos processuais, o serviço público teria maiores condições de consolidar uma prestação de serviços de modo mais eficaz. No entanto, entre intenções e realidades, presentificam-se lacunas.

A exemplo do posto, temos a pesquisa de Ramos (2016) que desvela, a partir de critérios numéricos de comparação entre as principais avaliações da educação básica, a incipiência e as disparidades resultantes da tentativa de conciliação entre racionalidade econômica e qualidade de serviços, implementadas pelo Governo de São Paulo no final da década de 90. Observa-se uma queda significativa do desempenho dos estudantes quando comparados os períodos que antecedem a reforma em detrimento do período que as sucedem.

Constata-se, ao final, que a segunda instância citada (a qualidade) acaba por deixar a desejar quando comparados os dados. Ainda que a pesquisa discorre estritamente sobre a educação básica no estado de São Paulo, o discurso adotado é utilizado de forma ampla para conceder diversas flexibilizações no que diz respeito ao trabalho na Educação, bem como no âmbito do serviço público na sua totalidade.

A reforma do Estado, acompanhada das mudanças de prioridades e queda substancial do seu fôlego no que tange ao financiamento, inaugura o período de heteronomia por parte das instituições públicas, permeada pela mentalidade de sobrevivência constante frente aos estímulos internos e externos. Nesse contexto, nasce o discurso da qualidade total com base nos aspectos quantitativos de avaliação. As avaliações começaram a ser instrumentalizadas como elementos filtradores entre quem deveria ser beneficiado com os recursos advindos do fundo público. Começa a institucionalização, ademais, dos incentivos pela busca de captações próprias que não fossem oriundos do fundo público, interferindo diretamente em parcerias público-privadas e na autonomia institucional.

À vista do posto, podemos delimitar mais uma característica do Estado nessa nova fase: o papel de regulador-avaliador em contraste à figura do provedor instituído no binômio fordista-keynesiano. Segundo Dias Sobrinho (2002, p. 28), “o Estado deixou de ser o provedor de benefícios e serviços que a sociedade utiliza para superar seus problemas e passou a exercer severo controle e forte fiscalização”. Partindo de sua fundamentação sob os princípios meritocráticos, ele acaba por deslocar a responsabilidade estritamente ao caráter particular do sujeito, ou da instituição, eximindo-se de quaisquer responsabilidades em decorrência do desempenho, ou até mesmo do fracasso escolar.

O Estado pautado nos modelos gerenciais e os modelos avaliativos com foco nos resultados, de modo articulado, se fortalecem entre si. Os princípios da administração pública gerencial preveem o enfoque nos resultados em detrimento dos processos, bem como a flexibilização dos processos de trabalho. O controle do Estado nos modelos avaliativos, nesse contexto, está localizado no início e no fim do processo, ocultando todos aqueles elementos

implícitos no processo de trabalho que inibem o desempenho, dentre eles, podemos localizar o próprio *déficit* de recursos materiais. Em suma, a lógica estabelecida é a seguinte: “faça muito com pouco!”

O atual modelo de avaliação da pós-graduação emerge justamente a partir dessas premissas. Gaulejac (2007) localiza no âmbito da educação um dos cenários mais frutíferos para a ideologia gerencialista, e assim tem sido nas últimas duas décadas. Entre os anos 1996-1997, influenciado pelos organismos internacionais e pelo Pacto de Bolonha, o modelo avaliativo apresentou drásticas transformações, aproximando-se de critérios cada vez mais quantitativos relacionados à produção intelectual e preenchimento de objetivos de produção, isto é, ela é medida tão somente a partir da numeração de artigos indexados etc.

Ademais, tal como já foi citado nos parágrafos anteriores, foi criada uma equalização entre as avaliações e o sistema de fomento, o que traz diversos impactos para o trabalho e para a saúde daqueles agentes que circunscrevem o âmbito da Educação Superior no Brasil (CRUZ, 2011; SILVA, 2020; SGUISSARDI, SILVA JÚNIOR, 2009).

As formas políticas adotadas na era FHC, portanto, tiveram enfoque na abertura comercial e financeira, com margens altíssimas para abertura para o mercado especulativo e, conseqüentemente, privatizações e movimentos de mercantilização que dessem sustentação para o sistema que se instaura. As políticas ainda eram acompanhadas pelo aumento exponencial de juros que, gradativamente, legitimou a transferência de capital do setor industrial para o âmbito financeiro. Desde então, também foram delimitadas as prioridades da política fiscal (via Lei de Responsabilidade Fiscal) que estabelecia uma hierarquia nos gastos públicos, dando prioridade ao pagamento de juros e encargos da dívida pública para credores financeiros.

De acordo com Reis e Macário (2018, p. 123), no contexto da mundialização financeira, a dívida pública “passou a ocupar um importante papel no circuito de valorização do Capital fictício e as políticas econômicas e sociais dos estados nacionais assumiram nova configuração para valer tais interesses”. Desde então, os chamados incentivos fiscais distribuídos pelo Estado para o salvamento de grandes instituições financeiras e outras grandes empresas fizeram - e fazem - jus a sua função delimitada na reforma do aparelho estatal. Por outro lado, tais ações também impactam diretamente no fomento das políticas sociais as quais se encontram, a cada ano, cada vez mais desmanteladas em função dos remanejamentos orçamentários para o pagamento da dívida.

O conjunto de políticas que demarcaram o início da desregulamentarização na era FHC (1995-2002) foi continuado na era lulista (2003-2015), com as devidas contrapartidas sociais que merecem ressalvas no que tocante ao aumento das políticas compensatórias, combate à pobreza e o incentivo ao consumo. A era lulista abriu precedentes para um longo caminho de política conciliatória, contendo no seu seio um agrupamento de aprimoramentos jurídico-políticos que viabilizaram uma maior desregulamentarização do setor financeiro, assim como coadunam políticas de privatização até o momento de seu esgotamento, datado no *impeachment* do presidente Dilma Rousseff em 2015.

No período de 2013 a 2017 (governo Lula, Dilma e Temer), foram destinados, cumulativamente, por meio do orçamento da união, 16,552 trilhões para a dívida pública, juros e amortizações e refinanciamento. Esse montante representou, em média, quase metade (46,56%) dos recursos orçamentários da União destinados para todas as áreas de atuação no governamental (35,548) trilhões as despesas da união com juros e amortizações da dívida pública excluídas as despesas com refinanciamento, no período de 2003 a 2017,1 totalizaram 7.046 trilhões e representaram, em média, 19,82% das despesas da União (...) valores cinquenta e oito vezes mais do que os destinados para a Ciência e Tecnologia - R\$ 122,123 bilhões - (REIS, MACÁRIO, 2018, p. 136)

A partir do relato acima, constata-se a manutenção do governo petista, seguido do governo Temer, na priorização financeira e das diretrizes neoliberais. A quebra de expectativas levou ao seu esgotamento das políticas conciliatórias com início datado nas manifestações de políticas de 2013 (SAFATLE, 2017). Ricardo Antunes, no Congresso de Psicodinâmica e Clínicas do Trabalho, elucida que as manifestações se transfiguraram de um evento caracterizado pelo impulso da defesa do Pacto da Nova República, para uma manifestação de cunho altamente regressivo, embasada nos princípios ultra neoliberais e conservadores.

Os fatos levaram à adoção de políticas de austeridade ainda mais severas, a exemplo da PEC 241/55, transformada na Emenda Constitucional (EC) 95, que versa sobre o Teto dos Gastos Públicos, considerada fundamental para o processo e racionalidade econômica e uma trava orçamentária no tocante às políticas sociais. Além disso, houve a preparação para a continuidade da reforma da previdência. Mais adiante, o movimento culminou na posse de Jair Bolsonaro, fato pelo qual legitimaria a crise da Nova República, em junção a um processo de esvaziamento da Constituição do 88 e severos ataques aos princípios de universalização dos direitos sociais.

À medida que a linha do tempo se desenrola, podemos observar que diversos aspectos da crise vivenciada em 1990 e problemas supracitados ainda não foram superados. Pelo contrário! As mesmas discussões ainda reverberam no cotidiano econômico-político brasileiro.

Ademais, elas tendem a assumir formas ainda mais drásticas no atual cenário, tendo como protagonista principal a pandemia causada pelo COVID-19 e suas reverberações encorpadas no termo do novo normal.

Consideramos a premissa de que o novo normal representa uma figura forjada de novidade com objetivo de reafirmar antigos elementos e intenções na normalidade da sociedade. Isso decorre do intuito de adquirir maiores índices de permissibilidade e adesão do discurso a que ela se propõe. A mentalidade presente no novo normal é pautada pela necessidade de parecer que tudo está mudando com intuito de que tudo se mantenha como está, ou melhor, “mudar, dentro da ordem, para garantir a ordem” (CARDOSO, 1996, p. 101).

Portanto, quando observamos com maior atenção os elementos do novo normal, podemos constatar que o novo normal não apresenta nenhuma novidade. Ela representa, sobretudo, a “existência de um velho travestido de novo; um velho exacerbado, só que datado no presente” (REIS, SILVA, MEIRELLES, 2021, p. 240). Essas tendências de acirramento podem ser vistas nas instâncias político-econômicas, no âmbito do mundo do trabalho e até mesmo nas recentes circunstâncias que se encontra a Ciência e Tecnologia no país.

No âmbito do trabalho, por exemplo, tendo como pano de fundo a conjuntura pandêmica, o discurso da flexibilidade tende a assumir delineamentos ainda mais persuasivos e, por fim, dirige-se a um movimento de revigoração, adquirindo inegável força dentro da normalidade social. Levando em conta a maior naturalidade do trabalho informal em detrimento do trabalho formal, bem como seu crescimento exponencial ao longo dos últimos anos, o próprio conceito de empregabilidade entrou em desuso.

A empregabilidade está sendo paulatinamente substituída pelo conceito de trabalhabilidade, remetida a uma característica mais alinhada ao empreendedorismo que por seu turno, não condiz somente com o ato de empreender o próprio negócio, mas institui-se, principalmente, como uma competência (habilidade e atitude) requerida em qualquer modo de inserção de trabalho, seja ele formal ou informal, estável ou precarizado, material ou imaterial, *full time* ou *part time*, inclusivo ou excludente etc.

Dessa forma, o discurso da flexibilidade assume formas ainda mais contundentes. Flexibilidade esta que, segundo Mattos (2011), é reproduzida em meio a um conjunto de contradições. A que mais merece destaque, por exemplo, é o argumento de que a flexibilidade é tratada como sinônimo de maleabilidade em meio ao mercado de trabalho. Segundo a autora, dentro do cenário objetivo, a palavra acaba por produzir um significado contrário ao que ela se propõe inicialmente, visto que “ao invés de maleabilidade, os trabalhadores na atualidade estão

submetidos à rigidez da chamada acumulação flexível, uma vez que as opções de negociações implicam desregulamentação e precariedade das condições de trabalho e da vida (MATTOS, 2011, p. 61).

O ano de 2020 também demarcou múltiplos atravessamentos para o âmbito da produção do conhecimento no Brasil, haja vista os movimentos de aceleração do seu processo de desmantelamento. Presenciou-se um conjunto de acontecimentos que vão de encontro ao financiamento da Ciência e Tecnologia, a exemplo da Portaria 34 instituída pela CAPES, o Novo Modelo de Concessão de Bolsas do CNPQ, o Projeto de Lei 529 elaborado pelo atual governo de São Paulo e, por fim, obteve seu desfecho com a queda orçamentária prevista no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2021. São eventos que se mesclam entre a desresponsabilização do Estado, acompanhado de um aumento do rigor avaliativo a que os programas de pós-graduação se submetem.

Em suma, o que podemos visualizar no presente cenário, alicerçado pelo discurso da nova normalidade e da fatalidade econômica, são as continuidades de um desenho de sociedade e, principalmente, de um projeto de Estado, reforçando a sua forma estrutural. Reforçamos o aspecto estrutural em detrimento dos aspectos da governança, haja vista a sintonia fina entre Estado e a reprodução capitalista, ainda que em alguns momentos da trajetória histórica brasileira tenha se optado por políticas menos neoliberais e mais desenvolvimentistas.

No cenário político de 2020 e 2021, os gastos com pagamentos de juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública corresponderam a 39,08% do total dos gastos do Tesouro Nacional (FATORELLI, 2021a). Tal número é 222 vezes maior quando comparado com o investimento em Ciência e Tecnologia no mesmo período; 9,17 vezes maior que o montante direcionado à área da saúde e 15,69 vezes superior aos gastos com educação.

A mentalidade da atribuição da educação como despesa parte da adequação do Brasil aos parâmetros do cenário globalizado e o imperativo dos ajustes fiscais. Um exemplo mais recente acerca da materialização dessas imposições pode ser constatado na Carta do Banco Mundial (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2017), que versa sobre propostas para aumentar a eficácia nos gastos do Estado a partir da proposição de redução de gastos via captação de recursos próprios.

Ao mesmo passo, presenciamos uma forte segunda onda do imperativo pela reforma do Estado, dessa vez, desvalida dos resquícios sócio-democráticos, isto é, do contraponto social; e mais inclinada ao fluxo dos princípios neoliberais que foram razoavelmente descontinuados no período lulista.

Encabeçada pelo ministro Paulo Guedes, propõe-se um esvaziamento do Estado com máxima subordinação ao setor privado e financeirizado. A proposta da intitulada “Nova Administração Pública” é tratada como um conjunto de normativas via emenda constitucional, leis complementares e ordinárias que operam de modo interligado e engendram um ideal estatal de enxugamento da máquina pública com premissas bastante alinhadas com as instituições financeiras internacionais, a exemplo do Banco Mundial. Ela também pode ser considerada um processo de apagamento dos princípios universais previstos na constituição cidadã.

O processo de instauração da intitulada Nova Administração Pública está previsto em três fases: 1) a disposição de uma PEC (32/2020), recentemente apresentada em setembro de 2020, que verse sobre o novo regime de vínculos e modernização organizacional da Administração Pública. Essa fase é responsável por desconstitucionalizar uma série de direitos e normativas que irão sustentar os elementos instituintes da segunda fase; 2) Inserção de um conjunto de leis complementares e leis ordinárias que vão se focalizar em diversos ajustes de acordo com cada área temática. Estão previstos, por exemplo, categorias sobre a gestão de desempenho, modernização das formas de trabalho, consolidação de cargos, funções e gratificações, arranjos institucionais, diretrizes de carreiras etc. 3) A consolidação e Regulamentação do Novo Setor Público.

No bojo das pretensões ancoradas pela supremacia do financeiro, assim como sendo utilizadas de escada para a reforma estatal, também se destacam as seguintes normativas que, por seu turno, estão sendo reforçadas em função do contexto pandêmico: PEC 438/2018 e o Plano Brasil, engendrados pela PEC 186 (PEC Emergencial), PEC 187 (PEC da Revisão dos Fundos Públicos) e PEC 188 (PEC do Pacto Federativo).

A PEC 438/2018 surgiu como um complemento à Emenda Constitucional do Teto de Gastos, intensificando o discurso da racionalidade econômica, sobretudo no tocante às políticas sociais, gastos obrigatórios e folha de pagamento, em benefício ao pagamento da dívida pública e seus respectivos credores. Ademais, diversos trechos contidos na proposta se repetem nos projetos que a sucedem.

Um dos pontos mais importantes a serem considerados está relacionado à autorização de remanejamento de recursos já vinculados a determinado setor para o pagamento da dívida pública (FATORELLI, 2020a). Nesse sentido, toda a verba excedente de determinado setor pode ser recolhida e transferida para o insumo financeiro. A proposta também prevê o risco da estabilidade de funcionários públicos e a redução de vencimentos proporcional à redução de

jornadas de trabalho em caso de descumprimento de metas fiscais, característica pela qual fere o princípio da irredutibilidade salarial.

Numa linha de pensamento semelhante, a PEC 186 prevê um conjunto de amarras em relação aos investimentos sociais com a finalidade de priorizar o gasto com a dívida pública, que tem crescido exponencialmente em função da política monetária do Banco Central. De acordo com o DIEESE (2021, p. 6), a normativa busca “inverter a lógica constitucional, colocando os direitos sociais assegurados no Artigo 6º da Constituição Federal (CF) na dependência do equilíbrio fiscal e não como um direito irredutível, ou até como indutor de tal equilíbrio”. É oriunda dessa lógica que emerge da crise da Nova República.

Para tanto, estabeleceu-se um teto de até 95% das despesas correntes e, caso as despesas superem o limite estabelecido, serão acionados gatilhos que desencadeiam uma série de repercussões para a vida objetiva do servidor público e, respectivamente, para a qualidade dos serviços. Dentre os gatilhos citados, encontram-se a vedação do reajuste de salários, criação de cargos e funções, progressão de carreiras, benefícios, abonos etc.

Com a finalidade de ampliar o racionamento para os estados e municípios, foi criada a PEC 188. Em suma, ela repete diversos elementos contidos na PEC 186, aumenta consideravelmente os gatilhos anteriormente citados e, principalmente, acrescenta a possibilidade de extinção de municípios com intuito de diminuir a máquina pública.

A PEC 187 versa sobre a destinação dos fundos públicos, com possibilidade de extinção dos mesmos. Ela autoriza a desvinculação imediata da receita de determinado setor, seguida da possibilidade de transferência do capital para o pagamento da dívida pública da União. De acordo com o Art. 5, “o superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos, apurados ao final de cada exercício, será destinado à amortização da dívida pública do respectivo ente, sob condições para o funcionamento de fundos públicos de qualquer natureza”. A proposta prevê a extinção de 248 fundos, número correspondente a um montante de aproximadamente R\$ 219 bilhões. Muitos deles são advindos de caráter social, a exemplo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Ciência e Tecnologia (FNDCT).

Uma vez apresentada a conjuntura que circunscreve o campo da produção de conhecimento no país, nos direcionamos para uma análise acerca dos impactos dessas adesões políticas no financiamento em Ciência e Tecnologia e, concomitantemente, no funcionamento da pós-graduação.

3 CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA ATUALIDADE: SOBRE AS FORMAS DE EXISTIR NA CORDA BAMBA

O presente capítulo apresenta um apanhado dos resultados da pesquisa proveniente da análise documental, cuja intenção se pautou na captura de elementos significativos no tocante à adoção das políticas de financiamento de pesquisas e na produção de conhecimento no país. Tal como foi mencionado nos objetivos, a pesquisa realizou uma contextualização conjuntural dos últimos anos, período que coincide com a ascensão da mentalidade ultra neoliberal conservadora no *modus operandi* estatal, deslizando-se para todas as atividades consideradas exclusivas e não-exclusivas do Estado.

A pesquisa, pois, se debruça em um cenário caracterizado pelo acirramento da crise do capital que repercute no quadro fiscal e, conseqüentemente, interfere nos novos contingenciamentos e cortes propostos pelo governo federal, fato pelo qual tem despertado um cenário instável e apreensivo para os agentes que estão inseridos no âmbito da pós-graduação e da produção do conhecimento na sua totalidade.

Tal conjuntura tem atuado como um dispositivo de asfixia do ecossistema do desenvolvimento de pesquisas, bem como do âmbito da educação superior, interferindo tanto nos níveis dos modos de produção de conhecimento quanto nas formas como o trabalho é desenvolvido nestes espaços. A crise de financiamento no âmbito da Educação Superior e da Ciência e Tecnologia, analisadas de forma articulada, apresentam-se como crises conjugadas que atuam como eixos agravantes para o progresso científico e o progresso nacional.

Contudo, atentando-se para o fato de que a crise do financiamento não pode ser analisada sob a égide governamental, assim como não deve ser datada em uma única temporalidade, torna-se necessário citar estudos realizados no período anterior (REIS, 2015; REIS, MACÁRIO, 2018, CHAVES e REIS, 2018; Sindicato Nacional dos Docentes e Instituições de Ensino Superior, 2018). Eles possibilitaram uma maior compreensão, bem como auxiliou no entendimento dos processos históricos que diligenciaram no âmbito da C&T.

No tocante à coleta dos dados, utilizou-se os materiais da Execução Orçamentária da União disponibilizados para consulta *on-line* via Senado Federal e a Plataforma SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento): Execução orçamentária por Função e Subfunção; Execução Orçamentária por Grupo Natureza da Despesa – GND; Execução Orçamentária por Órgão e por Unidade Orçamentária. Com intuito de demonstrar a expansão dos programas de pós-graduação, bem como o número de bolsas destinadas aos pesquisadores estudantes na

modalidade *stricto sensu*, utilizou-se os materiais disponibilizados na Plataforma GeoCapes, bem como dados de pesquisas elaboradas pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Em relação à análise dos dados, optou-se por trabalhar com as previsões orçamentárias (LOA e créditos complementares) e os valores liquidados, caracterizado pelo orçamento efetivamente aplicado. Gobetti e Orair (2010) orientam que o uso do critério das despesas liquidadas é o mais adequado, sobretudo quando observamos a presença de sucessivos contingenciamentos orçamentários os quais diversos órgãos são submetidos, principalmente no âmbito da Ciência e Tecnologia. Os valores foram deflacionados de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Numa relação com o material apresentado no capítulo anterior, enfatizamos que o quadro de financiamento é passível de uma análise qualificada somente se estiver situada em um âmbito global. Noutras palavras, as políticas de financiamento em Ciência e Tecnologia se encontram totalmente inseridas nas tendências globais e mesclam-se com as metamorfoses do mundo do trabalho e das respectivas transfigurações da figura do Estado. Dessa forma, elas não devem ser apreciadas de forma isolada, unilateral e independente, haja vista a sua dependência bilateral com as demais instâncias comumente citadas no presente trabalho.

Apreciar a temática acerca do financiamento de recursos estatais é articular sobre um cenário indissociável das mudanças advindas do mundo do trabalho, oriundas da instauração da acumulação flexível (ANTUNES, 2007; HARVEY, 2009; MANCEBO, 2009), assim como de um jogo de forças inacabado, recheado de progressos e contradições. Desse modo, discutir sobre a disposição de recursos é, inevitavelmente, também discorrer sobre o estabelecimento de prioridades que, por sua vez, perpassam pelas (re)construções da figura do Estado, sendo esta última considerada um dispositivo intrínseco das formas de reprodução do capital (MASCARO, 2013; HIRSCH, 2007).

No bojo desses embates é que localizamos as situações pelas quais se encontram as políticas que abarcam a Ciência e Tecnologia no Brasil, bem como os dispositivos que acabam por metamorfosear a produção de conhecimento, de forma que ela passe a ser constantemente reestruturada e convergida aos parâmetros do modelo neoliberal. De acordo com REIS e MACÁRIO (2018),

A reflexão sobre o financiamento da Ciência e Tecnologia leva em consideração a política econômica que, no Brasil, prioriza o pagamento da dívida pública, pelo menos desde os anos de 1990. Tal diretriz constitui o

modo como a burguesia e o Estado respondem, em escala nacional, à crise estrutural do sistema do capital, iniciada no final dos anos 60. No contexto dessa crise, a dívida pública converteu-se num potente mecanismo de valorização do capital, especialmente do capital financeiro e de suas gigantescas somas de capital fictício (REIS, 2018, P. 116).

A conjuntura em que tal análise está sendo realizada remete a um segundo momento da reforma estatal, iniciada em meados de 1990, e parcialmente delongada pelo período lulista, considerando sua menor vazão do caráter neoliberal, ainda que existente. Dessa forma, a “Nova Administração Pública” é representada como a manifestação pungente de um período de latência que aguarda, de forma atenta, uma ocasião pertinente para se fortalecer. Portanto, ela retoma uma série de argumentos postos no primeiro momento da reforma, tipicamente pautados pela mentalidade de acumulação flexível, na intenção de garantir meios e estratégias para contornar suas crises.

No cerne de suas pretensões, permanecem os discursos acerca da ineficiência dos serviços públicos, seguidos do imperativo de redução do papel do Estado no tocante ao financiamento de políticas sociais por intermédio do fundo público. Permanece, ademais, a subordinação às exigências dos organismos internacionais que, por seu turno, impactam diretamente o financiamento e a produção da Ciência e Tecnologia no país, bem como tendem a apontar que a adoção de políticas de ajuste fiscal como meio primordial para a superação das crises cíclicas do capitalismo as quais estão previstas no seu modo de funcionamento.

No cenário brasileiro, a responsabilidade de financiar e fornecer bases subsidiárias para o desenvolvimento de pesquisas (básicas e aplicadas) é prevacente do Estado, motivos pelos quais o segmento tem recebido grandes ataques em decorrência do compromisso Estatal com o setor rentista.

O sincronismo entre o desenvolvimento nacional e a produção em ciência e tecnologia são incontestáveis. A utilização da produção de conhecimento, bem como do desenvolvimento de tecnologias, patentes etc são considerados meios fundamentais para o desenvolvimento nacional e a inserção dos países capitalistas no cenário mercadológico global. De acordo com Habermas (2009), o método científico e a tecnologia são considerados meios de dominação cada vez mais eficazes “do homem pelo homem através da dominação da natureza”. Noutras palavras, a tecnologia, assim como a disposição de produtos que atendam ao *status* de inovação, ocupam posições estratégicas as quais estão diretamente correlacionadas com o grau de supremacia econômica de determinado país e das suas capacidades de acumulação de capital.

Dentre as consequências da adoção dessa mentalidade, Silva Júnior e Fargoni (2020) destacam que a ciência gradativamente se desloca de um caráter construtivo e processual, passando a ser orientada de acordo com a demanda mercadológica, admitindo-se que tal produção seja realizada num encurtamento de espaço e tempo, tornando-se uma tecnociência e, respectivamente, findando-se em um conhecimento-mercadoria. Nas palavras de Harvey,

(...) o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. Universidades e Institutos de pesquisa competem ferozmente por pessoal, bem como pela honra de patentear primeiro novas descobertas científicas (...). A produção organizada do conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que assumiu, cada vez mais, um cunho comercial (HARVEY, 2009, p.151)

No tocante ao cenário dos países periféricos, categoria em que o Brasil é enquadrado, e considerando a forte influência dos organismos internacionais sob as orientações do ajuste fiscal, é certo que a produção de conhecimento se desenvolve em passos mais tímidos quando comparados aos países mais desenvolvidos. De acordo com o relatório mais recente elaborado pela *Clarivate Analytics* sobre a produção científica brasileira, o Brasil ocupa o lugar de 13º maior produtor de publicações de pesquisa no mundo, entretanto, no que tange ao impacto de citações, o país tem estado historicamente abaixo da média mundial (CROSS; THOMSON; SIBCLAIR, 2018).

Tal fato corrobora, em última instância, com uma mentalidade colonizadora que atua na manutenção da dependência econômica externa, sobretudo no tocante aos produtos tecnológicos. Essas circunstâncias exercem forte influência para que o país permaneça, de forma majoritária, como fonte de exploração de matéria-prima e da força produtiva, reforçando-se, incapaz de soltar-se das amarras que o prende à condição de subdesenvolvimento. A exemplo do posto, pode-se colocar em discussão a conjuntura pandêmica que escancarou a competição entre países por produtos e reagentes importados, ao mesmo passo em que também pôde-se assistir uma maior capacidade de resposta contingencial daqueles países que investem em pesquisa e, conseqüentemente, produzem suas próprias tecnologias, pensando nas suas respectivas realidades.

3.1 A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: ENTRE MOVIMENTOS DE EXPANSÃO E RETRAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em primeiro momento, atendo-se para além da própria constatação da dificuldade que os segmentos científicos têm enfrentado e com intuito de ilustrar com maior clareza a conjuntura em que se encontra o âmbito da pós-graduação no Brasil, cabe salientar que a última década protagonizou uma expansão considerável em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), promulgado na Lei 13.005/2014. O PNE (Ministério da Educação, 2014) é o documento responsável por integrar um sistema nacional de educação por intermédio de um regime colaborativo e instituir um conjunto de diretrizes, metas e estratégias que abarcam as políticas educacionais. Nesse sentido, o plano atua como um dispositivo que delimita itinerários a serem seguidos, bem como prevê os rumos da educação no decorrer de um decênio.

Atendo-se a uma análise mais qualitativa acerca do PNE (Ministério da Educação, 2014), é possível inferir que ele influenciou num maior fôlego acerca da expansão da educação superior e da garantia de acesso ao ensino superior. Contudo, é importante salientar que essa expansão acontece entre movimentos contraditórios que se inter cruzam entre momentos inclusivos *versus* exclusivos, bem como de um aumento do discurso da qualidade *versus* extrapolação de fragilidades. Segundo Moraes (2019), esse movimento de expansão também prevê condições para um amplo processo de complexidade, o que pode desencadear processo de transformação da educação superior e do sistema de pós-graduação a depender do conjunto de políticas adotadas diante de um cenário de massificação.

Em suma, o PNE (Ministério da Educação, 2014) dispõe de um montante de 20 metas, entretanto, enfocaremos no que mais nos interessa no presente trabalho: as atribuições de metas estabelecidas sobre a educação superior (graduação e pós-graduação) as quais podem ser localizadas nas metas 12, 13 e 14.

META 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

META 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

META 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. (Ministério da Educação, 2014, 2014, *s.p*)

Considera-se, ademais, a necessidade de debruçarmos para além do número de programas, matriculados e formados na pós-graduação brasileira em função dos objetivos nacionalmente definidos, mas principalmente ponderar as características qualitativas, referentes à formação humana, que carecem de um olhar com um maior afinco. Isso significa considerar a formação como um projeto mais amplo que transcenda a ambição de expansão em si. A pura ambição de expansão da pós-graduação no Brasil, desconsiderando as contradições desse processo, tende a gerar um ambiente de abandono do espírito crítico em prol do mero preenchimento dos objetivos de produção (GAULEJAC, 2007).

Os dados da tabela 2 são correspondentes apenas aos programas de mestrado e doutorado, abrangidos na categoria *stricto sensu*, modalidade analisada com maior profundidade no presente estudo, o que justifica a sua exposição de maneira isolada.

Tabela 2: Distribuição de programas de mestrado e doutorado (2010-2020)

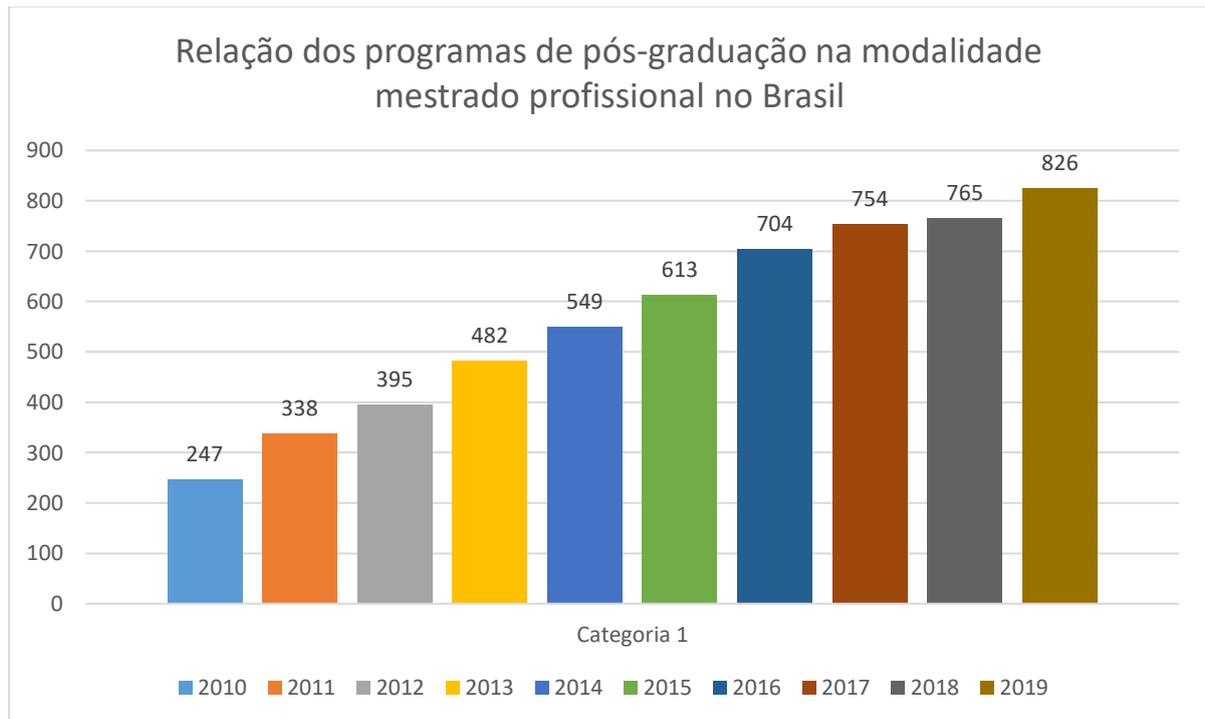
DISTRIBUIÇÃO DE PROGRAMAS – STRICTO SENSU		
ANO	MESTRADO	DOCTORADO
2010	2.544	1.502
2011	2.738	1.615
2012	2.894	1.717
2013	3.000	2.100
2014	3.141	2.119
2014	3.254	2.151
2014	3.141	2.119
2015	3.254	2.151
2016	3.398	2.182
2017	3.511	2.226
2018	3.515	2.278
2019	3.463	2.410
2020	3.638	2.434

FONTE: Geocapes. Elaborado pela autora, 2021.

Constatou-se, pois, um aumento dos programas de pós-graduação. Quando comparamos os anos 2010 e 2019, registrou-se um aumento de aproximadamente 36,12% no tocante aos programas de mestrado e 60,45% dos programas de doutorado.

Contudo, por tratarmos de uma possível ressignificação do sistema de pós-graduação, torna-se interessante salientar o aumento expressivo dos mestrados profissionais, ultrapassando com folga a tendência de alta quando comparado aos cursos *stricto sensu*, apresentando um aumento de 234,41%, tal como evidenciado no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Relação dos programas de pós-graduação na modalidade de mestrado profissional no Brasil



Não é a intenção do estudo fazer discernimento quanto a qualidade ou criar uma hierarquização de saberes construídos em ambas modalidades, mas ressaltar que a modalidade profissional remete a um caráter mais privativo, principalmente quando nos atemos ao objetivo de maturação individual/profissional para o mercado de trabalho, bem como para o desenvolvimento de produtos.

Por conta disso, a indisponibilidade e o imperativo de captação de recursos próprios acabam sendo ainda mais naturalizados e o quadro do financiamento acaba reforçando a sua propagação. Essa tendência é citada no artigo de Gould (2015), publicado na Revista Nature, sobre pistas do que se entende como melhores encaminhamentos para a construção de um melhor sistema de Phd, cenário em que o quadro de financiamento é apresentado como um campo privilegiado para regulação do número de vagas para doutorado.

Dentro do escopo do artigo, aparece a menção do sistema de financiamento como um dispositivo de controle de natalidade dos programas e de uma espécie de filtro de estudantes que dispõem de maior ou menor “paixão” pelo ensino. Para aqueles com maior “paixão” pelo ensino, citado em sua forma literal no texto, são direcionados os caminhos ao doutorado. Em contrapartida, os demais que não se enquadrarem nesses critérios (demasiadamente subjetivos) podem ser encaminhados para outros tipos de treinamento, salientando a necessidade de contribuição com os custos dos mesmos. Nas palavras de Bill Lindstaedt, diretor executivo para progressão na carreira na Universidade da Califórnia em São Francisco (UCSF), “quando temos que pagar algo do próprio bolso, pensamos com um pouco mais de clareza se isso é uma boa opção para nós” (GOULD, 2015, s.p).

A expansão também pode ser verificada com o aumento do quantitativo de discentes, tal como apresentado na tabela 3. Estima-se que, quando comparados os anos 2010 e 2019, o quantitativo de alunos matriculados aumentou cerca de 32,30% nos programas de mestrado e 82,88% nos programas de doutorado. Atendo-se a uma linha do tempo mais próxima, conclui-se que, entre os anos 2014 e 2019, o aumento correspondeu a 14,10% em relação aos estudantes de mestrado e 23,83% em referência aos discentes de doutorado. O montante dos programas *stricto sensu*, com recorte desses mesmos anos (2014-2019), representou um aumento de 117,23%.

Tabela 3: Distribuição de discentes na pós-graduação no Brasil.

DISTRIBUIÇÃO DE DISCENTES NA PÓS-GRADUAÇÃO			
ANO	MESTRADO	DOUTORADO	TOTAL
2010	98.611	64.588	98.676
2011	105.240	71.890	105.312
2012	109.515	79.478	109.594
2013	109.720	88.337	109.808
2014	114.341	95.383	114.436
2015	120.050	102.207	120.152
2016	126.436	107.640	126.544
2017	126.503	111.383	126.614
2018	128.866	114.390	243.256
2019	130.471	118.122	248.593
2020	136.104	124.530	260.634

FONTE: Geocapes. Elaborado pela autora, 2021.

Apesar da expansão significativa nos últimos anos, o relatório da OCDE de 2019 estimou que, num comparativo com 35 países, o número de mestres e doutores ainda se encontra bastante aquém quando nos atemos aos comparativos com os outros países, assim como a média

da OCDE. De acordo com o relatório, a média da OCDE demonstra um índice de 12,7 em relação aos alunos com mestrado e 1,1 de doutorado. No Brasil, os índices caem para 0,2 e 0,8, respectivamente (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2019).

Ao mesmo passo, a conjuntura de massificação e complexidade sistêmica que vem ocorrendo nos últimos dez anos no âmbito da pós-graduação no Brasil tende a carecer, concomitantemente, de um maior investimento em recursos humanos, bem como em recursos materiais de infraestrutura que facilitem uma equalização entre expansão e o aumento de incentivos ao desenvolvimento e continuação das pesquisas. A partir da criação de cursos de pós-graduação e ampliação do número de vagas, tem-se mais elementos para serem fomentados e, concomitantemente, conta-se com maiores responsabilidades para estimulação do progresso científico que supra as novas problemáticas que emergiram a partir das expansões.

Caso as adoções políticas se apresentem inversas aos movimentos de incentivo, tal conjuntura pode reverberar na manutenção e qualidade das pesquisas, bem como reverbere num cenário que coaduna com incremento da precarização do trabalho no âmbito da pós-graduação, atendo-se àqueles agentes responsáveis pelo trabalho acadêmico, pensando não somente nos pesquisadores estudantes de pós-graduação e docentes, mas também nos TAEs e todo um conjunto de agentes que estão acoplados nesse segmento. Partimos do pressuposto de que, à medida que os recursos se tornam mais escassos, a competição, a coisificação e a retração dos laços de solidariedade acabam se instaurando com maior naturalidade nas formas de sociabilidade.

As políticas de austeridade, a exemplo da Emenda Constitucional Nº 95 (EC-95) e toda uma mentalidade que vem sendo adotada a partir dela pode colocar a expansão em xeque. Isso pode ser representado como um dos maiores desafios para a efetividade da produção do conhecimento quando contrastamos o prescrito advindo da PND e realidade na qual o país está inserido na atualidade.

O maior motivo que tende a colocar em xeque o processo de expansão pode ser representado pelas condições de financiamento a que a C&T tem se subordinado. Dessa forma, cabe apresentar os dados que expressam as formas pelas quais se comportaram os recursos provenientes da União que foram direcionados ao âmbito da produção de conhecimento no país. Eles endossam o processo de retração da C&T no país. Considera-se, para além da constatação da dificuldade que os segmentos científicos têm enfrentado, o período de expansão que o setor vivenciou nos últimos anos, o que torna ainda mais agravante a conservação do segmento. Como citado anteriormente, utilizou-se a relação dos valores liquidados, os quais foram

corrigidos sob os critérios do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), datado em janeiro de 2021.

Reiteramos que, para fins do presente estudo, foram utilizados os valores liquidados em detrimento das outras etapas de efetivação da despesa pública, dentre eles, empenho e pagamento. O processo de efetivação de uma despesa pública possui, dentre outras, as etapas de empenho, liquidação e pagamento.

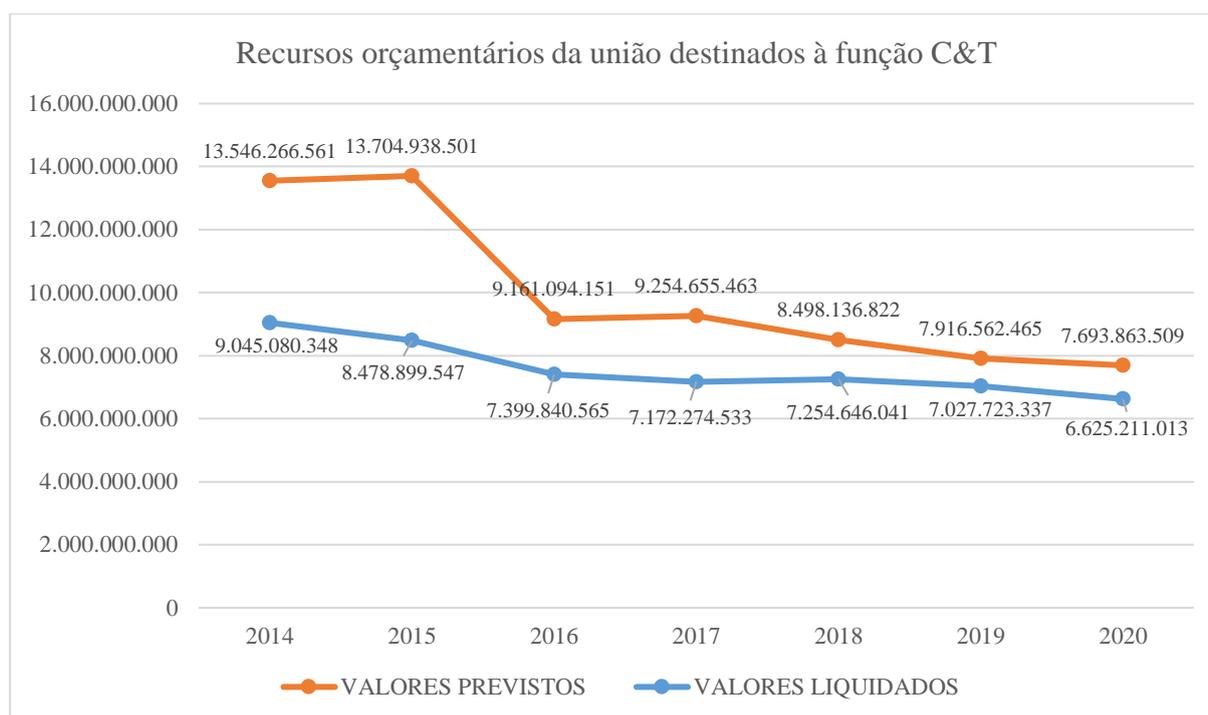
Interpretamos o fundo público como um campo de múltiplas disputas que se encontra entrelaçado num processo jurídico-político que visa, em última instância, a intensificação e o avanço do modelo neoliberal na produção de conhecimento. Tal cenário deriva da adequação ao cenário globalizado e, conseqüentemente, de uma concepção do Estado calcada nos princípios gerencialistas, o que tende a intensificar a desresponsabilização para esses segmentos, aliado ao discurso do ajuste fiscal. O ajuste fiscal opera em benefício do pagamento da dívida pública que, por sua vez, “se converteu em instrumento para garantir, principalmente, a rentabilidade dos capitais investidos na esfera financeira” (REIS, 2020, p. 121).

Portanto, cabe enfatizar que as situações pelas quais o âmbito da C&T se encontra atualmente não pode ser visualizada somente a partir da mera constatação do *déficit* de recursos orçamentários, mas sobretudo possui origem no próprio modo de acumulação do capital, bem como das respectivas posturas dos agentes que o sustentam, sobretudo o Estado.

Como resultado desse processo de delimitação de prioridades, os recursos orçamentários inicialmente destinados às políticas sociais na sua totalidade, bem como os segmentos da C&T, acabam por serem deslocados para a manutenção do sistema da dívida pública e seus respectivos credores a partir dos juros pagos; valores pelos quais têm representado, nos últimos anos, aproximadamente metade dos recursos destinados para todas as áreas de atuação governamental (REIS, 2020).

Com a finalidade de elucidar de forma mais aprofundada acerca dos recursos orçamentários e prioridades, lançamos mão do quadro a seguir, versando sobre a relação dos recursos orçamentários destinados à função C&T.

Gráfico 2: Relação dos recursos orçamentários da união destinados à função C&T.



FONTE: SIOP. Valores corrigidos de acordo com o IPCA. Elaborado pela autora, 2021.

Num primeiro momento, nos atentaremos aos gastos dispendidos pela União no tocante a função C&T. Com base nos valores liquidados e corrigidos pelo IPCA, estima-se que houve um declínio de 26,75% dos valores destinados à C&T, embora os gastos gerais de despesas da União tenham aumentado 18,25%. Também se constatou que a categoria C&T obteve um declínio de 38,06% quando nos atemos à participação dos valores destinados à C&T nas estimativas de despesas gerais da União. No tocante à correlação dos valores da despesa com C&T e as estimativas do PIB, constatou-se um decréscimo de aproximadamente 22%.

Tabela 4: Relação de gastos da União com a Função C&T (2014-2020)

ANO	FUNÇÃO C&T (A)	DESPESAS UNIÃO (B)	PIB (C)	A/B	A/C
2014	9.045.080.348	3.678.170.261.179	8.149.132.783.420	0,25%	0,11%
2015	8.478.899.547	3.800.491.011.045	7.754.651.116.450	0,22%	0,11%
2016	7.399.840.565	3.572.252.949.639	7.456.738.723.200	0,21%	0,10%
2017	7.172.274.533	3.927.034.962.383	7.569.368.519.820	0,18%	0,09%
2018	7.254.646.041	3.912.144.129.820	7.640.991.869.603	0,19%	0,09%
2019	7.027.723.337	3.543.606.974.579	7.759.249.981.307	0,20%	0,09%
2020	6.625.211.013	4.349.425.460.112	7.715.608.495.100	0,15%	0,09%
2014 - 2020	-26,75%	18,25%	-5,32%	-38,06%	-22,64%

FONTE: SIOP. Valores corrigidos de acordo com o IPCA. Elaborado pela autora, 2021..

Tal como evidenciado na tabela 6, também verificamos os valores direcionados ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI). Observamos que no período de 2014 a 2020 ocorreu diminuição de aproximadamente 13% das verbas encaminhadas para este setor. O montante de valores destinados ao MCTI sofreu um declínio de 26,4% quando o comparamos com as demais gerais da União e aproximadamente 8% em relação ao PIB.

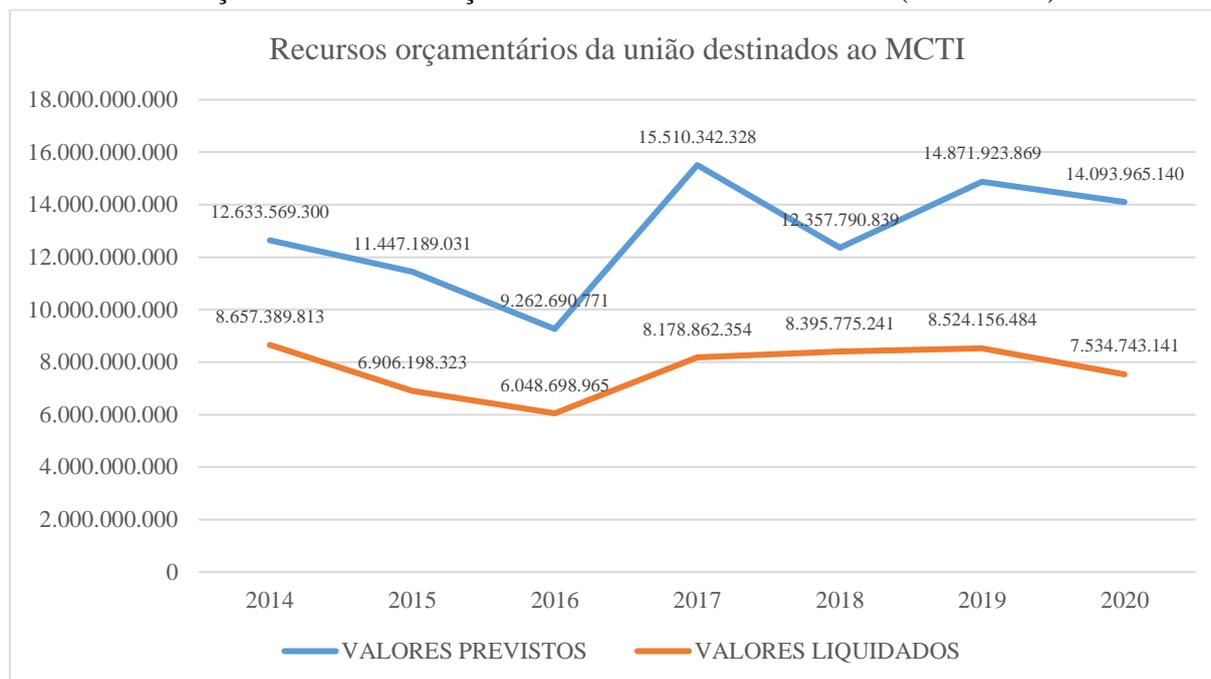
Tabela 6: Relação de gastos da União com a Função MCTI (2014-2020).

ANO	MCTI (A)	DESPESAS UNIÃO (B)	PIB (C)	A/B	A/C
2014	8.657.389.813	3.678.170.261.179	8.149.132.783.420	0,24%	0,11%
2015	6.906.198.323	3.800.491.011.045	7.754.651.116.450	0,18%	0,09%
2016	6.048.698.965	3.572.252.949.639	7.456.738.723.200	0,17%	0,08%
2017	8.178.862.354	3.927.034.962.383	7.569.368.519.820	0,21%	0,11%
2018	8.395.775.241	3.912.144.129.820	7.640.991.869.603	0,21%	0,11%
2019	8.524.156.484	3.543.606.974.579	7.759.249.981.307	0,24%	0,11%
2020	7.534.743.141	4.349.425.460.112	7.715.608.495.100	0,17%	0,10%
2014 - 2020	-12,97%	18,25%	-5,32%	-26,40%	-8,08%

FONTE: SIOP. Valores corrigidos de acordo com o IPCA. Elaborado pela autora, 2021.

Um segundo ponto que merece destaque em relação ao quadro orçamentário do MCTI diz respeito às divergências entre as previsões orçamentárias e os valores que são efetivamente liquidados. No presente trabalho, entendemos os valores previstos como a somatória dos números dispostos na Lei Orçamentária (LOA) e Créditos Extraordinários. Dentro das particularidades do Brasil, a previsão orçamentária não é disposta de forma impositiva, logo, o Poder Executivo não é obrigado a disponibilizar a totalidade dos valores previstos. A partir do gráfico, também é possível detectar a instabilidade dos recursos.

Gráfico 3: Relação dos recursos orçamentários destinados ao MCTI (2014-2020)



FONTE: SIOP. Valores corrigidos de acordo com o IPCA. Elaborado pela autora, 2021.

De acordo com Negri e Koeller (2019), a diferença entre os valores previstos em lei e os valores que são efetivamente executados correspondem às chamadas práticas de contingenciamento. Segundo Fatorelli (2012, p.1), os valores contingenciados correspondem àqueles que não necessariamente precisam ser totalmente executados, sob a justificativa de garantir o cumprimento da meta de *superávit* primário. Tais valores, no final do processo, transfiguram-se em uma reserva orçamentária destinada exclusivamente para o pagamento da dívida pública.

As práticas de contingenciamento têm agravado as situações de constrangimento pelas quais se encontram os setores de produção de conhecimento na atualidade. No decorrer dos últimos anos, a União tem adotado uma sistemática política de contingenciamento dos recursos advindos do Orçamento Geral da União, o que tem afetado praticamente todos os órgãos governamentais, principalmente o âmbito da C&T. Tal afirmação é citada por Negri e Koeller (2019), que averiguaram a existência de um menor nível de execução orçamentária no âmbito da C&T quando comparados com os demais Ministérios. Na tabela 6, podemos observar a relação dos valores previstos e liquidados no tocante ao MCTI.

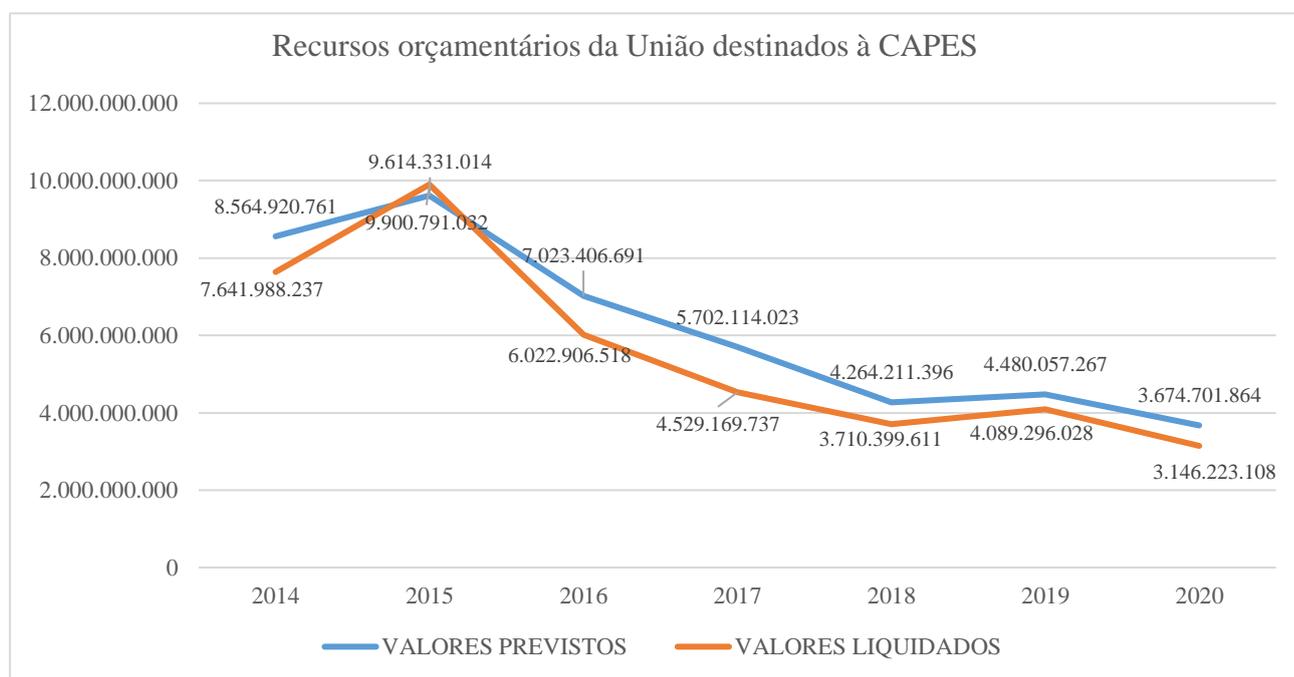
Tabela 6: Relação dos valores previstos e liquidados no MCTI (2014-2020).

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações: 2014-2020 - VALORES ATUALIZADOS (IPCA JAN/2021)			
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA (LOA e créditos)	VALORES LIQUIDADOS	(%) CONTINGENCIAMENTO
2014	12.633.569.300	8.657.389.813	31,47%
2015	11.447.189.031	6.906.198.323	39,67%
2016	9.262.690.771	6.048.698.965	34,70%
2017	15.510.342.328	8.178.862.354	47,27%
2018	12.357.790.839	8.395.775.241	32,06%
2019	14.871.923.869	8.524.156.484	42,68%
2020	14.093.965.140	7.534.743.141	46,54%

FONTE: SIOP. Valores corrigidos de acordo com o IPCA. Elaborado pela autora, 2021.

Nota-se que a partir da tabela acima podemos constatar que nos últimos anos os índices de contingenciamento de recursos destinados ao MCTI têm apresentado curvas ascendentes. Isso certamente tende a comprometer a vitalidade e propulsionar um colapso no sistema de C&T no país. O gráfico a seguir nos permite visualizar o decréscimo dos recursos destinados à CAPES.

Gráfico 4: Relação dos recursos orçamentários destinados a CAPES (2014-2020)



FONTE: SIOP. Valores corrigidos de acordo com o IPCA. Elaborado pela autora, 2021.

A situação financeira da instituição pode ser elucidada em função do gráfico e da tabela. A CAPES possui um papel fundamental para a alavancagem do cenário científico no país ao

longo de toda a sua trajetória. A partir dela, podem ser concentradas as atribuições referentes ao fomento e concessão de bolsas, perpassando pelos sistemas de avaliação e elaboração das diretrizes e planos nacionais. Observamos que os repasses direcionados à CAPES sofreram uma diminuição de 41,60%, o que representa uma queda de quase 63% de sua participação no quadro de despesas da União e aproximadamente 54% em relação ao PIB. A tabela apresenta a relação dos gastos da União com a CAPES.

Tabela 7: Relação de gastos da União com a Função com a CAPES (2014-2020)

ANO	CAPES (A)	DESPESAS UNIÃO (B)	PIB ©	A/B	A/C
2014	6.073.808.814	3.678.170.261.179	8.149.132.783.420	0,23%	0,11%
2015	7.433.665.299	3.800.491.011.045	7.754.651.116.450	0,25%	0,12%
2016	5.904.999.740	3.572.252.949.639	7.456.738.723.200	0,20%	0,09%
2017	4.959.308.757	3.927.034.962.383	7.569.368.519.820	0,15%	0,08%
2018	3.844.645.259	3.912.144.129.820	7.640.991.869.603	0,11%	0,06%
2019	4.190.023.818	3.543.606.974.579	7.759.249.981.307	0,13%	0,06%
2020	3.547.180.717	4.349.425.460.112	7.715.608.495.100	0,08%	0,05%
2014 - 2020	-41,60%	18,25%	-5,32%	-63,72%	-54,69%

FONTE: SIOP, 2021.. Valores corrigidos de acordo com o IPCA. Elaborado pela autora, 2021.

Em relação ao quadro orçamentário do CNPq, podemos constatar que a situação é ainda mais agravante. A instituição, também referência no fomento à pesquisa científica e na formação de pesquisadores brasileiros, conta com o orçamento reduzido pela metade quando nós restringimos aos anos 2014 e 2020. No mesmo período, as margens de participação do CNPq nas despesas da União diminuíram quase 60% e 49,83% em relação às estimativas do PIB. Tais dados podem ser melhor visualizados na tabela 8, apresentada a seguir.

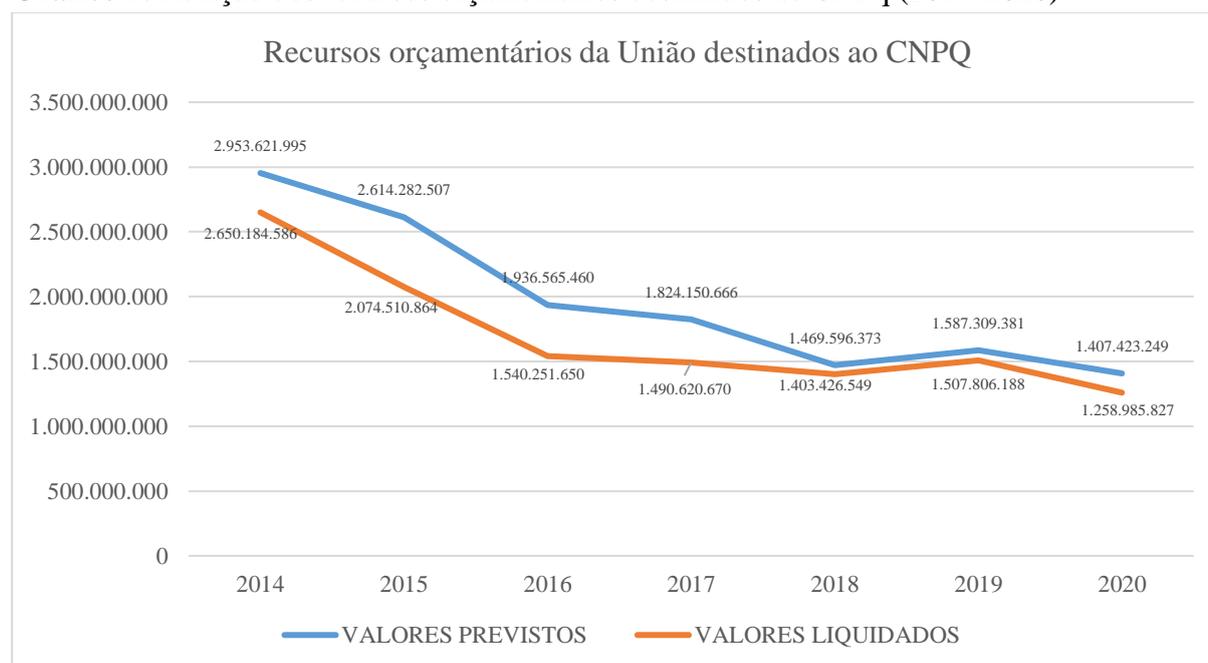
Tabela 8: Relação de gastos da União com a Função com CNPq (2014-2020).

ANO	CNPQ (A)	DESPESAS UNIÃO (B)	PIB (C)	A/B	A/C
2014	2.650.184.586	3.678.170.261.179	8.149.132.783.420	0,07%	0,03%
2015	2.074.510.864	3.800.491.011.045	7.754.651.116.450	0,05%	0,03%
2016	1.540.251.650	3.572.252.949.639	7.456.738.723.200	0,04%	0,02%
2017	1.490.620.670	3.927.034.962.383	7.569.368.519.820	0,04%	0,02%
2018	1.403.426.549	3.912.144.129.820	7.640.991.869.603	0,04%	0,02%
2019	1.507.806.188	3.543.606.974.579	7.759.249.981.307	0,04%	0,02%
2020	1.258.985.827	4.349.425.460.112	7.715.608.495.100	0,03%	0,02%
2014 - 2020	-52,49%	18,25%	-5,32%	-59,83%	-49,83%

FONTE: SIOP. Valores corrigidos de acordo com o IPCA. Elaborado pela autora, 2021.

Em suma, os números conduzem a agência para uma dramática redução de verbas disponíveis para a manutenção de pesquisas. Esses acontecimentos reverberaram, inclusive, na radical redução de projetos indicados aos editais de fomento à pesquisa científica. Tais reduções podem ser visualizadas no gráfico 5.

Gráfico 5: Relação dos recursos orçamentários destinados ao CNPq (2014-2020)

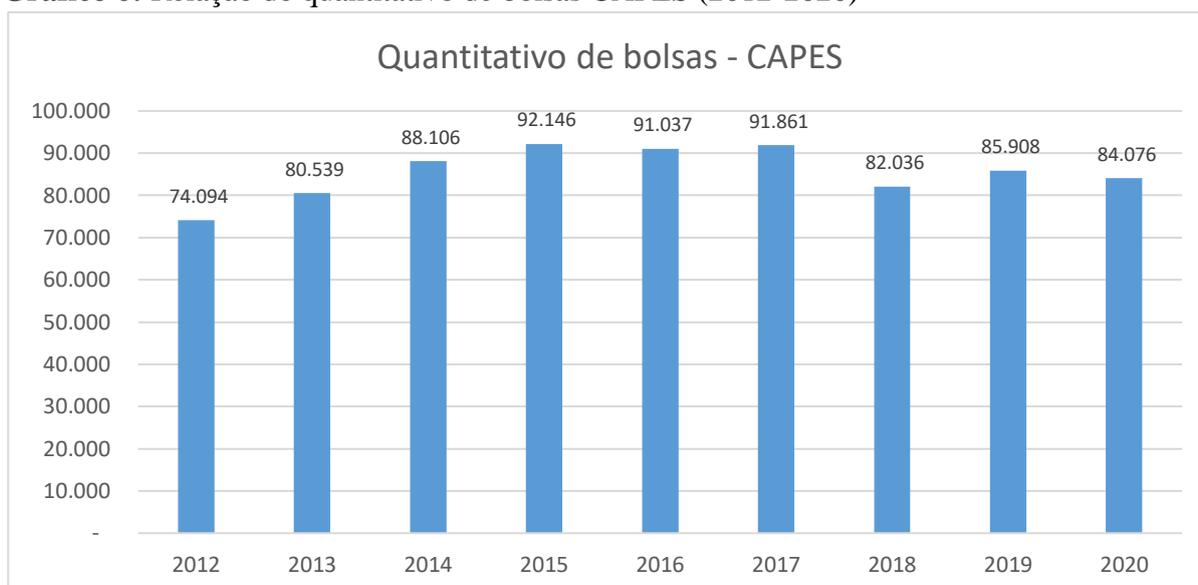


FONTE: SIOP. Valores corrigidos de acordo com o IPCA. Elaborado pela autora, 2021.

Também foi possível elucidar sobre o quantitativo de bolsas disponibilizadas para estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado). Os gráficos 6 e 7 contemplam o número de bolsas oriundas da CAPES e do CNPq, consideradas as principais agências de fomento em na atualidade. Observamos que a disposição de bolsas fornecidas pela CAPES encontram-se

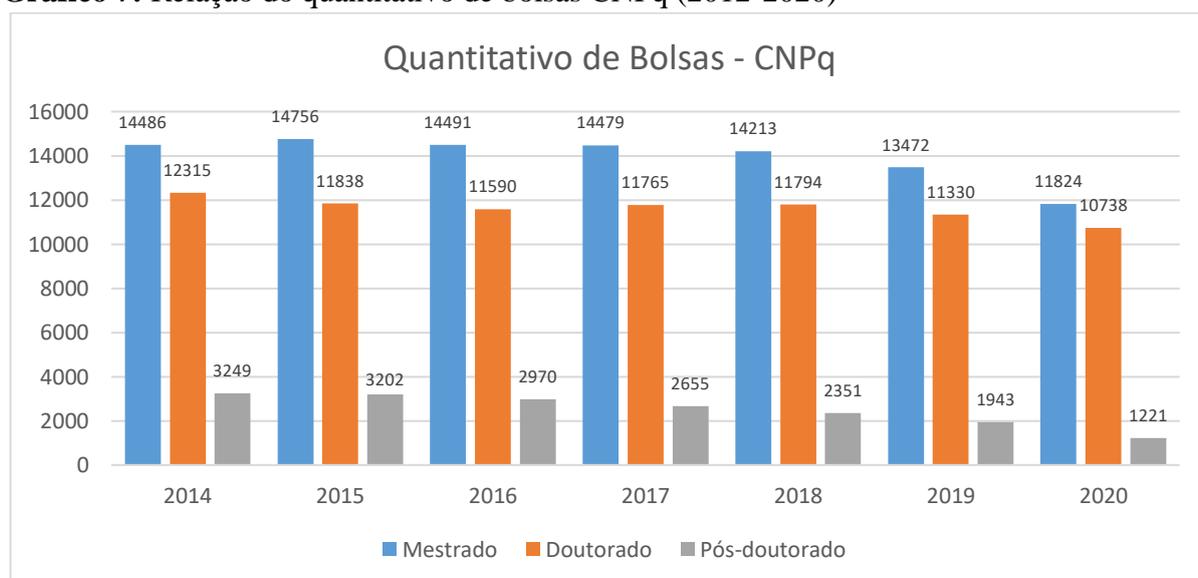
em ligeira instabilidade ao longo dos anos, apresentando momentos de aumento e decréscimo. Contudo, atentando-se ao cenário de expansão da pós-graduação no Brasil anteriormente citado, podemos inferir que o número de bolsas se encontra bastante aquém do esperado. Por outro lado, no tocante ao quadro de bolsas do CNPq, podemos observar uma gradativa e contínua diminuição do número de bolsas no decorrer dos anos.

Gráfico 6: Relação do quantitativo de bolsas CAPES (2012-2020)



FONTE: IPEA.

Gráfico 7: Relação do quantitativo de bolsas CNPq (2012-2020)



FONTE: CNPq.

Os cortes de bolsas são um dos elementos desencadeadores de sofrimento mais recorrentes dos pós-graduandos, afetam sobremaneira seus modos de organização de trabalho, quando não abortam projetos acadêmicos e profissionais. Logo, a questão econômica pode implicar também em efeitos subjetivos nefastos.

Consideramos que a incerteza vivenciada a partir do subfinanciamento da ciência e tecnologia no Brasil, bem como a escassez de recursos materiais que possibilitam a operacionalização do trabalho têm atuado fortemente como um dispositivo de desestabilização. Cabe ressaltar que os modos de experimentação da atividade do trabalho interferem em todos os âmbitos do cotidiano – lazer, vida familiar, relacionamentos afetivos, ética, moral, educação, etc – e atinge, em cheio, as subjetividades.

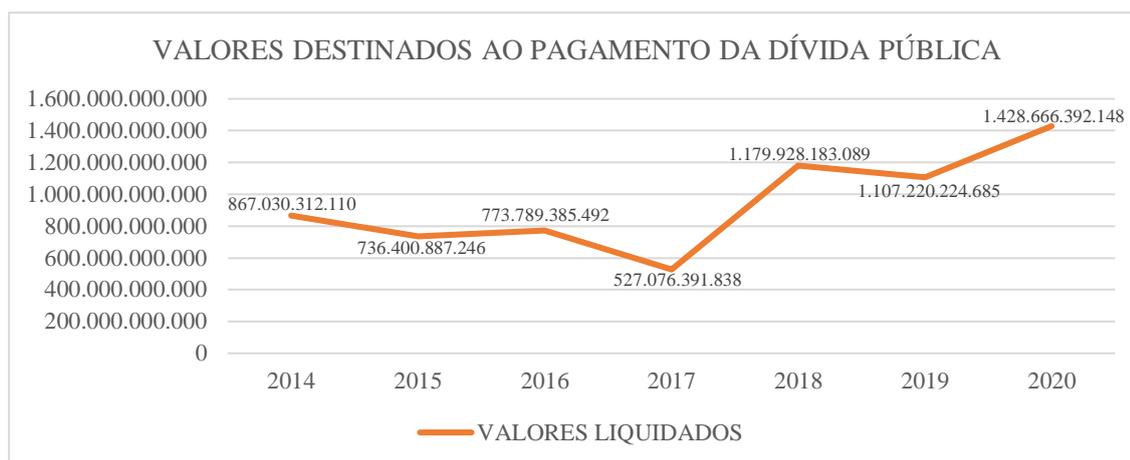
3.2 PARTICIPAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA NO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Segundo Reis e Macário (2018),

O Brasil é um dos países que mais gasta com juros sobre a dívida pública e não há justificativa técnica, econômica, política ou moral para a cobrança das taxas tão elevadas. Os juros extorsivos desperdiçam recursos públicos que poderiam, por exemplo, viabilizar a ampliação de recursos para as políticas sociais. O único beneficiário desse desperdício é o setor financeiro privado nacional e internacional e o maior responsável por essa situação é o Banco Central do Brasil, órgão subordinado ao governo federal (REIS, MACÁRIO, 2018, p. 164).

Logo, na contramão do cenário anteriormente citado, observamos que os recursos destinados ao capital rentista, por intermédio da retroalimentação do sistema de dívida pública, evoluíram quase 65% quando delimitamos o período de 2014 a 2020. O gráfico 8 apresenta como se comportaram os números que são conduzidos ao sistema de pagamento da dívida pública.

Gráfico 8: Valores destinados ao pagamento da dívida pública.



FONTE: SIOP. Valores corrigidos de acordo com o IPCA. Elaborado pela autora, 2021.

Tais valores sinalizaram um aumento de 39,35% da participação da dívida pública nas despesas gerais da União, assim como um aumento de 74,04% em relação ao PIB. Somente entre os anos 2017 a 2020, coincidindo com o período de ascensão ultra-neoliberal conservador, o aumento correspondeu a quase 50%. Dialogando com tal afirmação, apresentamos na tabela 9 os valores destinados ao pagamento da dívida pública.

Tabela 9: Valores destinados ao pagamento da dívida pública.

ANO	DÍVIDA PÚBLICA (A)	DESPESAS UNIÃO (B)	PIB (C)	A/B	A/C
2014	867.030.312.110	3.678.170.261.179	8.149.132.783.420	23,57%	10,64%
2015	736.400.887.246	3.800.491.011.045	7.754.651.116.450	19,38%	9,50%
2016	773.789.385.492	3.572.252.949.639	7.456.738.723.200	21,66%	10,38%
2017	527.076.391.838	3.927.034.962.383	7.569.368.519.820	13,42%	6,96%
2018	1.179.928.183.089	3.912.144.129.820	7.640.991.869.603	30,16%	15,44%
2019	1.107.220.224.685	3.543.606.974.579	7.759.249.981.307	31,25%	14,27%
2020	1.428.666.392.148	4.349.425.460.112	7.715.608.495.100	32,85%	18,52%
2014-2020	64,78%	18,25%	-5,32%	39,35%	74,04%

FONTE: SIOP. Valores corrigidos de acordo com o IPCA. Elaborado pela autora, 2021.

Concluindo que, a comparação dos elementos contidos nos dois últimos subcapítulos, evidenciado pelo visível contraste entre ascensões e quedas, revelam a primazia do setor financeiro sobre os demais setores. Essas condutas têm reverberado em ações de racionamento e acirramento de um conjunto de político-jurídico que abarca o congelamento de despesas, afetando diretamente as políticas de financiamento em Ciência e Tecnologia. A seção a seguir versa sobre como os aspectos orçamentários têm afetado o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

4 O CASO DO INPE

4.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O campo a ser estudado é o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), caracterizado por ser uma instituição federal dedicada à pesquisa e exploração espacial. Criada em 1961 a partir de um conselho de pesquisas aeroespaciais, a instituição é considerada a maior referência brasileira dentro do ramo de atividades espaciais e em suas aplicações, sendo reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela excelência de produção de pesquisas e serviços de monitoramento prestados.

De acordo com Souza (2004), a instituição carrega consigo o ofício de contribuir para que a sociedade brasileira possa usufruir dos benefícios propiciados pelo contínuo desenvolvimento do setor espacial, devendo para isso: contribuir para a gradativa autonomia do País em áreas estratégicas; propiciar condições ao setor produtivo brasileiro de participar e adquirir competitividade em mercados de bens e serviços espaciais; promover o desenvolvimento e a difusão das aplicações espaciais; e contribuir para o aumento do conhecimento científico nas áreas de sua competência. No entanto, nos últimos anos, o Instituto vem sendo atravessado por diversos cortes que interferem diretamente no funcionamento do centro de pesquisa e desenvolvimento.

O marco inicial da trajetória do Inpe, tal como já foi mencionado no parágrafo anterior, aconteceu em meio à corrida espacial, impulsionada sobretudo pelas disputas entre a União Soviética e os Estados Unidos. Nesse cenário, o alcance de espaços, bem como o desenvolvimento de tecnologias e inovações atuaram como um novo marco acerca do entendimento sobre o universo, da pesquisa científica e da produção de tecnologias. Para além das aparências, o avanço destes estudos também provia a garantia de *status* de soberania e a instituição de poder por parte dos Estados Nacionais nas relações internacionais (HOBSBAWN, 1995).

O uso de tecnologias espaciais também possui destaque em meio às disputas armamentistas, haja vista que o desenvolvimento de armas nucleares, mísseis etc, por vezes, derivam das tecnologias e programas espaciais, tornando o investimento ainda mais estratégico. A conjuntura da corrida armamentista combina um cenário de disputas ideológicas, sociais, militares e políticas na qual o âmbito da ciência e tecnologia dispõe de importância. Nesse sentido, a utilização do desenvolvimento de pesquisas atuou fortemente no imaginário dos Estados-Nação e sob as formas de percepção da sociedade.

Na tentativa de neutralizar a única nação que poderia vir a ameaçar o poderio estadunidense, os Estados Unidos lançou mão de um conjunto de estratégias e políticas externas que gerassem, em última instância, o alcance e a autoridade estadunidense para os demais países. Nessa conjuntura, no âmbito das políticas de ciência e tecnologia espacial, destacamos o Programa Átomos pela Paz⁷.

Nas palavras de Dias (2012), em relação aos Estados Unidos:

Desde sua consolidação, acreditava-se que o país teria experimentado um modelo de democracia e liberdade, e posteriormente, seria sua missão, seu “destino manifesto” expandir esse modelo para o mundo. Contudo, a política americana, enquanto potência, construiu um discurso de aliança com os outros países, não de dominação. Assim, pregava-se a soberania de todos os países, o que favorecia a aproximação americana como parceiro. (DIAS, 2012, p. 25)

Dessa forma, com intuito de garantir a integração no cenário global, bem como dispendo de um alinhamento com os EUA, não demorou muito para que o Brasil instituisse um plano de inserção no esquema o qual obteve sua materialização por meio da criação do Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (Gocnae). Em momento posterior, ele foi transformado em CNAE (Comissão Nacional de Atividades Espaciais) e, finalmente, intitulado de Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em meados de 1971.

A produção de conhecimento no campo espacial, nesse sentido, foi instituída como um dos meios primordiais para o desenvolvimento do Estado-nação e aumento da posição brasileira no cenário mercadológico global. Portanto, é certo que o Instituto carregou uma responsabilidade transpessoal de geração de autoridade e de capacidade de inovação com intuito de retroalimentar a capacidade de acumulação do capital.

Tal como mencionado anteriormente, destaca-se que as premissas científicas se movimentam a deriva das demandas mercadológicas, oportunizando uma maior aderência ao

⁷ “O sucessor na presidência dos EUA, após o mandato de Truman, em 1952 lançou um plano para o uso pacífico da energia nuclear. O presidente Eisenhower, após uma conferência de cúpula que reuniu os chefes de governo da França e Grã-Bretanha, fez seu discurso denominado “Átomos para a paz”, onde descreveu o primeiro equilíbrio do terror gerado pela existência das bombas nucleares, afirmando em seguida que os EUA, mesmo sendo devastados por um primeiro ataque nuclear surpresa, eram capazes de revidar com um golpe mortal para o agressor. Diante da possibilidade da destruição, fez a seguinte proposta: As potências produtoras de urânio e materiais fósseis se privassem progressivamente desses materiais, retirando quantidades crescentes de suas reservas e confiando esses materiais a um organismo internacional dependente das Nações Unidas. Esse organismo teria a incumbência de garantir a utilização pacífica desses materiais, desde que fosse conveniente para os interessados na questão. Essa foi a primeira vez que os Estados Unidos não dependeram da aceitação da União Soviética para a aceitação de suas propostas quanto ao uso da energia nuclear. O ato de Eisenhower teve uma repercussão de várias maneiras, desde a discussão do desarmamento nuclear entre os EUA e a URSS, culminando na conferência de Genebra, em 1955. Nesta conferência, os soviéticos declararam possuir domínio sobre a geração termonuclear de energia elétrica”. (CEPA USP, sem data)

discurso gerencialista, estimulando uma maior materialização do conhecimento-mercadoria (SILVA JÚNIOR, FARGONI, 2020; HARVEY, 2009).

Há de se enfatizar, pois, a conjuntura sob a qual o Instituto foi fundado, caracterizado por apresentar fortes influências empresariais-militares, de caráter utilitário, heterônomo e pragmático (LEHER, 2014). Outrossim, inferimos que tais valores circulam na cultura do Instituto até a atualidade e se mesclam com os novos momentos em que o Instituto vivencia, caracterizado pela ascensão do neoliberalismo conservador.

O Instituto foi pioneiro no tocante às pesquisas espaciais no território brasileiro. Tal fato reverberou em grandes desafios relacionados tanto às formas de garantir a sustentabilidade da instituição, atentando-se para um plano político e estratégico, quanto na especificação de competências necessárias de pessoal, considerando que estes últimos seriam atores ativos no acompanhamento do processo de vigoração da pesquisa espacial no país. Nesse sentido, a criação dos cursos de pós-graduação no Inpe operou como um eixo central no que diz respeito à primeira fase da trajetória do Inpe (PEREIRA, 2008), localizada entre os anos 1963 e 1969, sob comando do Fernando de Mendonça (primeiro diretor da instituição). Esse período é marcado pela definição das atividades espaciais.

Câmara (2011) ressalta que a prática de criar programas de pós-graduação em Institutos de pesquisa, ainda que incomum, forneceu bases essenciais para o funcionamento do Inpe, haja vista a falta de especialistas e pessoal com conhecimento técnico-científico para atuar na produção de conhecimento no âmbito espacial no Brasil. A pós-graduação tornou-se, por fim, parte indissociável do processo de prosperidade da instituição.

Para realizar a estratégia de formar gente qualificada na área espacial, foi preciso quebrar tabus, como criar cursos de pós-graduação em um Instituto de pesquisa. Valeu a pena. Com grupos de pesquisa fortes com participação cada vez maior de brasileiros, o Inpe estabeleceu um padrão de excelência e meritocracia adotado até hoje, e trouxe para o país novas áreas do conhecimento que o Inpe lidera até hoje. Na avaliação trienal da Capes de 2010, os cursos de Geofísica Espacial, Meteorologia e Sensoriamento Remoto tiveram concei-tos 6, 6, e 7 respectivamente. Dados do Institute for Scientific Information (ISI) de 2009 indicam que a área de Ciência Espacial é uma das mais produtivas no Brasil, com 2,05% do total de artigos científicos mundiais. De acordo com o ISI, a média de citações por *paper* do Inpe é de 8,35 (dados de 2010), uma das maiores do Brasil. (CÂMARA, 2011, p. 238)

Os primeiros programas desenvolvidos no Inpe foram o Geofísica, Meteorologia e Computação Aplicada, áreas inéditas no Brasil até então. Eles funcionaram como um desdobramento dos grupos de pesquisa que emergiram sob influência do programa espacial

americano (CÂMARA, 2008). Estabeleceu-se que, entre os anos de 1970-1973, o Inpe contaria com 250 mestres e Doutores em Ciências, contando com o apoio de cientistas estrangeiros.

Atualmente, o Inpe conta com mais quatro cursos no seu arsenal: Sensoriamento Remoto (1972), Engenharia e Tecnologias Espaciais (1994), Astrofísica (1994) e Ciência do Sistema Terrestre (2010). Em maio de 2021, o montante dos programas contava com 559 pesquisadores estudantes de pós-graduação ativos, contando com as modalidades de mestrado e doutorado. Elencou-se, a partir desse cenário, a elaboração de diretrizes que caminhavam ao encontro da formação em diversas áreas de conhecimento com intuito de sanar diversas assimetrias relacionadas às demandas científicas, sociais, econômicas e, por fim, as pautas de interesse ambiental (PEREIRA, 2008). A seguir, rerepresentamos a relação dos programas de pós-graduação contidos no Instituto.

Quadro 2: Relação dos programas de pós-graduação no Inpe

PROGRAMAS	CONCEITO MESTRADO	CONCEITO DOUTORADO	ANO DE ABERTURA
Astrofísica	4	4	1994
Ciência do Sistema Terrestre	-	6	2010
Computação Aplicada	5	5	1968
Engenharia e Tecnologia Espaciais	4	4	1994
Geofísica Espacial	6	6	1968
Meteorologia	6	6	1968
Sensoriamento Remoto	7	7	1972

Fonte: Inpe, 2021.

O período de ampliação da pós-graduação desenvolvido ao longo do período ditatorial propulsionou a capacitação técnica de pesquisadores, movimento pelo qual o Inpe acompanhou fidedignamente. Entretanto, Leher e Silva (2014) apontam para fragilidades e contradições proporcionadas pelo imperativo do *ratio* militar e da ideologia desenvolvimentista.

Ainda que, contraditoriamente, tenha propiciado condições de pesquisa teórica relevante, especialmente na ciência básica, contribuindo para a formação de pesquisadores, socializou muitos dos novos pesquisadores em conformidade com uma racionalidade tecnicista, não crítica, frente ao padrão de acumulação do capital expropriador e explorador da grande massa popular, difundido como “milagre econômico” realizado com um enorme custo socioambiental (LEHER, SILVA, 2014, p. 11)

A partir do trecho citado, podemos inferir sobre o quanto a localidade temporal produziu fissuras tanto na formação de futuros pesquisadores, quanto no próprio modo operatório da C&T e, no que mais nos interessa no presente trabalho, nos delineamentos institucionais no Inpe. A última afirmação ocorre, em grande medida, por conta de que as primeiras turmas formadas no Instituto tiveram a responsabilidade de dar seguimento à trajetória do mesmo e, por vezes, elas tendem a reproduzir fundamentos semelhantes aos captados no passado.

À vista disso, são fundamentos que remetem a um repertório que já adveio da formação de pesquisadores nos tempos ditatoriais. Eles podem ser representados como uma memória coletiva, consciente ou não, que delineia as tomadas de decisão, o clima e a cultura de determinado espaço. Tais características também tendem a fragilizar os processos pedagógicos, pois a experiência tende a ser reduzida às demandas de curto prazo. Este pode ser um dos principais motivos pelos ataques à pós-graduação no Inpe, justificado pelo argumento de que ela não deveria existir.

Em suma, a pós-graduação no Inpe dispõe de uma linha do tempo de aproximadamente 50 anos. Ainda que pareça muito tempo, compreendemos que os desafios acerca da capacitação de pessoal ainda não se encontram superados. Isso pode ser inferido a partir da matéria de Madeiro (2018) que aponta a falta de pessoal, verbas, dentre outras falhas estratégicas, como os principais motivos pelos atrasos no cronograma de lançamento de satélites. Segundo a matéria, Ricardo Galvão (ex-diretor) alega que desde sua entrada na instituição, acompanha 250 pedidos de aposentadoria num universo de 800 pessoas.

Em suma, no cenário atual, esse *déficit* poderia ser compensado por duas vias: recomposição orçamentária e formação de novas gerações de especialistas. Isso tenderia a retroalimentar a produção de conhecimento no ramo espacial, responsabilidade na qual o Inpe possui participação a partir da criação dos cursos de pós-graduação.

A segunda fase da trajetória do Inpe (1969-1985) é marcada pelos trâmites da reordenação da política do programa espacial. Pereira (2008) cita que a década de 1970 foi destacada pela mudança da orientação política que impactou sobremaneira as funcionalidades, bem como a autonomia do Inpe. Foi iniciado neste momento o palco do cenário em que o Inpe se situa até os dias atuais, caracterizado por ser um palco de disputas de interesses entre civis e militares desde o período ditatorial (BIONDI, 2019). Destaca-se, ademais, a cristalização da conciliação e subjugação aos Estados Unidos, acordos que, por seu turno, permeiam sobre os aspectos institucionais até os dias atuais.

Em suma, o movimento iniciado em 1970 foi o de priorização do desenvolvimento tecnológico voltado para os interesses das forças armadas a partir da subordinação do Inpe à Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae). A Cobae foi um organismo vinculado ao Estado Maior das Forças Armadas que passou a possuir pleno poder acerca do programa espacial brasileiro. Esse fato retirou do Inpe o posto de coordenador de programa e o colocou num lugar de mero executor das atividades previamente estabelecidas pela Cobae.

Entre os anos 1974 e 1979, Pereira (2008) cita a ocorrência de discussões e pressões para que a pós-graduação fosse destituída do Inpe e transferida para Universidades, admitindo sua desresponsabilização frente à formação das gerações de cientistas espaciais. Para além da mera desresponsabilização, tais murmúrios também podem ser considerados uma manifestação dos princípios utilitários e tecnicistas de tal modo que a formação, o conhecimento sobre epistemologias e pedagogias não possuem lugar. É um chamamento pela técnica e pelos trabalhos mais operativos que se encontram incrustados na cultura do Instituto.

As disputas civis-militares presentes na instituição são derivadas de diferentes entendimentos e objetivos, basicamente situados entre a disposição de mecanismos de poder *versus* da resolução de demandas sociais, a exemplo dos recentes conflitos que fizeram com que o Ministro do Meio Ambiente, em 2020, sinalizasse a inclinação em contratar um sistema remoto de sensoriamento para a Amazônia.

Contudo, apesar dos embates, analisando as primeiras quatro décadas de trajetória do Inpe, Pereira (2008, p. 173) conclui que as políticas mais efetivas do Inpe até então foram aquelas que mobilizaram “diversos atores portadores de competências, recursos financeiros para execução de programas e projetos para atender um conjunto de usuários com suas demandas científicas, sociais, econômicas e de proteção ambiental”.

No ano de 1977, o Inpe lançou mão de uma pesquisa pioneira que associa o uso de satélites e a ocupação da Amazônia. Consequentemente, em 1986 foi iniciado o programa de monitoramento de queimadas. Estes dois eventos foram momentos elementares de uma longa trajetória do Inpe como prestador de serviços de monitoramento de proteção ambiental no território brasileiro. Diante desse cenário, o INPE passou a ser um órgão primordial do governo no tocante às estimativas de desmatamento. Em 1991, foi lançada uma pesquisa acerca dos impactos dos eventos na Amazônia no clima regional.

A partir dos anos 1980, em meio ao período de redemocratização, as atividades do Inpe puderam ter um maior fluxo de projetos em função da maior autonomia. Quando afirmamos isso, estamos nos referindo àqueles projetos com cunho mais voltado ao social, por exemplo,

tendo em vista a ocorrência de outras fontes de recursos e fomento às pesquisas. Tal liberdade se deve, sobretudo, às alianças estabelecidas entre Brasil e China por meio do Programa CBERS⁸. Essa autonomia culminou numa menor dependência e, respectivamente, menores restrições e controles por parte dos projetos das Forças Armadas. A autonomia ocorreu embora o programa espacial ainda funcionasse sob tutela da Cobae que, por sua vez, somente foi extinta em 1995 (PEREIRA, 2008; CÂMARA, 2011).

Na pesquisa de Pereira (2008), o autor ressalta a importância das parcerias internacionais na história do Inpe. O autor destaca que, em função das instabilidades de crises políticas e orçamentárias, o Inpe encontrava uma segurança de sua sustentabilidade por intermédio das cooperações científico-tecnológicas e parcerias econômicas internacionais, a exemplo da China. Por outro lado, tal sustentabilidade também veio com o preço de descontinuidade ou impossibilidade de projetos voltados prioritariamente ao interesse nacional e estratégico-militares.

Os projetos de prioridade nacional “não se sustentaram com o enfraquecimento do Estado em meio à crise econômica, ao processo de globalização, perda de apoio político nos governos Collor e FHC e as dificuldades de acesso às tecnologias sensíveis” (PEREIRA, 2008, p. 111). Ainda que o Instituto tenha uma maior autonomia no tocante à prioridade de projetos, isso era acompanhado da falta de recursos. Logo, independente da motivação em proceder determinada pesquisa, existia o crivo da disposição de recursos para tal, o que pode remeter a uma falsa autonomia.

Entendemos que o imperativo da busca de recursos próprios se tornou parte intrínseca do Instituto desde a abertura política. A autonomia de projetos advinda da era FHC (1995-2003) não foi acompanhada da contrapartida monetária. O alívio da liberdade foi enviado pela lógica de desresponsabilização governamental em relação a C&T naquela época. A partir disso, o Inpe não hesitou em lançar mão da captação de recursos próprios via projetos e cooperações. Tais ações se naturalizaram no *ethos* Inpiano e, assim, nasceu a mentalidade dos “projetos por fora” bastante citados na fase das entrevistas.

À medida que a cultura da captação de recursos é implantada, aumenta-se também a mentalidade do desempenho. A captação de recursos se torna uma corrida permanente em busca da qualidade e reaproveitamento total (tempo e recursos). Os lemas se tornam competitividade, rapidez, precisão, *status* e eficiência.

8 Da série Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres.

Em 1995, a extinção do Cobae abriu espaço para a criação da Agência Espacial Brasileira. Nesse sentido, o papel de coordenação do programa espacial foi delegado à AEB. A criação da AEB, portanto, representou “uma mudança na orientação governamental, ao instituir um órgão de coordenação central do programa espacial, inicialmente subordinado diretamente à Presidência da República e agora vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)” (SOUZA, 2004, p. 15).

O Inpe conseguiu atingir uma maior autonomia administrativa e financeira, haja vista a busca de recursos flexíveis, externos. Naquela época, as negociações de alianças entre China e Brasil foram encaradas com grande resistência por parte da Cobae. Os conflitos, associados com o descumprimento de prazos do MECB (programa de interesse da Cobae) encontraram desfecho, inclusive, na exoneração do Marco Antonio Raupp⁹. Raupp foi diretor do Instituto entre os anos 1985 e 1989, apontado na época como o principal propulsor da cooperação entre os países (BIONDI, 2019).

Em 1985 ocorreu a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia e, por conseguinte, o Inpe passou a pertencer ao MCT como órgão autônomo, subordinado ao CNPq. Em 1995, o Inpe passou a ser gerido como integrante do MCT da estrutura regimental do MCT, na qualidade de Órgão Específico Singular. Em 1995, tal como foi citado nos parágrafos anteriores, ocorreu a extinção da Cobae, abrindo espaço para a criação da Agência Espacial Brasileira e indicando os fatores progressistas de superação da dicotomia civil-militar, de modo a incumbir novos rumos oficiais na orientação governamental. Contudo, mesmo com novas roupagens, Escada (2005) alega que a instituição ainda permanece influenciada pelos interesses militares. A partir de 2003, o Inpe aparece na estrutura regimental do MCTI como Unidade de Pesquisa, condição na qual a instituição é referida até os dias atuais.

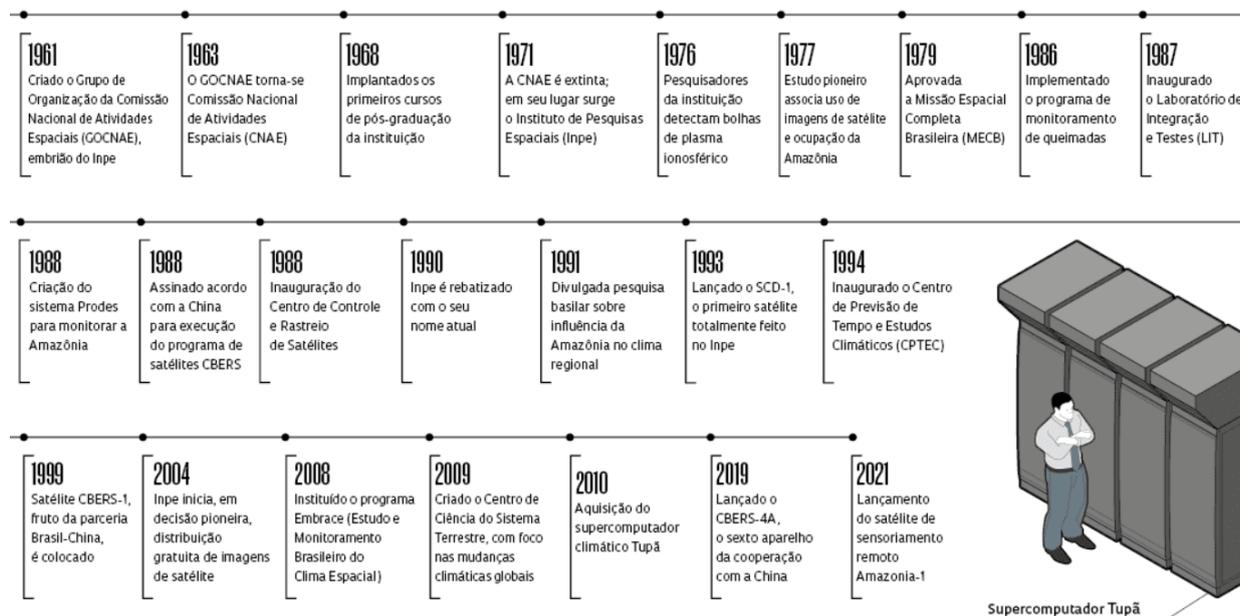
A imagem a seguir foi consolidada por Vasconcellos (2020a) e conta com um resumo dos principais destaques e realizações do Instituto ao longo de sua trajetória.

⁹ Marco Antonio Raupp (1938 - 2021) foi um cientista brasileiro. Foi diretor geral do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Figura 2: História do Inpe: principais acontecimentos

UMA TRAJETÓRIA DE SUCESSO

Confira fatos marcantes da história da organização



FONTE: Revista Fapesp, 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/Instituto-se-destaca-pelo-pioneirismo/>

Em suma, quando nos atemos à construção do modelo institucional traçado pela instituição e dos feitos, sobretudo a partir das pesquisas de Pereira (2008) e Câmara (2008), podemos observar que, entre avanços e discontinuidades, o INPE sempre atuou de forma intensa no desenvolvimento de atividades espaciais no Brasil. A instituição carregou diversos desafios ao longo dos 60 anos, sobretudo em decorrência dos fatores externos à instituição. Ela foi diretamente atravessada pelas circunstâncias de natureza política, ideológica e econômica, ocupando um campo estratégico de disputas que gradativamente moldaram o seu processo institucional, bem como seus projetos.

Pereira (2008) alega que, em meio a um campo de disputas e permeado por incertezas, a instituição conseguiu alcançar, principalmente por meio de cooperações internacionais, formas de criar laços e edificar certa sustentabilidade em um campo pouco habitado no tocante aos conhecimentos espaciais, atendo-se ao território brasileiro.

Estes feitos fizeram com que o Inpe adquirisse reconhecimento nacional e internacional, sendo considerada a maior referência brasileira dentro do ramo de atividades espaciais, a instituição se consolidou como uma grande parceira dos interesses civis e de aumento da

qualidade de vida da sociedade brasileira. Tais certificações são fruto da produção de conhecimento científico e da prestação de serviços, dando maior enfoque às atividades de previsão de tempo/clima e aos estudos de mudanças climáticas e monitoramento da Amazônia.

Contudo, em função da instabilidade e a consequente dependência de parcerias para o alcance de sua sustentabilidade, também se tornou recorrente, nas mais variadas situações, subordinações a princípios e preceitos externos ao próprio Instituto, característica que confere ao Inpe o *status* de instituição heterônoma. O Instituto, ao longo de sua trajetória, vem operando como um sujeito camaleônico em função das instabilidades orçamentárias que o atravessou e ainda atravessa.

4.2 A SITUAÇÃO DO FINANCIAMENTO NO INPE

O quadro orçamentário disponibilizado para o uso do Inpe, bem como de quaisquer outras instituições públicas, possui sintonia direta com o desenvolvimento de projetos e atividades. As eventualidades de restrições orçamentárias atuam como um mecanismo impeditivo na continuidade e manutenção de projetos pertinentes no âmbito das pesquisas especiais, impactando diretamente, por exemplo, os projetos de lançamento de satélites, os serviços de monitoramento tão relevantes à sociedade civil e, por fim, o avanço da produção de conhecimento, dentre outras especificidades desempenhadas pelo Inpe.

A precariedade financeira não pode ser apenas visualizada a partir do atraso ou descontinuidade de projetos, como também pode ser elucidada na deterioração de materiais e equipamentos sem a respectiva reposição/manutenção que, por seu turno, impactam o funcionamento do Instituto.

A exemplo do posto, tem-se o supercomputador Tupã que desde 2017 corre risco de ser desligado em razão do fim de sua vida útil. Sem condições para reposição, o supercomputador vem funcionando a base de reparos, o que eleva os gastos e cria o eminente risco de parada parcial. Os impactos do desligamento do supercomputador sem a reposição são numerosos, haja vista sua capacidade de cálculos, previsões e dados, refletindo em diversas decisões nacionais relacionadas à segurança alimentar, energética e hídrica. São características essenciais, sobretudo, dentro da conjuntura atual de crise climática. Outrossim, tal como mencionado na subseção anterior, o Instituto também carece de reposição de pessoal.

Identificamos que diante da variedade de atuações do Instituto, somada às inconstâncias orçamentárias vivenciadas pela instituição nos seus 60 anos de história, tornou-se recorrente as práticas de reordenação e restabelecimento de prioridades de alocação de recursos. Em

consonância a esta afirmação, Pereira (2008) conclui que tais tomadas de decisão sobre as prioridades aconteceram em função do “segmento das elites que detém mais poder em determinado período através de mudanças institucionais que estão associadas às disputas de poder, recursos e espaço entre os atores dentro do Estado” (PEREIRA, 2008, p. 172).

Logo, conclui-se que o Instituto é diretamente atravessado pelas prioridades governamentais. Isso pode ser observado no seguinte trecho:

As reformas do Estado realizadas por diferentes regimes e governos tiveram efeitos diretos nas políticas das áreas estratégicas. No período em que houve o insulamento burocrático, o processo de formulação de políticas assumiu um modelo hierárquico. Neste contexto, a conquista do espaço passa a ser vista predominantemente como instrumento de poder do Estado nas relações internacionais. Ao passo que nos momentos em que o processo de elaboração de políticas segue uma configuração mais horizontal, prevalece o foco no atendimento de demandas da sociedade (PEREIRA, 2008, p. 174).

Em suma, o autor parte da premissa de que a alternância governamental de diferentes segmentos das elites brasileiras, isto é, agentes que detém mais poder em determinado período agem sobre as formas de gestão do Inpe. Eles influenciam nos redirecionamentos das prioridades, no desenvolvimento científico em geral e nas pesquisas espaciais, o que impacta sobremaneira o Instituto. Estes redirecionamentos, por vezes, foram acompanhados das inconstâncias financeiras. Nesse sentido, convém enfatizar que a regularidade de recursos orçamentários é um elemento primordial quando nos atemos a um projeto de desenvolvimento de uma política espacial perene e de longo prazo.

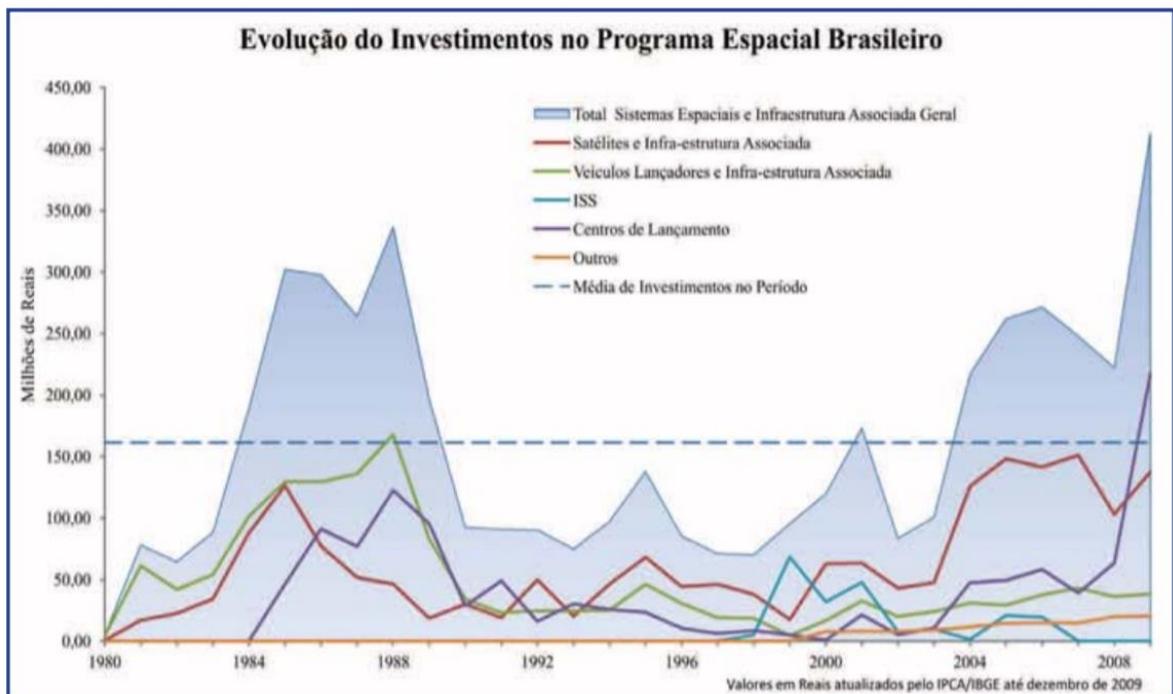
Contudo, observamos que a injeção de recursos se encontra aquém do que se pode nomear de regularidade. Isso pode ser constatado nos relatos da trajetória do Instituto visibilizado pelas pesquisas de Pereira (2008), quando o autor consolida o arranjo institucional da política espacial e a evolução do INPE, contemplada pelos períodos ditatoriais, o período da redemocratização e período de implementação da reforma do aparelho estatal.

No plano nacional, as disputas políticas entre os atores envolvidos no processo de institucionalização do setor espacial conformaram o arranjo institucional e o curso do desenvolvimento científico e tecnológico (PEREIRA, 2008, p. 172).

A figura a seguir demonstra a irregularidade mencionada no tocante aos repasses da União para os investimentos no Programa Espacial Brasileira, no qual o Inpe é inserido. Tal oscilação pode indicar o grau de prioridade de determinados governos em relação à ciência. Por

outro lado, também fornece a reflexão acerca da prejudicialidade que essa irregularidade fornece, por exemplo, à pesquisas e projetos considerados de longo prazo, assim como para respostas contingenciais a demandas imprevisíveis e situações extremas.

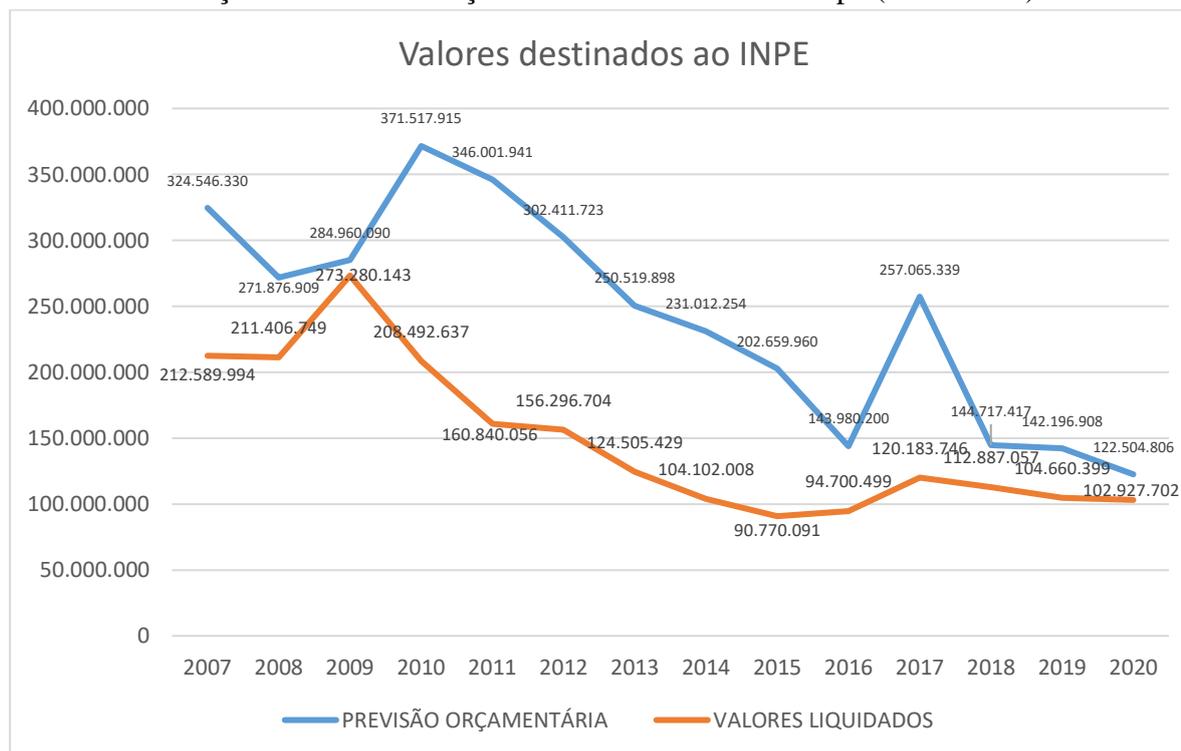
Figura 3: Evolução de investimentos no programa espacial brasileiro. Valores atualizados para 2009.



FONTE: Plano diretor do Inpe (2011-2015)

As principais fontes orçamentárias do Inpe advêm dos repasses do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), órgão ao qual se vincula, e da Agência Espacial Brasileira (AEB). Mais adiante, também podemos observar tal instabilidade no gráfico 9, contemplado por informações acerca do quadro financeiro exclusivamente do Inpe nos últimos 15 anos, o que nos permite constatar, novamente, a volubilidade dos recursos.

Gráfico 9: Relação dos recursos orçamentários destinados ao Inpe (2007-2020)



FONTE: Consulta pela Plataforma E-sic. Elaborado pela autora, 2021.

A volubilidade dos recursos e os movimentos de declínio são os principais destaques observados no gráfico. Câmara (2008) afirma que a década dos anos 2000 foi bastante positiva para o Inpe, haja vista o aumento de financiamento em C&T a partir de 2004. Segundo o autor, em valores nominais citados, o orçamento total do Inpe aumentou de R\$ 100 milhões em 2003 para R\$ 200 milhões em 2007. Ou seja, a instituição obteve o dobro de recursos orçamentários em um período de 5 anos. Mais adiante, em 2010, o Inpe alcançou o seu ápice orçamentário, atingindo a marca dos R\$ 273 milhões. De 2010 em diante, a redução orçamentária se encontra descendente e gradativa. Esses fatores acabam por afetar a descontinuação de projetos em execução em função dos reordenamentos e prioridades governamentais.

Outros documentos relevantes que atuam como dados complementares ao quadro orçamentário dizem respeito aos relatórios do Plano Diretor do Inpe (2017 – 2019 e 2019 – 2021). Neles, estão presentes os planejamentos estratégicos da instituição, elencando as principais forças, ameaças e potencialidades e fraquezas nos moldes da Análise SWOT¹⁰.

¹⁰ Análise ou matriz SWOT – em português, análise ou matriz FOFA – é um método de planejamento estratégico que engloba a análise de cenários para tomada de decisões, observando 4 fatores. São eles, em inglês: strengths, weaknesses, opportunities e threats. Em português: forças, oportunidades, fraquezas e ameaças.

No bojo do relatório, são citados como principais ameaças os contingenciamentos e cortes orçamentários; a possibilidade de mudanças legislativas e econômicas capazes de descontinuar demandas em execução; a política insuficiente de ampliação e reposição do quadro de pessoal. Dentre as principais fraquezas, a fins do objetivo do presente trabalho, destacamos as deficiências na infraestrutura; a falta de dotação orçamentária para suprir as necessidades do Instituto; a dificuldade de obtenção de recursos para manutenção de contratos que zelem pelos equipamentos atuais (servidores, equipamentos de rede etc) e aquisição de outros dispositivos. Somados, todos eles possuem sintonia com o quadro orçamentário e contribuem em grande escala para a descontinuidade de projetos, aumento dos custos (haja vista a impossibilidade de recursos preventivos em relação à infraestrutura) e, por fim, a perda de competências.

A tabela abaixo nos fornece uma maior elucidação acerca da situação orçamentária em que a instituição se encontra.

Tabela 10: Relação dos dastos da União com o Inpe (2007-2020).

Despesas Liquidadas do INPE como percentual das despesas da União e do PIB - 2006-2020. Valores correntes e atualizados (IPCA JANEIRO 2021)					
	INPE (A)	DESPESAS UNIÃO (B)	PIB (C)	A/B	A/C
2007	212.589.993,94	2.449.594.948.495,48	5.668.781.184.422	0,00416%	0,00375%
2008	211.406.748,92	2.379.496.668.080,88	6.132.313.829.790	0,00451%	0,00345%
2009	273.280.143,10	2.534.672.804.555,76	6.266.213.311.171	0,00573%	0,00436%
2010	208.492.636,53	2.564.129.808.920,47	6.955.083.252.950	0,00454%	0,00300%
2011	160.840.056,15	2.670.299.677.299,37	7.345.582.131.720	0,00359%	0,00219%
2012	156.296.704,04	2.756.807.460.770,08	7.667.071.971.600	0,00356%	0,00204%
2013	124.505.429,19	2.711.579.804.392,83	7.994.176.212.410	0,00306%	0,00156%
2014	104.102.008,36	3.678.170.261.178,66	8.149.132.783.420	0,00201%	0,00128%
2015	90.770.090,80	3.800.491.011.044,92	7.754.651.116.450	0,00185%	0,00117%
2016	94.700.498,66	3.572.252.949.638,63	7.456.738.723.200	0,00223%	0,00127%
2017	120.183.746,39	3.927.034.962.383,19	7.569.368.519.820	0,00266%	0,00159%
2018	112.887.056,76	3.912.144.129.819,51	7.640.991.869.603	0,00260%	0,00148%
2019	104.660.399,45	3.543.606.974.578,85	7.759.249.981.307	0,00276%	0,00135%
2020	102.927.702,25	4.349.425.460.112,43	7.715.608.495.100	0,00228%	0,00133%
2021	76.001.299	4.334.235.538.956,56	-	-	-
2014-2021	-26,99%	17,84%	-	-12,63%	-
2010-2021	-64%	69%	-	-61%	-.¹¹

FONTE: Consulta pela Plataforma E-sic. Elaborado pela autora, 2021.

Estimamos que no período de 2014 a 2021, ocorreu uma queda de quase 70% dos recursos disponibilizados pela União em relação ao Inpe. Quando comparamos os valores atuais com o ano de 2010, período em que o Inpe alcançou os maiores índices de dotação

¹¹ Aguardando o relatório final do 4^a trimestre de 2021.

orçamentária, o declínio chega a quase 80%, reproduzindo uma asfixia por parte do governo em relação ao Inpe. Os valores monetários da tabela estão corrigidos de acordo com o Índice de Preços para o Consumidor Amplo (IPCA) em função das variações inflacionárias.

Dessa forma, o ano de 2021 ficou marcado como um dos anos de maior *déficit* orçamentário, se não o maior, tendo em vista os dados coletados ao longo da pesquisa. Com intuito de honrar minimamente as despesas de custeio e manutenção, a instituição tem lançado mão de políticas de reestruturação, bem como passou a reaver os contratos de serviços terceirizados e até mesmo o contrato dos chamados bolsistas PCI¹².

Somente no ano de 2021, a instituição contou com a demissão de 107 pesquisadores bolsistas (CASEMIRO, 2021). O desligamento de bolsistas representa uma forte queda da capacidade operacional no tocante aos projetos. De acordo com a matéria, os bolsistas atuam em diversas funções dentro da instituição. Em tese, as bolsas eram distribuídas para o fomento de capacitação técnica, mas também supriam em grande escala a lacuna causada pela falta de concursos e o *déficit* de pessoal em função dos desligamentos e aposentadorias.

Sobre os movimentos de reestruturação do Inpe, nas palavras da comunicação oficial¹³ do MCTI em redes sociais, foi enunciado que a reestruturação, anunciada em julho de 2020, tem como objetivo central a adequação do Inpe ao respectivo número de servidores e à capacidade de orçamento que o Instituto possui. De acordo com membros do MCTI, a proposta do modelo de reestruturação adveio em referência aos modos de gestão da NASA (Agência Espacial Americana) e NOAA (National Oceanic Atmospheric Administration).

A forma como as mudanças foram implantadas gerou a resistência de um conjunto de servidores, o que reverberou na elaboração de uma carta oficial direcionada ao Professor Doutor Augusto César Gadelha Vieira, membro do comitê de escolha do novo diretor. A carta faz referência aos feitos do atual diretor interino. Em requerimento¹⁴, um conjunto de deputados referenciam a carta e solicitaram informações mais aprofundadas sobre os movimentos de reestruturação.

O Diretor interino que, comunicou que apresentará sua candidatura para o processo de seleção em curso, tem prosseguido, em virtual sigilo, com uma reestruturação da instituição sem qualquer critério, técnico ou de gestão,

¹² “O PCI (Programa de capacitação institucional) é um Programa patrocinado pelo MCTIC e operacionalizado pelo CNPq com vistas a fomentar a capacitação Técnica, Científica e de Inovação das Unidades de Pesquisas ligadas ao MCTIC, como o INPE, por exemplo. Dentro do INPE os recursos PCI estão alocados nas diversas [Áreas](#) que podem implementar diversas [Modalidades](#) de bolsas”. FONTE: Inpe. Disponível em: <http://www.inpe.br/pci/>

¹³ PODCAST MCTI - Reestruturação do INPE. FONTE: <https://www.youtube.com/watch?v=v9WBLJxaMk0>.

¹⁴ RIC n 815/2020. Apresentado em: 16/07/2020.

aceitável. Em uma decisão totalmente autoritária, sem se saber de onde veio, estabeleceu uma nova estrutura de gestão, que está sendo implantada via um novo Regimento Interno, o documento maior que estabelece as normas de funcionamento institucional. Mais grave, nos últimos dois meses vivemos uma situação peculiar e única na história do INPE. Existe uma estrutura administrativa oficial, a que está no regimento atual e válido, e uma estrutura paralela, que opera, governa e decide sobre o INPE, mas que não existe na regulação administrativa. É importante ressaltar que essa estrutura paralela de gestão incluiu a verticalização e unificação de comando aos moldes das estruturas militares, claramente na contramão das tendências atuais de pesquisas em redes colaborativas com liberdade acadêmica e autonomia científica (G1, 2020, s.p).

O trecho aponta, pois, para uma crise institucional em função da nova reestruturação. O modelo foi influenciado pelos moldes na NASA e, por vezes, tem sido questionado por uma parcela de servidores e até mesmo pós-graduandos. No decorrer da fase das entrevistas, também foi relatado que um nicho específico de servidores ficou descontente com a reestruturação não somente por conta da falta de diálogo em relação ao modo como ela foi implementada, mas sobretudo pelo não englobamento do modelo a determinados setores. Como exemplo disso, é citado o setor da Assistência Social, um dos principais eixos da política de cuidado no Instituto

4.3 DILEMAS ATUAIS DA PÓS-GRADUAÇÃO NO INPE

A partir do apanhado de relatos consolidados acerca da história do Instituto, podemos inferir que a pós-graduação tornou-se parte indissociável do progresso do Inpe. Em diversos momentos da sua história, o desenvolvimento de competências por intermédio da formação de mestres e doutores demonstrou-se em total sintonia com a prosperidade não somente do Instituto, mas principalmente do desenvolvimento da política espacial brasileira. Atualmente, segundo dados disponibilizados pelo Instituto, já foram contabilizados um montante de 1.076 doutores e quase 2471 mil mestres, totalizando 3547.

Ainda que incomum, a prática de criar programas de pós-graduação em um Instituto de pesquisa forneceu bases elementares para o funcionamento do Inpe, haja vista o *déficit* de pessoal, ora não superado, que detenha o conhecimento técnico científico para atuar na produção de conhecimento no âmbito espacial no território brasileiro. A história do Inpe é marcada por aproximadamente meia década e os desafios de recursos pessoais ainda estão longe de serem superados, tal como mencionado por Madeiro (2018).

Salta aos olhos que de tempos em tempos, atendo-se aos períodos mais inclinados aos princípios conservadores e aos momentos de maiores saliências dos interesses de cunho militar, a existência da pós-graduação foi colocada em xeque. Pereira (2008), ao estabelecer um apanhado minucioso do histórico do Inpe, relata que entre os anos 1974 e 1979 tornaram-se

recorrentes as discussões e pressões para que ocorresse o fim da pós-graduação no Instituto, transferindo-a para a responsabilidade de Universidades. Avançando a linha do tempo para 2021, durante uma das Assembleias promovidas pelos representantes estudantis, ouviu-se que “a pós-graduação não é atividade fim do Inpe”, numa referência a falas enunciadas por agentes que ocupam posição de poder no Instituto.

As duas épocas trazem algumas perspectivas semelhantes: a ascensão das aspirações neoliberais conservadoras e o reordenamento de valorização científica totalmente voltado aos aspectos técnico-operacionais. A pós-graduação, contudo, carrega consigo o tratamento de que pesquisa e ensino são indissociáveis. A relação entre essas duas instâncias provoca o senso de questionamento constante sobre as práticas, bem como o sentido ético-epistemológico e pedagógico. São características que, por vezes, não possuem lugar em um ambiente de curto prazo e de sobrevivência diária que dá margem ao “mais trabalho”. Nesse sentido, cabe indagar sobre quais as tensões que a pós-graduação fornece para que ela tenda a ser deixada de lado em períodos mais conservadores.

Por outro lado, segundo os mapeamentos da biblioteca central e dos repositórios institucionais, relata-se que os alunos da pós-graduação possuem participação ativa e significativa na mensuração de produção científica. De acordo com o setor, os pós-graduandos detêm participação de mais de 50% do montante de publicações e estudos vinculados ao Inpe¹⁵.

A retração de recursos também trouxe um conjunto de gargalos para as questões mais burocráticas da pós-graduação. Dessa vez, ela possui relação direta com a não-renovação de contratos de trabalhadores terceirizados do Instituto. Em função dos cortes, diversos contratos não foram renovados, o que impactou diretamente no funcionamento da Secretaria dos Assuntos de Pós-Graduação, setor responsável por organizar, por exemplo, as disciplinas, defesas etc.

Outro ponto a ser ressaltado é a recorrente demissão de bolsistas no Instituto. Somente no ano de 2021 foram descontinuados os trabalhos de 107 pesquisadores. As chamadas bolsas PCI, a qual os pesquisadores eram vinculados, são bolsas de fomento à jovens pesquisadores, geralmente recém-doutores, que se vinculam a um laboratório de pesquisa com intuito de auxiliar no desenvolvimento de projetos em curso. De acordo com Bothallo (2021),

“As bolsas PCI não são equivalentes às bolsas de pós-graduação, destinadas a alunos de mestrado e doutorado que desenvolvem projetos de pesquisa no país em universidades e laboratórios públicos, mas elas são pagas pelo CNPq

¹⁵ Dados parciais.

(Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), ligado ao MCTI, que também apoia os programas de pós-graduação no país. Em geral, os Institutos recebem o orçamento anual com a determinação de quantas bolsas PCI irá receber e, a partir daí, fazem o processo seletivo para escolha dos projetos, que podem durar até seis anos”. (BOTHALLO, 2021, s.p)

No geral, elas possuem duração de até 5 anos e abrangem diversos setores considerados estratégicos do Inpe que vão desde o lançamento de satélites, previsão do tempo e até monitoramento de desastres naturais. Por vezes, a garantia da bolsa PCI também significa um momento de aguardo para abertura de vagas e concursos públicos no âmbito da temática espacial.

Nesse cenário, as inconstâncias de pessoal promovidas pelas demissões de pesquisadores podem encontrar múltiplos desfechos. Em primeiro momento, existe a possibilidade de descontinuação de projetos. De outro lado, dispendo de uma maior complexidade, as demissões também podem desencadear um aumento de fluxo de trabalho de pesquisadores, docentes e pós-graduandos que prezam pela continuação destes mesmos projetos, ainda que sem as condições suficientes de pessoal.

Cabe questionar, por fim, até que ponto tais eventos podem influenciar na redistribuição de trabalhos, intensificação e extensificação das atividades, pressão por publicações e absorção de responsabilidades. Dentro das novas morfologias do mundo do trabalho, é recorrente a reposição da força de trabalho por intermédio do público estudantil, bem como bolsistas.

Em suma, a presente seção evidencia que o Inpe também passa pelo corte sistemático de seu funcionamento, acompanhando as tendências ressaltadas na seção anterior. Na seção a seguir, iniciaremos uma articulação do cenário orçamentário e as possíveis reverberações do mesmo nas vivências dos pesquisadores estudantes de pós-graduação.

5 O PÓS-GRADUANDO EM FOCO

5.1 O ESTUDO COMO TRABALHO: POR UMA VISÃO AMPLIADA DA CONCEPÇÃO DE TRABALHO

A presente seção buscará introduzir uma discussão que conduz à ligação direta entre o estudo e o trabalho em sua dimensão subjetiva e objetiva. Para tanto, julgamos primordial elucidar sobre as origens que abarcam tal discussão, partindo dos pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho, bem como do ponto de vista da atividade que se situa presente nas demais Clínicas do Trabalho¹⁶.

A Psicodinâmica do Trabalho é uma das abordagens que está inserida dentro do eixo de análise das chamadas Clínicas do Trabalho, buscando evidenciar relações entre saúde/trabalho ou subjetividade/trabalho. A abordagem foi desenvolvida por Christophe Dejours em meados dos anos 1980, dialogando com outras disciplinas como a Psicanálise, a Sociologia do Trabalho e a Ergonomia da Atividade.

A Psicodinâmica defende a centralidade do trabalho, reconhecendo-o enquanto um dispositivo fundamental de mediação entre o social e o inconsciente, pois é a partir do trabalho e das relações sociais advindas da atividade que se torna possível o estabelecimento de dinâmicas de reconhecimento e a estruturação do sujeito. Para esse fim, a abordagem discorre sobre vivências subjetivas e objetivas de mediação das vivências entre prazer e sofrimento no trabalho, o processo de saúde e adoecimento e os mecanismos de defesa.

Dejours (2012, p. 23) caracteriza que “a Psicodinâmica do Trabalho é antes uma disciplina clínica que se sustenta na descrição e no conhecimento das relações entre trabalho e saúde mental. A abordagem visa à compreensão do trabalho a partir da realidade do sujeito que trabalha e, respectivamente, a coprodução de conhecimento a partir das trocas do pensamento concreto e científico para que se estabeleçam formas alternativas de transformação do trabalho.

Parte-se do pressuposto de que a partir do momento que os trabalhadores dão lugar à fala sobre o trabalho é que se torna possível nomear, ressignificar e elaborar caminhos em direção à emancipação dos mesmos. O foco, portanto, está pautado nas dinâmicas de potencialização de circulação de afetos e ações criativas, em prol de movimentos que facilitem o discurso do sujeito e a autonomia dos trabalhadores.

¹⁶ Ergonomia da atividade; Psicossociologia; Clínica da Atividade.

O marco inicial da trajetória da abordagem psicodinâmica aconteceu em meados dos anos 1980 a partir da sua ruptura com o pensamento da psicopatologia do trabalho, inicialmente responsável por encontrar nexos causais entre a organização de trabalho e o adoecimento. A partir da obra *“A loucura do trabalho”*, Dejours passa a indagar sobre a questão de que embora os trabalhadores sejam submetidos a organizações de trabalho deletérias, a maioria dos trabalhadores não enlouquecia. “Os homens não eram passivos ante aos constrangimentos organizacionais, eram capazes de se proteger dos eventuais efeitos nocivos sobre a saúde mental, bem como de conjurar a saída natural que representava o espectro da doença mental”. (DEJOURS, 2004, p. 61)

Diante do posto, Dejours (2004) passa a se atentar muito mais para a questão de uma saúde positiva e os mecanismos de defesa que dão sustentação para a luta pela saúde. Assim, a psicodinâmica rompe com a questão de estudar o adoecimento e passa a contemplar os movimentos dinâmicos de equilíbrio/desequilíbrio da saúde, admitindo o conceito de saúde para além da definição de ausência de doença e bem estar físico e mental estabelecido pela Organização Mundial de Saúde.

A saúde é apenas um ideal, nunca atingido. Muitas dessas doenças atacam uma mesma pessoa e podem, felizmente, ser mais ou menos estabilizadas, mais ou menos bem compensadas, graças as regulações internas ou a meios artificiais. (...). Esse equilíbrio assim obtido é sempre precário, mas pode, de qualquer modo, ser satisfatório, aceitável. A saúde, entretanto, jamais é ideal. Daí a necessidade de introduzir uma outra noção: a de normalidade. Provisoriamente, pode-se definir estado normal como um estado real – diferente, portanto, de um estado ideal -, um estado no qual as doenças estão estabilizadas e os sofrimentos, compensados. Diferente da saúde, a normalidade não é isenta de sofrimento. Mas o sofrimento é compensado, de modo aceitável, mediante inúmeras estratégias defensivas: higiênicas, comportamentais, médicas, sociais, psicoterápicas ou psíquicas, individuais ou coletivas. A normalidade é uma conquista difícil, nunca totalmente alcançada. Ela deve ser sempre reconstruída. (DEJOURS, p. 88, 1999)

A saúde, também reconhecida enquanto normalidade enigmática nas obras do autor, dialoga com a capacidade de autonomia de construir caminhos frente ao sofrimento. O sofrimento é dado enquanto uma categoria perpetuamente existente na vivência dos indivíduos. De acordo com Dejours (2012a, p. 26), o “sofrimento não é apenas uma consequência última da relação com o real, é ainda proteção da subjetividade rumo ao mundo em busca de meios para agir sobre o mundo”.

Não há vida sem sofrimento, não há reconstrução da normalidade sem afeto. O afeto é uma pressão interna que dispara um conjunto de reações; uma reação do corpo ao estado do ambiente que vai estimular trocas e relações para a reconstrução de um sujeito. O corpo tem

grande importância nesse processo, na medida em que ele é a superfície de leitura para um afeto. A emoção é auxiliadora da razão, na medida em que é a partir da emoção que se torna possível a ativação de encaminhamentos do sofrimento, seja ele voltado para a criatividade ou para o sofrimento patogênico. O afeto é dispositivo de movimento. Enquanto isso, o ambiente do trabalho cumpre com ações sociais fundamentais no sentido de dar sentido à formação de um sujeito no mundo, seja pelas suas crenças, pela sua legitimidade etc.

O trabalho, portanto, é considerado um campo privilegiado para a conquista de uma identidade do sujeito dentro de relações sociais. De acordo com Dejours (2011, p. 78), “trabalho é a atividade manifestada por homens e mulheres para realizar o que ainda não está prescrito na organização do trabalho”. Nesse sentido, Dejours emprega conceito originado da Ergonomia da Atividade, atentando-se ao ponto de vista da atividade, que discorre sobre a distinção entre trabalho prescrito e trabalho real. Ferreira (2009) distingue o prescrito e o real:

A organização prescrita, composta por regras e normas ligadas à lógica da produtividade, tende a ser desconexa das necessidades e desejos das pessoas e das atividades reais de trabalho. A organização real reflete as situações imprevistas que ultrapassam o domínio técnico e o conhecimento científico; evidencia o fracasso da normatização diante da modificação contínua da realidade e estabelece desafios constantes à compreensão e ao fazer humanos. (FERREIRA, 2009, p. 39)

A partir do trabalho real, institui-se o trabalho vivo que diz respeito ao engajamento do sujeito com intuito de realizar a atividade que está diante dele, assim como às formas que são direcionadas a um saber fazer. Muito além da estipulação de energias gastas na realização da atividade, ela abarca questões sobre a autonomia do trabalhador ao dizer que ele produz ações a partir de suas próprias demandas, não de outrem (trabalho prescrito). O trabalho vivo, nas palavras de Ferreira (2014), faz “nascer sentidos que não existiam, são produtoras de sentidos em ato”. Composição de sentidos nunca estabelecida em definitivo, que está sempre por se fazer”.

A partir dessa definição, tiramos a possibilidade de trabalho num sentido a *priori* e adentramos numa perspectiva que amplia a noção de trabalho como possível fonte de emancipação humana, inventividade subjetiva e ação política. Reiterando, ademais, a necessidade de reconhecimento de que trabalho não é sinônimo de emprego ou vinculação. O trabalho não se limita ao que foi denominado por Schwartz como trabalho “*stricto sensu*”, manifestado por uma atividade “remunerada em uma sociedade mercantil e de direito” (SCHWARTZ, 2011, p. 23).

Entretanto, por vezes, em decorrência dos fatores sociais e culturais - a que a psicossociologia se debruça - tornam-se intrafegáveis os caminhos que permitem o reconhecimento de atividades que fogem da regra normativa do trabalho *stricto sensu*. A psicossociologia, para além de conceber o trabalho sob o ponto de vista da atividade, também o faz como instituição que se encontra inserida no modo de produção capitalista e que, por seu turno, delimita a significação do que é trabalho. Tais situações redundam na invisibilidade e apagamento social daqueles trabalhos que não se vinculam visivelmente, ou não são associados instantaneamente, à esfera produtiva. Por consequência disso, tal como citado por Lhuilier (2014, p. 14), a discussão encontra desfecho “na violência das discussões a respeito do que é/do que não é o trabalho”.

Logo, partindo de um olhar mais ampliado, é possível afirmar que existe trabalho na maternidade, no estudo, na militância e até mesmo no desemprego, numa referência ao filme “Eu, Daniel Blake” que narra os percalços advindos do desemprego. É oriunda dessa linha de raciocínio que Schwartz (2008) fornece argumentos sobre a necessidade de olhar para atividades que são comumente ignoradas, ou que passam despercebidas para que possam ser compreendidas e analisadas no âmbito da discussão trabalho-saúde.

Porquê esta necessidade de alargar? Não há nenhuma razão para considerar o trabalho *stricto sensu* como uma espécie de forma “canônica” do trabalho para a humanidade. A análise de toda a atividade industriosa humana baseada neste pressuposto, avaliando as proximidades e as distâncias em relação a esta forma de prestação supostamente privilegiada, acabaria por negligenciar elementos de inteligibilidade essenciais para toda e qualquer dinâmica de transformação do estado atual das coisas (Schwartz e col., 2008, p. 11-12).

Dessa forma, Schwartz (2008) interpreta que a análise do trabalho não é privativa ao trabalho *stricto sensu* e à lógica mercantil, característica que nos permite afirmar o estudo/pesquisa como trabalho, bem como lançar mão de uma série de intervenções guiadas pelos princípios teórico-metodológicos das Clínicas do Trabalho em sua totalidade.

Abordamos o trabalho, pois, como a presentificação de uma norma em que um Outro espera do sujeito e o sujeito espera de si mesmo. Um elemento na vida humana que impõe condições propícias à criatividade e inventividade, reconstrução de identidades e realização de si, além de ser um instrumento de convivência entre sujeitos.

A partir do momento em que o trabalho é colocado enquanto estruturante psíquico do sujeito, torna-se impossível não o manifestar se não como um mecanismo de produção de saúde nas ações de resistir a constrangimentos vindos sob a forma de fracasso em situações cotidianas

e processos de reapropriação, da mesma forma que pode também capturar a subjetividade, gerar alienações e contribuir para o adoecimento.

Contudo, para que haja de fato essa reapropriação de sentidos sobre o trabalho, é primordial o reconhecimento das dinâmicas coletivas envolvidas nesse processo, categoria fundamental responsável pela promoção de saúde a partir dos pressupostos da psicodinâmica. Dejours (1999) afirma que a saúde-doença de uma pessoa depende do entorno que rodeia o sujeito e que a sua aptidão de resistir ou de ficar doente está intimamente relacionada também à qualidade das relações de trabalho.

Trabalhar é preencher o espaço entre o prescrito e o efetivo. Ora, o que é preciso ser feito para preencher esse espaço não pode ser previsto de antemão. O caminho a percorrer entre o prescrito e o real deve ser inventado ou descoberto a cada vez pelo sujeito que trabalha pondo assim, para o Clínico no Trabalho, este se define como que o sujeito deve acrescentar ao que foi prescrito para poder alcançar os objetivos que lhe foram atribuídos pontos ou ainda: o que ele deve acrescentar por decisão própria para enfrentar o que não funciona quando ele se limita escrupulosamente à execução das prescrições (DEJOURS, 2008, p. 39)

É originado da atividade do “trabalhar” o engajamento do sujeito e de sua busca de autonomia em direção a um saber fazer pleno de sentido (DEJOURS, 2012b). Nessa perspectiva, o trabalho é compreendido como um elemento fundamental de emancipação do sujeito, de inventividade humana e de ação política. Além disso, para além de estipulação de energias despendidas ao decorrer da atividade e quantificações advindas de sua realização, há a mobilização subjetiva durante sua realização, independentemente se tal atividade é remunerada ou formalmente regularizada, visto que trabalho não é sinônimo de emprego.

O presente trabalho, portanto, acolhe tal perspectiva como uma das principais premissas que direciona a pesquisa até o seu momento de encerramento. Dessa maneira, enfatizamos que o estudo/pesquisa é trabalho. Também tratamos a Universidade, os Institutos de Pesquisa, bem como Programas de Pós-Graduação como um modo de organização de trabalho que, à medida que a linha do tempo se desenrola, desenvolve, no seu interior, os modos como operam a divisão do trabalho, as demandas, prescrições, ritmos, prazos etc. Tais características, outrossim, recebem influências dos níveis macro (políticos e econômicos), meso (institucional) e micro (sujeitos ativos) e dialogam ininterruptamente com a saúde dos trabalhadores.

O “trabalhar-estudar”, portanto, é marcado pela presentificação de uma norma intersubjetiva delimitada em que um Outro espera do sujeito e o sujeito espera de si mesmo e vice-versa. Dentro do ambiente acadêmico, é possível verificar a presença das formas de divisão

de tarefas e as relações estabelecidas a partir da relação entre instituição-estudante, orientador-orientando, estudante-estudante, estudante-sociedade, que reverberam diversas influências no *modus operandi* psíquico dos estudantes.

As características presentes nas atividades dos estudantes pesquisadores a legitimam enquanto trabalho e não como algo meramente similar a ele, tendo em vista a capacidade de regularmente colocar à prova todo o saber e a subjetividade do sujeito que estuda, transformando não somente o seu entorno, mas sobremaneira, a si mesmo (DEJOURS, 2012b). Temos por certo que a atividade do estudo/pesquisa, também designado como o trabalho de produzir conhecimento, requer um senso de criatividade e mobilização subjetiva bastante significativa. De acordo com Dejours (2011):

As relações entre mobilização subjetiva da personalidade e da inteligência e a realização de si mesmo passam, necessariamente, por uma mediação que diz respeito ao real e que é possível por meio do trabalho (DEJOURS, 2011, p. 87).

Estas afirmações podem ser visivelmente validadas nos relatos dos pesquisadores estudantes (vide capítulos seguintes referentes aos resultados da pesquisa), bem como pode ser elucidada na própria literatura epistemológica de diversos pensadores que logicamente partem de perspectivas diferentes, por vezes opostas, mas que de forma articulada e respeitando os limites de cada um, pode conceder um conjunto de pistas que interligam o fazer científico qualificado com as dimensões do trabalhar e com o ponto de vista da atividade.

O “trabalhar” do estudante pesquisador desfruta de um processo infinito de reconfigurações que ora se confirma, ora explica novas roupagens a partir de velhos conceitos, ora desvia direções pré-estabelecidas, ora se esgota; movimentos pelos quais estudantes, pesquisadores, cientistas têm que ter condições de suportá-los, assim como dispor de discernimento para reconhecer o lugar das errâncias e dos redescobrimientos em curso.

Ao pesquisador é dado como bagagem primeira a herança do exercício da imaginação de desvelar o não-habitado, não-explorado, não-dito, não-criado, promovendo agitações, impulsos e mobilidades (DIDI-HUBERMAN, 2013). Ao reproduzir tal ofício, o pesquisador transforma o mundo e a si mesmo, fato pelo qual confere uma indissociabilidade entre o trabalho e o sujeito que trabalha. Diante disso, podemos realizar uma alusão ao trabalho de fazer ciência e a figura do cientista.

Quando falamos de um sujeito, não estamos levando em conta um sujeito singular, mas especialmente um sujeito coletivo, um sujeito que é abarcado por uma “comunidade humana

organizada em língua, costumes etc” (FOUREZ, 1995, p. 51). Um sujeito que é povoado por outrens na sua forma social e histórico-cultural; que é influenciado e, frequentemente, condicionado em função das formas de sociabilidade que estão presentes no segmento da produção de conhecimento, sobretudo dentro do ambiente da pós-graduação, responsável por produzir cerca de 90% da ciência no âmbito brasileiro (MUNIZ, 2020).

Num argumento semelhante, Mills salienta a indissociabilidade entre sujeito e objeto, bem como alega que para que seja estabelecido o *status* de maturidade de um pesquisador, é necessário que sejam observados os comportamentos que concernem a capacidade de “confiar na própria experiência, sendo ao mesmo tempo cético em relação a ela” (MILLS, 1975, p. 23). O autor institui, ademais, a ciência como prática de um ofício e, convenhamos, cuidar/zelar por um ofício possui uma sintonia fina com as formas de ser/estar no mundo, além de estar vinculado à produção de saúde (CLOT, 2013).

Fourez (1995) agregou a discussão sobre obstáculos científicos ao enfatizar que o ato de conhecer demonstrou ser indissociável do ato de conhecer a si mesmo. Ele destaca a relevância de reconhecer-se como um sujeito ativo na produção de conhecimento, apresentando-se como responsável da origem da nomeação dos fenômenos que, por seu turno, podem ser fabricados em função do contexto em que vivemos.

Também se admite a ciência como um produto inacabado em que os pesquisadores, na qualidade de sujeitos pensantes, responsáveis por abstrair as verdades (parciais) do mundo, também intituladas de sínteses (FOUREZ, 1995; MARX, 2013), possuem o legado de estarem abertos aos constrangimentos e fracassos. Pois a ciência requer, como ordem primordial, lidar com o fracasso do não-saber. A partir do momento em que a dúvida dá lugar às certezas, ou quando ocorre a cristalização do que lhe é esperado, a ciência adquire um caráter paralisante.

Em alternativa, Marx (1982, p. 158) defende que “as verdades científicas são sempre paradoxais quando julgadas pela experiência de todos os dias, que somente capta a aparência enganadora das coisas”. A partir do trecho citado, entende-se a existência de dois pólos: aparência (fenômeno) e essência (verdade). Marx (1982) destaca que é inviável alcançar a compreensão da essência de quaisquer objetos pela simples via da apreciação ou descrição da aparência, sendo necessário ir além do que o objeto apresenta. Torna-se necessário, pois, desvelar os movimentos obscurecidos e, conseqüentemente, seus reais significados.

O fazer científico também pode ser remetido à posição de um estrangeiro, destituído, ainda que temporariamente, da autoridade do saber. É um processo dinâmico e dialógico que nos impõe: ora reter, ora destituir da autoridade do saber. Se recusarmos tal dialogicidade, não

estaremos fazendo ciência, mas publicidade, ou mera reprodução técnica. Por isso, para que comecemos a fazer ciência talvez seja necessário, em algum momento da trajetória, retornar o olhar para si e considerar o fator humano nas condições de produção de conhecimento.

Kuhn (1978) destaca a importância do reconhecimento das rupturas paradigmáticas e dos conflitos envolvidos na atividade científica, característica que proporciona vivacidade e um inigualável potencial de transformação no que tange ao progresso científico. O pensador ressalta a magnitude de atuar entre pólos instituídos e instituintes, entre movimentos normais e revolucionários. Enaltece a força das tensões, dos deslocamentos e constrangimentos que as anomalias fornecem com intuito de dinamizar e atuar na reformulação de práticas e conceitos tidos como bem-postos, forçando-nos a refletir, problematizar e atuar na invenção de novas formas de pensamento.

Mais do que reconhecer a importância dos confrontos, admitindo-o como elemento rico e essencial para o progresso científico, Bachelard (1996) elenca uma série de condições psicológicas que preparam o nosso corpo e espírito, por vezes sedimentado em função das experiências passadas, para se permitir afetar e ser afetado, bem como agir sobre uma zona conflitual. A partir da edificação de exemplares que fornecem a devida dinamização no processo de produção de conhecimento, sob a égide da construção psicológica do espírito, ele tende a facilitar uma equalização entre discurso e prática para que o espírito possa atuar na mobilização do pensamento, da criatividade e da inventividade científica.

Logo, partimos do pressuposto de que somente se pode produzir uma ciência qualificada a partir do momento em que o pesquisador é afetado e assume os sentimentos indesejados, afetos enigmáticos e, por fim, de maneira que possa se despir de conhecido e do instituído que existe em seu interior. Isto posto, o trabalhar-estudar é frequentemente povoado pela presença do prescrito e real. Reiterando que, dentro das prescrições estão incorporados elementos referentes à tarefa e normas prévias que dão sustentação para a realização de um trabalho, enquanto que real diz respeito a realização do trabalho em sua efetividade, englobando todos os constrangimentos que ultrapassam o domínio técnico e científico (GUÉRIN, 2001; DEJOURS, 2011).

Assim, o prescrito pode ser representado como uma seta que mira em um alvo, enquanto que o real representa um alvo que insiste em deslocar-se, ou seja, o real insiste em dizer que as prescrições pré-estabelecidas não dão conta da realidade, o que desencadeia uma jornada conturbada e pouco linear. É nessa trama de acontecimentos que reside o verdadeiro significado

do trabalho que, de acordo com Dejours, está relacionado à capacidade de homens e mulheres suprirem lacunas presentificadas entre o prescrito e o real (DEJOURS, 2011).

Em suma, podemos identificar que o científico reivindica de forma constante que lidemos com o real que nos é apresentado. Este real pode estar relacionado aos estímulos externos, isto é, ao objeto estudado. Porém, também pode estar diretamente ligado ao real que nos é interno (FERREIRA, 2013; DEJOURS, 2011).

Por fim, há que se pensar na dimensão criadora de sentido manifestada na atividade do estudo que, por sua vez, não se esgota na própria atividade. Dejours (2012b) estabelece que há uma sintonia entre o cenário psíquico herdado na infância e o cenário do trabalho, movimento que se mescla entre a história singular e a história coletiva do trabalhador. Logo, estuda-se para fazer circular uma relação objetual, estuda-se em prol da concretização de um projeto de vida; estuda-se para pôr à prova a subjetividade; estuda-se para suprir hiatos inconscientes; estuda-se para ser reconhecido e adquirir a percepção de pertencimento em determinada sociabilidade.

Contudo, dependendo das dinâmicas relacionais, institucionais, sociais e organizacionais nas quais o sujeito é inserido, do mesmo modo que a pesquisa pode atuar como produtor de saúde, também pode se transfigurar em um dispositivo alienante, paralisante dos modos qualificados de vida, podendo encontrar desfecho em formas de sofrimentos patológicos e até mesmo adoecedores.

Nesse esquema, também devem ser consideradas as condições intrínsecas a respeito do sujeito que trabalha, tais como a trajetória pessoal, profissional, personalidade, competências socioprofissionais, dinâmicas de autoestima, construção imaginária etc. Em suma, a saúde no trabalho se atenta a uma visão integrada e dinâmica acerca das necessidades e desejos individuais em articulação com as demandas sociais e organizacionais.

5.2 DO NÃO-LUGAR AO PROTAGONISMO: UMA ANÁLISE SOBRE A FIGURA SINGULAR DO ESTUDANTE PESQUISADOR NA TRAMA DO MUNDO DO TRABALHO

A presente subseção tem como objetivo restituir o trabalho acadêmico no âmbito material e objetivo e, respectivamente, elucidar sobre a figura emblemática do pós-graduando. Para além da validação do estudo/pesquisa como trabalho em sua forma subjetiva-objetiva, lançamos mão da defesa de que o trabalho acadêmico não pode ser visualizado de maneira afastada das transformações do mundo do trabalho, bem como das relações e contradições sociais produzidas por suas mudanças. Muito pelo contrário! O trabalho acadêmico é

constantemente atravessado pelas dimensões políticas e econômicas, do mesmo modo que atua como reprodutor e catalisador de uma série de características que ultrapassam os muros dos Institutos de pesquisa e das universidades.

Em suma, os Institutos de Pesquisa e Universidades também foram drasticamente impactados pelos novos modelos produtivos e gerenciais, o que tem demonstrado que eles não se situam distanciados das modificações estruturais nem tampouco fora das dinâmicas gerencialistas que seguem orientadas pelos parâmetros quantofrênicos, objetivistas e macroscópicos (GAULEJAC, 2007; DEJOURS, 2008), engendrados na lógica flexível.

(...) em geral, na prática universitária ela [a intensificação do trabalho, mas também poderia ser a produtividade] obedece a padrões externos, que não têm origem em decisões autônomas, mas em mandatos heterônomos de agências, entidades, órgãos públicos ou empresas privadas, demandantes de “serviços” e definidores, igualmente, de ritmos e prazos. E os tempos do ensino, da aula, da orientação na graduação se encurtam, mingam (SGUISSARDI e SILVA JR., 2009, p. 172).

As atividades que estão sendo desenvolvidas no âmbito da pós-graduação estão orientadas pelos mesmos ordenamentos de quaisquer outras atividades que expressam as situações pelas quais se encontra a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2007) no cenário contemporâneo, principalmente em decorrência da concentração de altos índices de capital e estímulo à competição entre as instituições que, por seu turno, protagonizam a busca de produção de conhecimento no país, bem como a corrida de sobrevivência. Em consonância com a afirmação, Sguissardi e Silva Júnior (2009) validam que a pós-graduação é um ponto de origem do processo de mercantilização da universidade, haja vista que as pesquisas, por vezes, atuam em sintonia com os interesses de reprodução capitalista e de resolução de crises cíclicas.

Silva e Sacramento (2010) atestam

(...) a possibilidade de um trabalhador improdutivo vir a possuir funções ontologicamente produtivas, como seria o caso do professor universitário que, ao fazer uma pesquisa aplicada à produção pela mediação e financiamento do Estado e fundo público, seria formalmente improdutivo, conquanto não diretamente gerador de mais-valia. Contudo, o Estado, uma externalidade do capital, através de princípios de cooperação com o capital, poderia propiciar que o conhecimento produzido se incorporasse à produção, de modo a contribuir para que se internalizasse, na produção e geração da mais-valia, uma externalidade.

Dentro da trama de acontecimentos, ronda um ideário de instituição pública regido pela autonomia dos processos. Um espaço que privilegia as discussões acerca do conhecimento socialmente referenciado e que, ininterruptamente, se debruça sobre as demandas que emergem

na realidade da população, encaminhando as devidas resoluções de assimetrias. Ela possui, sobremaneira, um compromisso social de frequentemente indagar-se sobre suas próprias práticas, sua produção de conhecimento, seu lugar na sociedade em meio às lutas constantes de forças contraditórias que se dão no território.

Em contraste ao ideário citado, Chauí (2003) argumenta que a reforma do Estado propulsionou uma nova configuração à Universidade Pública, discussão essa que também pode se prolongar aos Institutos de pesquisa e no funcionamento da pós-graduação na sua totalidade. Entende-se que, a partir das reformas, o caráter da universidade se transfigurou de uma instituição – característica esta que garante sua autonomia e sua complexidade política - para uma organização. Logo, ela passa a ser gerenciada como um órgão comumente crivado pela lógica dos índices de produtividade, flexibilidade, estratégias de eficiência e eficácia, adaptações aos estímulos internos e externos, inserindo-se numa lógica privada de legitimidade competitiva de curto prazo que não necessariamente atende à complexidade das incumbências a que se propõe.

A década de 90 demarcou o início de um processo, ainda em andamento, de subtração de recursos financeiros. Ele foi responsável pelo desencadeamento do uso de avaliações e mensurações numéricas como sistema de filtragem para concessão de recursos cada vez mais escassos. A lógica da racionalidade instrumental e a mentalidade gestonária do “fazer mais com menos” passou a ser fortemente introjetada no modo de funcionamento do sistema de pós-graduação. No bojo desses embates, a nível institucional, ocorreu a articulação entre os sistemas avaliativos e o financiamento de pesquisas a partir do estabelecimento de dupla função da CAPES: fiscalização e financiamento.

A instauração dos modelos avaliativos também recebeu forte influência do Pacto de Bolonha (1999). O Pacto pode ser caracterizado como um compromisso deliberado acerca dos rumos da produção de conhecimento científico. Ele influenciou drasticamente na reconstrução do ofício incumbido à CAPES, sobretudo no tocante aos esquemas de avaliação institucional dos programas de pós-graduação os quais gradativamente se aproximaram cada vez mais das demandas enlaçadas por bases de cunho produtivista. Tais bases também atuaram em harmonia com os movimentos de “*publish or perish*” (publique ou pereça).

A articulação entre os sistemas avaliativos e o sistema de financiamento fortaleceu a presença da heteronomia nos espaços de produção de conhecimento. A avaliação passou a ser um dispositivo de controle e regulação do sistema da pós-graduação, que faz surgir determinadas formas de controle/exclusão que buscam, incessantemente, nomear o

subfinanciamento como um fenômeno fatalístico, ou melhor, implacáveis de serem contornadas. Conseqüentemente, há uma intensificação da competitividade entre programas (SANTANA, 2018; BIANCHETTI e VALLE, 2014; SGUISSARDI, 2006).

A normalização desse modo avaliativo atua como um apaziguador de conflitos ocasionados pela escassez e precariedades relacionadas ao financiamento no setor de ciência e tecnologia, responsabilizando os programas e demais agentes pelo próprio fracasso escolar. Existem numerosas pesquisas que articulam as formas de avaliação como a principal impulsionadora dos índices de sofrimento e adoecimento. Contudo, há de se ressaltar que tais avaliações excludentes somente existem em um cenário de desigualdade de recursos, argumento que coloca a política de financiamento como um fator anterior ao modelo avaliativo.

No âmbito da educação superior, a partir de diversos estudos (RIBEIRO, LEDA, 2016; SILVA e RUZA, 2017), podemos observar uma racionalidade em relação às normas gerencialistas presentes na conjuntura de expansão das Instituições de Ensino Superior (IES). Ela pode ser visualizada em função da rotina de trabalho de docentes e estudantes de graduação e pós graduação, no sentido de gerir suas produções com base nos quantitativos de publicações, horas, coeficientes, cifras que não necessariamente medem o real interesse suscitado no processo e o real da atividade.

Partindo da perspectiva dejouriana, tais modos de avaliação não captam a essência da atividade do trabalho, sobretudo porque elas não se atentam à dimensão qualitativa do esforço, o sofrimento e os destinos do trabalho (DEJOURS, 2008). Nos seus estudos, Freitas (2018, p. 39) argumenta que o que aparenta “ser um avanço em termos numéricos, pode representar um retrocesso em termos de qualidade”. Desse modo, ainda que os números de publicações, produção intelectual e até mesmo o quantitativo de estudantes de determinado programa demonstrem ascensão, não existe jurisdição que valide igual condição aos parâmetros qualitativos. Mancebo (2007) e Sampaio (2019) ainda complementam:

[...] aumento da produtividade costumam corresponder resultados menos expressivos no que tange ao desenvolvimento do pensamento, e da ação inovadores...com horizontes reduzidos torna-se difícil ensaiar um voo intelectual de maior amplitude e acaba-se sucumbindo, pragmaticamente, ao produtivismo (MANCEBO, 2007, p. 78).

Até a década de 70 do século passado, a ideia da pós-graduação stricto sensu era, no caso do mestrado, a de ter um candidato que escrevesse de forma aprofundada sobre o tema que se debruçou a estudar, sistematizando-o. No doutorado, a exigência era de uma tese a partir de um trabalho de pesquisa que contribuísse para a inovação do tema estudado. A lógica mudou e o que vemos é “o aumento do número de artigo baseados em estudos pontuais de interesse local ou de textos pouco originais e de

baixa relevância científica [...]” (COIMBRA-JUNIOR, 2009). (SAMPAIO, 2019, p. 29)

Esse raciocínio desenvolvido em face do “Estado avaliador” (SANTANA, 2018), assim como as políticas derivadas do mesmo, influenciaram significativamente o modo de funcionamento dos espaços de produção de conhecimento e na vida daqueles que se dedicam ao desenvolvimento de pesquisas no país com margens para a alavancagem da intensificação do trabalho, do produtivismo acadêmico sem precedentes e quebra dos laços de solidariedade, tal como foi evidenciado na pesquisa de Sguissardi e Silva Júnior (2009), Sampaio (2019) e Ruza (2017), estudos que dão um maior enfoque na perspectiva do trabalho docente na pós-graduação.

O professor-pesquisador, inconscientemente na maioria das vezes, internaliza como natural toda a intensificação e precarização de seu trabalho e as consequências para sua vida. O produtivismo acadêmico, como ideologia, produzido pela burocracia da Capes e do CNPq, com base nas precárias condições objetivas dos programas, é naturalizado e reproduzido em todos os espaços institucionais onde atua professor pesquisador. Este tende a cair no artil, dele dificilmente podendo escapar (SGUISSARDI & SILVA, 2009, p. 224).

Sguissardi e Silva (2009) também destacam a dimensão do processo de intensificação e precarização dos processos de produção acadêmico-científica nas Ifes, atendo-se ao contexto de expansão da educação superior, o aumento da relação professor/alunos e o incremento de exigências de produção e produtividade no âmbito da produção de conhecimento. Atentam-se, ademais, para a presença do que se pode denominar como trabalho não pago, caracterizado pelos diversos projetos e obrigações de serviços extras, por vezes sem a contrapartida monetária, os quais estão embutidos na atividade da pós-graduação. Sem tais trabalhos, o trabalho docente é fadado a profundos impactos advindos de penalidades formais e simbólicas, o que faz com que a instância do trabalho se incruste à vida pessoal e familiar.

Ainda que não esteja no escopo do objetivo, a pesquisa de Sguissardi e Silva (2009) também abre precedentes para a discussão da manipulação das formas de subjetivação em função do trabalho docente e do produtivismo acadêmico. Dentro do caráter gestionário, o tempo tem que ser útil, produtivo e ocupado (GAULEJAC, 2007). Desse modo, observou-se os modos como a instância do trabalho invadia e capturava a vida privada dos docentes, ao mesmo passo que se observou certa sedução pela rotina e pelo vício no trabalho, o que fazia com que o tempo ocioso se tornasse intolerável.

Ruza (2017) argumenta que a mescla da racionalização de custos e pessoal, a sobrecarga laboral e o culto à excelência acadêmica tem gerado repercussões negativas que dificultam o redirecionamento sublimatório de afetos para o prazer, bem como alerta para os indícios de adoecimento e a fragilidade das relações sociais dos docentes. O autor contribui para a nomeação de um ambiente de malversação do reconhecimento, responsável por atrofiar as relações de solidariedade e reconhecimento em função da “sedução institucional que exaltam egos, favorecendo a individuação e construindo competição” (RUZA, 2017, p. 294). Tais características se dialetizam com os escapes e impulsos de resistência coletiva.

Sampaio (2016) constatou que o produtivismo acadêmico compromete o comportamento e a saúde de docentes da pós-graduação, individualiza o sofrimento e dificulta os laços de solidariedade entre trabalhadores, de modo que o trabalho acadêmico se torne mais solitário, destituído do convívio entre sujeitos e dos episódios de cooperação. Afinal de contas, como produzir valores de longo prazo num ambiente de curto prazo? (SENNET, 1999).

Além disso, Sampaio (2019) também alerta para a precariedade em que se encontra a nova geração de mestres e doutores que são constantemente golpeados por uma lógica de curto prazo, do publicar ou perecer, que pouco tende a acrescentar ao amadurecimento intelectual, a reflexão crítica, bem como os respectivos impactos sociais que requerem o fazer científico qualificado. Essa menção é importante para o presente estudo, tendo em vista que ela fornece pistas dos modos de absorção do pós-graduando frente aos modos de funcionamento da pós-graduação. Quanto maior o tempo no ambiente acadêmico, maior a cristalização dos corpos que alimentam a reprodução de um ideário de excelência.

Considerando os enlaces entre Estado e os espaços de produção científica, observamos uma variedade considerável acerca dos estudos sobre o trabalho docente no âmbito da pós-graduação. Contudo, constatamos que os estudos com maior enfoque na condição do pós-graduando sob essas perspectivas, numa articulação entre crise do capital ainda se encontram em situação de escassez. Esse fato nos leva a enfatizar a importância da nomeação da figura do pós-graduando na conjuntura instaurada, assim como sua localização na estrutura de trabalho sob os moldes flexíveis, reprisados no âmbito dos Institutos de Pesquisa e Universidades.

Partimos da consideração de que o estudante pesquisador é caracterizado por ser o último elemento da cadeia dentro do ecossistema da universidade, dos Institutos de pesquisa e, ao que mais nos interessa no presente estudo, na pós-graduação. Em decorrência do posto, os estudantes tendem a absorver, de forma consciente ou não, a totalidade das dinâmicas relacionais, institucionais, sociais e organizacionais entrepostas na pós-graduação, dentre

outros espaços de produção científica. Supomos que eles tendem a absorver as posturas, as palavras, os gestos, as expressões e até mesmo os silêncios. O trabalho acadêmico molda os olhares e perspectivas; delinea o que costuma ser visto, apagado e até mesmo o que é enunciado e o que é habitualmente silenciado, daquelas coisas que costumamos passar sem “perceber”.

Podemos remeter à figura do pesquisador pós-graduando, inclusive, como a de um cúmplice do docente frente à corrida de sobrevivência nos parâmetros produtivistas. Ao longo de sua formação, ele acaba por absorver significativamente a carga mental de perpetuar nos índices de valoração da eficiência e eficácia. Segundo Freitas (2018), a passagem da pós-graduação é crucial para que, em momento posterior, quando o pós-graduando vir a ser docente, já esteja totalmente adaptado ao produtivismo e suas demandas, contribuindo para sua cristalização no *modus operandi* acadêmico.

A partir dessa análise, podemos recorrer à figura do estudante não como um mero usuário do espaço educacional, mas sobretudo como um ser ativo e influenciado pelo modo organizativo, inclusive em seu processo de saúde-adoecimento. Essa discussão foi fomentada nos estudos de Silva (2020) e Silva, Leite e Reis (2019), inicialmente com estudantes de graduação, ao se depararem com o fenômeno das tentativas e atos suicidas de alunos em diversas universidades do país. A partir desses trabalhos, estabeleceu-se um *link* entre as dinâmicas organizacionais, docentes e discentes no processo de adoecimento,

A partir das experiências do Grupo de Extensão sobre Saúde e Sofrimento dos Estudantes, organizado na Universidade Federal Fluminense de Volta Redonda juntamente com estudantes de graduação (SILVA, LEITE E REIS, 2019), ficou evidente nas queixas dos estudantes uma semelhança com a atividade dos outros agentes da universidade: prazos, demandas, sobrecarga, dificuldades nas relações, dificuldade nas conciliações entre universidade-vida privada etc. A partir disso foi iniciado um trabalho de pesquisa-intervenção juntamente com os estudantes a partir dos referenciais das clínicas do trabalho. Entendeu-se, pois, o estudo como trabalho e a universidade como uma organização do trabalho.

Ressaltando que, os relatos discorridos pelos graduandos eram acompanhados da particularidade dos estudantes por apresentarem um elo mais fraco, mais fragilizado e com insuficiência de políticas de prevenção e promoção de saúde direcionado a esse público. Os estudantes também acompanhavam o estigma do “somente estuda”.

Atendo-nos para as particularidades do pesquisador estudante de pós-graduação, a fragilidade dos elos e os desamparos institucionais podem aparentar ser ainda mais nocivos, haja vista o modo de estruturação de trabalho, a indisposição de recursos, pessoal e tempo

devido a uma rotina que impossibilita as pausas. Em função da maior adesão do sistema de pós-graduação aos ideais gerenciais, o uso do tempo, por vezes, decorre em função dos princípios utilitários de produção, onde todo o espaço da discussão acontece em função dos critérios de utilidade, objetivo e elaboração de um produto final. Gaulejac (2007) complementa que tal mentalidade obriga homens e mulheres a submeterem-se a uma lógica temporal abstrata, programada e contrária às suas necessidades pessoais.

Mentalidade essa que, por seu turno, foi concebida numa dimensão transpessoal e histórica, que permeia no imaginário do que é ser pesquisador no Brasil. Clot (2010), argumenta que o “trabalhar” é orientado pelo cuidado do ofício que possui, no seu cerne, múltiplas dimensões: pessoal, interpessoal, transpessoal e impessoal. As dimensões pessoais e impessoais dizem respeito aos destinos e sentidos do trabalhador em relação ao trabalho na sua relação com os demais sujeitos. A dimensão transpessoal entende que a construção do ofício possui bases históricas e coletivas, o que faz com que ele seja atravessado por gerações de trabalho. Por último, a dimensão impessoal diz respeito ao trabalho prescritivo.

Atendo-nos à dimensão transpessoal, podemos elucidar que a herança histórica da excelência acadêmica e do produtivismo da pós-graduação recai sobre estudantes pesquisadores até mesmo antes de seu ingresso nos programas. Ao que parece, a pós-graduação é cingida por um ideal de sofisticação que tende a gerar um efeito contrário nos estudantes, de forma que haja uma inibição do desenvolvimento da escrita e a percepção de desorientação.

Isso pode ser elucidado na pesquisa de Cruz (2018) quando o mesmo constata que o sujeito pode evoluir a titularidade sem necessariamente aumentar a excelência da escrita. O autor concebe que esse fenômeno tem relação não necessariamente com competências intelectuais, mas sobretudo por efeitos psicológicos que emergem em decorrência das pressões externas do ambiente acadêmico, da elaboração de um ideal inalcançável e nas pressões que o sujeito atribui a si mesmo. O bloqueio também é relacionado com um ideal romântico de escrita, construído historicamente, que concebe a produção genuína como algo instantâneo em meio às conturbações cotidianas, sem interrupções e revisões.

Por fim, nos referimos sobre o não-lugar do pós-graduando que o eleva a um patamar extremamente peculiar. A figura do pesquisador estudante de pós-graduação se mantém numa fissura entre o estudante e o trabalhador em seu sentido *stricto sensu*, ou melhor, do senso comum. De certa forma, o pós-graduando acaba sendo vítima dos ônus de ambas categorias, sem necessariamente alcançar os bônus garantidos por elas.

Cabe ressaltar, primeiramente, o estresse causado em sujeitos que já possuem graduação e as respectivas cobranças da ascensão social e da recolocação profissional. O fato de um sujeito já possuir um curso superior o faz entrar em uma nova fase, bastante caracterizada pelo aumento da pressão de familiares etc, bem como da auto cobrança em se tornar bem sucedido, na perspectiva do trabalho mercantil. Consequentemente, o velho estigma produzido pelo jargão “só estuda?”, já presente no âmbito da graduação, toma formas ainda mais severas de rotular a atividade do estudo como algo infrutífero e indisposto ao trabalho.

No caso do cenário brasileiro, por exemplo, em função das desigualdades e dos gargalos históricos de acesso à educação, os fatores de reconhecimento pela atividade do estudo acabam sendo ainda mais obstaculizados. A exemplo do posto, tem-se a pesquisa que compara o grau de confiabilidade populacional em relação aos cientistas. Dentre 20 países¹⁷, constatou-se que o Brasil liderou as respostas que assinalavam que confiavam pouco e nada nos cientistas. O resultado foi que 36% dos entrevistados confiam pouco ou nada nos cientistas, enquanto a média de respostas semelhantes nos demais países foi de 17% (FUNK, TYSON, KENNEDY et al, 2020). Isso indica um nível de descrença quase 20% superior em relação aos cientistas, quando comparamos com a classificação média geral do montante de países participantes.

Pensando no fato de que o pós-graduando possui um curso superior, é interessante ponderar que, ainda que pós-graduando bolsista (quando bolsista) receba um valor deficitário às suas condições básicas, ele é sempre visto pela sociedade, governantes e pela própria comunidade acadêmica como se estivesse numa posição superior ao aluno da graduação. Tendo em vista a construção (aparentemente ilusória) de sua maior capacidade monetária, o direcionamento de assistência (material e psicossocial) a esse público é praticamente nula. Isso impacta não somente as políticas institucionais, mas também ao próprio significado do que vem a ser o direito à educação na pós-graduação, por vezes, atribuído tão somente ao acesso.

Não é à toa que a entrada da discussão do processo de privatização via pagamento de mensalidades se inicia no âmbito da pós-graduação. A mentalidade ilusória das condições do pós-graduando, assim como da percepção de que ele pode pagar, produz influências para que o discurso seja implementado. Acompanhada a ela, também coexiste a interpretação de que o pós-graduando pode ser autossuficiente no tocante ao quadro financeiro por conta de já possuir o ensino superior completo. Ambos se mesclam à significação da matrícula unicamente como

¹⁷ Índia, Austrália, Espanha, Países Baixos, Suécia, Canadá, Alemanha, República Tcheca, Inglaterra, Estado Unidos, Itália, Singapura, França, Rússia, Malásia, Polônia, Japão, Taiwan, Coreia do Norte.

um direito à educação e produz uma fragilidade maior para que o discurso privatizador se instaure.

Essas demandas se combinam aos problemas intrínsecos ao perfil do pós-graduando na atualidade, comumente representada pelo público jovem, na sua maioria. Tais problemas remetem ao presente e futuro do pós-graduando, o que pode fazer com que ele experiencie a sensação de desorganização frente ao futuro profissional, dúvidas sobre quais caminhos seguir após a pós-graduação, dificuldade para lidar com as expectativas sociais frente aos próximos passos da carreira e dificuldades de conciliar o final da formação *stricto sensu* e o planejamento da carreira (OLIVEIRA, NUNES, MATTOS et al, 2020).

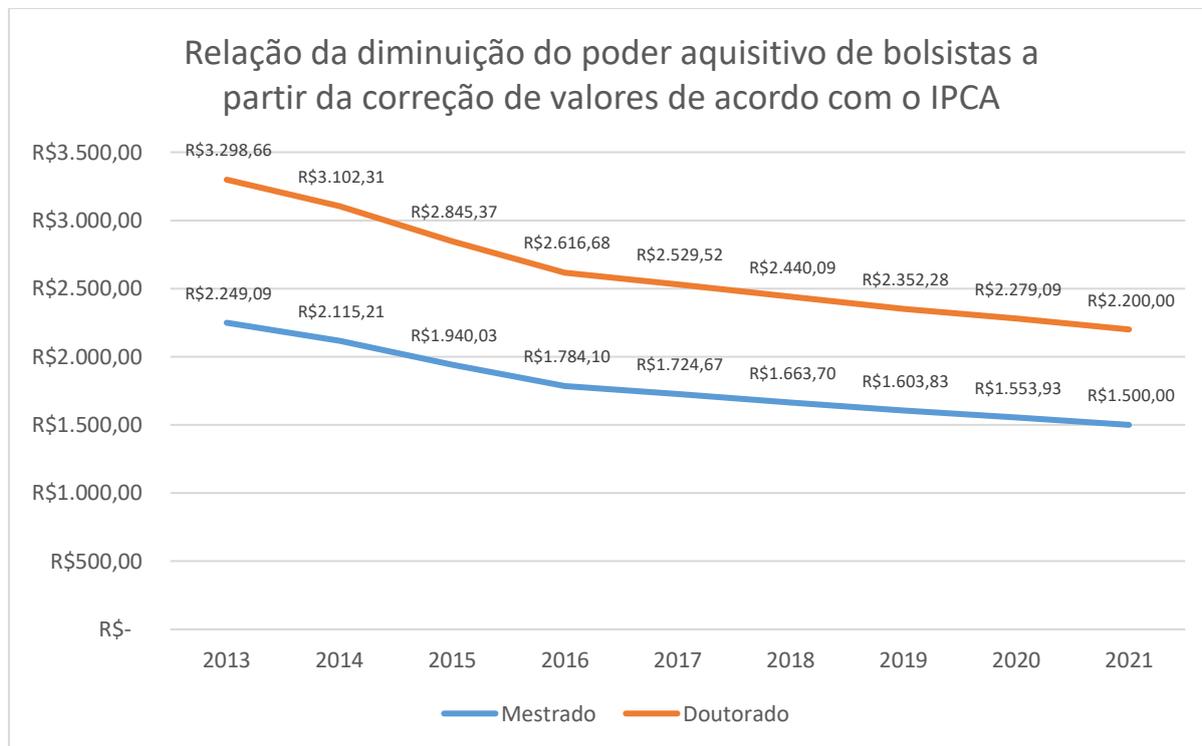
Por fim, a segunda dimensão do ônus carregado pelos pós-graduandos diz respeito à precarização (institucionalizada) que permeia o trabalho acadêmico. O pós-graduando carrega as responsabilidades presentificadas no trabalho convencional e, por vezes, apresenta uma jornada de trabalho equivalente ou maior que o trabalhador “convencional”¹⁸, entretanto, sem a garantia de direitos que acompanhem tais demandas externas. Convém ainda enfatizar que, mesmo quando ocorre o reconhecimento da pesquisa como trabalho, tal reconhecimento não é acompanhado das contrapartidas materiais que qualifiquem a vida objetiva do pós-graduando.

A exemplo do posto, existe uma defasagem significativa nos valores das bolsas de pós-graduação (mestrado e doutorado). O reajuste de bolsas não é realizado desde 2013, o que resulta numa menor capacidade de consumo desse público e, respectivamente, perda da qualidade de vida. Lembrando que, somente em 2020, o valor inflacionário ascendeu 4,52%. Ademais, ainda que as prescrições direcionam a bolsa para despesas de atividade de pesquisas e projetos, ela acaba se tornando fonte primária de sustento do pesquisador que não pode adquirir outros meios de renda. Ao final, tais situações acabam por representar o sintoma do quadro geral de precarização social.

O gráfico a seguir estabelece a correção dos valores das bolsas de mestrado e doutorado, ilustrando as dificuldades monetárias pelas quais os bolsistas (CAPES e CNPq) atravessam na atualidade. Constata-se que a perda aquisitiva dos pesquisadores bolsistas é equivalente a 30%.

¹⁸ Vide capítulo 6 (resultados do questionário).

Gráfico 10: Relação da diminuição do poder aquisitivo de bolsistas. Valores corrigidos pelo IPCA.



Elaborado pela autora, 2021.

As relações de semelhança do trabalho acadêmico aos parâmetros de precarização desenvolvido pelos pós-graduandos não se esgotam apenas num raciocínio funcional, como também podem projetar algumas discussões estruturais sobre como a Universidade e os Institutos de Pesquisa têm se portado frente ao cenário de *déficit* de pessoal em decorrência dessas ações de expansão sem reposição de cargos. Nesse sentido, os estudantes têm ocupado um espaço estratégico para tamponar *déficits* já existentes, sobretudo quando pensamos nas atividades técnico-administrativas e os trabalhos docentes voluntários realizados por alunos da pós-graduação, modalidade de trabalho que tem sido cada vez mais divulgada com frequência nos últimos anos.

Partimos da hipótese de que tais situações serão mais recorrentes nos próximos anos por conta da dificuldade de abertura de concursos públicos, haja vista os avanços do racionamento de gastos e os gatilhos condensados nas PECS e na proposta de reforma administrativa. Ademais, também pode se agravar em função das demissões (enxugamento) dos trabalhadores terceirizados, pois a terceirização se tornou um dos maiores engodos frente ao quadro orçamentários para as IES públicas, além de ser compreendida por ser apenas uma porta de

entrada para trabalhos ainda mais destituídos de direitos (REIS, MEIRELLES, FERREIRA, 2018).

Por consequência dos motivos supracitados, a escolha pela reposição de força de trabalho via estudantes (estagiários, voluntários, temporários) pode se tornar uma alternativa promissora nos moldes gerenciais, haja vista o barateamento da força de trabalho e os altos índices de rotatividade, o que viabiliza as dispensas de trabalhadores sem custos frente às adversidades orçamentárias.

Ao discutir sobre a situação das reestruturações do mercado de trabalho, Harvey (2009), em consonância com a análise desenvolvida pelo *Institute of Personnel Management*, destaca que a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2007) pode ser subdividida em duas categorias: a categoria de centro e a categoria periférica. Esses modos de reestruturação do trabalho também podem ser observados no ordenamento das Universidades e Institutos Federais.

O centro – grupo que diminui cada vez mais, segundo notícias de ambos os lados do Atlântico – se compõe de empregados “em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização.” Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativa adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel (...) O segundo grupo periférico “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados de emprego parcial, empregados causais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinando com subsídio público, tendo ainda menos seguranças de emprego do que o primeiro grupo periférico. Todas as evidências apontam para um crescimento bastante significativo desta categoria de empregados nos últimos anos (HARVEY, 2009, p. 144).

Portanto, ao discorrermos sobre uma articulação entre a condição dos pós-graduandos nos espaços de produção científica e a concepção do trabalho periférico, torna-se possível inferir que o pós-graduando pode ser considerado um dos agentes pertencentes ao grupo, juntamente com terceirizados, trabalhadores autônomos, professores voluntários e substitutos, bolsistas, monitores etc.

Portanto, o trabalho do pós-graduando é envolvido num esquema que possui proporções de base produtiva (SILVA, SACRAMENTO, 2010), bem como provedora de mão-de-obra barata e qualificada. A figura do pós-graduando se torna ainda mais emblemática porque ele acaba experimentando, de forma faltosa, os meios alternativos para recorrer às suas demandas tanto a nível estudantil como trabalhista, característica que o coloca em um limbo entre ambas instâncias.

A nível do trabalho, não há direitos que o represente e o ampare. A nível de estudantil, circula a crença de que o pós-graduando está em uma posição superior, o que acaba obstruindo o devido encaminhamento que preze por políticas institucionais voltadas para as particularidades desse público. Além disso, existe um isolamento maior, quando comparamos com a graduação, por exemplo, e uma heterogeneização entre programas que impede uma integralidade de elaboração de políticas institucionais que realize o diagnóstico e a precisão de encaminhamentos.

No caso particular do Inpe, por se tratar de um Instituto de pesquisa, foi observado ao longo do acompanhamento de deliberações estudantis¹⁹ que essa heterogeneidade de políticas é intensificada em função da autonomia, ou segmentação, dos programas. Por exemplo, em uma das assembleias, discutiu-se a implementação das cotas nos programas de pós-graduação do Inpe. Contudo, atentou-se para o fato de que, por conta da independência dos programas, previu-se que a política poderia ser desenvolvida em passos desordenados devido à falta de integralidade entre programas.

Em suma, a presente seção alcançou o objetivo de articular de forma mais explícita as categorias teóricas que fundamentam o trabalho acadêmico a partir da Psicodinâmica do Trabalho, bem como demais saberes que versam sobre a saúde e trabalho, inserindo-o na trama do mundo do trabalho.

¹⁹ Ao longo da pesquisa, ocorreram visitas e observações em Assembleias Estudantis promovidas pela ABPG/Inpe. Nas assembleias eram expostos os feitos da atual gestão, assim como eram abertos os debates sobre pautas e necessidades por parte dos estudantes. Elas eram discutidas, de modo a estabelecer a melhor forma de encaminhamento.

6 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

A presente seção intenta apresentar a relação dos resultados provenientes da coleta de questionários respondidos por pesquisadores estudantes de pós-graduação do INPE. A fase dos questionários foi entendida como o segundo momento da pesquisa. Ela possibilita um mapeamento inicial das situações sobre as quais os estudantes se encontram com a finalidade de fornecer um material sistematizado, bem como salienta elementos significativos que se desdobraram em análise qualitativa e aspectos do objeto e problema de pesquisa que foram aprofundados na fase posterior do estudo (entrevistas semiestruturadas).

O questionário foi construído e adaptado com base nas fundamentações teóricas acerca da concepção de saúde imbuída nas clínicas do trabalho, do sentido no trabalho (MORIN, 2001; COSTA, 2013; DEJOURS, 2015) e dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho (FACAS, 2013; MENDES, FERREIRA, 2009; JACINTO, HUCK, SILVA, 2020).

A aplicação dos questionários seguiu as seguintes etapas: a) apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual os participantes indicaram se concordavam ou não com a participação; b) Caso positivo, eles foram direcionados para a próxima etapa da pesquisa, caracterizada pela resposta ao Questionário, que inclui: dados dos participantes, utilizado para a caracterização do perfil da amostra; avaliação do contexto do trabalho acadêmico; avaliação das vivências do trabalho acadêmico; e avaliação de possíveis danos à saúde relacionados ao trabalho acadêmico, contendo uma série de sintomas que o participante pôde assinalar caso tivesse apresentado nos últimos 3 meses e julgasse ter relação com o trabalho acadêmico.

O conjunto de categorias contidas no contexto do trabalho acadêmico obteve um papel crucial no pontapé inicial de captura da percepção dos pós-graduandos sobre a conjuntura do financiamento e sua relação com a organização, condições laborais e relações socioprofissionais. Nesse sentido, lançamos mão de alguns itens referentes às normas, comunicação e relacionamento entre os sujeitos, demandas externas e negociações, instrumentos e recursos disponíveis, ritmos e intensidade das tarefas.

Em segundo momento, dentro do conjunto de categorias acerca das vivências do trabalho acadêmico, privilegiamos os itens que demonstravam as formas como os pós-graduandos absorvem o contexto laboral. Nesse segmento também foram elencados alguns elementos de prenúncios às vivências de prazer e sofrimento e, por fim, os graus de

reconhecimento advindos de diversos públicos, tais como: governantes, sociedade, instituição, discentes, orientadores, amigos, familiares.

Finalmente, o terceiro segmento do questionário é referenciado pelos possíveis danos à saúde relacionados ao trabalho acadêmico. Nessa fase, foram catalogados uma série de sintomas os quais os respondentes deveriam assinalar caso os tivessem manifestado nos últimos 3 meses. Ressaltamos que considerassem apenas aqueles sintomas que os participantes julgassem ter relação com o trabalho acadêmico, isto é, que tivessem relação com as demandas e vivências da atividade em termos de danos físicos e psicossociais.

Os resultados do questionário foram submetidos às sistematizações e análises, contando com a elaboração de tabelas, gráficos e figuras, de modo a facilitar a apreciação e descrição do conteúdo. Eles também possuem a finalidade de destacar elementos significativos que se desdobraram em análise qualitativa e aspectos do objeto e problema de pesquisa que foram aprofundados nas entrevistas semiestruturadas.

6.1 PERFIL DOS SUJEITOS: UNIVERSO DA PESQUISA

A amostra de pesquisa, ao longo da primeira fase, foi composta por 434 pesquisadores, localizados em quatro programas de pós-graduação previamente selecionados (Computação Aplicada, Engenharia e Tecnologia Espaciais, Meteorologia e Sensoriamento Remoto). No momento da coleta de dados, o INPE dispunha de 559 matrículas ativas. Foram catalogadas, no total, 99 participações, o que correspondeu a 17,71% da população total e 22,81% da amostra dos quatro programas selecionados. Com intuito de preservar o anonimato, não foi questionado aos participantes sobre qual programa o pesquisador encontra-se vinculado.

Em suma, a pesquisa contou com 53,5% de participantes do sexo masculino e 46,5% do sexo feminino. A tabela 11 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 11: Distribuição de gênero dos participantes da pesquisa.

Resposta	Respostas	Ratio
Masculino	53	53,50%
Feminino	46	46,50%
Não sei responder	0	0,00%
Prefiro não responder	0	0,00%
Outro	0	0,00%

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021..

Ademais, foram considerados os participantes dos cursos de mestrado e doutorado. Dentre os participantes, 42,40% são advindos do mestrado e 57,60% são advindos do doutorado. A tabela 12 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 12: Modalidade de inscrição dos participantes da pesquisa.

Resposta	Respostas	Ratio
Mestrado	42	42,40%
Doutorado	57	57,60%

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021..

Em relação às questões etárias, constatou-se que a amostra se demonstrou predominante juvenil. Tais dados atuam em consonância com outros estudos que discutem sobre a figura do pós-graduando na atualidade (MATTOS, 2011; SCALABRIN, BENETTI, 2015; UFF, 2017), sendo considerados dados pelos quais reforçam a presença do público jovem no cenário da pós-graduação em decorrência do alargamento da escolarização (MATTOS, 2011; GALLABD, 1996). Dessa forma, de acordo com as informações coletadas, 63% afirmam ter até 30 anos de idade, seguidos de 28% que se situam entre 31 e 40 anos; 7% afirmaram que se enquadram na faixa etária de 41 a 50 anos e apenas 2% assinalaram possuir mais de 50 anos de idade.

O quantitativo significativo de participantes inseridos nos cursos de doutorado também influenciou no resultado final da presente pesquisa. A tabela 13 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 13: Distribuição da faixa etária dos participantes da pesquisa.

	Respostas	Ratio
Entre 17 e 20 anos	0	0%
Entre 21 e 30 anos	62	63%
Entre 31 e 40 anos	28	28%
Entre 41 e 50 anos	7	7%
Mais de 50 anos	2	2%

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021..

A pesquisa dispôs de uma amostra diversificada no tocante ao período de ingresso dos pesquisadores na instituição. De acordo com os dados catalogados, 29% dos participantes ingressaram no INPE em 2017; 16% ingressaram em 2019; 16% em 2018; 12% em 2021; 13% em 2017 e outros 13% foram vinculados em outros anos. Com intuito de realizar uma comparação geracional acerca da percepção da vivência acadêmica, foi consentido que um pequeno número de mestres e doutores já formados pela instituição pudessem responder ao questionário. Dessa

última categoria, 1 pesquisador ingressou em 2009, 3 em 2015 e 9 em 2016. A tabela 14 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 14: Ano de ingresso na pós-graduação.

Resposta	Respostas	Ratio
2017	13	13%
2018	16	16%
2019	16	16%
2020	29	29%
2021	12	12%
Outro	13	13%

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

No tocante à ocupação dos participantes, 68,3% se encontram na situação bolsista; 11,5% atualmente trabalha em tempo integral; 7,7% se encontra sem vínculo empregatício e bolsa; 1,9% trabalha em meio período; 1% atua como *free lancer* (trabalho informal) e 8,7% assinalaram outro tipo de ocupação. Dentre estes, existem pessoas que aguardam pela bolsa, perderam o período de vigência da bolsa e empresário. Importante ressaltar que os participantes puderam assinalar mais de uma opção. A tabela 15 e 16 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 15: Situação atual (empregatícia) dos respondentes.

Resposta	Respostas	Ratio
Bolsista	71	68,3%
Trabalho em tempo integral	12	11,5%
Trabalho em meio período	2	1,9%
Freelancer	1	1%
Sem vínculo empregatício e bolsa	8	7,7%
Autônomo	1	1%
Aposentado	0	0%
Outra	9	8,7%

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

Tabela 16: Modalidade da bolsa

Não responderam	26	27%
CNPQ	17	17%
Capes	51	52%
Fapesp	3	3%
DTI²⁰	1	1%
TOTAL	98	100%

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

No quesito cor/raça, 73% dos participantes denominaram-se brancos, 20% se consideram pardos, 3% se autodeclararam pretos, 2% se intitulam como oriundos da raça amarela, enquanto que apenas 1% da amostra se declara indígena. A tabela 17 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 17: Cor/raça autodeclarada dos respondentes.

Resposta	Respostas	Ratio
Branca	72	73%
Preta	3	3%
Amarela	2	2%
Parda	20	20%
Indígena	1	1%
Outro²¹	1	1%

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

Em relação à renda per capita, sendo considerado o valor final oriundo da divisão do total de rendimentos obtidos pelos componentes de sua unidade domiciliar pelo número de componentes, estima-se que 38% da amostra da pesquisa possui renda *per capita* de até R\$ 2.000; 34% dispõe de um valor entre R\$ 2.000 e R\$ 4.000 e 26% da amostra recebe mais que R\$ 4.000. Em suma, os participantes com renda per capita inferior a R\$ 3.000 são representados por 72% da amostra total, com maior concentração daqueles que se enquadram na categoria que recebe entre R\$ 1.000 e R\$ 2.000. A tabela 18 permite visualizar os dados obtidos.

²⁰ Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

²¹ Alegou não saber responder.

Tabela 18: Renda per capita dos respondentes

Resposta	Respostas	Ratio
Menos de R\$ 1.000	7	7%
Entre R\$ 1.000 e R\$ 2.000	38	38%
Entre R\$ 2.000 e R\$ 3.000	27	27%
Entre R\$ 3.000 e R\$ 4.000	7	7%
Entre R\$ 4.000 e R\$ 5.000	7	7%
Entre R\$ 5.000 e R\$ 10.000	10	10%
Mais de R\$ 10.000	3	3%

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

Os dados referentes à escolarização dos pais, articulados com os dados de renda, demonstram um avanço no tocante ao acesso de classes populares à educação, as quais eram anteriormente ocupadas por frações de classes abastadas, de modo que o acesso à educação circulasse somente no circuito da classe dominante. Nos últimos anos, assistiu-se uma série de implementações de ações de acesso e inclusão a partir da ampliação de cursos, docentes, vagas e bolsas que, considerando os movimentos inclusivos e suas devidas contradições, fornece sustentação para a presença de sujeitos históricos que nem sempre puderam se identificar com o espaço universitário em decorrência das condições materiais, de cunho econômico bem como das heranças sociais e culturais que dispunham (FERNANDES, OLIVEIRA, 2019).

Dos dados levantados, estima-se que aproximadamente 52% dos pais dos pós-graduandos frequentaram somente à Educação Básica, enquanto que outros 42% tiveram acesso ao Ensino Superior. A tabela 19 e 20 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 19: Escolaridade da mãe:

Resposta	Respostas	Ratio
Pós-graduação	13	13%
Superior	29	29%
Ensino Médio	28	28%
Ensino Fundamental	24	24%
Não alfabetizado	2	2%
Prefiro não responder	3	3%

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

Tabela 20: Escolaridade do pai:

Resposta	Respostas	Ratio
Pós-graduação	18	18%
Superior	23	23%
Ensino Médio	28	28%
Ensino Fundamental	24	24%
Não alfabetizado	2	2%
Não consta	2	2%
Prefiro não responder	2	2%

Fonte: *Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.*

Tais fatores influenciaram na delimitação uma nova categoria no tocante ao perfil do pós-graduando na atualidade que se mescla com os demais perfis. Ela pode ser demonstrada por aqueles sujeitos que, por exemplo, são os primeiros da família a vivenciar a experiência acadêmica numa instituição de grande renome e que, respectivamente, têm de lidar com uma “trajetória marcada por rupturas importantes e que são confrontadas com sistemas de referências duplas e contraditórias” (GAULEJAC, 2014, p, 18). Adicionalmente, tem-se aqueles grupos que, de forma geracional, possuem uma relação histórica mais próxima com o ambiente universitário, sobretudo a pós-graduação.

Paralelo a estes dois grandes grupos, têm-se aqueles que se presentificam no ambiente da pós-graduação por conta do fenômeno do alargamento da escolarização, citado na pesquisa de Mattos (2011). A pesquisadora relata que o fenômeno é constantemente utilizado pela juventude como dispositivo de mascaramento do desemprego.

Por fim, em desacordo com estes últimos, tem-se o grupo que permanece no ambiente acadêmico em decorrência de uma maior identificação, independente das ofertas no mercado de trabalho ou quaisquer atividades que se encontrem desassociadas do trabalho acadêmico.

Essa diversidade de perfis pôde ser inferida do próprio questionário, haja vista a dispersão das respostas sobre permanência dos estudantes no ambiente acadêmico em função da falta de oportunidade no mercado de trabalho. Essa dispersão, tal como demonstrado na tabela abaixo, pode ser observada tanto em estudantes de mestrado quanto doutorado. Para alcançar uma precisão maior dos resultados, optamos por trabalhar com a média ponderada nesse item e podemos observar que, em ambos os grupos, os resultados se situam próximos da neutralidade e indicam a heterogeneidade dos estudantes. A tabela 21 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 21: Perfil dos estudantes: possível evasão do ambiente acadêmico.

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Média pond.
Dados gerais	25	13	36	14	11	2,727
Mestrandos	8	7	19	5	3	2,714
Doutorandos	17	6	17	9	8	2,736

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

Em virtude dos dados apresentados, tornou-se possível traçar um perfil médio dos participantes da pesquisa, atendo-se às características predominantes que os mesmos apresentaram. Logo, observamos que os participantes dispõem de um gênero indefinido, justificado pelo equilíbrio quantitativo de homens e mulheres no estudo, embora os dados apontem para uma pequena maior ocorrência de homens. O público também se demonstrou tipicamente branco (72%) com maior concentração de renda per capita entre R\$ 1.000 e R\$ 3.000. Em relação à faixa etária dos participantes, identificamos a maior ocorrência de pessoas entre 21-30 anos, onde foi possível inferir a presença de público tipicamente juvenil.

6.2 INDICADORES SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS PÓS-GRADUANDOS

6.2.1 Financiamento

Em primeiro momento, buscou-se resgatar a percepção geral acerca das políticas de financiamento que circundam o âmbito da produção científica no país. Por meio desse caminho, foi possível iniciar um percurso que busca, em última instância, vincular as políticas atuais com as formas de organização de trabalho percorridas na instituição e, conseqüentemente, nos processos de saúde-adoecimento com os agentes ligados ao INPE.

Constatou-se que 93% dos respondentes assinalaram que as políticas direcionadas ao financiamento em Ciência e Tecnologia demonstram-se insatisfatórias ou muito insatisfatórias. Os dados indicam, pois, um alto índice de correspondência compartilhada entre os participantes quando a temática se refere à conjuntura de disposição de recursos. A tabela 22 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 22: Avaliação sobre as políticas de financiamento em Ciência e Tecnologia nos últimos 5 anos.

Resposta	Respostas	Ratio
Muito satisfatórias	2	2%
Satisfatórias	5	5%
Insatisfatórias	38	38%
Muito Insatisfatórias	54	55%

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

Investigamos, dentro do arcabouço perceptivo dos respondentes, os possíveis níveis de impacto que as políticas de financiamento em C&T fornecem para o cotidiano de trabalho de pós-graduandos. Para 77% dos respondentes, as variantes vinculadas às políticas de financiamento tendem a produzir um alto impacto no cotidiano de trabalho dos pós-graduandos. Além disso, também identificamos como inexistentes os julgamentos que desvinculam totalmente as políticas de financiamento à rotina do trabalho acadêmico. Por unanimidade das respostas, constatou-se que, em maior ou menor grau, as políticas de financiamento interferem na rotina da pós-graduação. A tabela 23 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 23: Nível de impacto das políticas de financiamento em ciência e tecnologia no cotidiano de trabalho

Resposta	Respostas	Ratio
Alto	76	77%
Médio	21	21%
Baixo	2	2%
Não interfere	0	0%

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

Com a finalidade de fornecer um maior detalhamento sobre as formas de impacto das políticas, buscamos verificar se os pós-graduandos reconhecem uma correlação entre a distribuição de recursos e, por exemplo, o aumento da pressão acerca das demandas da pós-graduação. Cerca de 78,8% dos respondentes assinalaram perceber um aumento das demandas externas em função dos *déficits* orçamentários. 73,7% identificam a ocorrência de competições entre alunos e programas em decorrência da distribuição incipiente dos recursos.

Quando comparamos as respostas dos grupos bolsistas e não-bolsistas, é possível observar alternâncias. 80% dos bolsistas acreditam que há relação entre o financiamento e pressão das demandas da pós-graduação, enquanto que, a estimativa entre não-bolsistas é de 75,86%. No tocante à segunda questão, 68,96% dos não-bolsistas acreditam que há relação

entre financiamento e o aumento da competição entre programas. Quando nos atemos aos bolsistas, os números sobem para 75,71%.

Por fim, em consonância aos resultados dos estudos preliminares (REIS, BLUNDI, SILVA, 2020), 90,9% dos pós-graduando (público geral) apontam que existe relação entre os cortes em C&T e a saúde mental de estudantes de pós-graduação. Na categoria de bolsistas 92,85% alegaram observar sintonia entre os cortes e a saúde mental dos estudantes. Por outro lado, quando nos atemos ao grupo de não-bolsistas, o número cai para 82,75%. Parte significativa dos respondentes (67,7%) também enxergam com desânimo a submissão do seu trabalho a decisões políticas. A tabela 24 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 24: Percepção da relação entre cortes de investimento na C&T e variáveis.

Resposta	Sim	Não
Aumento da pressão sobre as demandas da pós-graduação (estudos das disciplinas, pesquisa, produções e publicações)?	78 (78,8%)	21 (21,2%)
Aumento da competição entre alunos e programas de pós-graduação	73 (73,7%)	26 (26,3%)
Impacto na saúde mental de estudantes de pós-graduação	90 (90,9%)	9 (9,1%)

Fonte: *Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.*

6.2.2 Condições do trabalho acadêmico

Outros aspectos levantados pelo questionário dizem respeito às jornadas de trabalho. Constatou-se uma maior concentração de respostas de pós-graduandos que dedicam entre 6h e 12h diárias às atividades acadêmicas (65,7%). Em suma, 35,4% dos respondentes dedicam-se entre 6h e 8h diárias, o que corresponde entre 30h e 40h semanais; 30,3% dos respondentes assinalaram que se dedicam entre 8h e 12h diárias, números equivalentes a jornadas de trabalho que vão até 60h semanais, salvo os dias em que os pós-graduandos trabalham aos finais de semana. Tais números se encontram dentro da média de jornada de trabalho brasileira - 39,5 horas de trabalho semanal e aproximadamente 8 horas diárias.

Identificamos que os estudantes de mestrado desempenham uma jornada de trabalho superior quando comparados com os estudantes de doutorado. Lançamos mão da hipótese de que isso acontece em decorrência dos menores prazos, o que exige uma aceleração e extensificação diária de trabalho com a finalidade de suprir os empecilhos temporais. O conceito de extensificação do trabalho foi cunhado por Sadi dal Rosso e pode ser remetido ao ato de alargar o tempo de contato com a atividade laboral.

Ademais, 60,6% dos respondentes acusaram trabalhar com muita frequência e 25,3% assinalaram trabalhar com frequência nos finais de semana, somando 85,9%. Em relação aos

períodos de férias oficiais, 43,4% dos participantes da pesquisa discordaram totalmente sobre a afirmação de que têm aproveitado o período para se divertir, enquanto que 32,3% discorda parcialmente. Somam-se, no total, 75,7%. Esses dados colocam os estudantes numa posição semelhante ao trabalho docente no tocante a uma dificuldade de separação casa-trabalho, bem como da sobreposição da vida acadêmica sobre os espaços de lazer (SGUISSARDI, SILVA JÚNIOR, 2009). A tabela 25 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 25: Horas diárias você se dedica ao trabalho acadêmico?

Resposta	Respostas	Ratio
Entre 1 e 4h diárias (5-20h semanais)	11	11,1%
Entre 4 e 6h diárias (20-30h semanais)	10	10,1%
Entre 6 e 8h diárias (30-40h semanais)	35	35,4%
Entre 8 e 12h diárias (40-60h semanais)	30	30,3%
Mais de 12 h diárias (+60h semanais)	13	13,1%

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

- **Organização do trabalho:**

Consideramos a categoria organização de trabalho como um fator fundamental para o processo de busca da compreensão da saúde dos trabalhadores. Em suma, o funcionamento da organização do trabalho, o modo como a tarefa é dividida e as formas de relações estabelecidas entre a hierarquia e os pares possuem influência direta no funcionamento psíquico dos trabalhadores. Dejours (2015, p. 29) define que “por organização do trabalho designamos a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc”. A organização de trabalho é, portanto, um conjunto de determinações as quais dão sustentação à atividade, além de ser fonte de criação dos laços sociais produzidos no trabalho.

Por conta da significância que a categoria apresenta, buscamos capturar as percepções gerais dos pós-graduandos a partir da disposição de itens que foram posteriormente aglutinados em categorias gerais. São elas: relação com os pares (demais discentes); relação com dirigentes, orientador e instituição; instrumentos materiais de trabalho e demandas externas. A sistematização dos dados possibilitou um pré-diagnóstico que será maior aprofundado na fase das entrevistas.

O conjunto de itens que versam sobre o relacionamento dos pares apresentou maior concentração de respostas entre as categorias neutras e positivas. O item responsável pela avaliação das condições relacionais presentes no cotidiano de trabalho ficou próximo da

neutralidade, o que indica certa estabilidade. Há uma forte concentração de estudantes que acreditam que podem contar com o apoio dos demais colegas para realização da pesquisa. Contudo, os resultados também apontam que as relações na pós-graduação são permeadas por competições profissionais, em consonância com 66,7% dos respondentes que concordam parcialmente ou totalmente com a afirmação. Além disso, os dados também apontam para uma incipiência acerca da comunicação entre discentes. A tabela 26 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 26: Relação com os pares (discentes)

Relação com os pares	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
As condições relacionais são suficientes	7 (7,1%)	28 (28,3%)	37 (37,4%)	21 (21,2%)	6 (6,1%)
Existem dificuldades na comunicação entre pós-graduandos	7 (7,1%)	14 (14,10%)	22 (22,2%)	36 (36,4%)	20 (20,2%)
A pós-graduação é permeada por competitividades profissionais pesquisa	4 (4,0%)	6 (6,1%)	23 (23,2%)	28 (28,5%)	38 (38,5)%
Posso contar com o apoio de meus colegas na realização da minha pesquisa	4 (4,0%)	6 (6,1%)	23 (23,2%)	36 (36,4%)	30 (30,3%)

Fonte: *Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.*

Dentro do âmbito relacional com os dirigentes e instituição, identificamos, tendo em vista a concentração de respostas, uma boa comunicação entre orientadores e orientandos. Em relação à comunicação entre os pós-graduandos e a coordenação dos programas, identificamos uma maior divergência nas respostas. Parte considerável dos respondentes assinalou que os pós-graduandos tendem a serem excluídos das decisões na instituição, somando-se 65,7% os estudantes que concordam parcialmente e totalmente com a afirmação. A tabela 27 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 27: Relação com os dirigentes e instituição.

Relação com os dirigentes e instituição	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Os pós-graduandos tendem a ser excluídos das decisões do	3 (3,0%)	6 (6,1%)	25 (25,3%)	26 (26,3%)	39 (39,4%)

programa					
Existem dificuldades na comunicação entre coordenação e pós-graduandos	16 (16,2%)	25 (25,3%)	15 (15,2%)	21 (21,2%)	22 (22,2%)
Existem dificuldades na comunicação entre orientador-orientando pesquisa	37 (37,4%)	14 (14,1%)	12 (12,1%)	16 (16,2%)	20 (20,2%)

Fonte: *Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.*

O conjunto de itens que trazem considerações sobre as condições materiais revelam um descontentamento e incerteza dos estudantes. De acordo com 40,4% dos respondentes, os instrumentos de trabalho dispostos não são suficientes para a realização de suas pesquisas. Além disso, 54,5% dos respondentes discordaram totalmente ou parcialmente com a afirmativa de que superaram as suas expectativas em relação às condições de trabalho. A tabela 28 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 28: Relação com as condições materiais

Relação com as condições materiais	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Os instrumentos de trabalho são suficientes para realização das minhas pesquisas	18 (18,2%)	22 (22,2%)	26 (26,3%)	19 (19,2%)	14 (14,1%)
Os cortes das bolsas de pesquisa têm me gerado insegurança	5 (5,1%)	3 (3,0%)	4 (4,0%)	12 (12,1%)	75 (75,8%)
Os cortes de bolsas de pesquisa têm me gerado reações desfavoráveis à minha saúde	7 (7,1%)	4 (4,0%)	13 (13,1%)	29 (29,3%)	46 (46,5%)
As condições de trabalho para a realização da pesquisa superaram positivamente as minhas expectativas	22 (22,2%)	32 (32,3%)	28 (28,3%)	13 (13,1%)	4 (4,0%)

Fonte: *Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.*

No tocante às demandas externas que os estudantes vivenciam, 63,6% dos respondentes concordaram totalmente com a afirmativa de que o trabalho acadêmico tem ritmo e jornadas intensas de trabalho. Atendo-se a uma outra perspectiva, estima-se que 92,9% dos estudantes concordam, parcialmente ou totalmente, com essa afirmação.

Dentro da mesma temática, 84,9% dos respondentes concordam parcialmente ou totalmente sobre a existência de forte cobrança de produtividade e 80,8% também concorda que, nos últimos anos, a pressão por produtividade aumentou na instituição. Ainda que o ritmo do trabalho se demonstre como intenso, observamos que uma significativa parcela dos respondentes (46,5%) concordaram parcialmente ou totalmente que as metas e prazos instituídos são possíveis de serem alcançados. A tabela 29 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 29: Demandas externas

Demandas externas	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
O trabalho acadêmico tem ritmo intenso e extensas jornadas	0	5 (5,1%)	2 (2,0%)	29 (29,3%)	63 (63,6%)
As metas e os prazos estipulados são possíveis de serem alcançados	9 (9,1%)	23 (23,2%)	21 (21,2%)	38 (38,4%)	8 (8,1%)
Existe forte cobrança por resultados de produtividade (publicações, congressos etc.)	2 (2,0%)	2 (2,0%)	11 (11,1%)	25 (25,3%)	59 (59,6%)
Nos últimos anos, a pressão por produtividade aumentou	1 (1,0%)	3 (3%)	15 (15,2%)	34 (34,3%)	46 (46,5%)

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

6.3 COMO ABSORVER O CONTEXTO? PRENÚNCIOS SOBRE AS VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO

Segundo Dejours (1999), as ações elaboradas no trabalho com a finalidade de suprir as lacunas entre o prescrito e o real, e as vivências de prazer e sofrimento advindas dessas ações, dependem da dinâmica estabelecida pela organização de trabalho. Ambas as vivências são consideradas uma consequência da combinação entre o sujeito (com seus desejos, simbolizações, necessidades físicas e psicológicas) e a convivência estabelecida a partir da organização de trabalho. A transformação do sofrimento em prazer é caracterizada pela engenhosidade e criatividade do trabalhador em conseguir contornar as situações de constrangimento e conquistar a superação sobre a resistência do real.

Todavia, essa transformação acontece apenas se houver condições propícias para o seu acontecimento. A transformação não depende apenas do sujeito que trabalha, mas sim da lógica coletiva instituída no trabalhar junto, do convívio estabelecido no real do trabalho. É a partir da realidade da organização de trabalho que é possível observar o grau de autonomia e possibilidade de diálogo que o sujeito possui para transformar esse sofrimento em prazer. Depende, ademais, de alguns agentes externos. A saúde está ligada a esse poder de negociação, que muitas vezes é negligenciado pelas organizações. O trabalho, a depender de suas formas estabelecidas no coletivo, pode estimular diversos sentidos na atividade do trabalhar, seja pela via da emancipação e da auto realização do sujeito, seja pela via da alienação, servidão voluntária e captura da subjetividade.

É dentro desse escopo que buscamos captar algumas pistas das vivências dos estudantes e pedimos que os respondentes elencassem os 3 principais elementos que lhe oferecem mais prazer e sofrimento no âmbito do trabalho acadêmico. Dentre os itens direcionados ao campo do prazer destacam-se o aprendizado no processo da pós-graduação (80,8%); o assunto da pesquisa (51,5%) e por fim, os desafios embutidos na atividade (40,4%).

Dentre os elementos que os pós-graduandos destacam ser fonte de sofrimento, ressalta-se a falta de perspectivas para o futuro (62,6%), a falta de investimento e estrutura (53,5%) e desvalorização social (48,5%). As tabelas 30 e 31 permitem visualizar os dados obtidos.

Tabela 30: Fontes de prazer

Resposta	Respostas	Ratio
Valorização social	7	7,1%
Recursos de trabalho	2	2,0%
Aprendizado	80	80,8%
Relação com os professores	5	5,1%
Relação com o orientador	24	24,2%
Relação com os demais discentes	13	13,1%
Autonomia	28	28,3%
Desafios	40	40,4%
Relevância social	20	20,2%
Assunto da pesquisa	51	51,5%
Pertencimento grupal	6	6,1%
Perspectiva para o futuro	14	14,1%
Outro	1	1,0%

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

Tabela 31: Fontes de Sofrimento

Resposta	Respostas	Ratio
Desvalorização social	48	48,5%
Falta de bolsa	32	32,3%
Falta de investimento, estrutura	53	53,5%
Relação com os professores	0	0,0%
Relação com o orientador	14	14,1%
Relação com os demais discentes	1	1,0%
Relação com a coordenação	5	5,1%
Metas e prazos inflexíveis	13	13,1%
Cobrança excessiva	18	18,2%
Tema da pesquisa	4	4,0%
Competitividade exacerbada	9	9,1%
Assédio moral/sexual	7	7,1%
Falta de perspectivas para o futuro	62	62,6%
Sentimento de não pertencimento grupal	12	12,1%
Outro	11	11,1%

Fonte: *Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.*

Para além dos fatores do prazer e sofrimento, também buscamos identificar de que forma os pós-graduandos internalizam as demandas externas do ambiente de pós-graduação, bem como alguns indícios das formas como lidam com tais demandas. A partir disso, podemos visualizar as impressões e captar resumidamente as percepções e as formas como vinham lidando com o ambiente.

Tal como foi indicado na tabela 32, cerca de 64% dos respondentes declararam conseguir alcançar os resultados previstos, indicando uma maior concentração de respostas neste tópico. No entanto, tal concretude também é acompanhada das sensações de sobrecarga, sendo considerado um dos fatores mais salientados ao longo do questionário, haja vista que 69,7% dos respondentes concordam totalmente ou parcialmente com a ocorrência de sensação de sobrecarga no decorrer das atividades que, por sua vez, é acompanhada da sensação da falta de tempo de conciliar com outras atividades. Cerca de 67% dos respondentes concordaram sobre a difícil conciliação entre o trabalho acadêmico e demais atividades que consideram importantes. A tabela 32 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 32: Absorção das demandas (sobrecarga)

INTROJEÇÃO DAS DEMANDAS	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Sinto que consigo alcançar os resultados previstos	6 (6,1%)	11 (11,1%)	19 (19,2%)	50 (50,5%)	13 (13,1%)
Me sinto sobrecarregado(a)	2 (2,0%)	11 (11,1%)	17 (17,2%)	33 (33,3%)	36 (36,4%)
Falta tempo para realizar pausas de descanso e conciliar outras atividades que considero importantes	2 (2,0%)	14 (14,1%)	17 (17,2%)	26 (26,3%)	40 (40,4%)
Submeter meu trabalho a decisões políticas é fonte de desânimo	5 (5,1%)	11 (11,1%)	16 (16,2%)	16 (16,2%)	51 (51,5%)

Fonte: *Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.*

- **Reconhecimento**

O conceito de reconhecimento do trabalho é central na abordagem da psicodinâmica do trabalho para introduzir a questão de que o sujeito se constrói apenas a partir do reconhecimento, isto é, da retribuição simbólica de um outro para que o sujeito veja sentido em suas ações e nos seus modos de realização do trabalho. É uma forma de validação e legitimação das ações e do saber fazer de um sujeito conferidas por um outro sujeito e pela gestão e organização do trabalho.

Ademais, ele é considerado um elemento central para a efetiva transformação do sofrimento em prazer no trabalho, pois essa validação possui objetivo de dar sentido à vivência do sofrimento, isto é, de constatar que a experiência de constrangimento não foi em vão e que foram dados encaminhamentos significativos os para que esse sofrimento tenha sido contornado de uma maneira suficiente, de forma a contribuir para sua visibilidade.

Juntamente com a organização do trabalho, nos preocupamos em inserir agentes que se encontram à parte do cotidiano de trabalho dos pós-graduandos, contudo exercem forte influência nas vivências materiais e simbólicas dos estudantes, são eles: os governantes, sociedade, amigos e familiares. Isto posto, o questionário realizou um levantamento das considerações dos pesquisadores estudantes de pós-graduação no tocante ao reconhecimento recebido pela sociedade, governantes, instituição, orientador, discentes, familiares e amigos.

Contatou-se que a ampla maioria dos pós-graduandos retêm um maior retorno do seu trabalho por parte dos orientadores, seguido dos familiares. Os aspectos em que foram

destacados os menores índices de reconhecimento adveio dos governantes, em primeiro lugar, haja vista que 74,7% dos respondentes julgam como *ruim* o reconhecimento concedido por esse nicho. Por conseguinte, a segunda maior falta de reconhecimento, dentro das considerações dos pós-graduandos, advém da sociedade, corroborando com a pesquisa de Funk, Tyson e Kennedy (2020).

Tabela 33: Avaliações de reconhecimento:

Resposta	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Sociedade	3 (3,0%)	18 (18,2%)	40 (40,4%)	38 (38,4%)
Governantes	0	8 (8,1%)	17 (17,2%)	74 (74,7%)
Instituição	19 (19,2%)	47 (47,5%)	23 (23,2%)	10 (10,1%)
Orientador	50 (50,5%)	38 (38,4%)	8 (8,1%)	3 (3,0%)
Outros discentes	32 (32,3%)	40 (40,4%)	21 (21,2%)	6 (6,1%)
Familiares	39 (39,4%)	27 (27,3%)	16 (16,2%)	17 (17,2%)
Amigos	37 (37,4%)	38 (38,4%)	16 (16,2%)	8 (8,1%)

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

6.4 QUANDO O CORPO TRANSBORDA: INDICADORES DO ADOECIMENTO DISCENTE

Tendo em vista a preocupação de captar as formas como os pós-graduandos absorvem a vivência do trabalho acadêmica, foi perguntado como a atividade tem afetado a saúde dos estudantes. Dessa forma, 71,7% dos respondentes apontaram que, na maior parte do tempo, o trabalho tem afetado negativamente a sua saúde. Somente 16,2% dos respondentes afirmaram que o trabalho acadêmico tem gerado impacto positivo na saúde mental e 12% não responderam não se afetar em função do trabalho. A tabela 34 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 34: Percepção de como o trabalho acadêmico tem afetado, na maior parte do tempo, a saúde.

Resposta	Positivamente	Negativamente	Não tem afetado
A sua saúde	16 (16,2%)	71 (71,7%)	12 (12,1%)
A saúde de seus colegas	8 (8,1%)	82 (82,8%)	9 (9,1%)

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

Ademais, 53% dos respondentes alegaram apresentar um nível de satisfação inferior após a entrada no sistema de pós-graduação. A partir do cruzamento de dados, constatou-se que o índice de insatisfação em mulheres é superior quando comparados aos homens. Cerca de 62% das mulheres alegaram tal diminuição, enquanto que, para homens, o índice cai para 50%.

Os dados mostraram-se ainda mais expressivos quando nos atemos ao recorte de cor/raça. As estimativas de insatisfação de homens negros sofrem um acréscimo para 57,14%. Por outro lado, quando nos atentamos ao público de mulheres negras, há um expressivo aumento, haja vista que 85,71% delas alegam a diminuição da satisfação após o ingresso no mestrado/doutorado.

Também constatamos algumas divergências significativas quando comparamos a renda dos respondentes. O único público onde se pôde localizar uma maior incidência de satisfação foi de pessoas com renda per capita maior que R\$ 5.000. Para este grupo, 46,15% dos respondentes afirmaram que o nível de satisfação aumentou após o ingresso na pós-graduação, enquanto que 38,46% alegou que os níveis de satisfação diminuíram. 28% alegou que o nível de satisfação se manteve em neutralidade. Em suma, este foi o único grupo de respondentes com renda per/capita maior de R\$ 5.000 foi o único em que foi possível identificar a ocorrência de satisfação maior que a insatisfação.

Estes resultados apontam para os elementos estruturais presentes na sociedade que são canalizados pelas instituições educacionais e de produção de conhecimento. Cabe, nesse sentido, o aprofundamento das discussões e a implementação de ações e políticas para que as instituições sejam auxiliadas na regulação deste tipo de desigualdade que não somente se encontram nos níveis da psique, mas, sobretudo, social.

Tabela 35: Nível de satisfação após entrada na pós-graduação.

Resposta	Respostas
Aumentou	18
Diminuiu	53
Neutro	28

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

A partir do questionário, também foi possível identificar que quase 30% dos participantes da pesquisa declararam fazer uso de medicamentos psiquiátricos após a inserção na pós-graduação. Dentro do nicho do público que faz o uso de psicotrópicos, identificamos que 70% (19) são mulheres e apenas 29,62% dos usuários são homens. Também identificamos que os estudantes inscritos na modalidade de doutorado possuem uma pequena maior incidência do uso de psicotrópicos. A ocorrência do uso de medicamentos em bolsistas também é superior em comparação aos não-bolsistas (+25%).

Não encontramos um estudo que capte a totalidade do uso de psicotrópicos no Brasil, contudo tivemos acesso a estudos regionais em municípios do estado de São Paulo que versam

sobre o estudo de psicotrópicos, utilizando pesquisas de base transversal e populacional. Dessa forma, foi possível realizar uma comparação do uso de psicofármacos da população geral e dos estudantes de pós-graduação. Um dos estudos que utilizamos de base foi a pesquisa de Prado, Francisco e Barros (2017), realizada na cidade de Campinas. Foram dispostos 2.472 indivíduos participantes, contando com adultos e idosos. O resultado apontou que 6,8% da amostra demonstrou a incidência de ao menos um psicofármaco, contanto com antidepressivos, ansiolíticos e antipsicóticos.

Estes resultados coadunam com os desfechos de outras pesquisas que versam sobre o crescimento da crise da saúde mental nos espaços da pós-graduação, justamente a partir de comparações com sociedade geral. De acordo com Evans (2018), os índices de depressão moderada ou severa em estudantes de doutorado se encontram à frente da população no geral. Evans também se atenta para a situação das mulheres no ambiente de pós-graduação, visto que o estudo aponta que elas dispõem de 27% mais de chances de desenvolver problemas psiquiátricos nesse período.

A partir do estudo anteriormente citado, foi possível inferir que os estudantes de pós-graduação que protagonizaram o presente estudo indicaram incidência quatro vezes maior do uso de psicofármacos quando comparado com um estudo que abarca uma amostra generalizada de sujeitos. Em consonância com tais dados, também vale a pena citar a pesquisa de Duffy e Derry (2019) que versa sobre os índices de adoecimento, tendo como público central os estudantes de pós-graduação. Ao final do estudo, os pesquisadores constataram a propensão seis vezes maior de discentes da pós-graduação de desenvolverem ansiedade ou depressão em detrimento da população geral. A tabela 36 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 36: Uso de medicamentos psiquiátricos após entrada na pós-graduação.

Resposta	Respostas
Sim	27
Não	70
Prefiro não responder	2

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

Pedimos que os pós-graduandos assinalassem os sintomas que apresentaram nos últimos meses e que acreditam que possuam relação com a atividade acadêmica. Em primeiro momento, cabe ressaltar que salta aos olhos a dimensão da abrangência de sintomas que os respondentes dizem apresentar em função do trabalho. A totalidade dos itens dispostos em sintomas alcançou

aproximadamente metade dos respondentes, o que pode sinalizar processo desgastante das condições, dos fatores ambientais e organizacionais do âmbito da pós-graduação.

Tendo em vista a alta adesão de sintomas por parte dos pós-graduandos, consideramos interessante enfatizar a ocorrência de sintomas mais mencionados, abrangidos por mais de 70% da amostra. Nesse sentido, destacaram-se a sensação de sobrecarga (79,8%), alterações de sono (76%), a dúvida sobre a capacidade de realização de tarefas (72%) e, por fim, as dificuldades de concentração e memória (71%). A tabela 37 permite visualizar os dados obtidos.

Tabela 37: Sintomas apresentados pelos respondentes

Resposta	SIM	NÃO
Dores no corpo	59 (59,6%)	40 (40,4%)
Dor de cabeça/enxaqueca	64 (64,6%)	35 (35,4%)
Distúrbios digestivos	50 (50,5%)	49 (49,5%)
Alterações do apetite	50 (50,5%)	49 (49,5%)
Alterações do sono	76 (76,8%)	23 (23,2%)
Dificuldade de concentração e memória	71 (71,7%)	28 (28,3%)
Dificuldades nas relações fora do trabalho	52 (52,5%)	47 (47,5%)
Vontade de ficar sozinho	63 (63,6%)	36 (36,4%)
Agressividade com os outros	37 (37,4%)	62 (62,6%)
Sensação de sobrecarga	79 (79,8%)	20 (20,2%)
Sensação de vazio	64 (64,6%)	35 (35,4%)
Sentimento de desamparo	63 (63,6%)	36 (36,4%)
Mau-humor	58 (58,6%)	41 (41,4%)
Vontade de desistir de tudo	66 (66,7%)	33 (33,3%)
Tristeza	64 (64,6%)	35 (35,4%)
Dúvida sobre a capacidade de fazer as tarefas	72 (72,7%)	27 (27,3%)
Solidão	48 (48,5%)	51 (51,5%)
Irritação	68 (68,7%)	31 (31,3%)

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora, 2021.

Dentre outros sintomas, também foram relatados: ansiedade, fumar, arritmia cardíaca, apatia, síndrome do impostor, pensamentos suicidas, choros excessivos, cansaço visual, inchaço nas pernas, *stress*, convulsões.

6.5 RESUMO DOS RESULTADOS:

6.5.1 Análise do contexto

Constatou-se, a partir da análise dos resultados, que a maioria dos respondentes consideram que as políticas de financiamento se encontram em condições muito insatisfatórias, bem como concordam sobre a interferência da mesma nos seus respectivos cotidianos de

trabalho. Os respondentes também alegaram que existe uma relação entre os cortes orçamentários e o aumento de demanda de produtividade e competição entre estudantes e programas de pós-graduação. A unanimidade da amostra demonstra descontentamento em relação às decisões políticas.

Ainda que os pós-graduandos validem a subtração de recursos nos últimos anos, identificamos uma indefinição ou neutralidade em relação às respostas no tocante à insuficiência dos instrumentos de trabalho. Lançamos mão da hipótese de que o Inpe pode ter lançado mão de mecanismos alternativos para captação de recursos próprios, de modo que tal insuficiência não se mostre tão aparente. Essa hipótese será melhor aprofundada na fase das entrevistas, juntamente com os pós-graduandos.

No quesito do contexto acadêmico, alinhado às questões institucionais, foi sinalizado que existe uma fragilidade na comunicação, o que abre margem para exclusão dos estudantes nas tomadas de decisão dos alunos em relação ao Instituto.

Não foram sinalizadas dificuldades em relação à comunicação com o orientador, bem como na relação com outros discentes (pares). A maioria dos respondentes concordou que pode contar com o apoio de seus pares (colegas de pesquisa). Na fase das entrevistas, buscaremos evidenciar com maior profundidade sobre de que forma estes apoios aparecem, bem como sua potência de transformação.

6.5.2 Vivências e absorção do contexto

Dentre os principais motivos de prazer no trabalho acadêmico, foram destacados: o aprendizado, os desafios e o assunto da pesquisa. Por outro lado, os motivos de sofrimento mais elencado na fase dos questionários foram: falta de perspectiva, falta de investimento e desvalorização social. Os índices de reconhecimento são os maiores por parte dos orientadores e menores por parte dos governantes e sociedade em geral.

Identificamos que as jornadas de trabalho dos pós-graduandos se assemelham às jornadas médias diárias de um trabalhador convencional. Em alguns casos, a jornada transcende tal média. As jornadas diárias dedicadas ao trabalho acadêmico ficaram mais concentradas em 6 a 8 horas, sendo consideradas intensas. Há uma forte ocorrência de realização de trabalhos aos finais de semana, bem como em período de feriados e férias.

As cobranças e pressões por produtividade são crescentes, contudo, os pós-graduandos alegam conseguir alcançar os resultados previstos. Também identificamos maiores níveis de

pressão e sobrecarga no perfil de bolsistas em detrimento dos não-bolsistas. Observamos que este grupo absorve as pressões externas de forma mais intensa que os demais grupos.

Em relação a perspectivas futuras, há uma dispersão significativa de respostas em relação às questões e afirmativas de permanência no meio acadêmico em função da falta de oportunidade no mercado de trabalho. Isso aponta para uma pluralidade dos perfis dos pós-graduandos.

6.5.3 Saúde e adoecimento

Com base nos resultados do questionário, identificamos que existe uma relação entre cortes de bolsas com reações desfavoráveis à saúde dos pós-graduandos.

A maioria dos perfis apontaram para um aumento de insatisfação após a entrada na pós-graduação. Nesse aspecto, é importante ressaltar a variabilidade dos perfis: Os níveis de insatisfação são maiores em mulheres negras, seguido de mulheres brancas, homens negros e, finalmente, homens brancos. O único grupo que demonstrou percepção de satisfação superior às afirmações de insatisfação foi o grupo com renda per capita superior a R\$ 5000. Em suma, podemos inferir que as condições de classe, gênero e raça estão contidas nos modos de vivência na academia, bem como no processo de saúde e adoecimento.

Os sintomas mais recorrentes são: sensação de sobrecarga, alteração do sono, dúvida sobre a capacidade de fazer tarefas e dificuldades de concentração e memória. Dentro dessa sintomatologia, destacamos que o uso de psicotrópicos se encontra acima da média da população geral.

7 O QUE REVELAM OS RELATOS DOS PÓS-GRADUANDOS?

7.1 PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

Como critério de seleção para 10 entrevistados, prezamos pelo desenvolvimento de uma amostra aproximadamente correspondente em representatividade ao perfil de amostra utilizada na fase dos questionários. A partir dos números aproximadamente correspondentes à amostra da primeira etapa da pesquisa, foram feitos cruzamentos das características dos sujeitos da pesquisa, o que culminou na seleção de 10 perfis. Com a definição dos perfis, foi possível listar os potenciais entrevistados. Conforme disponibilidade, foram definidos os participantes. No caso de ausência do perfil selecionado, bem como da recusa em participar da etapa das entrevistas, alguns perfis foram substituídos por outros que se assemelham ao primeiro. Por exemplo, a única estudante pertencente ao perfil de cor/raça indígena recusou sua participação nas entrevistas, logo, seu lugar foi repassado a um respondente de cor/raça preta ou parda. Em dois dos participantes não foi possível realizar a substituição, o que repercutiu na realização de oito entrevistas. O quadro 3 indica os oito estudantes que participaram das entrevistas.

Quadro 3: Síntese dos participantes da entrevista semiestruturada.

Nome fictício	Sexo	Idade	Modalidade	Ocupação	Cor/raça autodeclarada	Ano de inscrição
Samara	Feminino	Entre 21 e 30 anos	Mestrado	Bolsista - CNPq	Branca	2019
John	Masculino	Entre 31 e 41	Mestrado	Bolsista CNPq	Amarela	2020
Tony	Masculino	Entre 21 e 30 anos	Mestrado	Bolsista – CAPES	Branca	2019
Percival	Masculino	Entre 31 e 41	Doutorado	Bolsista - projeto	Preta	2018
E5	Masculino	Entre 21 e 31	Doutorado	Bolsista	Branca	2017
Beatriz	Feminino	Entre 21 e 31	Mestrado	Bolsista	Branca	2018
Pantera	Feminino	Entre 31 e 41	Doutorado	Desempregada	Branca	2016
Estela	Feminino	Entre 21 e 30	Doutorado	Tempo Integral	Parda	2020

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

7.2 SÍNTESES DAS ENTREVISTAS

Com o objetivo de realizar uma exposição inicial, apresentamos uma breve síntese das entrevistas, contendo características dos sujeitos entrevistados e de suas trajetórias de vida pessoal/profissional. Juntamente ao nome fictício, destacamos uma frase emblemática que melhor identificasse cada um dos entrevistados. Ademais, as sínteses a seguir apresentam os principais conteúdos dos relatos enfatizados pelos participantes ao longo das entrevistas.

- *Samara: “somos mineiros”*

A primeira entrevistada é intitulada como Samara (nome fictício). Aos 30 anos, a pós-graduanda se encontra vinculada a um programa de pós-graduação (nota CAPES 7) no Inpe, na modalidade mestrado. Integrante do Instituto desde 2019, Samara é bolsista CNPq, se autodeclara como branca e dispõe de uma renda per capita entre R\$ 2000 e R\$ 3000. Seu pai e mãe dispõem de ensino superior completo e ensino médio, respectivamente.

A entrevistada relatou que a pesquisa é o que faz “sentido” para sua “vida” e remete a ação de pesquisar ao verbo “inspirar”. Obteve o primeiro contato com a pesquisa científica a partir de uma experiência de intercâmbio.

Considerou que as condições de trabalho e equipamento são ineficientes, que o tipo de pesquisa demanda equipamentos caros e com capacidade de trabalho capaz de lidar com grande capacidade de dados, mas que os que possuem, ficam aquém. Queixou-se também que não consegue mandar um artigo para uma revista “top”, porque o Inpe não tem dinheiro para isso. Considera que há uma segregação que limita os acessos aos melhores equipamentos e que para ter equipamentos, é necessário ter projetos “por fora”²².

No tocante às relações, queixou-se de “abuso moral” dos professores; relatou que os “alunos estão fazendo quase toda a produção de professores e orientadores”. Diz que não se investe dinheiro no Inpe e nos estudantes. Considerou que os alunos estão “insatisfeitos” e existem “relações de poder abusivas” no ambiente de trabalho. A alta produção de artigos é nossa, mas é como se nós fôssemos simples trabalhadores ali que têm que obedecer ao chefe”. Ao que acrescentou: “como se fosse uma companhia de mineração e nós fôssemos os mineiros”. Referiu ter sofrido assédio, “assédio de poder no meu caso”.

²² Os projetos “por fora” são descritos pelos participantes como projetos derivados de parcerias institucionais. Neles podem ser incluídas as instituições tanto nacionais como internacionais, de cunho público ou privado. Dessa forma, os equipamentos oriundos dos projetos, no final do processo, acabam sendo incorporados no patrimônio do Instituto.

Queixou-se de ser controlada, não ter voz, ter sido impedida de decisões importantes e ser cobrada, mas não ter condição de terminar pesquisa em tempo hábil por não ser orientada de forma a viabilizar o cumprimento do prazo exigido. Disse que quando se “sofre abuso”, a “tendência é a pessoa ficar calada”, com medo de “perseguição”.

Relatou ter sofrido de “*Burnout*”. Contou que reagiu e começou a se impor, de certo modo, a contragosto, mas que foi necessário para que o orientador tivesse atitude de respeito com ela: “comecei a levantar a voz, a dizer não”; “eu não vou deixar ele montar em cima de mim”. Disse que foi desgastante “refazer o processamento dos dados 12 vezes “por orientador não ficar satisfeito e dizer que estava errado”. Reagiu e enfrentou, mas verbalizou “eu não aguentava mais”.

Relatou ser comum ouvir de estudantes que dizem “eu preciso sair do Inpe”; “eu não aguento mais o Inpe”. Queixou-se dizendo “tudo o que a gente faz não é suficiente; “eles cobram muito da gente, enxergam a gente como máquinas”. A cobrança se dá em termos de “quantidade” e “qualidade”. Cobrança por “produzir, produzir, produzir”; “tem que fazer, fazer e fazer”, mas não “quebrar”, ao que acrescentou “eu acho que não conheço ninguém que não tenha quebrado em algum momento e acho isso muito triste”.

A “sensação de que nada do que se faz” é “suficiente”, é constante. Isso gera situações nas quais, segundo ela, estudantes se sentem “inúteis, burros”. Refere ser comum ver crises de ansiedade em estudantes. Referiu ausência de lazer: “a pós-graduação se torna lazer” ou um “vício”: “mesmo entendendo que não faz bem, mesmo sabendo que vou quebrar, mesmo entendendo todas as coisas ruins, eu quero fazer. Eu acho que é vício, só pode!”

Porém, enxerga uma “luz no fim do túnel”: a pesquisa ou docência. Refere-se ao desejo de “criar” e a importância da pesquisa para “inspiração”. Queixa-se de muita gente fazendo pesquisa só para si: “gostam do ego, fazem para desenvolvimento próprio; “fazer artigo”; “ganhar influência”. O Inpe é um lugar de “ego muito alto” e de “desvalorização do aluno”. “Eles olham o aluno como funcionário que tem que trabalhar”. Segundo ela, professores acham que “sofrimento faz parte da aprendizagem”. Não tem expectativas positivas para pesquisa no Brasil e se referiu à “fuga de cérebros”.

- John: “o conhecimento que tem aqui dentro do Inpe, tá perdendo”

O segundo entrevistado nomeia-se como John (nome fictício). Com idade entre 31 e 41 anos, o pós-graduando é mestrando vinculado a um programa de pós-graduação (nota CAPES 4) no Inpe. Ele possui uma trajetória como bolsista anterior à sua entrada no Programa de Pós-

graduação e, desde 2020, foi vinculado ao programa como mestrando. John é bolsista CNPq, se autodeclara como amarelo, dispõe de uma renda per capita entre R\$ 5000 e 10000. Seu pai e mãe dispõem de ensino médio e ensino superior, respectivamente.

John considera que o trabalho acadêmico “é importante para a comunidade científica e para o país”, mas queixa-se de que “não é valorizado.” Alega que as políticas atuais deixaram o Inpe “de lado”.

A bolsa de John não é vinculada à pós-graduação, mas sim a projetos. Ele alega que, ultimamente, o governo “não tem interesse em novos projetos”. “O Instituto está mantendo apenas aqueles que já existem”. Relata que “outros projetos estão difíceis de serem encaminhados” e que “nunca tem certeza se vai ter o próximo”, bem como se o atual terá continuidade. Essa situação reflete nas bolsas, trazendo instabilidades para a disposição das mesmas. John conta que antigamente as bolsas “eram renovadas a cada ano”, contudo, no momento atual, “isso mudou”. A renovação tem ocorrido “a cada três quatro meses. “Teve época que foi de mês em mês, e o último agora foi de 6 meses”.

Sobre a interrupção de projetos no Inpe, John alega que “ciclo de vida de um projeto aqui no Inpe, é no mínimo, quatro anos”. Quando perguntado se o projeto é deixado pela metade, John responde que muitas vezes “ele não é nem começado, ele é só estudado” e “pra passar de fase é necessário ter verba e, muitas vezes, para o projeto”.

John relata um clima “meio pessimista” por conta dos problemas financeiros no Inpe. Também relata que é um momento em que muitos funcionários estão se aposentando. Para ele, isso é uma perda de conhecimento “porque não tem uma previsão de repor essas pessoas”. Cita que o sentimento coletivo “que a maioria tem aqui, que está mais tempo, é que o Inpe está morrendo”. Alega que o Inpe está “perdendo conhecimento”, sem a devida reposição. Alega também que o “governo não está trazendo projetos pra cá, ele está terceirizando algumas coisas”. Isso tem sido responsável por estar “matando o Inpe aos poucos”.

Já apresentou quadros de “insônia, um pouco de ansiedade, principalmente na época que estava com atraso da bolsa”. Relata que a instabilidade de bolsas é estressante e que muitos colegas saem do Inpe por conta disso. Relata que acaba pegando responsabilidades de concursado. Segundo ele, o chefe está para aposentar e eles o “chamaram aqui justamente pra isso”. Contudo, o concurso responsável por repor a força de trabalho do chefe foi cancelado. Então, “não vai ter ninguém para ficar no lugar dele”. Alega que provavelmente “vai ser o bolsista” que vai absorver responsabilidades, porém, “muitas responsabilidades não podem ser passadas para o bolsista”.

Quando perguntado sobre os equipamentos de trabalho, John alega que “o computador é um pouco mais antigo”, porém não vê “necessidade de alguma coisa melhor”.

John considera a frase “a pós-graduação não é atividade fim do Inpe” com certo estranhamento: “Para separar as duas coisas, eu acho muito estranho”. Diz que existem ideias de alguns servidores que defendem que “bolsista não está aqui para estudar”. Para quem tem a bolsa de desenvolvimento técnico, “muitas vezes, não permitem estudar, por mais que a bolsa permita”. A bolsa de John o permite que ele faça pós-graduação, no entanto, “o chefe [da bolsa a qual John é vinculado] não permitia estudar”. Dessa forma, ele teve que buscar informações, conversar com o “responsável pela bolsa” para ter anuência.

John relata que os servidores, muitas vezes, “não estimulam” o estudo e o desenvolvimento. Diz que “a gente tende a ficar de mão amarrada aqui”. Ao mesmo tempo em que John é mestrando, também atua como bolsista de projeto no Inpe. Alega que, por vezes, o trabalho realizado no laboratório compete com os estudos do mestrado. Ele relata que é bastante demandado que ele trabalhe, porém não estude, o que implica em descompassos no seu processo formativo.

Em relação à pressão para produtividade, John argumenta que a “área acadêmica estava sendo desvalorizada. Então houve essa pressão”. Disse que quando se matriculou no curso, estava “ciente disso”, que “estava escrito que tinha que ter tantas publicações de níveis tal”.

John relata que, em meio às dificuldades, busca fazer as coisas “da melhor forma possível”, tentando “ignorar” os problemas.

Alega que o Inpe é um ambiente de “briga de ego” e que, muitas vezes, “tem que ser meio político”. Relata que já sofreu situações de assédio moral no Inpe e cita exemplos de manipulações pela via do trabalho, a exemplo de exclusões de atividades que John considerava importantes para o seu desenvolvimento.

Quando perguntado sobre o futuro, John alega que imaginava seu futuro no Inpe por conta do concurso, contudo, em função de seu cancelamento, está se “planejando já para começar a procurar emprego em outro lugar”, “distribuir currículo para conseguir alguma coisa melhor”. Quando perguntado sobre o futuro da pós-graduação, estima que “esteja pelo menos do jeito que está agora”.

- Tony: “continuar trabalhando, até literalmente não conseguir enxergar mais as telas”

O terceiro entrevistado se chama Tony (nome fictício). Aos 25 anos, é pós-graduando em um curso nota 7 no Inpe e está cursando o mestrado. Ele possui trajetória de iniciação

científica anterior ao Inpe e, atualmente, é bolsista com dedicação exclusiva às atividades de pesquisa. Tony se autodeclara como branco, dispõe de uma renda per capita entre R\$ 1000 e R\$ 2000 reais. Seu pai e mãe dispõem de pós-graduação e ensino superior completo, respectivamente.

A trajetória de Tony com a pesquisa começou na graduação. Lá, desenvolveu laços com docentes e o contato com a pesquisa acadêmica. Tony atribui seu sentido de ser pesquisador ao seu traço de curiosidade pelas coisas, desde a infância. Teve oportunidade de publicar numa revista considerada referência mundial do seu nicho de atuação. Alega que sempre escolheu “a pessoa para trabalhar e não projeto” na sua trajetória, característica que mudou seu trajeto quando entrou no Inpe. No Inpe, foi o orientador que o escolheu.

Destaca um “senso de comunidade” muito forte, vindo da relação com os outros discentes. Relata isso como “surreal”, no sentido positivo. Ele conta que a relação de aluno para aluno “é positiva”: as pessoas são “extremamente solícitas; “se gostam muito, “se respeitam muito, “se admiram muito”.

Alega também que observa “movimentos de empoderamento dos alunos”, “de dar voz” a eles, contudo isso “caminha a passos muito lentos” quando questionado sobre os impactos disso no âmbito institucional. Diz que o Inpe tem “histórico de ser desenvolvido na época militar e carrega muito isso dentro da estrutura”: “As pessoas trazem maus hábitos de épocas passadas e querem reaplicar isso dentro”.

As maiores dificuldades que Tony encontrou no Inpe diz respeito à sua relação com o orientador, dando ênfase a um “desamparo”. Relata que já passou “maus bocados com ele”. Tony relembra que, na sua trajetória, sempre escolheu com quem trabalhar, porém, no Inpe, não teve essa oportunidade: “a gente é designado a um orientador”. Alega certa introversão e distanciamento do orientador, o que foi dificultoso no estabelecimento da relação: “ele me procurava muito pouco”. Tiveram alguns desentendimentos por ele se dizer “muito proativo”. Entende que sua proatividade só devia ser utilizada nos momentos em que isso fosse “adequado” para o orientador. A proatividade não podia ser utilizada nas tomadas de decisão.

Relata que, atualmente, trabalha “como secretário dele” e a partir desse momento, a proatividade de Tony passou a ser vista como algo “positivo” para seu orientador.

Alega que, atualmente, possui “autonomia total e controle total”, pois teve “que devolver as coisas sozinho, as partes a minha proposta, escrevi sozinho”. Alega que sua autonomia foi “conquistada a duras penas” e que deve isso se deve “a mim e aos meus colegas

que me ajudaram”. Alega que teve que “desenvolver métodos adaptados para o Brasil”; juntar “quebra-cabeças”.

A segunda maior causa do seu descontentamento é a desvalorização financeira: “a gente, assim, passa por coisas que a gente não merecia passar”. Fala da falta de um restaurante universitário e a desvalorização inflacionária das bolsas. Tony relata que sofre de dores nas costas, contudo, “uma sessão [de fisioterapia] já é um quarto da sua bolsa.” Além disso, ele relata que “o Inpe é um programa que não permite você trabalhar enquanto você estuda, inclusive isso é uma política interna do programa e ele joga isso na nossa cara o tempo inteiro”.

Em relação aos equipamentos que dispõe, Tony alega que não tem do que reclamar: “eu não tenho esse direito de dizer sobre infraestrutura que geralmente é uma das coisas que eu ouço de muita gente”. Um dos principais motivos que Tony declara a “posição de privilégio” diz respeito à “iniciativa dos coordenadores do laboratório que são bem relacionados e fazem projetos externos ao Inpe, e não depende das fontes de financiamento do Inpe”. Ele não se “sente afetado”, particularmente, por conta dos recursos externos. Segundo ele “existem projetos aprovados, parcerias internacionais”, que permitem com que eles não dependam de “verba que vem da CAPES para o programa”, por exemplo.

Tony não acredita que a pressão por produtividade aumentou em função da indisposição de recursos, contudo, “a partir do momento que você recebe esses recursos externos, você tem que demonstrar ainda mais resultados”. Relata, contudo, que é uma “pressão velada”. E, mais do que isso, é uma pressão de si mesmo: “no meu caso, a pressão é muito mais pessoal. Eu sou a pessoa que mais se cobra; de mim para mim mesmo”.

Embora veja bastante sentido na atividade em que realiza, Tony também já teve seus “momentos *darks*”. Já apresentou “dores nas costas crônicas” “a ponto de não conseguir pegar uma meia no chão”. Também apresentou ansiedade, insônia: “ansioso de não conseguir esperar o dia seguinte e levantar às 4:30 da manhã e sentar no computador para continuar trabalhando, até literalmente não consegui enxergar mais as telas”. Tony, recentemente, conseguiu autorização para frequentar o Inpe aos finais de semana, “então estou indo de segunda a segunda”. Ultimamente, ele gasta 12h diárias no trabalho acadêmico, mas já chegou a gastar 16h.

Tony vislumbra seu futuro a partir da saída do Brasil. Esse desejo se dá tanto no nível do desenvolvimento pessoal, pois acredita já ter alcançado um “pico”, quanto a nível financeiro. Ele disse que sair do país é uma “condicional para minha permanência na pesquisa”.

- Percival: “o objetivo final é ótimo, mas os meios para atingir acaba não sendo válido”

O quarto entrevistado se chama Percival (nome fictício). Com idade entre 31 e 41 anos, o pós-graduando foi vinculado a um programa de pós-graduação CAPES 6 no Inpe, como estudante de doutorado. No entanto, Percival não alcançou resultados na qualificação e foi desligado do programa. Ao longo deste período, ele foi bolsista (vinculado a um projeto). É autodeclarado como preto, dispõe de uma renda per capita entre R\$ 4.000 e 5.000 e seus pais dispõem de ensino médio completo.

Percival entrou na graduação de um curso que apresentava menor concorrência, contudo, à medida que o tempo passava, se aproximou da meteorologia. Ao longo da pós-graduação, ele conciliou a bolsa de projeto e a dinâmica da pós-graduação.

Percival relata que as principais dificuldades enfrentadas nesse tempo dizem respeito ao “ritmo acelerado”. Ele relata o número de disciplinas com carga horária significativa e uma “competitividade absurda” acerca de “tenho que tirar a nota mais alta”. Ele alega que com a competitividade “acaba se isolando” e relata ser algo “incentivado pelos programas de pós-graduação”. Afirmou também que no Inpe “a gente forma a ferro e fogo”. Apesar do individualismo, ele acredita que a escassez de recursos proporcionou um movimento de solidariedade entre estudantes e até mesmo de professores: “a roleta girou de maneira positiva”.

Ele relata dois episódios que o fizeram desencantar pela carreira acadêmica: “uma foi a negativa da qualificação” e a outra foi uma pessoa ter publicado seu trabalho sem o nome dele: “ele foi praticamente todo copiado e publicado com outros autores”. Alegou que “a cabeça não está preparada para viver nesse ninho de cobras”. Somente em meados de outubro de 2020 começou a fazer algumas pesquisas por conta própria. Portanto, os relatos de Percival nos remetem tanto à solidariedade como à disputa, dispendo de ambiguidades.

Em relação à conciliação do trabalho com a bolsa de pesquisa e a pós-graduação, Percival relata dificuldades: “Eu pensei que dava pra levar, mas foi muita coisa”. Percival comenta que apresentou quadros de “irritabilidade” no período, bem como problemas estomacais.

Percival leva uma boa relação com o orientador. Relata conversas e um bom relacionamento. Disse que teve “muita sorte”, apesar de reprovado no exame de qualificação. Também acredita que obteve autonomia no processo de sua pesquisa. Porém, comenta da postura de outras pessoas que fazem o estudante de “secretário” em “regime abusivo”.

Relata que o Inpe é visto por muitos como a “NASA brasileira” e que “qualquer coisa é aceitável para estar em um padrão de excelência”. Contudo, para ele, independente do padrão

de excelência, não se pode “sacrificar toda sua condição mental e física”. Em relação à conclusão do doutorado, ele argumenta que “o objetivo final é ótimo, mas os meios para atingir [o título], acaba não sendo válido”. Cita 3 tipos de estudantes no Instituto”: 1. “sabe se cuidar, leva e encara a pós a sério”; 2. “dá uma escapadinha, vez ou outra, vira a madrugada”; 3. “vira direto, se tiver que passar um tempo de sacrifícios, de isolamento, de ficar sem dormir, vai ficar”.

Relata que “poderia gastar a tarde inteira” e não chegaria na metade dos problemas vivenciados em relação à precariedade dos equipamentos. Alega situação precária tanto a nível do “computador pessoal”, quanto ao “acesso aos supercomputadores”. Relata que, às vezes, acabam “fazendo um pequeno *Frankenstein* com as máquinas” para que eles sejam utilizadas.

Quando perguntado sobre os meios para lidar com as faltas, Percival fala dos laboratórios próprios do orientador, vindo de “parcerias mesmo”. Cita exemplos: “computador com etiqueta da Fapesp que veio de um projeto de três anos atrás e acabou ficando”; “quando termina o projeto, aquilo é incorporado no patrimônio, mas fica com aquele responsável pelo projeto”. Ele diz que as máquinas e equipamentos que a pós-graduação fornece “são pequenos *Frankensteins*” e ele, inclusive, já ajudou a “montar algumas [máquinas]”.

Percival comenta que “quanto menor o recurso, menor a qualidade de vida. A cabeça vai pro inferno”. Numa linha de raciocínio, ele estabelece que “Amigos e colegas de projeto são desligados porque não existe recurso para manter. Então, a sobrecarga de trabalho aumenta. Sobrecarga aumenta e o tempo se mantém, o estresse vem junto”.

Em relação à mentalidade da pós como atividade fim, ele argumenta que todo projeto que “sustenta o Instituto acaba vindo de um programa de pós-graduação”. E existem, no Instituto, “pesquisadores *sêniores* que acham que a sua pesquisa é que de fato mantém [o Inpe]”.

Dentro do seu projeto de vida, gostaria de se manter na cidade de São José dos Campos e não descarta a possibilidade de ir trabalhar em alguma empresa, ou até mesmo no próprio Inpe. Comenta também as dificuldades por ter um currículo “muito acadêmico”. Em relação às expectativas para a pós-graduação nos próximos anos, Percival comenta que “A esperança é de se manter do jeito que tá e equilibrando muito na corda bamba”.

- E5: “*pegada docente*”

E5 optou por não aderir a um nome fictício. O participante, pertencente ao sexo masculino, tem idade entre 21 e 31 anos e se autodeclara como branco. O pós-graduando é doutorando, bolsista e vinculado a um programa de pós-graduação CAPES 7 no Inpe, com data

de entrada em 2017. Dispõe de uma renda per capita entre R\$ 4000 e R\$ 5000. Seus pais possuem ensino superior completo.

E5 cursou a graduação na área da biologia e carregou o desejo de dialogá-la com a área das exatas. O segmento que ele seguiu ao longo da graduação sempre requeria um diálogo com dados estatísticos. Se aproximou da pesquisa por este caminho e desenvolveu trabalhos. Após a conclusão da graduação, fez mestrado e vislumbrou algumas possibilidades no mercado de trabalho e em outras universidades e, em momento posterior, optou por voltar para a área acadêmica, na qual considera nunca ter saído de fato.

Carrega consigo a identificação pela área da docência. Alega ser uma “coisa minha” e defende o diálogo de diversas áreas de conhecimento. Por conta disso, não restringe seu futuro à área acadêmica por não acreditar na forma como a pesquisa tem sido gerenciada e desenvolvida no Brasil, que é “meio individualista”. Ele “sempre quis poder integrar as pessoas e trazer as pessoas para colaborar”.

E5 alega que o significado social em ser pesquisador é algo “imensurável”, pois alega não existir “sociedade alguma”, independente do grau de desenvolvimento, “sem a ciência acompanhando”; contudo, observa que não visualiza que a sociedade fornece a devida importância.

Relata que, dentre as experiências passadas que teve, o Inpe dispõe de uma “Política mais fechada, mais individualista” e “tradicional”. Isso tem relação com um dos primeiros motivos de maior dificuldade que ele enfrentou na pós-graduação. Ele cita que a “política interna” e as formas de interação são fatores dificultadores na sua vivência no Instituto. Enfatiza, ao longo da entrevista, a diferenciação em relação ao chamado professor *versus* pesquisador.

E5 também relata sobre discrepâncias entre sua condição atual e a condição demandada pela instituição: “esse gradiente entre o X e Y não estava bem galgado, talvez pela própria dificuldade dessa gestão de docência em si; dos ensinamentos, esse meio do caminho não tinha uma escada com degraus adequados”. Por último, ele comenta do individualismo. Para ele, para ser “bem feito, tem que ser feito em grupo, em colaboração, em parceria” e isso não foi bem aceito. A individualidade observada por ele é algo que “contraria o meu crer”.

Para lidar com tais situações, ele lançou mão de estratégias de divulgação para resolução de problemas observados por ele: “bom, se eu estou me ferrando nesse assunto, eu faço questão de divulgar como resolve ele”. Ele diz possuir uma “pegada docente” e demonstra satisfação pelos seus feitos e alega que fez o que pôde ser feito: “tentei esticar meus braços onde deu, mas de fato a gente tinha uma camisa de força bastante rígida em volta né?”

E5 relata que possui a percepção da pós-graduação no Brasil como “um castelinho que está sendo desmoronado”. Alega que “Você pode estar literalmente desestruturando um Castelinho inteiro, mas se você não tá reconstruindo, então o Castelinho não vai dar certo”. Não faz juízo de valor se o desmoronamento é bom ou ruim, haja visto os modelos de pós-graduação nos países desenvolvidos, no entanto, tem a preocupação sobre as formas como ela vai ser reconstruída. “Exige muita gestão”. Cita “arte da guerra” para ilustrar a situação.

Em relação ao seu futuro, E5 se vê com três frentes de possibilidades: “posicionamento familiar”, “responsabilidade familiar, no quesito de empresa” da família e de dar continuidade a ela [empreendimento familiar]. Em relação à carreira acadêmica, em função do título de doutorado, observa que “oportunidades internacionais estão aparecendo”, “de projetos internacionais”. Porém, são projetos com “*deadline*” determinado. O terceiro é “sair da academia, efetivamente”. Entrar no mercado de trabalho graças ao esforço pessoal. Desenvolvimento de analista, *data scientist*, “com certeza abre portas e vai ser uma das opções a longo prazo”. Em todos os trajetos, o entrevistado alega que levará a característica de docente para onde for, haja vista que acredita que a característica diz respeito a uma postura e não necessariamente um cargo.

- Beatriz: “*ciência de qualidade*”

A sexta entrevistada é intitulada como Beatriz (nome fictício). Com idade entre 21 e 31 anos, a pesquisadora foi mestranda vinculada a um programa de pós-graduação no Inpe. Integrante do Instituto desde 2018, Beatriz já realizou a defesa de sua dissertação, bem como possui o título de mestre. No período da entrevista, Beatriz tinha acabado de realizar a defesa do mestrado e foi bolsista em durante uma parte do mestrado no Instituto. Foi enfatizado que os assuntos discutidos no momento da entrevista diziam respeito à experiência de Beatriz no período do mestrado. Ela se autodeclara como branca e alegou dispor de uma renda per capita entre R\$ 1000 e R\$ 2000. Seu pai e mãe dispõem de pós-graduação e ensino superior, respectivamente.

Beatriz acredita que sua aproximação com a pesquisa se deu de fato no mestrado, onde teve contato “mais efetivo” com a pesquisa. Para ela, o significado em ser pesquisadora está relacionado com a “criação de novas tecnologias” e também remete ao “diálogo com a sociedade”: “mostrar para as outras pessoas que não estão envolvidas na área da pesquisa”. Ela alega “ainda estar aprendendo o que é ser pesquisador”.

A maior dificuldade na pós-graduação, aos olhos de Beatriz, diz respeito a uma insegurança da mesma de estar de fato “fazendo ciência de qualidade”: “a gente não tem certeza que tá fazendo ciência de verdade, sabe? Que a gente está inovando e que a gente tá fazendo um trabalho estatístico”. Ela remete isso à formação: “se a gente aprendesse mais sobre isso já no início”. Também cita outras dificuldades mais “básicas” referentes a “*software*, equipamentos e treinamentos para utilizar equipamentos”. Alega que isso “engessa o trabalho”.

Ela adjetiva as relações no Inpe como “bem conturbadas”. Alega existir uma “uma cobrança quase que trabalho integral”, de “final de semana”. Diz que “é uma loucura”. Atualmente, em outra instituição²³, observa o quanto isso “não é normal”. Quando Beatriz entrou no mestrado, iniciou o tratamento com uma psicóloga, o que diz ter ajudado bastante para que ela pudesse “saber dos meus limites”. Mesmo quando Beatriz os estabelecia e dizia “não” a determinada tarefa, dizia que ficava um “clima ruim”.

Beatriz desenvolveu quadro de ansiedade nesse tempo, relata acontecimentos da vida pessoal e alega que, de certa forma, a pós-graduação também contribuiu: “cheguei a tomar remédio durante o mestrado. Fui ao psiquiatra, né? Porque eu não estava aguentando, assim, estava com aqueles pensamentos acelerados”.

Em relação às condições materiais e de equipamentos, ela alega que os alunos “são bem assistidos”. Inclusive, disse que o Instituto tem “estrutura bem diferente de todos os outros lugares que eu já conheci”.

Beatriz vislumbra para o seu futuro continuar na carreira acadêmica e ter uma experiência internacional. No âmbito pessoal, Beatriz também pretende ter filhos e relembra de momentos do seu processo seletivo de mestrado em que foi questionada sobre isso. Alega ser “desconfortável” e que já ouviu relatos de situações parecidas com outras colegas. Não conhece nenhuma mãe no Inpe, salvo uma bolsista PCI. A maternidade, segundo ela, “tem que ser uma coisa deixada de lado”; “a vida, sua família não pode ser a sua prioridade, mas sim a pesquisa”.

- Pantera: “*mulher não faz ciência*”

A sétima entrevistada se chama Pantera (nome fictício). Com idade entre 31 e 41 anos, a pós-graduanda vinculou-se a um programa de pós-graduação no Inpe, em 2016, na modalidade de doutorado. Pantera realizou metade do doutorado sem bolsa. Ela se autodeclara

²³ Optamos por não revelar a instituição a qual Beatriz é atualmente pertencente em decorrência dos critérios de sigilo e possível rastreabilidade.

como branca e possui renda per capita menor que R\$ 1000. Seu pai e mãe dispõem de ensino médio completo.

Pantera foi professora de educação básica e o que inicialmente era forma de aumentar o seu salário na educação básica, via pós-graduação, se tornou uma transição de carreira como pesquisadora. Pantera traz o significado de ser pesquisadora, “ser cientista”, como um objetivo alcançado que lhe traz muita gratificação pessoal. Por ser, inicialmente, professora de educação básica, esse lugar que ela ocupa atualmente é um espaço que ela nunca considerou ser “capaz de dar um pulo tão grande e nem ser capaz de chegar onde está”. Interpretamos que a trajetória de Pantera diz respeito a uma ascensão social na qual ela vê bastante significado identitário.

Em relação à infraestrutura, Pantera relata “não ter o que reclamar”. Suas principais queixas estão relacionadas às relações interpessoais no Inpe. Alega que além de pressões de produtividade, também sofria pressões em torno do seu comportamento: “eu falava muito, falo muito. Por ser professora, eu falo alto. Eu não fui de andar muito emperquitada e o Inpe pede a estrutura de você falar baixo, de ser uma pessoa meio invisível”; “implicavam até com roupa rosa, tamanho de brinco”. Disse que tem que ser um “uma fantasma camarada”.

Pantera apresentou quadros de ansiedade que, posteriormente, evoluíram para depressão. Atualmente, ela também possui diagnóstico de fibromialgia. Relata que era complicado “estudar, manter a medicação e manter acordada”. Nos relatos de Pantera, as questões pessoais não poderiam se mesclar ao trabalho. Segundo ela, há um imaginário no Inpe de que se deve “trabalhar com a dor”.

Pantera relata um momento em que ouviu de professores que “mulher não faz ciência”. Numa época, para que pudesse realizar uma prova perdida, um docente fez um acordo com ela de que só aplicaria a prova “se eu ficasse ali na frente da portaria no bloco” e “contabilizasse quantas mulheres entrariam no Inpe naquele dia, passando na minha frente”. Naquele dia, não haviam passado muitas. Quando o docente voltou e soube da resposta, ele disse que “eu falei pra você, isso prova que você tem que voltar” [para sua cidade de origem].

Pantera cita outro homem que não era seu orientador, mas chefe do laboratório. Ele “fez da minha vida um inferno”. Alega ter “certeza que uma boa porcentagem da medicação que eu tomo é por conta dele”. “Falava que não estava bom, que não estava certo, você não é capaz, pede pra sair”.

Para o futuro, Pantera se inclina em continuar sua jornada no meio acadêmico. Não cogita voltar para educação básica: “quando você adquire muito conhecimento igual eu adquiri, voltar pra sala de aula onde você tem que ficar dentro daquele livro didático, que seus projetos

não podem avançar muito”. Também está fazendo contato com instituições internacionais para projetos e realização do pós-doc.

- Estela: *“ser doutoranda, trabalhadora e ser mãe”*

A oitava entrevistada nomeia-se como Estela (nome fictício). Com idade entre 21 e 30 anos, a pós-graduanda se encontra vinculada a um programa de pós-graduação no Inpe, na modalidade de doutorado. Estela trabalha em tempo integral como docente e se autodeclara como parda. Ela possui uma renda per capita entre R\$ 4.000 e 5.000. Seus pais possuem, ambos, ensino fundamental completo.

Estela atribui o significado de ser pesquisadora como algo “quase impossível 100% do tempo”, pois isso requer “estabilidade financeira”. Também comenta a questão moral de vencer a questão de que “o pesquisador não trabalha”. “Só faz mestrado? Só estuda?”

As maiores dificuldades enfrentadas por Estela giram em torno da conciliação do trabalho docente, doutorado e a maternidade: “lidar com várias coisas ao mesmo tempo”. Estela descobriu estar grávida semanas antes de entrar no processo de doutorado e, por conta disso, teve que adiar a sua entrada, o que a levou a entrar efetivamente no doutorado somente no ano seguinte (2019). Atualmente, comenta o filho “está apresentando problemas de desenvolvimento”, o que intensifica a dificuldade de conciliação. Também comenta dos aspectos financeiros. Segundo ela, não pôde se dedicar exclusivamente à pesquisa por conta dos valores da bolsa de pesquisa.

A estratégia usada por ela gira em torno da gestão do tempo: “separar um dia só pra pensar naquilo”. Inclusive, comenta que em vista dos recentes acontecimentos, vai “precisar trancar [o doutorado] neste semestre”: “uma coisa que não gosto de fazer”.

Estela relata que as dificuldades vivenciadas no mestrado e doutorado foram diferentes. Alega que o clima da instituição que fez o mestrado (anterior) era de maior “pressão”. Alega uma “secura no ambiente, ninguém conversa, um ambiente masculino”. Atualmente, no Inpe, disse: “não observa isso”. O ambiente do Inpe seria “um pouco mais acolhedor; me sinto num ambiente emocionalmente melhor para trabalhar”. A experiência anterior fez com que Estela achasse o Inpe mais tranquilo.

O orientador de Estela é “jovem”. Considera ter uma boa relação com ele no quesito de segurança psicológica: “me sinto bem confortável pra falar qualquer coisa”; “super disponível”. Também comenta sobre os processos pedagógicos por parte do seu orientador: foi “a única aula que eu realmente senti que estava numa aula” e atribui isso a uma “capacidade de lecionar”.

Sobre as condições materiais, alega que não “tem muito o que falar” por conta do pouco contato com a estrutura em meio ao cenário pandêmico. Ela não fica localizada em São José dos Campos. No entanto, acredita que o Inpe é “um pouco mais carente de material disponível para o pós-graduando, mas não tem completamente certeza” por não ficar lá “100% do tempo”.

Nos aspectos relacionais, Estela alega que só tem o que reclamar do antigo ambiente onde fez mestrado. Alega que ele possui uma “atmosfera militar”, “de concorrência velada”, que não observa com tanta intensidade no Inpe. A relação era “fria, mas eficaz”. Identificamos que tal afirmativa remete a significados gerenciais. A atmosfera militar também foi citada por outros entrevistados.

Não é impactada diretamente pela falta dos recursos por ter emprego, mas observa que as bolsas estão “mais escassas”. No sentido financeiro, Estela aluga que “me sinto mais segura agora”. Comenta que “Posso fazer o doutorado em 10 anos, mas não vou depender do perrengue do financiamento”. Segundo ela, a pressão por produtividade, em função disso, também é menor. “Sinto que meu orientador me cobra menos”; “ele não me pressiona”.

Ao longo do doutorado, alega não ter apresentado problemas físicos/psicológicos “por estar em casa, no meu *habitat*” e também por “não ter pressão”. No entanto, no mestrado apresentou enxaqueca e dor de estômago. O projeto de Estela é conseguir uma bolsa em uma empresa à vista, não largar o doutorado definitivamente e partir para “coisas maiores”. Alega ser “multitarefa” e quer unir a “indústria” com a “docência”.

Em relação ao futuro da pós, alega “ter um pouco de medo de ter o diploma de doutorado no Inpe”. Tem medo “dos recursos acabarem tanto” e o Inpe fechar. “O governo Bolsonaro odeia o Inpe”.

7.3 ESCOLHA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

A presente seção tem como objetivo central discorrer sobre as formas de categorização dos dados qualitativos, de modo a expor a sistematização dos conteúdos dos relatos das entrevistas. Nesse sentido, os relatos discorridos ao longo das entrevistas com os estudantes foram classificados por temáticas amplas e categorizados conforme a indicação das próximas seções.

A primeira categoria de análise diz respeito à constatação, oriunda dos próprios relatos dos pesquisadores estudantes de pós-graduação, do quanto se remete a atividade do estudo/pesquisa ao trabalho. Identificamos relatos que remetem o estudo ao trabalho tanto no sentido subjetivo quanto objetivo, tal qual explorado preliminarmente no capítulo 5.

As categorizações seguintes possuem fundamentação com base no contato com pesquisas anteriores, assim como nas formas de análise que nos forneceu uma sustentação sobre a temática do sofrimento estudantil. Nesse sentido, damos crédito às experiências do grupo de extensão intitulado “Diálogos sobre saúde e sofrimento dos estudantes”, coordenado pela Prof. Dra. Ana Paula Todaro. Neste grupo, sempre optamos por verificar 1) as formas como os estudantes avaliavam o contexto; 2) as formas como os mesmos internalizaram este contexto, com base nas suas experiências e, por fim, 3) os possíveis impactos na saúde, que os mesmos julgavam que possuía relação com a atividade acadêmica. Optamos por seguir essa linha de raciocínio.

Logo, a partir da disposição destas 3 categorias amplas, somada à primeira, foi possível identificar a relação entre os diversos agentes que compõem o Inpe, bem como sua relação com a sociedade e governantes; e o projeto de vida dos estudantes para continuação ou não da carreira. Todos os itens foram analisados em consonância com o pano de fundo dos recentes acontecimentos sobre o financiamento da ciência no âmbito brasileiro. A disposição das categorias aconteceu de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 4: Categorias de Análise

Estudo como trabalho
Avaliação do contexto
Perspectivas e percepções em relação ao financiamento
O financiamento e o Inpe: formas de absorção do contexto a nível institucional
Formas de internalização do contexto
Sofrimentos e percalços
Absorção das demandas
As particularidades do público feminino no Inpe
Processos de saúde e adoecimento

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Cabe ressaltar que, embora estabelecidas as categorias de análise, os relatos não apresentam uma disposição totalmente linear. Logo, observamos que as categorias se mesclam, apresentando confluências, complementaridades e similaridades. Tal fato nos induz a inferir sobre a integralidade dos sujeitos, bem como de suas experiências. Juntamente a isso, nos impõe uma análise integradora das categorias posteriormente à análise de cada uma delas que apresentamos a seguir.

7.4 ESTUDO COMO TRABALHO

Tal como mencionado no quinto capítulo, no presente trabalho buscamos tratar que o estudo/pesquisa é trabalho. Partimos dessa premissa a partir dos saberes das clínicas do trabalho, justamente com as suas concepções mais ampliadas em relação à definição do que é considerado trabalho. Dessa forma, acompanhando a dimensão teórica, buscamos enfatizar esta premissa a partir das falas dos estudantes/pesquisadores, sobretudo em relação à percepção do contato deste público com a atividade da pesquisa.

O ponto de vista da atividade, conceito originado da Ergonomia da Atividade, institui a existência de dois pólos opostos que emergem e se imbricam ao longo da execução de um trabalho/atividade: o prescrito e o real. A dimensão prescrita corresponde aos elementos referentes à tarefa, assim como normas preexistentes que fornecem amparo para a realização de um trabalho. O real, por outro lado, é correspondente à realização do trabalho em sua efetividade, englobando todos os constrangimentos que transcendem as prescrições e o domínio técnico e científico (GUÉRIN, 2001).

Dessa forma, o prescrito pode ser representado como uma seta que mira em um alvo, enquanto que o real representa um alvo que insiste em deslocar-se, ou seja, o real insiste em dizer que as prescrições pré-estabelecidas não dão conta da realidade, o que desencadeia uma jornada conturbada e pouco linear. É nessa trama de acontecimentos que reside o verdadeiro significado do trabalho que, de acordo com Dejours, está relacionado à capacidade de homens e mulheres suprirem lacunas presentificadas entre o prescrito e o real (DEJOURS, 2004). A partir desse olhar que lançamos sobre o trabalho, nos afastamos da perspectiva que o assemelha a um conjunto de energias despendidas em nome de uma finalidade qualquer.

Dentro desse pressuposto, antes de qualquer coisa, ele é um considerado um elemento central na vida humana, responsável por transformar a natureza ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo, fato pelo qual confere uma indissociabilidade entre o trabalho e o sujeito que trabalha, o que podemos fazer uma alusão ao trabalho de fazer ciência e a figura do cientista.

Partimos da premissa de que o “trabalhar-estudar” é marcado pela presentificação de uma norma intersubjetiva delimitada em que um Outro espera do sujeito e o sujeito espera de si mesmo, num ciclo constante. Dentro do ambiente acadêmico, é possível verificar a presença das formas de divisão de tarefas e as relações estabelecidas a partir da relação entre instituição-estudante, orientador-orientando, estudante-estudante, estudante-sociedade, que reverberam diversas influências no *modus operandi* psíquico dos estudantes.

Juntamente com as percepções, também se encontram acompanhadas as dimensões objetivas e concretas que envolvem o trabalho acadêmico. Tal como trabalhadores, Samara alega que os pós-graduandos são vistos como “mineiros”:

Nós que fazemos toda produção, os alunos estão fazendo quase toda a produção dos professores e orientadores. (SAMARA, 2021)

Então a quantidade de coisas que a gente tem que fazer é altíssima, a quantidade de produção de artigos, e não só quantidade, mas eles cobram muito em cima da qualidade. (SAMARA, 2021)

Porque é muito serviço que tem no INPE, é muito mesmo. A parte de monitoramento ambiental é bem complicada, é bem... É muita tarefa. E, realmente, sozinho eles não dão conta. Eles precisam dos bolsistas. (PANTERA, 2021)

Para além da alta responsabilidade em relação à produção científica, Samara também destaca mais uma particularidade vivenciada pelo público dos pesquisadores estudantes de pós-graduação. Dessa forma, ela confirma essa posição particular que os estudantes ocupam e, ademais, ressalta que os pós-graduandos, por vezes, absorvem o ônus de ambas as instâncias (estudante e trabalhador).

Mas essa questão de poder é uma coisa muito complexa porque ela é muito nítida, essa relação de poder abusiva hoje. O poder de que é a minha palavra final e você não tem muita voz, vocês são alunos. E isso acontece. Eles, no meu curso em especial, eles entendem que a produção de artigos, a alta produção de artigos é nossa, mas é como se nós fôssemos simples trabalhadores ali que têm que obedecer ao chefe. Que não vale nada. Como se fosse uma companhia de mineração e nós fôssemos os mineiros. (SAMARA, 2021)

Por um lado, ela comenta a pouca autonomia em relação às mudanças institucionais que pudessem oferecer um maior conforto e segurança psicológica aos pesquisadores. Segundo ela, “para qualquer tipo de problema que houver no INPE, não tem esse carinho de tentar tratar as pessoas como o ser humano de forma geral ainda. Na pós-graduação isso se evidencia mais”. A entrevistada também ressalta que os pós-graduandos são tratados como trabalhadores, serviçais. Para tanto, ela se utiliza da analogia de que os pós-graduandos são “mineiros” os quais se colocam de forma submissa a uma figura de poder maior, o que reproduz alguns enredos vivenciados no mundo do trabalho.

Logo, de um lado, é perguntado para os estudantes se eles só estudam. Por outro lado, eles apresentam uma jornada igual ou até maior que o trabalhador convencional e sofrem ausência de direitos, assim como são considerados mão de obra barata e qualificada. Relembrando que as bolsas sofreram uma perda aquisitiva de 60% e, muitas vezes, o que fragiliza a realidade objetiva dos pesquisadores.

Tony relembrou um evento recente:

Não sei se alguém relatou pra você, mas há uns meses atrás, o coordenador do curso, ele mandou um e-mail para todo mundo falando assim: “Ah. Tenho recebido muitas perguntas sobre trabalhar durante a pós-graduação e gostaria de lembrá-los”. Aí ele pegou um texto assim, de um termo que a gente assina, que a gente não trabalharia e que era nossa responsabilidade, que a gente tinha que ter responsabilidade com o curso, mesmo tendo pessoas passando necessidade, sabe? Porque, assim, o Inpe é um programa que não permite você trabalhar enquanto você estuda. Inclusive isso é uma política interna do programa e ele joga isso na nossa cara o tempo inteiro. (TONY, 2021)

Percival e E5, numa linha de raciocínio parecida, consideram as características das atividades dos pós-graduandos e o fato de que eles se consideram, na verdade, como profissionais. A bolsa, pois, é tratada como salário e os pesquisadores são tratados como profissionais formados e aptos para a tarefa de produzir conhecimento. Ao longo das próximas subseções, podemos observar que, por vezes, o trabalho é realizado de forma individual, bem como parte dos pós-graduandos se vangloriam por realizar a pesquisa sem apoio pedagógico, o que confere aos pesquisadores ainda mais o “*status*” de profissional.

Por conta de parcerias institucionais, no final das contas a gente tá falando de pesquisadores, doutores que se colocam num grau de excelência ímpar, e contra discentes que na verdade já são pesquisadores, já são profissionais formados que deveriam ter um mesmo nível de respeito, mas que são colocados como alunos. (PERCIVAL, 2021)

Os valores hoje que são atribuídos pro financiamento, investimento, vamos chamar de uma forma bem clara de mercado, salário. Mesmo que a gente tá falando de bolsa, que na verdade a gente tá falando de salário, porque é um profissional formado com título, né? Ele tem título, é título de engenheiro, biólogo, matemático, socióloga, né? O que quer que seja, é um título. Já é um titulado. Então você é um profissional que está realizando ali um processo de pesquisa, publicação. (E5, 2021)

John complementa que, por vezes, acaba absorvendo responsabilidades que transcendem os ofícios de um mestrando/bolsista. Inclusive, ele relata que a sua presença no Instituto, bem como sua reaproximação com o Inpe, aconteceu em função da constatação da perda de pessoal e da promessa de reposição via novo concurso que, por sua vez, ainda não havia acontecido.

Acaba, acaba. Muitas vezes, assim, o meu caso é esse. O meu chefe tá pra aposentar, eles me chamaram aqui justamente pra isso. Foi aberto... ia ser aberto um concurso 3 anos atrás, justamente porque ele tá para aposentar e é para aposentar agora. Só que o concurso foi cancelado, então, o que aconteceu? Cancelou, ele vai se aposentar e não vai ter ninguém para ficar no lugar dele. Vai ser o bolsista, e muitas responsabilidades não podem ser passadas para o bolsista. Aí é diferente! (JOHN, 2021)

A posição ocupada por John nos remete a uma característica já citada no capítulo 5. Nesse cenário, os estudantes têm ocupado um espaço estratégico de reposição de força de trabalho, isto é, um espaço estratégico para tamponar *déficits* já existentes pela via de uma mão de obra barata e qualificada. Remetemos tal característica e enfatizamos a semelhança do trabalho acadêmico aos parâmetros gerais de precarização que se assemelham ao mundo do trabalho.

Então, hoje eu trabalho como um secretário para ele e aí a partir daquele momento, a minha proatividade passou a ser positiva para ele e não negativa mais, entendeu? Por que eu estava resolvendo os problemas que ele não conseguiu resolver. (TONY, 2021)

Que ao invés de pesquisadores, o Inpe estava formando secretários. E assim, em regime abusivo. (PERCIVAL, 2021)

Foram identificadas nas falas de outros entrevistados que, por vezes, os estudantes acabam exercendo atividades de secretário, o que também remete a uma reposição de atividades de apoio aos docentes/pesquisadores. Constatou-se que parte das responsabilidades de gestão é redirecionada para os pós-graduandos. Tais menções confirmam as hipóteses lançadas no capítulo 5 no que diz respeito às condições e subjugações intrínsecas ao trabalho acadêmico.

As tomadas de decisão envolvendo reposição da força de trabalho por estudantes (estagiários, voluntários, temporários) tornou-se uma alternativa estratégica na atualidade gerencial, haja vista o barateamento da força de trabalho e os altos índices de rotatividade, o que viabiliza as dispensas de trabalhadores sem custos frente às adversidades orçamentárias. Constatamos, diante disso, a representatividade que os estudantes ocupam no tocante à

categoria periférica. No capítulo 5, já mencionamos tais especificidades e, como citado por Harvey (2009, p.144), “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins”.

Ao estabelecer uma articulação entre a condição objetiva e funcional dos pós-graduandos nos espaços de produção científica e a conceituação do trabalho periférico, torna-se possível instituir que o pós-graduando pode ser considerado um dos agentes pertencentes ao grupo, juntamente com terceiros, autônomos, voluntários, substitutos, bolsistas, monitores etc.

Por fim, finalizamos a presente seção com o relato de Estela. Nele, tratamos do possível não-lugar que o pós-graduando ocupa, o que reforça as particularidades desse público. Pelo senso comum, o estudante de pós-graduação se situa num limbo entre o *status* de estudante e trabalhador, sobretudo quando comparados com o sentido dominante, isto é, do senso comum. Logo, a fala de Estela remete a um certo desconforto no tocante ao reconhecimento da sociedade quanto à atividade que ela realiza.

Com esse ambiente, assim, que: ah, você só estuda? Você não... Você não trabalha, né? Ah, você só faz o mestrado? Você não trabalha? Então, ainda vencer essa pressão moral de que o pesquisador não trabalha. O pesquisador só senta a bunda na cadeira e não faz nada, entendeu? Essa moleza, né? Pessoal acha que pesquisador no Brasil não trabalha. Então, precisa ter uma estrutura muito grande emocional e financeira para aguentar a pressão. (ESTELA, 2021)

De um lado, é perguntado aos estudantes se eles só estudam e, por outro lado, tal como mencionado pelos próprios estudantes, eles são considerados a grande massa responsável pela produção de conhecimento no país.

7.5 AVALIAÇÃO DO CONTEXTO

7.5.1 Perspectivas e percepções em relação ao financiamento

O presente subcapítulo busca observar a forma como os pós-graduandos avaliam o contexto atual da pós-graduação no sentido mais amplo. Em um segundo momento, analisaremos a forma como eles pensam tal conjuntura aliada ao jeito do Inpe de gerenciar os conflitos de financiamento.

Tal como mencionado no capítulo de contextualização geral, estabelecemos que o subfinanciamento da C&T, tal como vimos na atualidade, não possui origem em si mesmo.

Nesse sentido, as práticas de subfinanciamento advém, principalmente, das maneiras que a acumulação do capital opera e da postura dos múltiplos agentes que o sustentam. No bojo desses movimentos, o Estado pode ser considerado uma figura central.

Consequentemente, a crise fiscal da Ciência e Tecnologia possui origem na própria lógica flexível e dos modos de operação do capitalismo financeiro (MACÁRIO, REIS, 2020). Tal característica resulta em um conjunto de políticas excludentes por intermédio do Estado Avaliador (SANTANA, 2018) e concede abertura para um conjunto de violências implícitas para os agentes que desempenham atividades para a produção do conhecimento no território nacional. Diante da breve retomada da conjuntura, buscaremos captar de que forma os pós-graduandos percebem este contexto.

A dependência de investimentos que façam circular as atribuições de bolsas atua como um mecanismo relevante para nomeação do contexto para a categoria. Os pós-graduandos encontram-se situados no meio de um jogo de forças, de acordos e desacordos que impactam diretamente as suas necessidades básicas e seu modo de se relacionar com a atividade desempenhada. São relatadas as questões de imprevisibilidade dos recursos, a falta de controle sobre o que irá acontecer no mês seguinte.

Porque eu não tenho uma continuidade, não tem uma previsão. E isso daí reflete nas nossas bolsas. As bolsas são renovadas a cada ano, mas nesses últimos, nesse último ano, não foi dessa forma. (...) A cada três quatro meses, teve época que foi de mês em mês, e o último agora foi de 6 meses. Vai até março do ano que vem e a gente não tem certeza de ter continuidade isso. Daí não tem isso. (JOHN, 2021)

Nossa, ser pesquisador no Brasil? É quase impossível 100% do tempo. Pra você ser pesquisador no Brasil, você precisa... É... Primeiro ter uma estabilidade financeira, pra você pesquisar de forma tranquila. E pra isso, você precisa ser financiado pelas grandes empresas ou pelas grandes instituições de pesquisa, né? Então, você precisa ter um currículo muito bom para conseguir uma bolsa de pesquisa dessas. Estáveis, né? (...) Eu não quero parar de trabalhar nunca, nem pra dormir eu quero parar. Então, se eu pudesse, eu pegava, se tivesse uma bolsa, né? Que me desse um salário razoável para pesquisar, seria o meu sonho, mas não é o perfil do brasileiro, entende? Nosso cenário brasileiro. (ESTELA, 2021)

Eu acho que é importante para a comunidade científica, para o país, mas também não é valorizado né? Não tem o investimento que deveria, não tenho reconhecimento que eu acho que deveria ter. É meio deixado de lado, principalmente o INPE. Com essas políticas que tem hoje do governo, acaba deixando o Instituto de Pesquisa de lado. (JOHN, 2021)

Tony reflete sobre os impactos a conjuntura dos pesquisadores que estão adentrando recentemente na pós-graduação

A molecada que está entrando, está sem bolsa. E aí a gente até fala, é super desumano o tanto que o INPE cobra e você não tem bolsa. Porque não vale a pena. É muito cruel. (TONY, 2021)

Percival complementa o discurso de Tony ao fazer uma alusão à situação de moradia de alguns pesquisadores. Ademais, no trecho, ele infere uma certa dificuldade de outros estudantes viverem bem apenas com a bolsa, relatando que ele só consegue viver numa condição melhor, haja vista que guardou dinheiro em momento anterior. O trecho conversa com o fato de que, ainda que alguns tenham bolsa, os pesquisadores têm que lidar com a diminuição consecutiva do poder aquisitivo em função da falta de reajustes que, por seu turno, não são realizados desde 2013. A falta do reajuste culmina numa diminuição de 60% do poder aquisitivo, se considerarmos o movimento inflacionário. O cenário encontra desfecho na representação do quadro geral de precarização social vivenciada pelos pesquisadores.

A molecada com dois e duzentos mora ali perto do INPE, dividindo uma casa com 10 quartos. Tem gente que divide o próprio quarto com outra pessoa, porque essa pessoa, por exemplo, não tem como pegar dinheiro de nada e nem de lugar nenhum. Eu não passei por isso, porque como eu trabalhei muito tempo, eu tinha dinheiro guardado. (PERCIVAL, 2021)

Para além das situações das bolsas, que remetem diretamente às necessidades básicas dos estudantes, os pós-graduandos, sobretudo os mais antigos, relatam a diferença das condições de estrutura na unidade. É importante mencionar que, de modo geral, os estudantes relatam que as condições dos equipamentos são boas. No entanto, eles vêm sofrendo deterioração ao longo do tempo, juntamente com a falta de assistência técnica. Percival menciona que, por vezes, as máquinas disponibilizadas para a pós-graduação de modo geral, sofrem deteriorações e os estudantes têm que lançar mão de criatividade e fazer “*Frankensteins*” para que elas continuem operando.

Logo, as prescrições dos pós-graduandos demandam a atividade da pesquisa de forma unilateral. No entanto, ocasionalmente, por conta da falta de assistência técnica, os pós-graduando lançam mão de procedimentos que excedem os previstos, de modo a atuar no conserto de máquinas.

Então, acaba sendo isso. São as máquinas, que tem, assim, a maior disponibilidade para alguns grupos, elas são derivadas de projetos. As que a pós-graduação fornece, elas são mais restritas, são pequenas. É que eu ajudei a montar algumas. (PERCIVAL, 2021)

Numa linha parecida com Percival, Beatriz também relata que as práticas são comuns.

Os alunos que faziam a manutenção, limpeza, que faziam a gestão da utilização. Então isso sobrecarregou um pouco os alunos, né? De maneira geral. Porque tem equipamento que funciona final de semana, né? Então, sobrecarrega, né? Eu acho que a bolsa não é pra isso, né? Mas, enfim. (BEATRIZ, 2021)

Tal como foi mencionado nos capítulos anteriores, sob a perspectiva teórica das clínicas do trabalho, todo o trabalho pressupõe a existência de uma dimensão prescritiva e as dimensões reais que são emergidas no contato com a atividade. Nesse sentido, podemos lançar mão do discurso de aderência à engenhosidade e criatividade dos estudantes em prol da realização do trabalho. No entanto, tais considerações seriam superficiais se não considerássemos e enfatizássemos os tons de precariedade que estão contidas no bojo destas ações, haja vista que elas acontecem para tamponar desresponsabilizações vigente no tocante ao financiamento.

Eu trabalho com *cluster* e, trabalhei no caso. Eu já cheguei a ficar sete meses, agora por último, sem ter como acessar o *cluster*, porque não tinha dinheiro pra pagar a manutenção. E aí no caso... E é simplesmente assim. (PANTERA, 2021)

Além do conserto de máquinas, outras iniciativas também foram citadas, tais como a disposição de insumos próprios sendo direcionados para o uso de materiais de pesquisa. Segundo Beatriz, nos últimos tempos, isso vem se tornando cada vez mais recorrente. Itens de papelaria e assistência de computadores também foram citados por Pantera.

Tem bastante gente que compra. Mês passado mesmo, a gente precisou de gás e uma bolsista aí do INPE, ela comprou do bolso dela. E a gente não fazia muito isso, mas eu vejo que agora, tipo, está se fazendo mais. Eu não sei... (BEATRIZ, 2021)

A gente é bem assistido, sabe? Material. Agora, treinamento... É outro esquema. Porque a gente tem o equipamento, mas a gente tem que usar o equipamento sem um técnico, entendeu? Então, depende da gente. Então dá muito medo de quebrar, de fazer alguma coisa errada. E não só isso. A gente tem que fazer a manutenção, tudo... A gente tem que

cuidar daquele equipamento como se a gente fosse técnico. E a gente só é aluno, né? (BEATRIZ, 2021)

Quando eu entrei ali, por exemplo, nós podíamos fazer coisas bem simples... Por exemplo, tirar xerox à vontade. Você podia escolher comprar cadeiras, essas coisas e essas questões materiais foram acabando. Porém, eu tive sorte, meu orientador, quando eu precisava de alguma coisa, ele tirava do próprio bolso para não diminuir o meu nível de produção, vamos dizer assim. Mas o fato de você ficar com esse trâmite de vou ter bolsa, não vou ter bolsa, se, né? Meu computador precisa de uma manutenção, como nos últimos dois anos do INPE, se o seu computador estragar, você está ferrado, porque o aluno agora não tem mais direito de pedir assistência técnica. E a gente não pode formatar a nossa máquina. Não. Os cortes já chegaram a esse ponto, então, assim, se eu for listar várias coisas pra você, a gente tem desde a biblioteca, que antes ficava aberta das oito às oito e agora fica das onze às três, porque não tem mais bibliotecária. É material que a gente deixou locar, hoje em dia você já não pode mais. Crachá, que é algo bem simples, que é obrigatório no INPE, você já não tem mais. Nada. Então, tipo assim, materiais que são... são... Apesar de ter toda essa infraestrutura, ele já teve uma infraestrutura maior. (PANTERA, 2021)

A gente acaba assumindo demandas que não são nossas, porque se tivesse recurso disponível, a gente não ia ter que ficar pensando, planejando lá na frente, né? Pra usar alguma coisa simples, sei lá, usar um *becker*, né? Vou usar ácido, sei lá, qualquer reagente simples fica difícil, então você tem que tá se planejando lá pra frente já. Então, a gente acaba assumindo demandas que vão além, assim, do que o próprio planejamento do trabalho, do mestrado, ele já dá, né? Muita coisa. (BEATRIZ, 2021)

Quando questionados sobre as previsões futuras no tocante à situação do financiamento, as percepções mais sinalizadas que pairam em alguns relatos ainda dizem respeito às instâncias e incertezas do que pode acontecer, justamente por conta de que o financiamento em ciência, bem como o financiamento disposto ao Inpe, é bastante dependente de governanças.

Sinceramente, eu hoje... Eu tenho um pouco de medo de ter um diploma de doutorado no INPE. Porque eu tenho medo dos recursos acabarem tanto, de fecharem o INPE. Olha o meu medo, né? Assim é o medo que vem da ignorância, porque eu não sei se realmente isso pode acontecer. (ESTELA, 2021)

Fomento do governo nenhum, nenhuma perspectiva. A gente não enxerga empresas de fora ou terceirizadas que já né, no setor não governamental, no setor particular que chama. Que faz esse

desenvolvimento, que trabalha com isso, e é o leque que a gente tá encontrando no Brasil. (SAMARA, 2021)

Então, o conhecimento que tem aqui dentro do Inpe, tá perdendo. O sentimento que a maioria tem aqui, que tá mais tempo, é que o Inpe está morrendo. Porque tá perdendo o conhecimento, não tá tendo investimento. O governo não tá trazendo projetos pra cá, ele tá terceirizando algumas coisas. Então, isso aí tá matando o Inpe aos pouquinhos. (JOHN, 2021)

Outro ponto interessante a ser ressaltado pelos pós-graduandos diz respeito ao fato de que o contexto é percebido, sobretudo, em função das expectativas de curto prazo. A exemplo disso, tem-se o exemplo das bolsas de pesquisa. Não captamos no discurso dos entrevistados a percepção de que o subfinanciamento está engendrado no bojo das metamorfoses do mundo do trabalho e das respectivas transfigurações da figura do Estado, numa perspectiva mais ampliada. Não identificamos, na percepção dos estudantes, uma articulação da conjuntura com o cenário de acumulação flexível, bem como com o contexto macroeconômico. No geral, as percepções em relação ao futuro da pós-graduação ainda se encontram bastante emendadas às perspectivas futuras do Instituto, o que ressaltamos como um ponto de atenção no que diz respeito às análises.

7.5.2 O financiamento e o Inpe: formas de absorção do contexto a nível institucional

Tal como foi mencionado no capítulo 4, a história institucional do Inpe é marcada por múltiplas particularidades. Logo, em decorrência das inúmeras instabilidades e a respectiva dependência de parcerias que fizeram com que o Instituto alcançasse uma perenidade, também se tornaram recorrentes, nas mais variadas situações, uma série de subordinações a preceitos que são externos ao Instituto. Tais características tendem a conferir ao Inpe um *status* de instituição bastante heterônoma, tanto em função da governança quanto em função das parcerias estabelecidas.

Em suma, em decorrência dos aspectos históricos do Inpe, é derivada uma cultura que vem atuando de forma camaleônica a depender dos momentos de instabilidade orçamentária. Muitos elementos dessa cultura heterônoma são trazidos nos relatos dos pós-graduandos e conversam com os aspectos orçamentários.

É importante recapitularmos que o imperativo de captação de recursos próprios se tornou parte intrínseca do Instituto desde a abertura política. Tais ações se naturalizaram no

Inpe e, assim, nasceu a mentalidade dos “projetos por fora”, o qual foi bastante citado ao longo das entrevistas. À medida que a cultura da captação de recursos é implantada, aumenta-se também a mentalidade do desempenho. A captação de recursos tornou uma corrida permanente em busca da qualidade e reaproveitamento total de tempo e recursos. Os lemas se tornam competitividade, rapidez, precisão, *status* e eficiência. Tal como citado por Gaulejac (2007), esses princípios se tornam palavras de ordem para o bom gerenciamento do trabalho, partindo dos pressupostos gerencialistas.

Quando perguntados sobre o quadro orçamentário do Inpe e os possíveis impactos disso nas vivências dos pós-graduandos, muitos dos estudantes citaram que não se sentiam totalmente impactados no tocante ao quadro de equipamentos de trabalho, haja vista que os equipamentos que eles trabalhavam eram materiais advindos dos chamados “projetos por fora”. Estes projetos geralmente derivam dos movimentos dos orientadores em submeterem projetos, obterem investimentos e fazer com que esses investimentos permaneçam nos laboratórios do grupo em específico. Juntamente a isso, existe o imperativo constante de produzir mais com os mesmos recursos materiais e relacionais disponíveis.

Logo, existem recursos materiais gerais que são destinados à pós-graduação. No geral, a partir dos relatos, foi mencionado que os equipamentos gerais são os mais sucateados. Por outro lado, existem os recursos materiais que são originados dos projetos por fora. Estes últimos, por sua vez, são utilizados somente pelo grupo/orientador que foi responsável por captar tais recursos. Este contexto gera uma segregação no tocante aos materiais, tal como mencionado nos relatos a seguir.

A minha orientadora tinha um laboratório próprio, então, nesse caso, eu não posso reclamar. No laboratório dela eu tinha vaga. Tem mais dois professores aqui em São José que também tem laboratórios próprios, mas aí são os seus orientadores que usam os laboratórios próprios. O restante, pode estar a sala vazia, não vai usar. (PERCIVAL, 2021)

E aí começa a haver uma certa segregação. Eu não acho que seja uma segregação intelectual ou de conversa, mas é uma segregação de disponibilidade de equipamento e possibilidade de fazer coisas. Se você tem braço ou sorte de ir para um determinado orientador, ficar interno num grupo de pesquisa, você pode fazer o que você quiser. Você tem acesso ao equipamento que você quiser, porque eles fazem os projetos por fora. É um dinheiro vindo de fora, de terceiros. Agora, se você entra no grupo de pesquisa com que não tem essa questão, de fazer e ganhar dinheiro por fora para ter equipamentos por fora, você vai ter que se lidar com mais ou menos e você vai ter que lidar com opções mais ou

menos. Você não vai poder fazer projeto de campo porque não tem dinheiro, você não pode comprar imagens (que a gente tem que comprar imagem de satélite), porque não tem dinheiro. (...) Essa autonomia, ela é boa até certo ponto. Mas ela passou desse ponto no Inpe. Se tornou uma coisa desigual e, às vezes, é desumano. (SAMARA, 2021)

Muito pelo contrário, assim, eu enxergo que eu estou numa posição de privilégio pelo laboratório que eu participo. Que é uma iniciativa dos coordenadores do laboratório que são bem relacionados e fazem projetos externos ao Inpe e não depende das fontes de renda do Inpe. Então, as fontes dos laboratórios... São externas às fontes de financiamento do Inpe. A gente praticamente não depende da verba que vem da Capes para o programa. A gente não depende de comprar equipamento do programa. Então, assim, existem projetos aprovados, Existem parcerias internacionais, então eu sei que eu estou numa posição de privilégio, mas eu estou falando sobre a minha experiência para você, né? (...) não posso dizer que esses cortes têm me afetado pessoalmente e a nível da minha pesquisa. Por que, que nem eu falei, o meu laboratório tem recursos externos. Por exemplo, nenhum dos meus colegas fez trabalho de campo durante o mestrado. Eu fiz 9 trabalhos de campo. Eu me sinto numa posição uma posição de privilégio (TONY, 2021)

As falas discorridas remetem a uma conjuntura de apropriação privada de elementos considerados públicos, o que produz dissonâncias e segregações entre os agentes que compõem o Instituto. O discurso meritocrático da conquista também promove o tom de que a crise fiscal é um fator inexorável, o que tende a contribuir para a competitividade de programas de pós-graduação e, respectivamente, atua como um eixo justificador da conjuntura de escassez e desigualdade que vem responsabilizando pesquisadores, orientadores e programas pelo próprio fracasso escolar.

Tais falas também remetem ao conteúdo trazido por Squissardi e Silva (2009) de que a pós-graduação é um ponto de origem do processo de mercantilização da universidade e dos espaços de produção de conhecimento, haja vista que as pesquisas, por vezes, atuam em sintonia com os interesses de reprodução capitalista e de resolução de crises cíclicas.

No tocante aos instrumentos gerais da pós-graduação, existem relatos que se mostram diferentes, demonstrando o descompasso entre os materiais gerais e os materiais advindos dos recursos próprios.

Trabalhamos com uma quantidade grande de dados e não são todos os casos em que a gente recebe um computador para poder trabalhar com uma quantidade grande de dados. Isso é uma coisa que atrapalha e começa a dar aquela enfraquecida. Não tem dinheiro né? Eu acho que

não tem dinheiro ou atrapalha na questão de equipamentos, e atrapalha na questão da gente poder fazer artigos que é uma coisa que é muito frustrante de você ver você não pode às vezes mandar um artigo para uma revista *top* porque o INPE não tem dinheiro para isso. (SAMARA, 2021)

Percival descreve a situação dos supercomputadores e as respectivas filas para possuir acesso aos equipamentos gerais:

Pro mal porque nesse sentido da estrutura é muito precária. Muito precária mesmo. Tanto na questão de um computador pessoal ou que se divida com uma outra pessoa, quanto acessos ao supercomputador. É sempre uma dificuldade imensa, então, tem fila de espera, literalmente. Todo início de semestre tem que saber se tem ou não um computador vago pra poder utilizar. (PERCIVAL, 2021)

Então, eles acabam fazendo um pequeno Frankenstein com as máquinas, então os alunos conseguem máquinas para trabalho pessoas, mas no normal, tem uma disputa acirrada e vai pela classificação de entrada. (PERCIVAL, 2021)

Outro fator que possui relevância no tocante às particularidades institucionais do Instituto é a cultura de que o Inpe não é uma escola, ainda que possua cursos de pós-graduação. O imperativo pelas entregas de produção acaba tamponando a necessidade do aprendizado, necessidade a qual foi bastante citada ao longo das entrevistas. Logo, os pós-graduandos parecem perceber que, diante da cultura vigente, o ensino-aprendizagem talvez não seja a prioridade, mas sim o trabalho desempenhado.

E5 ressalta que esta característica do Instituto foi uma das principais dificuldades em relação a sua passagem pela pós-graduação.

O segundo foi o aspecto profissional, então cheguei lá com uma carga de *know how* X, a demanda Era Y. Vamos dizer assim, esse gradiente entre o X e Y não estava bem galgado, talvez pela própria dificuldade dessa gestão de docência em si; dos ensinamentos, esse meio do caminho não tinha uma escada com degraus adequados. (E5, 2021)

A fala de E5 nos remete à perspectiva de que os espaços de produção científica foram drasticamente impactados pelos pressupostos gerenciais em que, por vezes, são orientadas por parâmetros quantofrênicos (GAULEJAC, 2007), representados pela busca interminável de introduzir quantitativos para que a experiência seja medida em detrimento da qualidade. Nesse

espaço, características consideradas de longo prazo, tais como o ensino, costumam ser deixados de lado em prol da produção em si.

John, bolsista de projetos e mestrando em um dos programas de pós-graduação disponibilizados no Instituto, relembra sobre as dificuldades e das linhas impeditivas que encontrou quando resolveu atuar como bolsista de projetos e pós-graduando.

Muitas vezes eles restringiram isso. Não podia usar, não podia estudar. *[Mas a sua permite?]* Permite. Então a minha permite, né? Só que a mesmo a minha, o que aconteceu? Onde eu estava trabalhando. O chefe não permitia estudar, mesmo a minha permitindo. Eu tive que fazer o quê? Ir até o responsável pela bolsa, o Dr. X e perguntar para ele: eu posso estudar, eu posso me matricular? Ele falou: “pode, a sua bolsa permite. E aí eu vim com essa informação para o chefe daqui da área, aí foi lá, já conversei com o responsável pela bolsa e ele permitiu. Então, eu vou estudar, tudo bem para você? Aí ele ficou meio assim, tudo bem só que eu não vou ficar responsável por isso, quem se responsabilizou por isso foi o Dr. X. (JOHN, 2021)

Ainda sobre este contexto quantofrênico, E5 fez algumas considerações, realizando uma consideração em analogia à arte da guerra. Ele atribui como sobrevivente aquele que consegue dar maior visibilidade ao trabalho por vias numéricas de publicação. Ou seja, contribui para uma reflexão de que a busca numérica por publicações frequentemente acaba se sobressaindo em detrimento da reflexão qualitativa sobre os processos de trabalho (GAULEJAC, 2007).

Mas como diz um bom Samurai né? A verdadeira arte da espada é aquela que sobrevive a guerra. Então aquele que publica é o verdadeiro e essa é a história mais contada. Aquele outro que tinha outra verdade, mas morreu no meio da batalha, ficou pra trás. Então acho que é uma analogia bastante válida até hoje. (E5, 2021)

No contexto histórico do Instituto, por vezes, a existência da pós-graduação foi colocada em xeque, justamente em função da fragilidade de inserção do ensino na rotina dos pesquisadores. Nas palavras de Percival, a tratativa do Instituto quanto ao ensino é “*a gente forma a ferro e fogo*”. Samara também relata que “*eles acham que parte do sofrimento é parte da aprendizagem*”.

De acordo com Tony e E5,

Isso é o orgulho deles. Eles se orgulham em dizer que o Inpe não é uma universidade e que eles não são obrigados a oferecer o que é uma Universidade oferece, e que eles são Instituto de Pesquisa e ponto final e que a gente que a gente tem que se adaptar né? (TONY, 2021)

A universidade é feita por aluno e o Instituto de Pesquisa é feito para pesquisa onde os alunos têm que se adaptar à pesquisa. Não é um espaço feito para o aprendizado, não espaço feito. Então por isso influencia muito na forma que as decisões são tomadas. Eu acho que tipo como o Inpe também tem o histórico de ser desenvolvido na época militar, eu acho que ele carrega muito isso dentro da estrutura dele, entendeu? (TONY, 2021)

E uma coisa que eu senti no INPE, no doutorado, é essa deficiência dos professores, por quê? Eles não são professores, eles são pesquisadores, né? No INPE. O INPE é o Instituto de pesquisa e não de ensino. (E5, 2021)

Pereira (2008), em sua tese, relata que entre os anos 1974 e 1979 tornou-se recorrente as discussões e pressões para que ocorresse o fim da pós-graduação no Instituto, transferindo-a para a responsabilidade de Universidades. Avançando a linha do tempo para 2021, durante uma das Assembleias promovidas pelos representantes estudantis, ouviu-se que “a pós-graduação não é atividade fim do Inpe”, numa referência a uma das falas enunciadas por agentes que ocupam posição de poder no Instituto. Tal como mencionado no capítulo sobre a história do Instituto, destacamos que ambos tempos trazem algumas características semelhantes: a ascensão das aspirações neoliberais conservadoras e o reordenamento de valorização científica totalmente voltado ao âmbito técnico-operacional.

A pós-graduação, contudo, carrega consigo o tratamento de que pesquisa e ensino são indissociáveis. A relação entre essas duas instâncias provoca o senso de questionamento constante sobre as práticas, bem como o sentido ético-epistemológico e pedagógico. São características que, por vezes, não possuem lugar em um ambiente de curto prazo e de sobrevivência diária que dá margem ao “mais trabalho” (DAL ROSSO, 2008) . Nesse sentido, cabe indagar sobre quais as tensões que a pós-graduação fornece para que ela tenda a ser deixada de lado em períodos mais conservadores. De acordo com John,

Esse tipo de conversa eu já tinha escutado alguns anos atrás já, 5, 6 anos atrás. Que o diretor do Inpe estava querendo acabar com a pós-graduação. Mas é um Instituto de Pesquisa, né? Vive da educação, vive do estudo. Eu acho estranho falar isso porque eu acho que tem que ter, porque é isso que desenvolve né? (JOHN, 2021)

Por outro lado, tal como mencionado no capítulo 4, os mapeamentos da biblioteca central e dos repositórios institucionais apontam que os estudantes da pós-graduação possuem

participação ativa e significativa no quantitativo de produção científica. De acordo com o setor, os pós-graduandos detêm participação de mais de 50% do montante de publicações e estudos vinculados ao Inpe.

Tal como mencionamos no capítulo 3, as Universidades e os Institutos de Pesquisa recorrentemente catalisam elementos existentes do mundo do trabalho. Logo, as atividades que são desenvolvidas no âmbito da pós-graduação estão orientadas pelas mesmas diretrizes vigentes, bem como expressam as situações pelas quais se encontra a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2007) no cenário contemporâneo. Essas consonâncias ocorrem principalmente em decorrência da concentração de altos índices de capital e estímulo à competição entre as instituições que, por sua vez, protagonizam a busca de produção de conhecimento no país, bem como a corrida de sobrevivência.

Em meio a um cenário de sobrevivência e desvalorização da ciência, John relata uma pressão maior em relação ao aumento de produtividade. Segundo ele, a pressão por produtividade com qualidade é um modo de fazer com que a sociedade veja o valor do trabalho desempenhado pelo Instituto. Logo, podemos inferir que o percalço de financiamento tem atuado como um motor para legitimação de formas de trabalho que visam um maior “aproveitamento” do produtivismo acadêmico.

A área acadêmica estava sendo desvalorizada né? Então houve essa pressão. Todas as disciplinas que a gente tem, eles falam sobre isso, que a gente precisa publicar, publicar com qualidade né? (JOHN, 2021)

Juntamente com a pressão por produtividade em função da desvalorização da área científica, existe uma outra variável: a pressão de se manter dentro dos padrões ditos de “excelência”. Nesse aspecto, Pantera relata que existe uma série de preços a serem pagos em função do reconhecimento por estar no topo (conceito 7).

Eles mesmo falam, que para ter qualis 7, você tem que ter vários requisitos a cumprir. Então, a gente entra ali pra ajudar eles manter aquele qualis, e é preciso. Você sair dali bem reconhecido, com uma bagagem muito grande. Mas você tem que fazer várias coisas pra manter esse selinho de qualidade, digamos assim. Porém, a estrutura é muito boa, não posso reclamar. (PANTERA, 2021)

Percebemos um cenário em que pós-graduandos que ocupam lugares de excelência penam para continuar no pedestal instituído e alcançado (qualis 7), enquanto que os demais estudantes penam para atingir tal patamar. A partir desse ciclo, é instaurado um ambiente de

medo pela perda do lugar, o que tende a desencadear um modo de sociabilidade mais isolado e competitivo. Como consequência, podem ser encontradas um conjunto de dissonâncias entre a expectativa dos estudantes e a realidade que lhes é apresentada, o que tende a produzir uma série de consequências emocionais e psicológicas.

Um dos desfechos desse cenário, tal como citado por E5, diz respeito a um ambiente de individualismo, principalmente em função de alegar ser um trabalho mais solitário.

Então essa individualidade da pesquisa é uma coisa que era já contrária ao meu crer, meu. Eu fiz o que deu, tentei esticar meus braços onde deu, mas de fato a gente tinha uma camisa de força bastante rígida em volta né? (E5, 2021)

7.6 FORMAS DE INTERNALIZAÇÃO DO CONTEXTO

7.6.1 Sofrimentos e percalços

Tal como observado no capítulo 5, partimos do pressuposto de que a saúde mental são os movimentos de preenchimento do *gap* entre o prescrito e o real da atividade. Logo, a saúde mental diz respeito à capacidade de inventar soluções alternativas frente ao sofrimento e tensões cotidianas. A saúde, sob essa perspectiva, é tratada como uma reorganização do organismo de forma dinâmica. É ter a capacidade de recalcular rotas, de traçar novos caminhos e se reconhecer nesses rumos tomados. É possuir autonomia para se posicionar frente ao mundo e não se portar apenas à deriva das situações. No entanto, a capacidade de sublimar, por vezes, é bastante dependente do coletivo em que uma pessoa é situada. Por conta disso, estabelecemos que a saúde mental é de responsabilidade individual, coletiva e da gestão do trabalho.

É imprescindível discutir as interfaces entre organização do trabalho e saúde do trabalhador. A organização do trabalho diz respeito à divisão do trabalho, ao conteúdo da tarefa, ao equilíbrio de poder estabelecido no cotidiano, às responsabilidades etc (DEJOURS, 2015). A organização do trabalho é, portanto, um conjunto de determinações que sustentam a atividade, além de ser fonte de criação de laços sociais produzidos na atividade. As formas de operação da organização no trabalho, bem como os padrões de relacionamentos criados entre hierarquias e pares, dispõem de um impacto direto no aparelho psíquico dos trabalhadores.

Segundo Dejours (1999), as ações elaboradas no trabalho com a finalidade de suprir as lacunas entre o prescrito e o real, e as vivências de prazer e sofrimento advindas dessas ações, dependem sobremaneira da organização do trabalho. Ambas as vivências são consideradas uma

consequência da combinação entre o sujeito (com seus desejos, simbolizações, necessidades físicas e psicológicas) e a convivência estabelecida a partir da organização de trabalho. A transformação do sofrimento em prazer é caracterizada pela engenhosidade e criatividade do trabalhador em conseguir contornar as situações de constrangimento e conquistar a superação sobre a resistência do real.

Todavia, essa transformação acontece apenas se houver condições propícias para o seu acontecimento. A transformação não depende apenas do sujeito que trabalha, mas sim da lógica coletiva instituída no trabalhar junto e do convívio estabelecido no real do trabalho. É a partir da realidade da organização de trabalho que é possível observar o grau de autonomia e possibilidade de diálogo que o sujeito possui para transformar esse sofrimento em prazer. A saúde está ligada a esse poder de negociação, que muitas vezes é negligenciado pelas organizações. O trabalho, a depender de suas formas estabelecidas no coletivo, pode estimular diversos sentidos na atividade do trabalhar, seja pela via da emancipação e da auto realização do sujeito, seja pela via da alienação, servidão voluntária e captura da subjetividade.

Mendes (2009) elucida sobre os perigos de uma organização do trabalho que entra em contradição com os princípios de saúde dos trabalhadores:

Quando impera a impossibilidade de negociação, tornam-se mais problemáticas a superação do sofrimento e a resistência dos trabalhadores. A evolução, frequência e características desse sofrimento mal enfrentado, com o passar do tempo, podem traduzir-se em comportamentos patológicos, como a violência no trabalho e as práticas do assédio moral. Nesse sentido, é necessário que o sofrimento provocado nos trabalhadores em decorrência das contradições da organização do trabalho seja desvelado, com o objetivo de identificar-se o mal que o gerou, à medida que foi disfarçado até o momento em que se transformou em sofrimento. (MENDES, 2009, p. 14)

Atendo-se à necessidade de nomeação do sofrimento, a presente seção visa desvelar os maiores empecilhos encontrados pelos pós-graduandos ao longo do seu percurso no Instituto. Dentre as descrições e falas captadas ao longo da coleta de dados, demos destaques a três elementos mais citados: o fator financeiro, a pressão vivenciada pelos estudantes, e a falta de suporte percebida ao longo do processo formativo.

A pressão vivenciada pelos estudantes deriva do excesso de esforços pela produtividade e excelência, localizada nos fatores intrínsecos à atividade acadêmica e ao clima como a atividade é desempenhada. Nesse aspecto, os estudantes relatam longas jornadas de atividades, aliadas a um clima de pressão constante. Nas palavras de Samara, estas características refletem em uma objetificação dos pós-graduandos, os quais são comumente tratados como máquinas.

Então eles enxergam a gente como máquinas que tem que produzir, produzir, produzir. Tem que fazer, fazer, fazer e que não quebram. Raríssimos os professores enxergam a gente de outra forma. É raro quando enxerga a gente como ser humano. (...) É uma cobrança absurda. Eles cobram que uma coisa que eu acho eu entendo, mas eu acho que não vale a cobrança. (SAMARA, 2021)

Beatriz também relata que existe um clima de cobrança e relata que a atividade acadêmica costuma ser integral, sobretudo nos finais de semana, característica que dificulta a conciliação de lazer-trabalho. Relata também que observa como a rotina costuma ser naturalizada, no entanto, hoje em dia não a considera mais como normal.

Tem uma cobrança, assim, quase que de trabalho integral, sabe? Tem vezes até que o final de semana é uma loucura, e agora que eu não estou lá, parece que eu vejo mais, sabe? Que não é normal. Não é normal. Sabe? Trabalhar todo tempo e ser cobrada por isso. Porque uma coisa é você se dedicar. Eu quero trabalhar no final de semana. Eu vou lá, pego meu computador e trabalho em casa. Mas outra coisa é o seu orientador te mandar mensagem, sabe, o domingo de manhã, né? Perguntando: “olha, você pode me passar isso daqui?”. Eu... Não é normal. (BEATRIZ, 2021)

Dentro desse mesmo escopo, Beatriz traz algumas inseguranças se estaria realizando o trabalho com a devida qualidade que almejava.

A gente tem que fazer alguma coisa rápida, de qualidade, tem que publicar artigo, e então traz uma insegurança grande, assim, mas isso é mestrado, né? (BEATRIZ, 2021)

E5 também sinalizou que, por vezes, também compartilhou do mesmo sentimento,

É medo de incapacidade, é medo de não aceitação, é medo de subordinação. E tu fala: putz, você vai ter que ser subordinado, né? Vou ter que ser um escravo a isso, ao sistema, ao grupo, né? Será que é isso? Que é o que eles querem, né? Então são várias sensações, assim, bastante, bastante tristes, né? (E5, 2021)

Não só de vestimenta, mas de fala, de comportamento, de entrega, de coisas em dados, em artigos, ser os primeiros, as notas que tem que ser no nível A, senão você não tem direito a nada ali dentro. (PANTERA)

As preocupações de produtividade se mesclam com os fatores financeiros. Os estudantes, por vezes, vêm despendendo energias excessivas para a realização da atividade acadêmica. No entanto, não encontram retribuições materiais que contrabalanceiam ou fornecem fundamentos para a continuação da mesma. Alega-se que os pós-graduandos são

submetidos a situações que não deveriam vivenciar, levando em conta a instabilidade de bolsas e a perda aquisitiva.

O que é mais estressante é essa insegurança de não ter uma continuidade. E o mesmo motivo é que a gente tem família né? Tem que cuidar da família. Eu estou com 42 eu fiz agora em novembro 42. (...) Então essa insegurança né que tá fazendo a gente procurar outras coisas. A gente já não tem todos os direitos da CLT. Se você comparar os valores de bolsa com o mercado, já são mais baixos. Então, isso complica e muito. (JOHN, 2021)

Eu acho que uma das grandes questões são as desvalorizações financeiras. Eu acho que a gente, assim, passa por situações que a gente não merecia passar, sabe? E outra coisa que agrava essas situações, eu acho que eu vou sempre citar isso na nossa entrevista. É o fato do Inpe não ser uma universidade. Por que uma universidade está preparada para receber alunos. Então, ela tem política de permanência. (TONY, 2021)

Boa parte do contexto vivenciado pelos pós-graduandos diz respeito às bolsas de pesquisa, as quais vêm se tornando mais escassas ao longo do tempo. Tal como foi mencionado pelos pós-graduandos, os cortes das bolsas são elementos que passaram a compor a rotina dos mesmos nos últimos anos. Nesse sentido, ele é narrado como um elemento relevante, que possui certo destaque por ser um desencadeador de sofrimento para os pós-graduandos. A instabilidade e a fixação no futuro fazem com que uma zona de ansiedade seja instaurada, bem como condensa uma série de efeitos nefastos em relação ao contato no presente com a pesquisa.

Trouxe mais insegurança pra mim e para as pessoas que eu trabalho também, e isso me afeta, né? Insegurança de se no próximo mês... A gente passou por isso, né? Se o próximo mês vão cortar as bolsas, se vai ter dinheiro pra gente comprar os reagentes que precisa ainda para pesquisa. Isso traz muita insegurança. (BEATRIZ, 2021)

O contexto gera, nos pós-graduandos, um medo constante pela perda do lugar, assim como o receio pelo futuro de si mesmo e dos colegas. Traçando uma linha de raciocínio da representação da bolsa na vida de um pós-graduando, pode-se concluir que ela dispõe de dois eixos norteadores: um eixo representado pela condição material e o eixo simbólico. A primeira refere-se a contrapartida monetária como uma forma de suporte material para a realização das tarefas vinculadas à pesquisa, sendo também bastante enfatizada como um salário que é fruto da trajetória formativa do pesquisador, de utilidade técnica, social e econômica que discorre sobre o trabalho realizado no seu aproveitamento geral, sua valoração, sua serventia. Por outro

lado, tal reconhecimento proporcionado pela bolsa também impacta na própria identidade do pesquisador.

Nesse sentido, a bolsa atua como uma forma de reconhecimento, isto é, uma espécie de retribuição simbólica, por meio da qual os sujeitos veem sentido em suas ações, em suas trajetórias e na forma como realizam seu trabalho (LIMA, 2013). É uma forma de validação das ações desenvolvidas pelo sujeito. Essa validação pode dar sentido às experiências dolorosas, bem como expressar que experiências constrangedoras não foram em vão, haja vista que foram propiciadas condições relevantes para a transformação do sofrimento em prazer. Quando a mediação sociabilidade-subjetividade funciona por meio do trabalho, ele "toma uma forma específica de sublimação", caso contrário, há situações "anti-sublimação" que são "desfavoráveis à construção da identidade" (DEJOURS, 2004, p. 169). A falta de reconhecimento promovida nos cortes de bolsas pode desencadear uma série de dissonâncias entre o projeto de vida que o pós-graduando vislumbra e a realidade em que se encontram.

Tony, numa linha de raciocínio semelhante, infere que, por vezes, a atividade acadêmica é impregnada de pressões em decorrência da produtividade, tal qual estudado por Squissardi e Silva (2009). Contudo, as retribuições materiais e simbólicas que atuam como base para que o sentido se faça ressoar, muitas vezes, não são acompanhados nas rotinas dos estudantes. Tony ressalta que tais recursos vêm se tornando cada vez mais escassos e ressalta uma certa preocupação em relação às novas gerações que estão adentrando na vida acadêmica.

O pessoal também está super preocupado. Os laboratórios já estão meio sucateados. Já tem poucos, né? Alunos. E agora sem bolsa? Fica pior ainda, né? E a gente sabe que aqui no Brasil, o professor precisa de produção, né? Se ele não tem produção, ele não recebe por produção, ele perde contagem de pontos. (JOHN, 2021)

E5 também sinaliza a falta de reconhecimento.

Então, às vezes, a gente, às vezes não, a gente sempre via o quê? *Deadline, deadline, deadline*, cobrança, cobrança, cobrança, Você fala, beleza, mas cadê o *feedback*? Cadê o apoio para você tá me dando essa cobrança? Então, a gente tinha um descompasso muito grande entre a cobrança e *feedback*, né? E aquele suporte técnico, um suporte social muito grande assim. Então... (E5, 2021)

A falta de apoio social e didático, nas palavras de Beatriz, gera uma dúvida constante.

A maior dificuldade que eu tenho hoje mesmo é fazer ciência de qualidade, sabe? Porque eu acho que de todas as experiências que eu tive até hoje em vários projetos, a gente não tem essa certeza de que está fazendo ciência de verdade, sabe? (BEATRIZ, 2021)

A falta de apoio social e didático também aparece como um elemento impeditivo para que os estudantes alcancem rotas alternativas e saudáveis para si mesmos. Os pós-graduandos relatam que existe um alinhamento cultural entre aprendizado e sofrimento.

Então, se quer ser pesquisadora, a gente tem que aprender que deve trabalhar com a dor, sabe? (PANTERA, 2021)

É, e eles acham que parte do sofrimento é parte da aprendizagem. E eu acho extremamente abusivo, abusivo esse pensamento. “Ah, porque tem que aprender, tem que sofrer para poder aprender, faz parte da aprendizagem”. “Eu passei por isso, você aprende assim”

Então, a gente, eu procuro fazer da melhor forma possível, tendo meio que ignorar as coisas que os problemas né? E fazer o que é necessário. (SAMARA, 2021)

Primeiro foi política interna e essa política ... quando eu falo política, eu quero dizer da forma como você interage, como a equipe de docentes ou ao menos ditos docentes. Reforço isso porque eu não considero alguns necessariamente docentes, com aquela palavrinha professor. São grandes pesquisadores, são grandes profissionais, são grandes conhecedores do assunto, mas eu não sei se a palavra professor caberia necessariamente. Então, pode ser um ponto delicado aí. (E5, 2021)

Os estudantes sinalizam que o sentimento de desamparo é tratado como uma condição necessária para o aprendizado. Muitos dos estudantes se vangloriam por ter capacidade suficiente de realizar seus trabalhos por conta própria. Relata-se que tal característica é passada de geração em geração, o que vem garantindo com que uma cultura que admite a sintonia direta entre aprendizado e sofrimento seja perpetuada.

A partir dos relatos dos pós-graduandos, constatamos que a conjuntura de incertezas advindas do subfinanciamento na ciência e tecnologia tem desencadeado uma desestabilização quanto a suas experiências na rotina acadêmica. Segundo relatos, os pós-graduandos, por vezes, se veem num cenário de incertezas frente às adversidades atuais.

7.6.2 Absorção das demandas

A presente seção se trata de uma continuação dos aspectos relacionados ao sofrimento vivenciado pelos pós-graduandos. Nosso objetivo é elucidar como, entre todos os aspectos citados anteriormente, os pós-graduandos internalizam tal contexto, juntamente com as formas práticas que encontram para lidar com o contexto da atividade acadêmica. Buscamos tratar, na

presente seção, de que forma os estudantes internalizam as demandas e as formas como lançam mão de estratégias para lidar com o contexto estabelecidos nos últimos itens. Dentre elas, destacamos as falas mais evidenciadas: a auto cobrança, a extensificação de jornadas e as dificuldades de conciliação lazer-trabalho.

Iniciaremos a seção com uma fala bastante emblemática de Samara onde ela discorre sobre a sua relação com o seu orientador, bem como a necessidade que ela sente de provar que não é uma impostora. Durante a entrevista, ela retratou que o acompanhamento das suas produções pelo seu orientador não era realizado durante o processo de desenvolvimento, mas sobretudo no final da atividade. De acordo com Samara, isso implicou na situação de ter que reescrever o seu trabalho 12 vezes. Juntamente a isso, a falta de acompanhamento do processo fez com que Samara internalizasse que ela não era suficiente.

Mais à frente, Samara também relatou que desenvolveu *burnout* ao longo deste processo. O desenvolvimento da síndrome será maior abordado na seção posterior, no entanto, ressaltamos a responsabilidade do docente e da gestão do trabalho como um todo ao longo de um processo de trabalho de qualquer natureza.

Mas aí eu fui segurando um mês, dois meses, no terceiro mês com o “faz e refaz, não tá suficiente”, “faz, refaz, não está suficiente”, você não é suficiente. (SAMARA, 2021)

Eu quero que vejam que eu sou boa, que eu não sou a impostora da síndrome da impostora, quero que o meu orientador olhe e não tenha nada para falar. (SAMARA, 2021)

Tony traz à tona a concepção de uma pressão interna que, por vezes, atua de forma velada onde os próprios trabalhadores atuam como os próprios capatazes em relação à sua produtividade. A fala de Tony pode ser associada ao imperativo de progressão desenvolvido por Gaulejac (2007). Ele fornece a ideia de que o sujeito sempre tem que estar em modo operatório de evolução, isto é, estar fazendo algo produtivo recorrentemente.

Logo, num cenário de múltiplos estímulos e grande disrupção, os sujeitos introjetam a ideia de que devem estar sempre correndo, como se não tivessem parado. Nesse contexto, o descansar, os momentos de parada, são interpretados como sinônimos de morte social, onde o sentimento de culpa é constante: culpa por descansar, culpa por não estar produzindo, culpa pelo ócio etc.

Mas é uma pressão velada, não é alguma coisa assim, é uma pressão. Eu acho que quando você fala de pressão, a pressão que eu sempre vou falar, no meu caso, é muito mais pessoal. É cobrança de mim. Eu sou a pessoa que mais se cobra; de mim para mim mesmo do que realmente uma pressão externa. E isso não parte do meu orientador.

Meu orientador nunca, que eles brincam que quer cobrar o boneco né? Porque eu brinco que a gente tem um acordo que é: ele não fala da minha dissertação e ele não me pergunta. Então é uma cobrança pessoal, minha. Uma cobrança que não vem dele, muito menos da pós. (TONY, 2021)

Eu não sei com você, mas é um sentimento que eu tenho um sentimento de culpa muito presente. Culpa por estar descansando, culpa por não estar trabalhando. Então é culpa/cobrança é muito forte o tempo inteiro, então, hoje é domingo, mas eu estou com uma amostra no *freezer* para rodar, entendeu? (TONY, 2021)

Eu tinha autonomia para escolher meu horário, entendeu? Mas eu tinha vergonha de não cumprir o horário que todo mundo estava fazendo, né? Às vezes eu tinha vergonha de ir embora mais cedo, mas eu acho que é uma coisa minha, entendeu? Que eu lidei e que eu estou melhorando pra... Estou melhorando. Ainda tenho isso ainda. Então, eu não me dou autonomia, sabe? Eu não me dou, mas eu tenho sim, lá eu tenho. (BEATRIZ, 2021)

Associado à fala de Tony, Samara também relata que se observa em situações que tem que forçar momentos de descanso.

Final de semana um pouquinho menos, mas durante a semana eram 12 horas fácil por dia. Antes do *burnout*, normal, assim, sem pressão. Final de semana era 6, 7. E eu me forçava descansar no sábado, aí no domingo eu já pegava. (SAMARA, 2021)

Geralmente, isso ocorre contra a sua própria vontade por conta do vício de continuar trabalhando. Ela narra o trabalho acadêmico como um vício. Essa característica também se repete em pesquisas com docentes. Squissardi e Silva (2009) já haviam observado modos que a instância do trabalho invadia e capturava a vida privada dos docentes, ao mesmo passo que se observou certa sedução pela rotina e pelo vício no trabalho, o que fazia com que o tempo ocioso se tornasse intolerável. Tal como foi mencionado por Sampaio (2019), algumas características do trabalho docente se replicam para os pós-graduandos, sendo eles bastante absorvidos pelas dinâmicas docentes e do *modus operandi* das instituições educacionais.

Porque mesmo entendendo que não faz bem mesmo entendendo que eu vou quebrar, mesmo entendendo que todas as coisas ruins, é ... eu quero fazer. Eu acho que eu vício, só pode. (SAMARA, 2021)

Também é mencionado por Samara a questão da dificuldade da separação entre lazer-trabalho. Ela conta que, por vezes, os pós-graduandos identificam a atividade acadêmica como um lazer, o que não considera natural, sobretudo depois do desencadeamento de *burnout* que desenvolveu ao longo do processo de doutoramento.

Não consegue, porque o lazer para gente é a pós-graduação. E aí, quando a gente cansa, no meu caso foi o *burnout* em específico, eu tive que perceber que não era lazer. Eu tive que achar outras formas de lazer, não é diversão. (SAMARA, 2021)

Beatriz também menciona a auto cobrança, acompanhada da dificuldade de impor limites sobre um ponto de parada de suas atividades acadêmicas, de modo que outras instâncias da sua vida sejam respeitadas. Ela relata que existe uma angústia em decorrência do não fazer a atividade, bem como a dificuldade de deixá-la para depois. Ela cita um clima ruim que, por vezes, é originado de uma sensação interna; um clima de que não está fazendo o suficiente.

Eu acho que faltava um pouco de eu saber os meus limites, sabe? De colocar isso, né? Mas eu tenho outras colegas que fazem isso, sabe? Que elas sabem colocar limites e mesmo assim é muito complicado, sabe? Porque você fala que você, ah, não posso fazer isso agora. Eu falo comigo. Outro dia eu te entrego, né? Mas fica um clima de como se você não tivesse fazendo, sabe? Então, é horrível. (BEATRIZ, 2021)

Percival relata que observa três grandes grupos no Instituto. O primeiro, no qual ele se inclui, consegue respeitar as outras instâncias da vida. Nesse grupo, Percival relata que as pessoas não fazem grandes sacrifícios, respeitando o sono e hábitos mais saudáveis. Ao mesmo passo, também é ressaltado o preço disso, haja vista que Percival é o único participante da amostra que foi reprovado no exame de qualificação. Em momento posterior, também cita os grupos que fazem sacrifícios esporadicamente e, por último, tem-se os grupos que não medem sacrifícios para manter um grau de excelência. Nesse grupo, alguns elementos são mencionados: privação de sono, privação social, hábitos alimentares não saudáveis.

1/3 da pós em meteorologia sabe se cuidar, leva e encara a pós a sério, mas não faz sacrifícios abusivos, no caso, não passa a semana sem dormir, se alimenta direito. O outro terço que dá uma escapadinha, vez ou outra, vira a madrugada. E tem outro grupo que vira direto, se tiver que passar um tempo de sacrifícios, de isolamento, de ficar sem dormir, eu vou ficar porque o meu orientador tá pedindo. (PERCIVAL, 2021)

Percival considera que se enquadra no primeiro grupo. Contudo, é importante ressaltar que ele reprovou na fase de qualificação e foi desligado do programa. Atualmente, ele atua como bolsista de projeto no Instituto.

Mas algumas das pessoas aqui colocam o Inpe como a NASA brasileira, então qualquer coisa é aceitável para estar em um padrão de excelência. Então sacrifícios e já falo assim “não, não importa o nível de excelência”, tu não podes sacrificar toda sua condição mental, saúde física mesmo. (PERCIVAL, 2021)

A menção de Percival em relação ao terceiro grupo se enquadra na forma como Tony descreveu o seu cotidiano. Também foram mencionadas as dificuldades de manter hábitos alimentares regulares ou saudáveis, necessitando de algum estímulo externo para fazer alguma intervenção.

Então, assim, 14 horas por dia, assim, na minha proposta, eu entrei numa onda de trabalhar seguidamente que se não fosse meu irmão vir aqui na minha casa cozinhar para mim, era o período que às vezes eu passava o dia inteiro comendo uma tapioca. (TONY, 2021)

No geral, o pós-graduando ressalta que gasta em média 14 horas por dia trabalhando. Relata também que, recentemente, conseguiu autorização para ir ao Inpe nos finais de semana para realizar experimentos. *“E aí, assim, agora consegui autorização para trabalhar no final de semana. Então, estou indo de segunda a segunda”* (TONY). Pantera também citou que é *“Coisa normal de quem faz pós-graduação. Não existe horário”*. Essa característica também é mencionada por Estela:

Depois que você entra com doutorado, não tem sábado ou domingo, feriado, não tem essas coisas, né? Uma segunda pode ser o feriado, mas no domingo pode ser uma segunda. Não tem muita regra, né? Se eu voltar mesmo em agosto do trancamento, eu estou prevendo que vai ser mais difícil do que a primeira parte. (ESTELA, 2021)

Então, a gente tem que exercer mais ainda o foco e a capacidade de trabalhar e ficar acordada até de madrugada, porque senão não vai rolar. (ESTELA, 2021)

Tony questiona a si mesmo se alguma vez já teve algum quadro de *burnout*, no entanto, observa que ainda dispõe de muito sentido na realidade que realiza. Ou seja, apesar das condições, ele consegue vislumbrar uma auto realização constante. No entanto, se sente mais entristecido em relação à contrapartida do seu esforço, haja vista que, independentemente do esforço percorrido, o resultado no final do mês é o valor da bolsa que, por si só, está em

exponencial desvalorização. Ele cita alguns problemas osteomusculares que desenvolveu ao longo da vida, acompanhada da necessidade de acompanhamento psicológico. No entanto, ressalta que o valor da bolsa não consegue suprir tais necessidades materiais e de reconhecimento.

Mas assim você vendo da sua capacidade, você viu o que você tá produzindo, você sabe que o que você está produzindo é diferenciado, que não tem no Brasil e em pouquíssimos lugares do mundo. Mas, ao mesmo tempo, você está olhando na sua conta tá caindo R\$ 1500. (TONY, 2021)

Ainda sobre as dificuldades monetárias, Percival faz uma alusão à diminuição dos recursos e da qualidade de vida dos estudantes. Além disso, ele faz uma relação direta entre a queda dos recursos e o aumento da sobrecarga, haja vista o maior imperativo de provar que o seu trabalho é de qualidade. Essa questão da provação também é mencionada por John nos itens anteriores. Portanto, carrega-se a percepção de que quanto menor a disposição de recursos, maior o nível de comprovação de excelência.

Quanto menor o recurso, menor a qualidade de vida. A cabeça vai mais pro inferno. Sobrecarga aumenta e o tempo se mantém, o estresse vem junto. Então é uma série de fatores que, é eu não consigo computar, assim, se parar pra pensar e botar na ponta do lápis. Eu não consigo te dizer o tanto que afeta. (PERCIVAL, 2021)

Dentre as estratégias de enfrentamento citadas pelos entrevistados, é bastante citado o apoio entre os pares.

Eu te diria que a minha estratégia, como a de todo mundo, é se apoiar com os colegas e chorar em casa sozinha. Não tem muito o que fazer. A gente não tem outro. Quem tem dinheiro, paga psicólogo. Quem tem plano de saúde, vai no psicólogo, né? Eu, como eu não tinha tempo, porque tem um outro detalhe também. Às vezes você até tem o dinheiro, como eu tinha pra poder ir ao psicólogo, tinha plano e tal. (PANTERA, 2021)

Uma coisa que eu sinto é muito forte aqui que eu nunca tinha sentido é um senso de comunidade muito forte nos alunos. Isso é, assim, é surreal assim. Até arrepia de falar, porque, as pessoas, elas são extremamente solícitas. E que o senso de comunidade aqui é muito forte; as pessoas respeitam muito; as pessoas se admiram muito; as pessoas se gostam muito. Eu acho que todo mundo se vê um pouco no próximo sabe? Então, eu sei o quanto eu sofri, eu sei quanto que eu penei e eu não quero que as pessoas passem pelo mesmo. (TONY, 2021)

Nessa perspectiva, podemos fazer uma alusão à potência do coletivo do trabalho. O coletivo de trabalho é uma “prática de construção comum de regras de trabalho, de acordos normativos técnicos e éticos entre os trabalhadores sobre as maneiras de trabalhar, os modos operatórios utilizados e as preferências de cada trabalhador. (LIMA, 2013, p. 93). Ele possui uma potência na tomada de consciência acerca da organização de trabalho, indagando-a e estabelecendo novos rumos e ajustamentos nos modos operatórios de trabalho que dizem respeito às reais necessidades do grupo.

O coletivo de trabalho, portanto, para além do estabelecimento de um grupo de trabalho, diz respeito a uma deontologia do fazer que torna possível “a combinação da ordem pulsional com o interesse coletivo (DEJOURS, 2012, p. 112). Contudo, observamos que a referência do coletivo utilizada pelos pós-graduandos está mais ancorada ao apoio dos pares do que na transformação do contexto, dos modos de gestão e avaliação do trabalho.

Por fim, para fecharmos a seção das formas como os pós-graduandos absorvem o contexto, retomaremos os principais significados que os pesquisadores atribuem como um propósito e que fizeram com que a trajetória acadêmica fosse traçada. Recapitulamos quais foram os sentidos que moveram os pós-graduandos até o presente momento. O sentido, dessa forma, foi tratado como um conjunto de representações que guiam e operam diretamente na manutenção da saúde dos estudantes. Entendemos que a atribuição de sentido é firmada à medida que o trabalhador entra em contato com a atividade, isto é, a sua construção acontece, sobretudo, no viver junto e no cotidiano da atividade. Juntamente a isso, objetivamos vislumbrar os planos futuros dos pós-graduandos, haja vista a conjuntura atual.

A presente seção também retoma algumas questões: As dores do ofício do pesquisador, historicamente construídas e suportadas cotidianamente (COSTA, NOBEL, 2018; SGUISSARDI, SILVA JÚNIOR, 2009), têm sido contrabalanceadas com os respectivos prazeres? Prazeres estes que, por seu turno, fortalecem a percepção de sentido quanto à atividade realizada. E, por fim, quais são os sentidos de ser pós-graduando nos dias atuais? Está ocorrendo uma resignificação da pós-graduação a partir dos enlaces entre política e vivências no ambiente acadêmico? Quais os caminhos possíveis que os pós-graduando estão encontrando para que o desejo de ser pesquisador continue operando?

Samara, tal como citado nos resumos das entrevistas, atribui o sentido de ser pesquisadora ao propósito de inspirar pessoas. Ao inspirar, ela consegue levantar poeira, movimentar saberes até então não descobertos, atuar diretamente sobre ações criativas.

Na minha cabeça, na minha cabeça veio uma palavra só que é inspirar. Mudar também as coisas. Não é ajeitadinho, é levantar a poeira ... mas acho que é essencialmente você falar muito é isso. Acima de tudo é inspirar. (SAMARA, 2021)

Contudo, ela ressalta que a sua busca de sentido não está planejada para ser continuada no Instituto, sobretudo em função dos modos operatórios que ela se deparou. Ela relata, ademais, que existe um sentimento coletivo de que as pessoas não aguentam se manter no Instituto por muito tempo. Isso é acompanhado pelo fato de que as pessoas não estão suportando o ambiente de pressão extrema, o que impacta diretamente no desejo de não voltar ao Instituto.

Mas eu quero por mim também porque aí vem uma questão aqui que também está sendo discutida: que todo pós-graduando já ouviu falando, quase o tempo todo de “eu não aguento mais o Inpe”, “eu preciso sair do INPE”, “eu não consigo ficar mais nem um dia aqui”. Muita gente não está mais aguentando, não consegue mais lidar com pressão, com essas coisas e quer sair. Não quero nem saber e desiste de pesquisa, desiste de estar na pesquisa por causa disso. (SAMARA, 2021)

Apesar dos relatos, Samara ainda ambiciona seguir a carreira acadêmica. Nas palavras de Samara, ela ainda enxerga a “luz no fim do túnel sobre isso”; no entanto, declara que está “em estado de exaustão em relação a esse tipo de tratamento”, o qual não considera “justo”.

Independente disso, eu vou ficar na pesquisa, eu vou dar aula; um desses dois têm que acontecer na minha vida para criação de inspiração. A inspiração é a palavra que me guia e eu quero inspirar outras pessoas. (SAMARA, 2021)

Samara descreve que, um trajeto considerado a ser traçado, principalmente no curto prazo, é realizar algum projeto fora do país.

A fuga de cérebros, eu acredito que agora ela tá mais acentuada que nunca. Antes mesmo da pandemia já estava vendo essa fuga de cérebros, já estava sentindo uma intensidade maior na fuga de cérebros. Agora provavelmente vai se intensificar. Eu sou uma das pessoas que iria, e a coisa que mais doeu em mim assim de foi um amigo meu que foi para fora e falou: “eu não queria ir para fora, eu queria ficar no Brasil para poder fazer as coisas no Brasil. Mas de fora eu consigo ajudar mais do que se eu tivesse dentro”. Que de fora ele consegue fazer artigo com a gente e ele consegue colocar a universidade para pagar artigo. De fora, ele consegue chamar a gente para fazer o trabalho com ele e dar suporte financeiro para as pesquisas. (SAMARA, 2021)

Tony foi considerado um dos entrevistados que mais despende energia para se manter nos padrões de excelência do Instituto. O sentido carregado por Tony deriva da sua curiosidade. Característica que, por seu turno, ele carrega desde criança.

Eu sempre fui uma criança muito curiosa e eu já entrei em contato com a pesquisa. Eu acho que, assim, ser pesquisador para mim é ter que lidar com a minha própria necessidade de curiosidade que eu tenho desde criança. Eu sinto que dentro da pesquisa, eu acho que a pesquisa é muito dinâmica e a pesquisa não te dá espaço para você enjoar. Eu sou um tipo de pessoa que acaba enjoando muito rápido de atividades. Principalmente quando são atividades que não me desafiam. E a pesquisa é uma coisa que tá desafiando literalmente o tempo inteiro, o tempo inteiro. O tempo inteiro você tá tendo que aprender. O tempo inteiro você está sendo desafiado. Então acho que ser pesquisador é sanar a minha curiosidade e sempre estar tentando buscar a melhor versão de mim. Sempre estar me empurrando pra sempre buscar a melhor versão de mim. É um ambiente que sempre te faz refletir, sempre te faz pensar. Então acho que ser pesquisador para mim é isso. (TONY, 2021)

Contudo, identificamos a partir de suas descrições que existe um *gap* entre o trabalho desempenhado e as contrapartidas de reconhecimento material e relacional. Por vezes, Tony se intitulou como um “*filho abandonado*” pelo seu orientador, indicando *déficits* no tocante às ações de reconhecimento. Também foi salientado que as energias despendidas não são devidamente compensadas pelas questões monetárias advindas da bolsa, o que faz com que Tony não tenha condições de suprir gastos médicos, por exemplo. Pondera que, para que a chama da curiosidade continue acesa, ele vislumbra sair do país. A saída atua como um pré-requisito para que ele continue na pesquisa e consiga alcançar uma maior qualidade de vida.

Vejo hoje como é como uma condicional para minha permanência na pesquisa, tipo seguir meu caminho fora do Brasil. Eu acho que sim, eu acho que além de uma vontade ela, hoje, é uma necessidade para preservar a minha saúde para que eu consiga realmente me concentrar na pesquisa durante os quatro anos; pra que eu não precisar ficar me preocupando quando eu vou conseguir pagar o aluguel ou se no ano seguinte vai ter uma inflação de 40% no GPM. (TONY, 2021)

Beatriz, ao ser perguntada sobre quais são os sentidos que ela carrega na atividade da pesquisa, respondeu que ainda está “aprendendo, o que é ser pesquisador”. Contudo, assim como Tony e Samara, também vislumbra a saída do país. Também foi mencionado por Beatriz o desejo de encontrar uma maior estabilidade e “*conseguir alguma vaga como professor*”. Estela, até então, nunca havia almejado sair do país. Contudo, haja vista a conjuntura, alega que

“agora tenho a pretensão de sair do Brasil”. Ela também possui a pretensão de unir à docência com algum trabalho na indústria, justamente por se intitular como uma pessoa “multitarefa”.

E5 também não se vê seguindo algum trajeto que se desvincilar totalmente da docência. “*Eu gosto de ensinar, gosto de aprender, de participar*”. Além disso, E5 atribui o significado de ser pesquisador como algo imensurável. “*O significado social é imensurável*”. Em suma, o pós-graduando almeja uma continuação da carreira acadêmica tendo em vista estas características que julga possuir. Ele observa que “*oportunidades internacionais*” estão aparecendo ultimamente, sobretudo em relação a projetos que ele já se encontra vinculado.

Pantera já se encontra com data marcada para realizar pesquisas fora do país. Embora pretendesse continuar no Brasil, ela e o orientador dizem não ver outra alternativa.

Bom, eu vim com o objetivo de acabar fazendo pesquisa numa Universidade Federal, mas não vou conseguir isso, porque eu estou indo lá pra fora. E aí eu vou trabalhar com uma universidade lá, como pesquisadora, então vou dar aula, né? E acaba sendo triste, porque o Brasil investiu nove anos em mim e quando a gente tá pronto pra fazer alguma coisa pra retribuir, não tem. A gente tem que ir embora. Que o pessoal lá fora adora pegar a gente, porque a gente tá pronto. E eles não gastaram nada. Até o professor que é responsável pela minha bolsa, ele falou: olha, infelizmente a gente não sabe o que fazer. (PANTERA, 2021)

Em suma, ficou evidenciado que seis dos oito entrevistados vislumbram a sua continuação de carreira fora do país. Isso representa que 75% dos entrevistados atendem às expectativas das chamadas fugas de cérebros, termo criado para descrever o fenômeno de sujeitos altamente qualificados que migram de país com intuito de garantir melhores condições de trabalho e reconhecimento.

A segunda parcela dos pós-graduandos no tocante aos projetos futuros são concentrados em John e Percival. Segundo os entrevistados, a intenção é inserir-se no mercado de trabalho. Percival relata que, à priori, sua intenção é “*ir equilibrando na corda bamba*”. Ele vislumbra algumas oportunidades na indústria, contudo, lida com dificuldades de possuir um currículo muito acadêmico. Ele relata que por conta de apresentar um currículo altamente qualificado e com baixo histórico operacional, existem dificuldades de empregabilidade. Por conta disso, também não descarta totalmente a ideia de continuar como bolsista no Inpe.

Numa linha semelhante, por conta da instabilidade vivenciada, John relata que está se “*planejando já para começar a procurar emprego em outro lugar né, distribuir currículo para conseguir alguma coisa melhor*”. Para este grupo em específico, entendemos que o título é

interpretado como uma escada para o mercado de trabalho, ainda que as dificuldades de hiper qualificação estejam mapeadas.

7.6.3 As particularidades do público feminino na academia

A presente seção objetiva focar nas particularidades descritas por mulheres no tocante ao período de pós-graduação no Instituto. Entendemos que por muito tempo os espaços de produção de conhecimento foram ocupados exclusivamente pelo público masculino, o que tende a produzir um conjunto de violências implícitas no tocante a presença e expansão do público feminino nestes espaços (ALMEIDA, ZANELLO, 2022). A partir das entrevistas, foi possível captar alguns formatos pelos quais estes tipos de violência são manifestados. Durante a etapa dos questionários, evidenciamos que o índice de satisfação na atividade acadêmica era inferior no tocante ao público feminino, o que torna necessário um maior aprofundamento deste público.

Nesse mesmo segmento, gostaríamos de iniciar a exposição com uma das falas de Pantera. Ela descreve uma situação em que perdeu uma prova e o docente não queria fornecer uma segunda chance. Após um período de insistência, o docente relatou que daria o direito à prova com a condição de que a pós-graduanda ficasse cerca de três horas na portaria contando quantas mulheres passariam por lá. Pantera já sabia do número reduzido de mulheres no Instituto, contudo, naquele dia, não conseguiu avistar nenhuma mulher passando. Após três horas, o professor retornou à portaria para verificar o quantitativo. Ao ser sinalizado por Pantera que nenhuma mulher havia passado, o docente inferiu que Pantera deveria voltar para a sua cidade, alegando que a pesquisa não foi feita para mulheres.

A gente sabe que não tem muita mulher no INPE, o setor de sensoriamento remoto, então. E falando de professoras concursadas, acho que você tem cinco professoras no máximo. Mas você ainda vê bastante aluno ainda, né? E aquele dia, cara, eu comecei... O acordo nosso era de eu ficar das 7 às 9, mais ou menos, da noite. Era um pouquinho antes das 9, ele chegou do meu lado, viu e falou bem assim: “e aí, não teve mulher passando aqui na sua porta?” Aí eu: “não, não tinha.” “Aí eu falei pra você. Então, isso prova que você deve voltar, aquela coisa toda.” (PANTERA, 2021)

Segundo Pantera, caso abordássemos todas as estudantes pós-graduandas no Instituto, “todas vão falar que já sofreram abuso psicológico” de alguma forma. Diz respeito a um tipo de abuso psicológico que diz que, de alguma forma, o público feminino não pertence àquele

lugar. As implicações também se direcionaram a tipos de vestimenta: “*eu tinha alguns professores no mestrado que eram bem antigos, então eles se implicavam até com roupa, cor de roupa, tamanho de brinco*”. Segundo ela, “*como se fosse colocar uma corrente, assim, bem rápido*”.

De acordo com algumas das respondentes, as discrepâncias da tratativa entre público masculino e feminino já se inicia na entrada do programa de pós-graduação. Já no período do processo seletivo, Beatriz conta que foi perguntada sobre o possível desejo de ter filhos, haja vista que ela tinha acabado de se casar. Ela relata que esse questionamento também foi feito para outras colegas. Nas palavras dela, esse processo já delimitou que a maternidade atuaria como um impeditivo para que ela continuasse na pós-graduação. Em função disso, ela internalizou a ideia de que não seria viável ter filhos na pós-graduação.

Mas quando eu fiz a entrevista do mestrado para entrar no INPE e depois também na qualificação, eles me questionaram se eu tinha casado recentemente, se eu iria ter filhos, sabe? Eu achei isso bem chato, assim, bem chato mesmo. Porque independente de ter filho ou não, né? Eu ia me comprometer. Eu já sou comprometida aí, tipo, me sobrecarregando. Então, eu achei bem chato mesmo. Eu lembro que foi uma coisa que eu, com outras colegas mulheres, assim, a gente ficou bem chateada por ser questionada, sabe? Sobre isso. (BEATRIZ, 2021)

Não acontece com outros colegas que não são mulheres. Então, isso foi um... Ainda é um problema pra mim, né? Eu acho que eu não posso ter filhos durante a pós-graduação. Então eu quero, é um dos meus planos aí pro futuro ter filhos, se eu puder. (BEATRIZ, 2021)

A única participante da nossa amostra que é mãe é a Estela. Até o momento da entrevista, Estela estava em processo de trancamento de matrícula, justamente por conta das dificuldades de conciliação entre maternidade-trabalho-doutorado.

Depois disso, eu parei de fazer tudo. Eu não estava conseguindo fazer mais nada. Eu não pego no meu doutorado desde setembro do ano passado. E aí conversei com meu orientador sobre isso, ele me entendeu completamente, falou: olha, para, mas não espera muito tempo não. Depois você tenta voltar rápido pra não desanimar. (ESTELA, 2021)

É muito difícil. Ainda mais no meu caso, que meu filho demanda muita atenção. Eu não consigo trabalhar enquanto ele estiver comigo. Quando ele está comigo, eu tenho que ficar só por conta dele. E é um tempo, assim, que a gente precisa ter muita paciência. Então, olha, não sei uma palavra pra descrever. Ser doutoranda, trabalhadora, né? Amar trabalhar como eu amo e ser mãe, assim. Mas a creche me salva, o pai dele me salva também. (ESTELA, 2021)

O único incômodo é mesmo lidar com o meu trabalho, que eu amo. Não vou conseguir parar de trabalhar pra me dedicar totalmente ao doutorado. Até pelo dinheiro, né? Que não... O doutorando ganha muito pouco, eu não consigo mais viver com isso. É.... Lidar com as demandas do meu filho, que está pequeno agora. E é isso. Essa dificuldade de lidar com várias coisas ao mesmo tempo. Essa é a dificuldade do doutorado. (PANTERA, 2021)

Nas palavras das três entrevistadas, encontramos elementos em que a pós-graduação, dentre as suas formas de funcionamento, não permite com que as instâncias pessoais assumam prioridade. Diante disso, a partir dos relatos das entrevistadas, tornam-se recorrentes os momentos de desistência da pós-graduação em virtude da maternidade.

Então, sim, mas as que eram alunas ali, que acabaram engravidando, elas desistiram. Justamente porque acaba sendo forçada, digamos assim, a fazer isso. E mesmo aquelas que não desistem, né? (PANTERA, 2021)

Ainda tem uma pressão, assim, de ser mulher e esposa, né? Então, ainda tinha crise, quando eu falava com meu orientador. Olha, eu não falava sobre isso, mas ainda tinha isso. Ó, estou separando. E aí? Né? Mas a pós-graduação não quer saber isso, né? A gente tem que lidar com isso sozinha. Então, é difícil, tá? A minha sorte é que a minha mente é muito multitarefa. Eu consigo lidar com várias coisas ao mesmo tempo. Só que mesmo pra mim está sendo difícil. Então, eu estou com medo de não... Esses meses não foram suficientes para trancar o trancamento. Eu estou morrendo de medo disso. (ESTELA, 2021)

Todas as minhas colegas da pós-graduação não têm filhos e tem uma bolsista PCI que tem filhos, mas ela parece que tem que deixar de lado, sabe? Não se tem um clima que parece que não pode ser prioridade, sabe? A vida, a sua família não pode ser sua prioridade. É a pesquisa que tem que ser a prioridade. (BEATRIZ, 2021)

Depois de mães, voltam a pensar e não conseguem ficar muito tempo, porque daí elas não conseguem enviar a produção igual da gente. (...) Que não tem que chegar em casa e cuidar de criança, e aí fica aquela pressão do tipo, não porque fulana também é mulher, e aí acaba que elas desistem. (PANTERA, 2021)

Pantera também relata preconceitos referentes a fatores regionais,

Pessoas que vêm do Norte, do Nordeste também acabam sendo bem esculachadas. Então, é complicado. Se a gente não tomar conta, a gente acaba saindo com essa cultura também internalizada. E aí fica difícil,

né? A gente não deveria falar pro nosso colega que ele tá reclamando demais e que vai piorar, né? (PANTERA, 2021)

A partir dos relatos, podemos inferir que o Instituto ainda atua como um ambiente desigual e intimidador para o público feminino, o que faz com que essas características impliquem no grau de satisfação e identificação do público com o Instituto. As características citadas podem encontrar desfechos em maiores níveis de insegurança para mulheres que ocupam este espaço. Além disso, a indisposição de recursos atua como dificultador, haja vista a disposição de infraestrutura que opere sobre tais particularidades. Dentre elas, destacamos: fraldários, creches, procedimentos administrativos etc.

7.7 PROCESSOS DE SAÚDE E ADOECIMENTO

Tal como mencionado nos capítulos e itens anteriores, partimos da perspectiva de que as formas de sofrimento e os respectivos processos de adoecimentos dos pós-graduandos não derivam de características individuais. Ou seja, mais do que características pessoais, os índices de adoecimentos são demonstrações coletivas dos modos de vida que se encontram em condição de precarização e que, por vezes, são catalisados pelos programas de pós-graduação. Logo, enfatizamos que tais processos estão diretamente fixados nas maneiras como são gerenciadas as atividades acadêmicas. De acordo com Dejours (1996)

Há organizações do trabalho que são muito perigosas para o funcionamento mental e outras que não o são, ou que são menos perigosas. Particularmente, as organizações do trabalho perigosas são as que atacam o funcionamento mental, ou seja, o desejo do trabalhador. Quando se ataca o desejo do trabalhador, e há organizações que são terríveis porque atingem diretamente isso, provocam-se não somente perturbações, mas também sofrimentos e, eventualmente, doenças mentais e físicas. (DEJOURS, 1996, p. 10)

No caso da presente pesquisa, de acordo com a fase do questionário, cerca de 70% dos respondentes alegaram sensação de sobrecarga, alteração do sono, dúvida sobre a capacidade de fazer tarefas e dificuldades de concentração e memória. Acompanhado a isso, identificamos que o uso de psicotrópicos pelos estudantes (27%) se encontra acima da média da população geral. Estes números já indicam um quadro preocupante. Na presente fase, foi catalogado que dos 8 participantes da pesquisa, 6 relataram desenvolver algum problema físico ou psíquico que, por seu turno, consideram que a vida acadêmica possuiu participação. Esses números representam 75% dos entrevistados.

Também ressaltamos que não é nossa intenção realizar uma análise do estado físico e emocional dos entrevistados, mas principalmente apresentar menções e evidenciar possíveis desdobramentos do processo desencadeado pelo contexto da pós-graduação. Para tanto buscamos expor os relatos dos pós-graduandos um por vez.

Samara desenvolveu *burnout* durante a sua estadia na pós-graduação. Identificamos que, a partir de suas falas, que ela já apresentava sintomas de ansiedade e, por fim, foi diagnosticada com TDAH. Contudo, ela relata que boa parcela do desencadeamento da *burnout* aconteceu por conta da sua relação com o seu orientador e a forma como a sua pesquisa e produções estavam sendo desenvolvidas.

Eu sempre fui ansiosa, mas na pós eu desenvolvi *burnout*. Eu estou tratando, quer dizer, estou uma linha tênue entre estou tratando ou já estou tratando. Desenvolvi *Burnout* e, durante a questão do desenvolvimento de *burnout*, eu me descobri com TDAH, que já me deixa uma pessoa mais ansiosa que pessoas normais. Eu ... como é que eu lido como isso? Eu nem sei como é que eu lido com isso. Eu estou pensando aqui para tentar colocar em palavras. (SAMARA, 2021)

Samara relata que o desencadeamento se deu em grande medida por conta do gerenciamento do trabalho. O relato de Samara sobre o gerenciamento do trabalho possui bastante relação com o discurso flexível. Nas palavras de Samara, o controle e apoio do orientador sobre o seu trabalho se situa apenas no início e no final do processo. Não se acompanhava o processo de escrita, bem como os percalços, dos recursos ou a falta deles. Esperava-se que Samara escrevesse todo o artigo para que, enfim, ele tivesse uma validação final do orientador. Essa forma de funcionamento fez com que Samara reescrevesse seu texto 12 vezes, o que, de acordo com a pós-graduanda, fez com que a experiência da produção adquirisse um caráter desastroso.

Eu não aguentava mais trabalhar, eu não aguentava mais refazer as mesmas coisas. Eu tive que refazer o meu processamento 12 vezes, 12 vezes porque ele não ficou satisfeito. Estou reescrevendo o meu texto pela terceira vez. Escrevendo tudo. (SAMARA, 2021)

Nesse processo, ocorreu uma quebra de expectativa entre os recursos relacionais que a pós-graduanda tinha e o que lhe era esperado. “*Faz, não está suficiente. Faz, não está suficiente...Você não é suficiente*”. Essa última informação não foi dita pelo seu orientador, mas identificamos que ela diz respeito à forma como Samara internalizou a sua identidade diante desse contexto. Internalizou-se a visão de que ela não era suficiente. Desde então, ela lida com problemas de autoestima e indaga frequentemente para a sua psicóloga se é uma impostora.

E a sensação de que nada que a gente faz o suficiente. É constante. É um lugar de excelência. Para ela conseguir manter a cabeça boa e não ter crise de ansiedade, não achar que eu trabalho tá uma bosta (desculpa a palavra, mas), ela tem que ser muito forte. (SAMARA, 2021)

Nas palavras da estudante, o sentimento de incompletude e a sensação de que não está fazendo o suficiente é constante. Ela estende esta percepção para a vivência de outros pós-graduandos, inferindo que se trata de um sintoma coletivo, sendo compartilhado, em maior ou menor grau, por todos os pós-graduandos.

Eu acho que eu não conheço no Inpe quem não tenha quebrado em algum momento e eu acho isso muito triste. O aluno que não quebrou, o aluno que não teve uma crise de ansiedade que não pensou em desistir, que não ficou se perguntando se não era suficiente, que não se sentirá inútil, que se sentia burro. (SAMARA, 2021)

John comenta que apresentou quadro de insônia e ansiedade, sobretudo nos últimos meses em que a instabilidade das bolsas se tornou um evento mais recorrente. Segundo ele, o atraso das bolsas tem se tornado cada vez mais comum na rotina dos bolsistas, o que é colocado como uma forte fonte de preocupação, haja vista que ele possui uma família para sustentar.

Eu já tive insônia, um pouco de ansiedade, principalmente na época que estava com atraso da bolsa. As contas acumulando e com os problemas pessoais, foi virando uma bola de neve, né? A preocupação só aumentava. Então, isso já tive sim. Principalmente nos últimos meses. (JOHN, 2021)

Tony relata dores crônicas de cabeça e, principalmente, quadros de insônia constante. O quadro de insônia é o sintoma que mais nos salta aos olhos. Já observamos nos últimos itens que ele já se utiliza de uma intensificação da jornada acadêmica e acompanhamos que ele apresenta um grau de auto cobrança considerável. Logo, o imperativo pelo “mais trabalho” impregna, até mesmo, os seus sonhos, fazendo com que ele se levante no meio da madrugada e trabalhe até atingir o limite físico.

O momento da defesa da proposta foi extremamente traumático para mim, sabe? Eu tive dores nas costas crônicas, tipo assim, crônica de não conseguir pegar uma meia no chão. Crise de ansiedade de acordar e dormir uma hora da manhã e acordar 4:30, sei lá, com algum pesadelo que tinha chegado minha ... ou ansioso de não conseguir esperar o dia seguinte e sentar para sentar e levantar às 4:30 da manhã e sentar no computador para continuar trabalhando, até literalmente não consegui enxergar mais as telas, a tela e tipo chegar realmente limite físico. (TONY, 2021)

Os problemas referentes ao sono também são comentados por Pantera que, ao longo do seu percurso na pós-graduação, por vezes, tinha que fazer uso de medicamentos para conseguir dormir.

É normal a pessoa ter que tomar Rivotril pra dormir, porque ela não consegue mais dormir, que ela chega em casa com alguma coisa e aquela ansiedade ali batendo no teto e tem de tomar remédio e tal. (PANTERA, 2021)

Ao mesmo passo em que citou uma dependência de remédios para dormir, diz que também recorreu de forma frequente a energéticos para se manter produtiva, o que desencadeou uma série de problemas de saúde, tais como: problemas gastrointestinais e obesidade. A pós-graduanda citou que, no mesmo período, também desenvolveu um forte quadro de depressão. Logo, os remédios, nas suas palavras, a deixavam mais devagar, o que a levava ao uso de mais energéticos, num ciclo quase vicioso.

É. Então é muita Coca-Cola com energético. Eu engordei bastante por conta disso. Até eu conheci o termogênico, que me ajudou um pouco. Mas aí, o INPE acabou dando muito tiro de ansiedade em mim. E a ansiedade, ela foi se transformando em generalizada, e aí depois desenvolveu depressão. E aí, nesse decorrer de doenças, eu fui tomando medicações bem pesadas. Então, era bem complicado. E ter que estudar, ter que tomar medicação e manter acordada, né? Estava certo, né? Deu certo. Mas não foi fácil pra mim, nem como para outras pessoas, que não são poucas, que a gente conhece ali dentro do INPE, que passam pelo mesmo processo, né? (PANTERA, 2021)

Percival relatou que, no processo da pós-graduação, alegou que em decorrência das situações de estresse, conseguiu identificar mudanças no seu humor, tornando-se mais impaciente e desempenhando uma comunicação mais hostil com as pessoas que estavam à sua volta.

Estresse de maneira geral, ele altera muito o meu humor, muito mesmo. Tendo a ficar agressivo, na fala, não fisicamente. Mas eu começo a esbravejar muito. Ah, não chega a se gritar palavras de ordem, mas ofensiva, assim. E intestinal também. (PERCIVAL, 2021)

Ainda no tocante aos distúrbios intestinais, eles são citados tanto por Percival quanto por Pantera. Eles mencionam que existe um fenômeno no Instituto em que ou as pessoas esquecem de comer por conta da rotina corrida, ou os pós-graduandos se utilizam de uma dieta pouco saudável: alimentos de fácil acesso com alto teor de gordura, sódio e colesterol etc. De

acordo com Pantera, alimentos embutidos, por exemplo, se tornam mais fáceis de serem levados para o Instituto, haja vista que geralmente não há lugar para armazenamento.

Parece que se você olhar bem aí no INPE outras pessoas ficam muito plenamente magras ou elas são bem gordinhas. Porque como elas não têm, como eu te disse, uma boa alimentação, elas não têm esse tempo, elas não têm tempo nem pra fazer atividade física, porque é uma troca por outra, você acaba deixando a sua saúde de lado. (PANTERA, 2021)

Beatriz também relatou que apresentou quadros de ansiedade ao longo do mestrado. Ela remete o quadro a múltiplos fatores e, entre eles, faz menção ao mestrado e à sua suposta dificuldade de impor limites para si mesma. Desde então, ela realiza acompanhamento psicológico e, atualmente, diagnóstica que consegue lidar com isso de uma forma mais saudável.

Eu tinha ansiedade sim. Acho que eu ainda tenho, né? Eu acho que ela não sai muito da gente não, mas eu cheguei a tomar remédio durante o mestrado. Eu fui a uma psiquiatra, né? Porque eu não estava aguentando, assim, estava com aqueles pensamentos acelerados e tal, eu acho que foi... Foram várias coisas. Não foi só o INPE, sabe? Mas com certeza o INPE contribuiu sim. (BEATRIZ, 2021)

Estela alega que não consegue identificar que sofreu alguma descompensação ao longo do processo de doutoramento. Ela remete isso a uma flexibilização por parte de seu orientador, visto que ela não é bolsista. Ela entende que, por vezes, existe uma maior pressão de produtividade para os bolsistas.

Estou sofrendo menos pressão, então doutorado não. Não tive nenhum problema. Não que eu tenha consciência ainda. Mas talvez no final surge alguma coisa, mas até agora não. Um motivo é que eu não estou tendo pressão. (ESTELA, 2021)

O meu orientador, eu sinto que ele me cobra menos do que cobra... A gente tem um grupo no WhatsApp, tudo... E ele manda, né? Ah, quero conversar com cada um, não sei o que. Mas eu sinto que comigo, ele não me pressiona tanto não. Eu não me sinto pressionada por ele, por produtividade, não. (ESTELA, 2021)

A fala de Estela corrobora com o dado captado da fase dos questionários, que diz respeito à sinalização de que pós-graduandos bolsistas absorvem com mais fervor as pressões externas em detrimento dos demais grupos não-bolsistas.

Em suma, os processos de saúde-adoecimento dos pós-graduandos, tal como apontado inicialmente, estão ancorados nas formas de vida contemporâneas e nos modos de gestão da atividade; e seus sofrimentos, estresse e adoecimentos, são engendrados por situações institucionais, sociais e psicossociais nas quais imperam a auto cobrança, a servidão e o sequestro de subjetividades em prol do “mais trabalho” (DAL ROSSO, 2008). Nesse contexto, impera, ademais, a necessidade de provar ao externo que é suficiente pela via de indicadores quantofrênicos, sobretudo em um ambiente de desvalorização. São elementos que atuam como dificultadores para a produção do conhecimento científico e à manutenção da saúde e da esperança.

Segundo Canguilhem (2002, p. 151) “o que caracteriza a saúde é a capacidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir novas normas em situações novas”. Dentro da luta diária pela saúde, o alto índice de adoecimento da classe também evidencia o alerta de que existe algo na normalidade social/sociabilidade que não cabe no fazer singular/coletivo. A doença emerge num contexto em que o corpo transborda e súplica por novas normatividades que sejam ordenadas por modos de vida socialmente e politicamente qualificados.

7.8 ANÁLISE INTEGRADORA DOS RESULTADOS

Com base na análise documental e entrevistas, tornou-se possível validar com maior profundidade algumas características do Instituto. Dentre elas, ressaltamos: a heteronomia desenvolvida pelo Instituto ao longo de toda a sua trajetória e, conseqüentemente, a cultura de captação de recursos próprios e dos chamados “projetos por fora”. A articulação entre os sistemas avaliativos e o sistema de financiamento fortaleceu a presença da heteronomia nos espaços de produção de conhecimento.

A avaliação passou a ser um dispositivo de controle e regulação do sistema da pós-graduação, que faz surgir determinadas formas de controle/exclusão que buscam, incessantemente, nomear o subfinanciamento como um fenômeno fatalístico, ou melhor, implacável de ser contornado. Conseqüentemente, há uma intensificação da competitividade entre programas (SANTANA, 2018; BIANCHETTI e VALLE, 2014; SGUISSARDI, 2006). Juntas, tais características impactam sobremaneira nas formas como os estudantes observam e realizam as suas produções, haja vista que o grau de pressão (interna e externa) quanto aos quantitativos de produção e excelência aumentam consideravelmente.

Nesse sentido, houve um acordo de que o financiamento possui relação com o aumento da demanda entre estudantes, sobretudo quando levamos em conta a competição entre programas de pós-graduação. É nítido o descontentamento dos estudantes em relação às decisões políticas dos últimos anos, contudo, verificamos nos relatos que os pós-graduandos ainda não possuem consciência mais crítica sobre o financiamento e o processo de mercantilização das pesquisas, o que faz com que ocorra uma naturalização das desigualdades, fazendo com que eles atuem como cúmplices do próprio sistema de servidão.

Essa maneira de organização desenvolvida no Instituto é reprodutora do controle e da intensificação do trabalho (DAL ROSSO, 2008). Os pós-graduandos internalizam os imperativos, mesmo que em alguns momentos sejam relatadas algumas estranhezas, e aceitam as “penosidades do trabalho” (LINHART, 2011). Podemos verificar que a mentalidade desenvolvida pelos pós-graduandos é consonante aos pactos de resignação entrelaçados no mundo do trabalho. Nesse sentido, podemos lançar mão das palavras de Druck (1996) quando a autora cita que o regime flexível e suas respectivas características tendem a ocultar as responsabilidades sociais e acaba por naturalizar os fatos sociais.

Assim, no bojo desses movimentos, podemos observar uma forma de dominação tipicamente sutil, evidenciada pelo fato de que ocorre uma simbiose entre os desejos da organização quantofrênica (GAULEJAC, 2007) aos desejos dos sujeitos. Os anseios da organização passam a ser, de forma forjada, confundidos com os desejos do próprio sujeito (SELIGMANN SILVA, 2011). O imperativo de recursos próprios é recorrentemente relatado como um privilégio e não como uma forma de mercantilização da pesquisa que induz à segregação e intensificação de forma recorrente.

Dessa forma, a luminosidade sobre a desresponsabilização do Estado frente ao orçamento é drasticamente desviada para o imperativo de captação de recursos próprios e suas derivações, fazendo com que haja uma introjeção do homem empresarial que, por seu turno, governa a si próprio e busca constantemente “*dar o melhor de si mesmo*”, tal como ressaltado por Tony em um dos momentos da entrevista. (DARDOT, LAVAL, 2016)

Apesar dos diferentes perfis entrevistados na presente pesquisa, foi possível captar algumas semelhanças nos seus discursos. Uma delas diz respeito à necessidade de ser visto, ser reconhecido e, por fim, ultrapassar os limites até então alcançados. Tal como dito por Gaulejac (2007), nos encontramos em uma conjuntura na qual a estagnação e os momentos de descanso são vistos como sinônimos de morte social. Logo, a necessidade de descanso se mescla com a culpa constante pela perda do lugar e do imaginário produtivo. É necessário ser multitarefas,

colocar-se à prova constantemente e provar novas versões melhores de si mesmo. Esse movimento é tratado como um vício, ainda que os pós-graduandos sintam estranhamentos do quanto isso não é natural e até mesmo patológico para as suas vidas.

A partir dos relatos dos pós-graduandos, não foram captados uma relação entre o quadro de financiamento e o aumento de competitividade entre os estudantes, sobretudo no tocante às relações interpessoais. Ao longo das entrevistas, é dito que a dificuldade orçamentária atuou como um mecanismo de união e solidariedade entre os pós-graduandos. Prova disso é a construção da Associação de Bolsistas, Pós-Graduandos e Pós-Graduados do INPE, movimento de estudantes criado inicialmente em função do *déficit* de bolsas. No entanto, existem contradições.

Tal como foi mencionado nas respostas do questionário, a maioria dos estudantes concorda que pode contar com o apoio dos pares. O apoio e o reconhecimento dos pares são mencionados como uma das linhas de escape mais citadas pelos entrevistados frente às adversidades da categoria. No entanto, nos mesmos relatos são apontadas contradições quanto ao apoio dos pares, haja vista a pouca autonomia para transformação das condições de trabalho por via do coletivo dos pós-graduandos. Nesse sentido, o apoio fica bastante pautado nas premissas mais individualizadas de consolo e amparo frente aos conflitos diários, o que é considerada uma forma limitada de emancipação.

Para que ocorra de fato essa reapropriação de sentidos sobre o trabalho, é primordial o reconhecimento das dinâmicas coletivas envolvidas nesse processo. Dejours (1999) afirma que a saúde-doença de uma pessoa depende muito de seus colegas. Nossa capacidade de resistir ou de ficar doente está intimamente relacionada também à qualidade das relações de trabalho.

Dejours (1999) estabelece que as dinâmicas de reconhecimento são uma fonte primordial de transformação de sofrimento em prazer no trabalho. O reconhecimento é tratado como um elemento que fornece sentido às vivências, ou seja, ele age como um elemento compensador dos percalços e dificuldades enfrentadas, assim como alimenta a identidade dos sujeitos em relação à sua maneira singular de realização do trabalho. Aqui destacamos, pois, o reconhecimento pelos pares. Ele é talvez o mais importante, visto que significa o fazer singular do estudante, seus procedimentos próprios de realização, bem como de sua originalidade.

Assim, em contraposição aos relatos dos pós-graduandos, ao longo das entrevistas também existem relatos que remetem a uma individualidade entre estudantes, sobretudo em decorrência da falta de tempo de trocas e horários conflitantes. Isso causa, conseqüentemente, um isolamento entre eles. Diante do posto, as disposições citadas nos permitem inferir que o

apoio entre os estudantes citado dispõe de fragilidades visíveis, o que produz uma desarmonização entre o discurso dos estudantes e a prática concreta.

Outra particularidade identificada em ambas as análises diz respeito a uma certa negação ao estudo. Isso foi observado tanto na análise histórica no tocante aos momentos de questionamento da existência da pós-graduação, quanto nos relatos dos pós-graduandos de que, por vezes, o Inpe é composto por grandes pesquisadores que, no entanto, não são exemplos de docentes.

Essa característica tende a reforçar ainda mais a premissa de que o estudo é retratado como um trabalho e está presente tanto no nosso entendimento quanto nos relatos dos pós-graduandos. O Instituto é frequentemente tratado como uma organização; os orientadores são frequentemente tratados como chefes; os pós-graduandos são tratados como “*mineiros*”, tal como mencionado por Samara; ou “*secretários*”, tal como citado por Percival. Tendo em vista a conjuntura citada, o aprendizado é retratado como fonte de sofrimento. Existe uma naturalização permeada pelo aprender “na raça”, sem a devido apoio pedagógico e sistematização de conteúdos. Os pós-graduandos parecem perceber que, diante da cultura vigente, o ensino-aprendizagem talvez não seja a prioridade, mas sim o trabalho desempenhado.

Isso também coaduna com a citação de Mancebo, Silva Júnior (2016), quando os autores retratam a internalização institucional de aspectos relacionados às condições macroeconômicas, a mercantilização e as respectivas desigualdades desencadeadas nesse processo. Os autores entram em consenso de que o desenvolvimento, combinado e desigual, do capitalismo em escala mundial e de predominância financeira também introduziu a mercantilização na produção e na disseminação do conhecimento.

Dessa forma, os imperativos imediatos, de curto prazo, tomam lugar em detrimento das questões de longo prazo, podendo causar, inclusive, o sofrimento ético (DEJOURS, 2012) citado nas falas de Beatriz, quando a participante relata que possui dúvidas se está produzindo ciência de qualidade. Tendo em vista as fragilidades pedagógicas, somado ao imperativo de intensificação, a ciência acaba se transformando em uma escrava da utilidade e do produtivismo (BOURDIEU, 2004).

A partir da tríade metodológica, conseguimos identificar que o quadro insuficiente de financiamento no Inpe pode reverberar na vivência dos estudantes de duas formas. A primeira delas deriva de forma mais direta e incide sobremaneira nas bolsas, considerado elemento que fornece subsídio ao suprimento de condições básicas dos estudantes. Há um entendimento compartilhado entre os pós-graduandos de que a bolsa é salário, assim como existe uma

percepção geral de que à medida que o tempo passa, elas vêm se tornando mais escassas, o que tem gerado uma série de desdobramentos: sensação de instabilidade, desamparo, ansiedade pela situação futura etc.

Tanto no questionário quanto na fase das entrevistas foi sinalizado que o quadro de financiamento se encontra em decréscimo, o que tem interferido na rotina de todos os agentes presentes no Instituto. Foi sinalizado, em ambas as etapas, inseguranças diante do corte de bolsas, juntamente com reações desfavoráveis à saúde dos estudantes. Ademais, os estudantes também fazem uma relação entre a indisposição de recursos e a sobrecarga, haja vista que foram relatados desvios de função, onde os estudantes têm de atuar na manutenção de equipamentos, por exemplo.

A segunda face demonstrada pela insuficiência de recursos possui tons de sutileza e desfaçatez, haja vista que os sujeitos da pesquisa não percebem os impactos indiretos do déficit dos recursos, bem como atuam como cúmplices da mercantilização haja vista a naturalidade como a cultura dos “projetos por fora” é relatada. A cultura dos “projetos por fora” deriva do imperativo dos recursos próprios e, conseqüentemente, tende a sentenciar uma desigualdade de acesso de materiais entre os programas no Instituto. Ela imobiliza medidas efetivas contra o sucateamento e cria a ilusão de que os agentes não se esforçaram o suficiente para tal.

A cultura dos projetos por fora também promove, tal como dito anteriormente, a apropriação do público pelas vias privadas, haja vista o uso restrito de materiais para um nicho específico de pessoas. Nicho de pessoas que, por seu turno, conquistaram tais materiais por vias meritocráticas. Essa conjuntura se assemelha ao que Behár (2019) discorre sobre discurso meritocrático e ao subsequente sequestro da subjetividade. O discurso meritocrático se mistura com o discurso de excelência contínua, eixos atuantes na produção de danos à saúde mental.

Existe um controle manipulatório sobre os sujeitos que tenta subjugar a subjetividade dos pós-graduandos aos interesses da gestão. Todos os sujeitos que destoam de uma dinâmica frenética e de ritmo acelerado, tendem a perder o acesso e território nos seus próprios ambientes laborais. Os docentes e estudantes que não dispõem de uma gestão de si para captação de recursos, vão ser condenados a olhar os melhores equipamentos do lado de fora da sala e, por fim, fazer “*Frankensteins*” das máquinas que são disponibilizadas para o público geral.

Quanto menores forem os recursos, maior a necessidade de colocar-se a prova, de provar o seu valor. Nesse sentido, a falta de recursos atua como um mecanismo de desafio constante e de estar em constante atravessamento dos limites físicos e psicológicos. Esta é uma sintomatologia que foi bastante apresentada nos relatos dos pós-graduandos e que tem bastante

sintonia com os modos de precarização da vida cotidiana e dos adoecimentos relacionados ao neoliberalismo.

Busca-se pessoas abertas ao sacrifício e à renúncia, que almejem incessantemente o sucesso profissional, que consigam equilibrar sentimentos de pertencimento e de devoção incondicional a uma empresa com uma postura de indiferença e de naturalidade frente às situações de ruptura de vínculos empregatícios. (MANCEBO, 2013, p. 203)

Os relatos derivam de uma existência que é moldada em função das características organizacionais contemporâneas, engendradas no discurso flexível. Nesse sentido, os sujeitos tornam-se sujeitos obcecados por provar o seu valor, o que condiz com o que Safatle (2015) discorre sobre a lógica do medo como um afeto político.

O medo como afeto político, por exemplo, tende a construir a imagem da sociedade como corpo tendencialmente paranoico, preso a lógica securitária de que deve se imunizar contra toda a violência que coloca em risco o princípio unitário da vida social. (SAFATLE, 2015, p. 20)

Na etapa dos questionários, foi computado que os pós-graduandos dispõem de uma carga horária de trabalho igual ou superior a um trabalhador convencional, apresentando, inclusive, jornadas de trabalho nos finais de semana e período de férias. Ao longo das entrevistas, também foram observados relatos referentes à extensificação de jornadas, apresentando relatos de até mesmo 14 horas diárias de trabalho.

Em suma, é criado um ciclo de devoção incondicional que deriva do desejo de provação. Para que isso aconteça, são necessários os sacrifícios e as renúncias ao lazer e às demais instâncias da vida. O trabalho acadêmico, portanto, é interiorizado como o próprio lazer. Os momentos de descanso, bem como os momentos de parada, são interpretados de forma inconsciente como uma morte social, produzindo uma submissão livremente consentida (GAULEJAC, 2007).

O vício e a relação simbiótica com o trabalho também são citados na pesquisa de Squissardi e Silva (2009), característica que nos faz pensar no fato de que esses aspectos podem ser vivenciados por diversos agentes que compõem estes espaços. Em ambos tempos (questionário e entrevistas), também identificamos um maior grau de pressão laboral por parte dos bolsistas em detrimento dos não-bolsistas.

A conjuntura de precarização objetiva e subjetiva culmina em descompensações físicas e psíquicas nos pós-graduandos, o que tem afetado de forma significativa grande parte da nossa

amostra. Assim, diante de uma fragilização do coletivo e das relações humanas, o sofrimento patogênico não tem encontrado formas sublimatórias para obter um redirecionamento para a criatividade e transformação de condições desfavoráveis. Sem tais possibilidades, o desfecho final desse sofrimento é a maior probabilidade de adoecimento (DEJOURS, 2012). Nos questionários, 27% dos participantes começaram a fazer uso de medicamentos psicotrópicos após inserção na pós-graduação. Somado a isso, 6 dos 8 participantes da fase das entrevistas relataram algum tipo de desgaste físico ou psíquico durante a estadia na pós-graduação.

Tanto os resultados do questionário quanto os desfechos das entrevistas direcionaram para uma confluência em relação aos diferentes modos de experimentação de acordo com grupos distintos. Tal como mencionado anteriormente, os níveis de insatisfação foram considerados maiores em mulheres (negras e brancas) em detrimento dos homens (também negros e brancos).

Na fase das entrevistas, pois, pudemos averiguar com maior profundidade como estes conflitos aparecem para o público feminino: menção implícita e explícita de que elas não fazem parte do contexto acadêmico; conflitos relacionados à maternidade; desconfiança por parte da academia quando as mulheres decidem se casar etc. Todos os relatos nos remeteram a uma conjuntura de violência simbólica historicizada, permeada por relações de poder, que impactam sobremaneira nos níveis de insatisfação do público feminino, bem como torna os caminhos para este público mais sinuoso e difícil.

Tanto nos questionários como nas entrevistas foi observado que, por vezes, existe uma quebra entre a expectativa dos pós-graduandos e os recursos materiais e relacionais que lhe são apresentados. Boa parcela dessa quebra gira em torno das questões orçamentárias e se mescla com o aumento da carga de trabalho, questões relacionadas ao poder e assédio moral e à pressão por produtividade científica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou investigar as influências das atuais políticas de financiamento em ciência e tecnologia no trabalho acadêmico e na saúde de pesquisadores estudantes de pós-graduação. Nesse sentido, buscamos contextualizar as políticas de financiamento em ciência e tecnologia no âmbito federal nos últimos 5 anos, onde pôde ser verificada a subtração dos recursos destinados à C&T, bem como elucidadas as concepções de Estado engendradas nesse contexto.

Juntamente com a análise mais ampla da situação de subfinanciamento no país, também foi realizada uma análise preliminar de dados objetivos e documentais em relação à historicidade do Inpe e seus modos de consolidação frente a eventos adversos de subtração de recursos financeiros. Dentre as linhas de escape captadas frente a condições adversas, enfatizamos a heteronomia desenvolvida pelo Instituto, haja vista as parcerias e subjugação que garantiram uma maior perenidade. Juntamente com a heteronomia, também foram destacados o discurso meritocrático e de excelência, considerados elementos condutores do imperativo de “mais trabalho” (DAL ROSSO, 2008), bem como da perpetuação de um circuito de afetos e práticas de submissão a partir de estruturas de poder e ideologias neoliberais.

Nesse sentido, há uma consolidação de ações com intuito de manter a autoconservação, a emergência de sobrevivência e o cálculo econômico pautado pelos aspectos quantofrênicos e de produtividade. Isso tende a produzir um estranhamento e adoecimento dos estudantes em relação à sua atividade.

Em segundo momento, buscamos analisar as possíveis influências das políticas de financiamento e suas demandas na organização do trabalho de pós-graduandos no Inpe, mapeando possíveis riscos psicossociais e investigar as mudanças e cortes nas políticas de financiamento e outras variáveis que passam a influenciar a saúde mental e atribuição de sentido ao trabalho acadêmico. Para que ambos os objetivos fossem sanados, foram sistematizadas e analisadas as questões do questionário, respondido por uma amostra de 99 pós-graduandos, localizados em quatro programas do Instituto. A partir da análise do questionário, foram estabelecidos critérios de seleção de pós-graduandos para a realização de 10 entrevistas semiestruturadas. É importante ressaltar que, em decorrência das dificuldades da pesquisa, foram alcançadas apenas 8 pessoas.

Os critérios de seleção da amostra de entrevistas se deram a partir do desejo de alcance de uma representatividade correspondente ao público alcançado na fase dos questionários. As

entrevistas foram analisadas e, conseqüentemente, foram estabelecidas categorizações de análise de seus conteúdos. Ao final, discorremos sobre uma análise integralizadora dos resultados, caracterizada pela síntese ao final do último capítulo do trabalho.

Como resultado da presente pesquisa, ficou demonstrado que a conjuntura de financiamento em ciência e tecnologia tem atuado, de forma direta e indireta, como um fator indutor de sociabilidade produtiva e de intensificação do trabalho acadêmico. Assim, tal conjuntura é canalizada pelas instituições promotoras de conhecimento, o que impacta diretamente no seu modo de organização do trabalho, em específico, no Inpe. O funcionamento da organização atua diretamente no funcionamento psíquico dos pós-graduandos. Essa relação entre o modo de organização e os sujeitos acaba por causar influências na elaboração simbólica dos pós-graduandos quanto à sua identidade e sentido (JÚNIOR, 2009; FERREIRA, 2007).

O processo de subjetivação está relacionado com as condições macroeconômicas sob mediações. Tal conjuntura produz nos sujeitos uma sensação de condição de sobrevivência e provação diária, tal como citado em muitos relatos dos pós-graduandos. A afirmativa corrobora com Mancebo (2013, p. 205) quando a autora alega que os sujeitos “vivenciam um intenso movimento de desestabilização e de perda de território nos seus ambientes laborais, o que facilmente pode se converter em um perigoso e preocupante processo de alienação e de sofrimento no trabalho.”

Nesse sentido, as questões de financiamento atuam como um mecanismo de regulação para a instauração de sujeitos auto disciplinados, onde os momentos de parada são frequentemente acompanhados de culpa constante. Este contexto, permeado pelo mundo e trabalho e canalizado pelas instituições promotoras de conhecimento, tende a ser internalizado pelos pós-graduandos, juntamente com todos os agentes envolvidos no espaço (docentes, técnicos administrativos etc). Ademais, eles tendem a acarretar um conjunto de sintomas e adoecimentos de uma grande parcela dos pós-graduandos, tal como comprovado tanto na fase dos questionários quanto nos relatos nas entrevistas.

Identificamos que as questões de financiamento se mesclam às demais problemáticas e questões que permeiam as vivências dos pós-graduandos. Nelas destacamos: as questões de poder e assédio moral envolto no modo de sociabilidade do Instituto, os modos de violência historicizados (machismo a xenofobia) e o produtivismo acadêmico.

Como limitações da pesquisa, constatamos que não foi possível dar a devida profundidade à questão dos projetos futuros dos pós-graduandos, característica que, por seu

turno, identificamos como uma fragilidade do estudo. Nesse sentido, ponderamos que a temática pode ser identificada como uma oportunidade em estudos futuros.

Referências:

ALMEIDA, Maria. CLT 70 anos: "**Carteira era usada pela polícia para definir quem era vagabundo**". Disponível em: <http://economia.ig.com.br/2013-04-30/clt-70-anos-carteira-era-usada-pela-policia-para-definir-quem-era-vagabundo.html>. Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos; ZANELLO, Valeska. **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino- americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022.

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. **Revista Tempo**, Niterói/RJ, v9, n. 18, Jan./Jun. 5005.

ANASTASIO, Ovejero Bernal. **Psicologia do Trabalho em um mundo globalização: como enfrentar o assédio psicológico e estresse no trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ANDES. Neoliberalismo e Política de C&T no Brasil: Um balanço crítico (1995-2016). **Cadernos ANDES**, Brasília (DF), 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e a concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1977.

BARRADAS, Mary Suely Souza. **Capital como Droga, Trabalho como Vício: subjetividade, euforia e depressão na pós-modernidade**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BIANCHETTI, Lucídio, VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, 22(82), 89-110, 2014. Acesso em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO NETO, A. M. “Reféns da produtividade” sobre a produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação. **30ª Reunião da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) - Anais de evento, grupo de trabalho 09**, 2007. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT09-3503--Int.pdf>

BIONDI, Pedro. Alvo de Bolsonaro, Inpe é palco de disputas entre civis e militares desde a ditadura. **Brasil de fato**, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/18/a-disputa-entre-objetivos-civis-e-militares-por-dentro-do-inpe-e-do-programa-espacial/>. Acesso em: ago. 2021.

BOTHALLO, Ana. Cientistas relatam atraso no pagamento e falta de compromisso do governo. **Amazonas atual**, 2021. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/cientistas-relatam-atraso-no-pagamento-e-falta-de-compromisso-do-governo/>. Acesso em: out. 2021.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019**. Altera o texto permanente da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e dá outras providências. Senado Federal: Brasília, 2019.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 187, de 2019**. Institui reserva de lei complementar para criar fundos públicos e extingue aqueles que não forem ratificados até o final do segundo exercício financeiro subsequente à promulgação desta Emenda Constitucional, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2019.

BRASIL, **Proposta de Emenda à Constituição nº 188, de 2019**. Altera arts. 6º, 18, 20, 29-A, 37, 39, 48, 62, 68, 71, 74, 84, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 184, 198, 208, 212, 213 e 239 da Constituição Federal e os arts. 35, 107, 109 e 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 135-A, 163-A, 164-A, 167-A, 167-B, 168-A e 245-A; acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os arts. 91-A, 115, 116 e 117; revoga dispositivos constitucionais e legais e dá outras providências. Brasília: Senado Federal,

BRASIL. **PEC 438/2018, de 8 de agosto de 2018**. Altera os arts. 37; 167, III; 168 e 239 da Constituição Federal e acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os arts. 36-B e 115, para conter o crescimento das despesas obrigatórias, regulamentar a regra de ouro, instituir plano de revisão das despesas, e dar outras providências. Brasília: Senado Federal, 2018.

CÂMARA, Gilberto. A pesquisa espacial no Brasil: 50 anos de Inpe (1961-2011). **Revista USP**. n. 89. São Paulo Mar./May, 2011. Disponível em: http://rusp.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892011000200016. Acesso em: ago. 2021.

CANGUILHEN, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. **Estudos avançados**. 10 (26). Abr, 1996.

CASEMIRO, Poliana. Inpe suspende atividades de 107 pesquisadores por falta de verba. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2021/02/03/inpe-suspende-atividades-de-107-pesquisadores-por-falta-de-verba.ghtml>. Acesso em: jun. 2021.

CGEE. **Brasil: mestres e doutores 2019**. Brasília- DF, 2020. Disponível em: **Erro! A referência de hiperlink não é válida**. em: 07 abr. 2021.

CEPA USP. **Átomos para paz.** Disponível em: <http://www.cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo4A/nuclear/atomopaz.html>. Acesso em: ago. 2021.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, No 24, 2003.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; REIS, Luiz Fernando; Guimarães, André Rodrigues. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. **Acta Scientiarum**, v. 40(1), e. 37668, 2018.

CHESNAIS, François. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Cemarx, 2003.

CLOT, Yves. O ofício como operador de saúde. **Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho**, v. 16, n. sep 1, p. 1-11, 2013.

CLOT, Yves. **Trabalho e poder de agir.** Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

COLADO, El. Capitalismo académico y globalización: la universidad reinventada. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 84, p. 1059-1067, setembro 2003.

COSTA, Everton Garcia; NEBEL, Letícia. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. **Polis - Revista Latinoamericana**, nº 50, 2018, p. 207-227.

COSTA, Sérgio Henrique. Sentido do Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira *et al* (orgs). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho.** Curitiba: Jorua, 2013.

CROSS, Di; THOMSON, Simon; SIBCLAIR, Alexandra. **Research in Brazil: A report for CAPES by Clarivate Analytics.** Clarivate Analytics, 2018. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2018.

CRUZ, Roberto Moraes. Trabalho docente, modo degradado de funcionamento institucional e patologias do trabalho. M. de Souza, F. Martins & J. N. G. de Araújo (Orgs.). **Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

CRUZ, Robson Nascimento. Becker e o silêncio sobre a escrita na pós-graduação: soluções antigas para o cenário brasileiro atual?. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. 1-7, 2018.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

Declaração de Filadélfia. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/constitucao.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

DEJOURS, Christophe. **A loucura no trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**, 6 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DEJOURS, Christophe. Addendum. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte (Org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15 / Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

DEJOURS, Christophe. **Cadernos de Trabalho, tecnologia e organização: A avaliação submetida à prova do real**. São Paulo: Blucher, 2008.

DEJOURS, Christophe. **Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho**. São Paulo: Fundap: EAESP/FGV, 1999.

DEJOURS, Christophe. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.14, n.54, p.7-11, abr./ jun.1986

DEJOURS, Christophe. **Trabalho e emancipação**, Tomo I: Sexualidade e Trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2012a.

DEJOURS, Christophe. **Trabalho e emancipação**, Tomo II: Trabalho e Emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012b.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da Educação Superior, regulação e emancipação. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate**. Florianópolis: Insular, 2003. p. 35-52.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João Ferreira. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003.

DIAS, Suellen Maria Marques. **Mais perto do céu: influências da corrida espacial na canção brasileira**. (Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2012. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAFI-92NLJ2/1/disserta_o_entregar_suelen.pdf. Acesso em: dez. 2021.

DIDI-HUBERMAN, G. **“I. Disparates: Ler o que nunca foi escrito”**. Atlas ou a Gaia Ciência Inquieta. Lisboa: KKYM, 2013.

DIEESE. **Proposta de Emenda à Constituição Nº 186 (PEC Emergencial): novo desmonte dos direitos sociais**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec252PECEmergencial/index.html?page=318/03/2021>. Acesso em: 18/03/2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior: novas agendas, desafios e perspectivas. In: OLIVEIRA, João Ferreira. LIMA, Daniela da Costa Britto Ferreira (orgs). **Políticas de educação superior e PNE (2014-2024): expansão, qualidade e tendências**. Brasília: ANPAE, 2019.

DRAIBE, Sonia; AURELIANO, Liana. A especificidade do “Welfare State” brasileiro. In: MPAS/CEPAL. **A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização**. Brasília: MPAS/CEPAL, 1989, volume 1 – reflexões sobre a natureza do bem-estar, capítulo III, p. 86-178.

DRUCK, Graça. Globalização, Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical. **Caderno CRH**, Salvador, n.24/25, p.21-40, jan./dez. 1996.

DUFFY, M THANHOUSER, C. DERRY, H. A lack of evidence for six times more anxiety and depression in US graduate students than in the general population. **Nature Biotechnology**. 37(7), 711-712, 2019.

ESCADA, Paulo Augusto Sobral. **Construção e usos sociais da pesquisa científica e tecnológica: um estudo de caso da Divisão de Processamento de Imagem do INPE**, 231 f. Tese (Doutorado em) - Universidade de São Paulo São Paulo, 2010, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Dissertação (Mestrado em) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. - IAE. Histórico, 2010.

ESCADA, Paulo Augusto Sobral. **Origem, institucionalização e desenvolvimento das atividades espaciais brasileiras (1940/1980)**, 2005.

ESCADA, Paulo Augusto Sobral. **Origem, institucionalização e desenvolvimento das atividades espaciais brasileiras (1940-1980)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

ESPING-ANDERSEN, G. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova, Cedec, n. 24, set. 1991, p. 85-116.

EVANS, Teresa; BIRA, Lindsay; GASTELUM, Jazmin et al. Evidence for a mental health crisis in graduate education. **Nat Biotechnol** 36, 282–284 (2018). <https://doi.org/10.1038/nbt.408>

FACAS, Emílio. **Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho - Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho** (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, 2013.

FALEIROS, V. P. A Reforma do Estado no período FHC e as propostas do governo Lula. **INESC**, pp. 35-55, 2004.

FARIAS, José Henrique de. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FARO, André. Na explanatory model for subjective well-being: a study masters and phd students in Brazil. **Reflex. Crit.** 26(4), 654-662.

FATORELLI, Maria Lucia. ALERTA – PEC 438/2018 escancara o privilégio da dívida pública, relaxa a “Regra de Ouro” da Constituição Federal, inclui o esquema da “Securitização de Créditos Públicos” no texto constitucional e prevê até demissão de servidores públicos, entre

outros absurdos. **Auditoria Cidadã.** Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/18317>. Acesso em: 10/03/2021.

FATTORELLI. **Orçamento federal de 2013: 42% vai para a dívida pública. Entrevista especial com Maria Lucia Fattorelli.** Instituto Humanitas Unisinos, 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/513556-orcamento-federal-de-2013-42-vai-para-a-divida-publica-entrevista-especial-com-maria-lucia-fattorelli>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. OLIVEIRA, João Ferreira. Políticas de expansão e inclusão na educação superior: ações institucionais, prática docente e evasão de estudantes. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 707-735, maio/ago. 2019.

FERREIRA, João Batista. **Do poema nasce o poeta: criação literária, trabalho e subjetivação.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

FERREIRA, João Batista de Oliveira. “Sobrevivências, clandestinidades, lampejos: trabalho vivo da criação literária”. **Fractal: Revista de psicologia**, vol. 26, no. Espec.; pg. 715-728, 2014.

FERREIRA, João Batista. Real do trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira et al (orgs). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho.** Curitiba: Joruá, 2013.

FERREIRA, João Batista. **Trabalho, sofrimento e patologias sociais: estudo com trabalhadores bancários e anistiados políticos de uma empresa pública.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília, 2007.

FORD, Henry. **Os Princípios da Prosperidade.** Trad. Monteiro Lobato. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967.

FOUREZ, G. **A construção das ciências.** São Paulo: Editora Unesp, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** Ana Maria Araújo (Org.) São Paulo: UNESP, 2001.

FREITAS, Joana Alice Ribeiro de. **Trabalho do(c)ente: intensificação e adoecimento na pós-graduação.** Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, 2018.

FUNK, Cary. TYSON, Alec; KENNEDY, Brian; JOHNSON, Courtney. Science and Scientists Held in High Esteem Across Global Publics, **Pew Research Center**, 2020. Acesso em: <https://www.pewresearch.org/science/2020/09/29/science-and-scientists-held-in-high-esteem-across-global-publics/>.

G1. Técnicos do Inpe dizem em carta que há 'estrutura paralela' no órgão. **G1.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/13/tecnicos-do-inpe-dizem-em-carta-que-ha-estrutura-paralela-no-orgao.ghtml>. Acesso em: ago. 2021.

- GALBRAITH, John Kenneth. **A era da incerteza**. 7 ed. São Paulo: Pioneira, 1977.
- GALLABD, Olivier. L'entrée dans la vie adulte em France: bilan e perspectives sociologiques. **Sociologie et Sociétés**, Paris, v. 28, n. 1 p. 37-49, 1996.
- GATTI, Luciana. et al. <https://www.nature.com/articles/s41586-021-03629-6?ftag=YHF4eb9d17>. Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. **Nature**. Jul; 595(7867):388-3932021, 2021.
- GAULEJAC, Vincent de. **A neurose de classe: trajetória social e conflitos de identidade**. São Paulo: Via Lettera, 2014.
- GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.
- GAVIOLI, Allan. Colômbia é o país com a maior jornada de trabalho; Brasil fica em 10°. **Infomoney**, 2019. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/carreira/colombia-e-o-pais-com-a-maior-jornada-de-trabalho-brasil-fica-em-10/>. Acesso em: 15 jun. 2020
- GIL, Anestounio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.
- GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio. **Classificação e análise das despesas públicas federais pela ótica macroeconômica (2002-2009)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, Texto para discussão IPEA n. 1485, p. 1-39, abr. 2010. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5042:td-1485-classificacao-e-analise-das-despesas-publicas-federais-pela-otica-macroeconomica-2002-2009&catid=271:2010&directory=1>. Acesso em: mai. 2021.
- GOULD, Julie. How to build a better PhD. **Nature**. 528, 22–25, 2015. Acesso em: <https://www.nature.com/articles/528022a#citeas>. Disponível em: jan. 2021.
- GRUPO BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**, 2017. Acesso em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>. Disponível em: 07 de jun. 2021.
- GUÉRIN, François. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher: Fundação Vanzolini, 2001.
- GURGEL, Cláudio. **A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GWEIN. Under a cloud: depression is rife among graduate students e posdocs. **Nature**, 490, 299-301, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 2009.

HANDRÉ, P. L. Defining the graduate college experience: what it “shold” versus “does” include. **Internacional Journal of Doctoral Studies**. 10-57-77, 2015.

HARVEY, David. **Condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HIRSCH, Jochaim. Forma política, instituições políticas e Estado – II. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.25, 2007.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século xx: 1914- 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACINTO, Aline; HUCK, Carolina Konzen; SILVA, Milena Garcia; TOLFO, Suzana da Rosa. Fenômenos sociais relacionados ao trabalho: promovendo saúde e monitorando riscos. In: TOLFO, Suzana da Rosa (org). **Gestão de Pessoas e saúde mental do trabalhador: fundamentos e intervenções com base na psicologia**. São Paulo: Vetor Editora, 2020.

JÚNIOR, Adalberto Vital dos Santos. **Organização do trabalho e prazer-sofrimento dos profissionais de um centro de atenção psicossocial**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte. **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15 / Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

LEHER, Roberto; SILVA, Simone. A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. **Revista Universidade e Sociedade**, n. 54, p. 6-17, ago, 2014.

LEHER, Roberto; SILVA, Simone. Financiamento e heteronomia na pesquisa acadêmica (1950-1990), **Revista Praia Vermelha**, V. 21, N. 1, Julho-Dezembro, 2011.

LEITE JÚNIOR, José Agnaldo Pereira; LEITE, Dinah Eluze Sales; SANTOS, Fábio França. O Inpe como agente executor das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação: o caso da política espacial brasileira. **Anais do XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação**. São José dos Campos: UNIVAP, 2011. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0806_1080_01.pdf. Acesso em: ago. 2021.

LHUILIER, Dominique. Introdução à psicossociologia do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, São Paulo, v. 17, n. spe. 1, p. 5-19, 2014.

LINHART, Danièle. Entrevista. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 149-160, mar./jun.2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v9n1/v9n1a11.pdf>

LIPIETZ, Aglietta. “Por detrás da crise: a tendência à queda da taxa de lucro; a contribuição de alguns trabalhos franceses recentes”. **Questões de Economia Política**, CEDE, n.º. 3, 1986.

LOUZADA, Rita de Cássia Ramos. SILVA FILHO, João Ferreira da. Formação do pesquisador e sofrimento mental: um estudo de caso. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 451-461, set./dez. 2005.

MADEIRO, Carlos. Falta de pessoal, verba e ambição atrasam programa espacial brasileiro. **UOL**, 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/ultimas-noticias/redacao/2018/08/12/falta-de-gente-verba-e-ambicao-faz-programa-espacial-se-prender-a-passado.htm>. Disponível em: jul. 2021.

MANCEBO, Deise; SILVA JUNIOR, João dos Reis.; OLIVEIRA, João Ferreira. Políticas, Gestão e Direito a Educação Superior: Novos Modos de Regulação e Tendências em Construção. **Acta Scientiarum. Education (Online)**, v. 40, e37669, p. 1-11, 2018.

MANCEBO, Deise. Trabalho Docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 20, n.1, p. 74-80, 2007.

MANCEBO, Deise. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (org). **Psicologia e Compromisso Social**, 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos Economia y Filosofia**. Madri: Editorial Alianza, 11º Ed., 1985.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas.)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Valéria de Bettio. **Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho: um estudo sobre o alongamento da escolarização entre os mestrados da UFSC**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.

MATTOS, Valeria. **Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho: alongamento da escolaridade e alternativa ao desemprego**. São Paulo: Xamã, 2011.

MEC. Plano Nacional de Educação - LEI N.º 13.005/2014. Disponível em: <https://www.somospar.com.br/pne-conheca-o-plano-nacional-de-educacao/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

MENDES, Ana Magnólia; FERREIRA, M. C. Inventário sobre trabalho e riscos de adoecimento – ITRA: Instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia (Org). **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa**. São Paulo, Artmed, 2007.

MILLS, Charles Wright. **Do artesanato intelectual. A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MONTEIRO, Janine. ALBERICI, Graziela. BOTTCHEER, Eliane. HENRICH, Patrícia. Conhecimento sobre os fatores psicossociais no trabalho: um estudo com gestores da indústria brasileira. In: TOLFO, Suzana da Rosa (orgs). **Gestão de pessoas e saúde mental do trabalhador. Fundamentos e intervenções com base na psicologia**. São Paulo: Vetor, 2020.

MORAES, Karine Nunes. **A expansão e as perspectivas de massificação da educação superior no Brasil no contexto do PNE (2014-2024)**. In: OLIVEIRA, João Ferreira; LIMA, Daniela da Costa Britto (Orgs). Políticas de educação superior e PNE (2014-2024): expansão, qualidade e tendências. Brasília: ANPAE, 2019.

MORIN, Estelle. Os sentidos do Trabalho. **RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo**, v. 41, n. 3, jul/set 2001.

MUNIZ, Bianca. Pós-graduação em quarentena. **Jornal do Campus – USP**. São Paulo, 2020. Acesso em: 15 jan. 2020. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/07/pos-graduacao-em-quarentena/>.

NEGRI, Fernanda de; KOELLER, Priscila. **O declínio do investimento público em ciência e tecnologia: uma análise do orçamento do ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações até o primeiro semestre de 2019**. DISET, 2019.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; BALBACHEVSKY, Elizabeth. Financiamento da educação superior: lições da experiência internacional. **2º Ciclo de seminários internacionais. Educação no século XXI: modelos de sucesso**. Rio de Janeiro: SENAC, 2009.

NOBRE, Carlos; *et al.* Amazonian deforestation and regional climate change. **Journal of Climate**. v. 4. out. 1991.

NUNES, Dimalice. **No Brasil, trabalho informal é a nova regra**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/No-Brasil-trabalho-informal-e-a-nova-regra>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

NUNES, Thiago Soares Nunes, TORGA, E. M. M. F. (2020). Assédio moral na pós-graduação: as consequências vivenciadas por docentes e discentes de uma Universidade Estadual brasileira. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 28(11). <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4883>

OCDE. **Education at a Glance 2019 OECD INDICATORS**. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/f8d7880d-en.pdf?expires=1618865704&id=id&accname=guest&checksum=607EF0A1076DAB780CB520816871AB76>. Acesso em: 10 abr. 2021.

OLIVEIRA, João Ferreira. Produção do conhecimento no Brasil em tempos de globalização econômica: tendências, tensões e perspectivas. In: MANCEBO, Deise *et al* (orgs). **Anais Do XXVI Seminário Nacional Da Rede Universitas/Br**. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2019.

OLIVEIRA, Thiago Fernando Oliveira; NUNES, Maiana Farias Oliveira; MATTOS, Valéria de Mattio Mattos; LUNA, Iuri Novaes. Planejamento da carreira para pós-graduandos: possibilidades de intervenção. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho**, Curitiba, 2020.

ONU, **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

PATRUS, Roberto; DANTAS, Douglas Cabral, SHIGAKI, Helena Belintani. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares? **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, nº 1, artigo 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar, 2015.

PEREIRA, Guilherme Reis. **Política espacial brasileira e a trajetória do INPE (1961-2007)** (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, 2008. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/286896/1/Pereira_GuilhermeReis_D.pdf. Acesso em: ago, 2021.

PEREIRA, Luis Bresser. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista Do Serviço Público**, 2014, 50(4), p. 5-29.

PEREIRA, Vinícius. “Sem dinheiro para repor peça”: repasse zero revolta pesquisadores do Inpe. **UOL**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/08/19/sem-dinheiro-para-repor-peca-repasse-zero-revolta-pesquisadores-do-inpe.htm>. Acesso em: 20/09/2020.

PORTARIA n. 152/2018/SEI-Inpe. **Plano diretor do INPE (2019-2021)**. Acesso em: http://www.inpe.br/cti/arquivos/PDTIC_INPE.pdf?v=1. Disponível em: ago. 2021.

PORTARIA Nº 263/2020/SEI-INPE. **Plano diretor do INPE (2019-2021)**. Disponível em: http://www.inpe.br/cti/arquivos/PDTIC_INPE_2017-2018.pdf. Acesso em: ago. 2021.

KENDALL, Powell. Young, talented and fed-up. **Nature**, 538, 446-449.

PRADO, Maria Aparecida Medeiros Barros do; FRANCISCO, Priscila Maria S. Bergamo Francisco; Marilisa Berti de Azevedo Barros. Uso de medicamentos psicotrópicos em adultos e idosos residentes em Campinas, São Paulo: um estudo transversal de base populacional. **Epidemiol. Serv. Saúde** 26 (4) Oct-Dec 2017.

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F.P. **O que é taylorismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMOS, Géssica Priscila. Racionalidade e gerencialismo na política educacional paulista de 1995 a 2014: muito além das conjunturas. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, v. 24, 546-578, jul/set. 2016.

REIS, Ana Carolina. MEIRELLES, Catharina Marinho. FERREIRA, Mariana Freitas. . Terceirização como porta de entrada para a degradação do trabalho nas universidades públicas brasileiras: o caso da UFF. In: **Anais do XXVI Seminário Nacional Universitas**, Belo Horizonte, 2018.

REIS, Ana Carolina; BLUNDI, Breno; SILVA, Eduardo Pinto. O desmantelamento da ciência brasileira no deliberado corte de bolsas: aspectos políticos e consequências psicossociais para estudantes de pós-graduação. **Muiraquitã**, UFAC, ISSN 2525-5924, v. 8, n. 1, 2020.

REIS, Ana Carolina; SILVA, Eduardo Pinto e. MEIRELLES, Catharina Marinho. O “novo normal” no campo da educação: da aparência à essência. **Revista Princípios**, 40(160), 225 - 245. Acesso em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/64> . Disponível em: 07 jun. 2021.

REIS, Luiz Fernando. **Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2015.

REIS, Luiz Fernando; MACÁRIO, Epiáfio. Dívida pública, sistema tributário, e financiamento em C&T no Brasil (2003-2017). In: MACÁRIO, Epiáfio (Orgs). **Dimensões da crise brasileira, trabalho e fundo público**. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

REIS, Luiz Fernando. MACÁRIO, Epiáfio. COVID-19, dívida pública e crise de financiamento de ciência e tecnologia no Brasil. **ABRASCO: Associação Brasileira de Saúde Coletiva**. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/sem-categoria/covid-19-divida-publica-e-crise-de-financiamento-de-ciencia-e-tecnologia-no-brasil-artigo-de-epitacio-macario-e-luiz-fernando-reis/47148/attachment/covid-19-divida-publica-e-financiamento-de-ct-versao-final/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2020a.

REIS, Luiz Fernando. MACÁRIO, Epiáfio. Dívida pública e financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020). **Revista Praxis Educacional**. Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 16, n. 41, p. 20-46, Edição Especial, 2020. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7243/5076>>. Acesso em: 12 de agosto de 2020b.

RIBEIRO, Carla Vaz Dos Santos; LEDA, Denise Bessa. O trabalho docente no enfrentamento do gerencialismo nas universidades federais brasileiras: repercussões na subjetividade. **Educação em Revista (UFMG)**, v. 32, p. 97-117, 2016.

ROSSO, Sadi Dal. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RUZA, Fabio. **Trabalho e subjetividade do professor da pós-graduação da UNESP: o sentido do trabalho e as relações entre sofrimento e prazer**. Tese (Doutorado em Educação) – CECH/UFSCar, São Carlos, 2017.

SAFATLE, Vladimir. **Circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo, fim do indivíduo**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três estrelas, 2017.

SALMERON, Roberto. **A universidade interrompida: Brasília 1964-1965**. Brasília: Ed. UnB, 1999.

SAMPAIO, Patrícia Passos. **Ser (in)feliz na universidade: produtivismo, sofrimento e prazer na pós-graduação** [recurso eletrônico] / Patricia Passos Sampaio, Ana Maria Fontenelle Catrib, José Manuel Peixoto Caldas. - Fortaleza : EdUECE, 2019.

SANTANA, Andréia da Cunha Malheiros. A constituição do Estado Avaliativo e o aumento das avaliações externas: propagando um ensino desigual para todos. In: ROTHEN, J. C. SANTANA, A. **Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa**. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

SANTOS, Reginaldo Souza et al. “Compreendendo a natureza das políticas do Estado capitalista”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol. 41 (5), p. 819-834, set./out. de 2007.

SCALABRIN, Eliane; BENETTI, Juliana Eliza. Perfil dos alunos de pós-graduação de uma instituição de Ensino de Santa Catarina. **Revista Tecnológica**. v3, n. 2. 2015 Disponível em: <https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/64/59>. Acesso em: 19/03/2021.

SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 19-45, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000400002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

SCHWARTZ, Yves; ADRIANO, Rufino; ABDERRAHMANE, Fyad. Revisitar a actividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projecto de uma sinergia franco lusófona. In: **Revista Laboreal**, vol. IV, no1, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SENNET, Richard. **A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999

SGUISSARDI, Valdemar. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação”: é possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? **Perspectiva**, 24(1), 49-88, 2006.

SGUISSARDI, Valdemar. Produtivismo acadêmico. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancela; VIEIRA, Lívia Maria Fraga. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JÚNIOR, João Dos Reis; FARGONI, Everton Henrique Eleuterio. Political Economy of Higher Education: Research and Science in Contemporary Brazil. **Open access library journal**, v. 07, p. 1-17, 2020.

SILVA JÚNIOR, João Dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no Século XXI. Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. Espacios en Blanco. **Revista de Educación**, núm. 23, junio, 2013, pp. 119-156 Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires Buenos Aires, Argentina.

SILVA, Eduardo Pinto e. Subjetividade e sociabilidade: reflexões sobre o trabalho e saúde do professor universitário sob uma perspectiva freudo-marxista. **Advir (ASDUERJ)**, v. 30, p. 19-31, 2013.

SILVA, Eduardo Pinto e. Trabalho e subjetividade na Universidade: Por uma Visão Global e Multifacetada dos Processos de Sofrimento e Adoecimento. **Archivos analíticos de políticas educativas / education policy analysis archives**, v. 28, p. 1-30, 2020.

SILVA, Eduardo Pinto e; LEITE, Ana Paula Todaro; REIS, Ana Carolina. O sofrimento do universitário e suas relações com a dinâmica universitária. **Farol - Revista De Estudos Organizacionais e Sociedade**, 2019.

SILVA, Eduardo Pinto e; SACRAMENTO Leonardo. Mundialização do capital e ciência: elementos da teoria do valor de Marx para o debate sobre o trabalho do professor pesquisador em Ciência & Tecnologia. **Revista HISTEDBR**. On-line, Campinas, n.39, p.183-196, set. 2010.

SILVA, Eduardo Pinto. RUZA, Fábio Machado. Malversação do reconhecimento no trabalho docente precarizado e intensificado. **Trabalho (En) Cena**, 2018, 3(2) pp. 03-16, 2017.

SILVA, Simone. **Pesquisa científica, editais de financiamento e a heteronômica acadêmica**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/final_Dissertacao_Simone_Silva.pdf. Acesso em: ago. 2021.

SOUZA, Petrônio Noronha de Souza. **Resenha Histórica**. AEB Escola, 2004. Disponível em: [http://mtcm16.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/marciana/2005/01.31.10.32/doc/AEB_Escola_Satelit es_Historia.pdf](http://mtcm16.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/marciana/2005/01.31.10.32/doc/AEB_Escola_Satelit_es_Historia.pdf). Acesso em: ago. 2021.

TARDIN, Anestounio Tebaldi. *et al.* **Uso de dados do Landsat no estudo do impacto da implantação de projetos agropecuários da Amazônia.** São José dos Campos: Banco de dados do Inpe, 1977. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes/pdfs/tardin-et-al-1977.pdf>. Acesso em: nov. 2021.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 48 set.-dez. 2011.

UFF. **Relatório sobre processo seletivo e perfil dos estudantes de pós-graduação da UFF.** Niterói: 2017. Disponível em: http://www.uff.br/sites/default/files/informes/relatorio_perfil_dos_estudantes_e_ppgs_uff.pdf. Acesso em: 19/03/2021.

VASCONCELLOS, Yuri. Instituto se destaca por pioneirismo, **Revista Fapesp**, ed. 306, ago. 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/inpe-sob-pressao/>. Acesso em: ago. 2021.

VASCONCELOS, Yuri. Inpe sob pressão. **Revista Fapesp**. ed. 306, ago. 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/inpe-sob-pressao/>. Acesso em: ago. 2021b.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; Orlando; MEYER Evelyn de Almeida Patricia. Produtivismo e suas repercussões no desenvolvimento profissional de professores universitários. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 138, p.231-247, 2017.

APÊNDICE I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Resolução 466/2012 do CNS)

ARTICULAÇÕES ENTRE O DESMONTE DA CIÊNCIA, SAÚDE E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO DE PESQUISADORES ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “Articulações entre o desmonte da ciência, saúde e atribuição de sentido de pesquisadores estudantes de pós-graduação”. O objetivo deste estudo é investigar as reverberações das atuais políticas de financiamento em ciência e tecnologia no trabalho acadêmico e na saúde de pesquisadores estudantes de pós-graduação.

Você foi selecionado(a) por possuir vínculo como um programa que se enquadra como amostra da presente pesquisa. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. A sua recusa não trará nenhum prejuízo na sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os dados.

A coleta de dados será composta no preenchimento de um questionário. O questionário é composto em quatro segmentos: 1. Dados Demográficos; 2. Avaliação do contexto do trabalho acadêmico; 3. Avaliação das vivências do trabalho acadêmico; Avaliação de possíveis danos relacionados ao trabalho acadêmico. O tempo utilizado para coleta dos dados será de aproximadamente 20 minutos.

Suas respostas serão tratadas de forma ANÔNIMA e CONFIDENCIAL, ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos.

O preenchimento deste questionário não oferece risco imediato, porém considera-se a possibilidade de um risco subjetivo, pois algumas perguntas podem remeter a algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis ou levar a um leve cansaço. Caso algumas dessas possibilidades ocorram, você poderá optar pela suspensão imediata do preenchimento. Durante todo o processo, estarei disponível para sanar suas dúvidas em relação aos procedimentos. Também irei disponibilizar, juntamente ao local de download do termo, o download de arquivo que contém um acervo de serviços em saúde mental gratuitos que você pode buscar, caso queira um acolhimento psicológico.

Você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, este trabalho poderá contribuir de forma indireta na ampliação do conhecimento sobre a situação pela qual pesquisadores estudantes de pós-graduação se encontram no que tange à saúde mental.

Ao final do questionário, você será perguntado se deseja participar da segunda fase da pesquisa, caracterizada pela realização de uma entrevista individual semiestruturada. Caso

aceite, entrarei em contato em um momento posterior para que possamos agendar um dia/horário. As entrevistas serão gravadas e transcritas para melhor elucidação dos dados. Me comprometo com as responsabilidades de confidencialidade e anonimato durante todo o processo. Em hipótese alguma o seu nome e suas informações serão divulgadas. O material relativo à entrevista será guardado em local seguro com intuito de impossibilitar o acesso por terceiros e será utilizado para fins estritamente acadêmico-científicos.

Você receberá uma via deste termo, por meio do download do PDF, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-9685. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Contato:

Pesquisadora Responsável: Ana Carolina Reis – CRP 06 156104.

Endereço profissional: Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH. Rod. Washington Luiz, Km 235 - SP-310. CEP 27213145 - São Carlos, SP - Brasil

Contato telefônico: (12) 99181-5135 E-mail: psi.anareis@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva - Orientador

Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar

Endereço: Av. Miguel Damha, 1400, casa 287, CEP 13565-251, São Carlos, SP.

Telefone: (16) 99718-1453. E-mail: dups02@gmail.com

São Carlos, __ de _____ 20__.

() Li e concordo em participar da pesquisa.

Caso não concorde, basta fechar a página do navegador.

APÊNDICE II – Serviços Gratuitos em Saúde Mental

NACIONAIS:

CVV (Centro de Valorização da Vida)
<https://www.cvv.org.br/>

REGIONAIS:

- **Atendimentos no âmbito do SUS – São José dos Campos**

Unidades Básicas de Saúde (UBS)
<https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/saude/unidade-basica-de-saude/unidades-basicas-de-saude/>

- **CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)**

Sul

Rua Piraju, 45, Bosque dos Eucaliptos
Atendimento de segunda-feira a sexta-feira,
das 7h às 17h
(12) 3916-3072
(12) 3936-1496

Infantil

Praça Ana Berling de Macedo, 282, Jd. Jussara
Atendimento de segunda-feira a sexta-feira,
das 7h às 17h
(12) 3942-8231

Centro Norte

Avenida José Longo, 453, Jd. São Dimas
Atendimento de segunda-feira a sexta-feira,
das 7h às 17h
(12) 3942-1833
(12) 3941-4732

AD - Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas

Rua Sebastião Hummel, 785, Centro
Atendimento de segunda-feira a sexta-feira,
das 7h às 17h
(12) 3913-5519
(12) 3913-5198

- **Urgência em Saúde Mental - Atendimento de urgência e emergência**

UPA - Saúde Mental
Endereço: R. Pituba, 100 - Jardim Satélite

- **Universidades – Clínicas Escolas**

Centro de Psicologia Aplicada/UNIP | São José dos Campos/SP
<https://www.unip.br/presencial/universidade/clinicas/cpa.aspx>

Centro de Psicologia Aplicada/Unitau | Taubaté/SP
<https://www.unitau.br/pagina/clinica-de-psicologia>

APÊNDICE III – Roteiro do Questionário

a) Dados demográficos

1. Qual é o seu gênero?

- Masculino
- Feminino
- Não sei responder
- Prefiro não responder
- Outro: _____

2. Qual é a sua idade?

- Entre 17 e 20 anos
- Entre 21 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Mais de 50 anos

3. Em qual modalidade de pós-graduação você está inscrito(a)?

- Mestrado
- Doutorado

4. Em que ano você ingressou na pós-graduação?

- 2016
- 2017
- 2018
- 2019
- 2020
- Outro

5. Qual a sua situação atual?

- Bolsista
- Trabalho em tempo integral
- Trabalho em meio período
- Freelancer*
- Desempregado
- Auestounomo
- Aposentado
- Outro

6. Cor/raça autodeclarada:

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena

Outra: _____

7. Qual sua renda *per capita*? (a renda *per capita* se calcula dividindo o total de rendimentos obtidos pelos componentes de sua unidade domiciliar pelo número de componentes)

- Menos de R\$ 1.000
- Entre R\$ 2.000 e R\$ 3.000
- Entre R\$ 3.000 e R\$ 4.000
- Entre R\$ 4.000 e R\$ 5.000
- Entre R\$ 5.000 e R\$ 10.000
- Mais de R\$ 10.000

8. Qual a escolaridade dos seus pais?

Pai:

- Pós-graduação
- Superior
- Ensino Médio
- Ensino Fundamental
- Não alfabetizado
- Não consta

Mãe:

- Pós-graduação
- Superior
- Ensino Médio
- Ensino Fundamental
- Não alfabetizado

b) Avaliação do contexto do trabalho acadêmico

9. Como você avalia as políticas de financiamento em Ciência e Tecnologia nos últimos 5 anos?

- Muito satisfatórias
- Satisfatórias
- Não satisfatórias
- Insatisfatórias

10. Qual o nível de impacto das políticas de financiamento em ciência e tecnologia no seu cotidiano de trabalho?

- Alto
- Médio
- Baixo

11. Você acredita que há relação entre cortes de investimento na C&T e:

	SIM	NÃO
Aumento da pressão sobre as demandas da pós-graduação (estudos das disciplinas, pesquisa, produções e publicações)?		
Aumento da competição entre alunos e programas de pós-graduação		
Impacto na saúde mental de estudantes de pós-graduação		

12. Como você considera que o trabalho acadêmico tem afetado, na maior parte do tempo:

	POSITIVAMENTE	NEGATIVAMENTE	NÃO TEM AFETADO
Sua saúde			
A saúde de seus colegas			

13. A seguir são apresentadas algumas afirmações sobre o contexto do trabalho acadêmico. Indique o quanto elas representam seu jeito de pensar, sentir e agir atualmente, de acordo com a seguinte Escala:

1. Discordo totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Não concordo nem discordo; 4. Concordo parcialmente; 5. Concordo totalmente.

	1	2	3	4	5
As condições relacionais são suficientes					
Existem dificuldades na comunicação entre pós-graduandos.					
O trabalho acadêmico tem ritmo intenso e extensas jornadas.					
Trabalho frequentemente na pesquisa em, pelo menos, um dia do fim de semana.					
As metas e os prazos estipulados são possíveis de serem alcançados.					
Existe forte cobrança por resultados de produtividade (publicações, congressos etc.).					
Os instrumentos de trabalho são suficientes para realização das minhas pesquisas					

Tenho aproveitado as minhas férias anuais para me divertir					
Nos últimos anos, a pressão por produtividade aumentou.					
Os pós-graduandos tendem a ser excluídos das decisões do programa.					
Há estímulo para compartilhamento de ideias e formação de grupos.					
Os cortes das bolsas de pesquisa têm me gerado insegurança.					
A pós-graduação é permeada por competitividades profissionais.					
Existem dificuldades na comunicação entre coordenação e pós-graduandos.					
Posso contar com o apoio de meus colegas na realização de minha pesquisa					
Marque a opção “Discordo completamente”					
Os cortes de bolsas de pesquisa tem me gerado reações desfavoráveis à minha saúde.					
As condições de trabalho para a realização da pesquisa superaram positivamente as minhas expectativas					
Existem dificuldades na comunicação entre orientador-orientando.					

c) Avaliação das vivências em relação ao seu trabalho acadêmico.

14. Quantas horas diárias você se dedica ao trabalho acadêmico:

- Entre 1 e 4 horas
- Entre 4 e 6 horas
- Entre 6 e 8 horas
- Entre 8 e 12 horas
- mais de 12 horas

15. Como você avalia o reconhecimento de seu trabalho acadêmico pela/o (s) :

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Sociedade				
Governantes				
Instituição				
Programa				
Orientador				
Outros discentes				
Familiares				
Amigos				

16. Assinale os três elementos que mais lhe causam sofrimento no trabalho acadêmico:

- Desvalorização social
 - Falta de bolsa
 - Falta de investimento, estrutura
 - Relação com os professores
 - Relação com o orientador
 - Relação com os demais discentes
 - Relação com a coordenação
 - Metas e prazos inflexíveis
 - Cobrança excessiva
 - Tema da pesquisa
 - Competitividade exacerbada
 - Assédio moral/sexual
 - Falta de perspectivas para o futuro
 - Sentimento de não pertencimento grupal
- Outro: _____

17. Assinale os três elementos que mais lhe causam prazer no trabalho acadêmico:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Valorização social | <input type="checkbox"/> Autonomia |
| <input type="checkbox"/> Recursos de trabalho | <input type="checkbox"/> Desafios |
| <input type="checkbox"/> Aprendizado | <input type="checkbox"/> Relevância social |
| <input type="checkbox"/> Relação com os professores | <input type="checkbox"/> Assunto da pesquisa |
| <input type="checkbox"/> Relação com o orientador | <input type="checkbox"/> Pertencimento grupal |
| <input type="checkbox"/> Relação com os demais discentes | <input type="checkbox"/> Perspectiva para o futuro |
| <input type="checkbox"/> Relação com a coordenação | Outro: _____ |

18. A seguir, temos uma lista de afirmações sobre as relações com as suas vivências. Avalie de acordo de acordo com a seguinte Escala:

1. Discordo totalmente; 2. Discordo parcialmente; 3. Não concordo nem discordo; 4. Concordo parcialmente; 5. Concordo totalmente.

	1	2	3	4	5
Sinto que me desenvolvo profissionalmente no contato com o trabalho acadêmico					
Sinto que consigo alcançar os resultados previstos					
Me sinto realizado(a) no ambiente acadêmico					
Me identifico com as tarefas que faço					
Me sinto sobrecarregado(o)					
Considero que possuo autonomia no desenvolvimento de minha pesquisa					
Aprendo novas formas de realizar o meu trabalho regularmente					
Sinto que estou contribuindo com a sociedade ao realizar o meu trabalho					
Sinto que sou valorizado(a)					
A minha atividade me traz perspectivas para o futuro					
Sinto que pertenço a um grupo/lugar					
Falta tempo para realizar pausas de descanso e conciliar outras atividades que considero importantes					
Submeter meu trabalho a decisões políticas é fonte de desânimo					
Permaneço no ambiente acadêmico por falta de oportunidade no mercado trabalho					
Meu trabalho me causa insatisfação					

d) Avaliação dos danos proporcionados pelo trabalho acadêmico

19. Em função da vida acadêmica, você sente ou já sentiu um destes sintomas? Considere os 3 últimos meses.

	1	2	3	4	5
Dores no corpo					
Dor de cabeça/enxaqueca					
Distúrbios digestivos.					
Alterações do apetite					

Alterações do sono					
Irritação					
Dificuldade de concentração e memória					
Dificuldades nas relações fora do trabalho					
Vontade de ficar sozinho					
Agressividade com os outros					
Dificuldade com os amigos					
Sensação de sobrecarga					
Impaciência com as pessoas em geral					
Sensação de vazio					
Sentimento de desamparo					
Mau-humor					
Vontade de desistir de tudo					
Tristeza					
Sensação de abandono					
Dúvida sobre a capacidade de fazer as tarefas					
Solidão					
Não apresentei nenhum sintoma					
Outro: _____					

20. Você passou a usar medicamentos psiquiátricos após a entrada no programa?

- () Sim
() Não

Você concorda em colaborar com esta pesquisa sendo entrevistado em um momento posterior?

- () Sim () Não

Deixe seus dados para que seja marcada a entrevista:

Codinome que deseja ser chamada na pesquisa: _____

Tel. Celular: _____ E-mail: _____

Melhor horário para contato: _____

Caso julgue necessário, utilize o espaço abaixo para apresentar sugestões ou complementar informação: _____

Muito obrigada por contribuir com a pesquisa!

ANEXO IV – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Tema Geral: As políticas de financiamento e as condições e efeitos do trabalho acadêmico na saúde e expectativas de pesquisadores estudantes de pós-graduação.

Subtemas:

- Trajetória pessoal, escolar e acadêmica;
- Prazer e sofrimento na formação pessoal e nas atividades acadêmicas;
- Condições e relações de trabalho no desenvolvimento da pesquisa;
- Mobilização subjetiva, reconhecimento e estratégias frente adversidades;
- Percepções e expectativas sobre o futuro.

Possíveis questões:

Dentro do escopo supracitado, torna-se possível elencar as seguintes questões, adaptadas às situações e/ou circunstâncias:

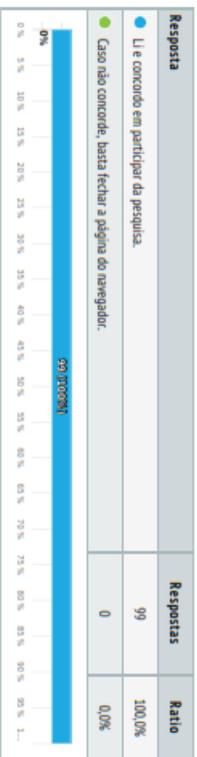
1. Como você se aproximou da pesquisa na universidade? Conte-me um pouco da sua história (trajetória pessoal, escolar e acadêmica).
2. Qual o significado de ser pesquisador para você?
3. Qual é a maior dificuldade que você encontra por ser pesquisador nos dias atuais?
4. Quais são as percepções que você carrega em relação à carreira acadêmica? Pretende continuar?
5. Você está satisfeito com as condições materiais em que trabalha? Já se sentiu inseguro ou ameaçado em função dessas condições?
6. Você está satisfeito com as condições relacionais em que trabalha (relacionamento com discentes, orientador, coordenação)? Já se sentiu contrariado em função destas relações?
7. Você avalia que as exigências de produtividade têm aumentado à medida que os recursos se tornaram mais escassos?
8. Como se sente em relação à diminuição de recursos para a ciência (bolsas de pesquisa, equipamentos etc.)?
9. Você possui alguma estratégia para lidar com isso no seu cotidiano?
10. Você considera que possui autonomia nos seus processos de trabalho?

11. Você considera que seu ambiente de trabalho possui um coletivo capaz de mudar procedimentos quanto às demandas de prazos?
12. As avaliações correspondem à realidade ou tempo necessário para que você possa nelas apresentar um bom desempenho?
13. Como a conjuntura relacionada ao fomento à ciência e tecnologia atual tem afetado seu comportamento e sua saúde?
14. Você se sente irritado ou cansado? Por quais motivos?
15. Você apresenta algum problema como estresse, preocupação excessiva, insônia, pressão alta ou gastrite?
16. Quais seus planos e projetos para o futuro?
17. Você leciona ou pretende lecionar no nível superior? (Faculdades ou Universidades)
18. Como você imagina a situação da pós-graduação no Brasil daqui alguns anos?

Resultados

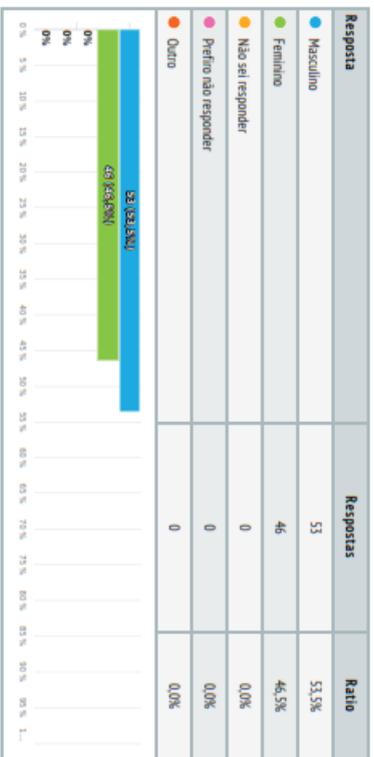
1 Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Escolha única, respostas 99 X Não respondido 0 X



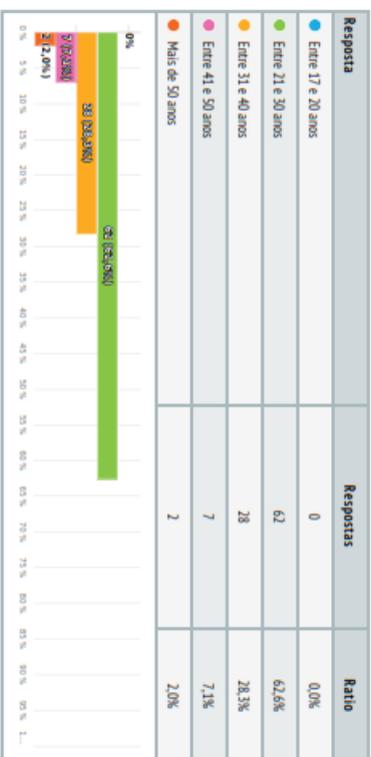
2 Qual é o seu gênero?

Escolha única, respostas 99 X Não respondido 0 X



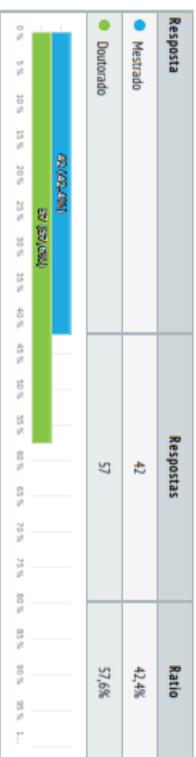
3 Qual é a sua idade?

Escolha única, respostas 99 X Não respondido 0 X



4 Em qual modalidade de pós-graduação você está inscrito(a)?

Escolha única, respostas 99 X Não respondido 0 X



SEJA-BEM-VINDO(A) À COLETA DE DADOS DA PESQUISA INTITULADA: "ARTICULAÇÕES ENTRE O DESMONTRE DA CIÊNCIA, SAÚDE E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO DE PESQUISADORES. ...

5 Em que ano você ingressou na pós-graduação?

Escolha única, respostas 99 X Não respondido 0 X

Resposta	Respostas	Ratio
2017	13	13,1%
2018	16	16,2%
2019	16	16,2%
2020	29	29,3%
2021	12	12,1%
Outro Qual?	13	13,1%

SEJA-BEM-VINDO(A) À COLETA DE DADOS DA PESQUISA INTITULADA: "ARTICULAÇÕES ENTRE O DESMONTRE DA CIÊNCIA, SAÚDE E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO DE PESQUISADORES. ...

6 Qual a sua situação atual?

Múltipla escolha, respostas 99 X Não respondido 0 X

Resposta	Respostas	Ratio
Bolsista	70	70,7%
Trabalho em tempo integral	12	12,1%
Trabalho em meio período	2	2,0%
Freelancer	1	1,0%
Desempregado	8	8,1%
Audonoma	1	1,0%
Aposentado	0	0,0%
Outra	9	9,1%

7 Caso seja bolsista, indique a modalidade da bolsa.

Tudo de resposta, respostas 96 X Não respondido 3 X

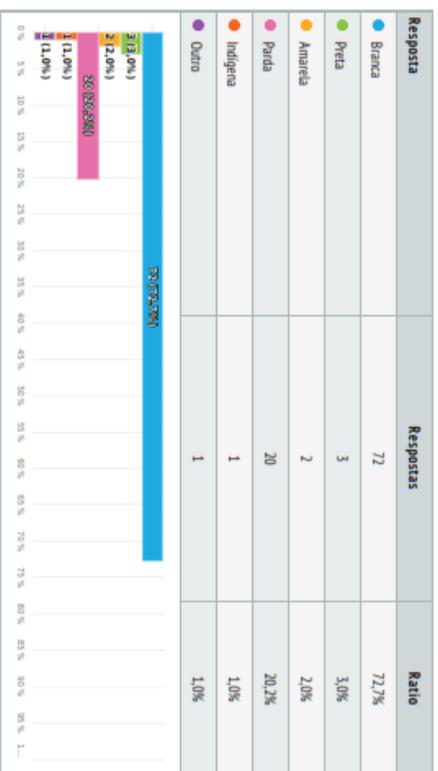
- (21X) AEE/CNPQ
- Aguardando implementação da bolsa CNPq desde fevereiro
- (2X) Capes
- (33X) Capes
- (15X) CAPES
- (3X) Copq
- (13X) CNPq
- DTT
- Era bolsista capes
- Fapesp
- (2X) FAPESP

SEJA-BEM-VINDO(A) À COLETA DE DADOS DA PESQUISA INTITULADA: "ARTICULAÇÕES ENTRE O DESMONTA DA CIÊNCIA, SAÚDE E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO DE PESQUISADORES ...

- Fui Bolsista CAPES, CNPq e PRODECAPES (sanduíche)
- Não aplicável

8 Cor/raça autodeclarada:

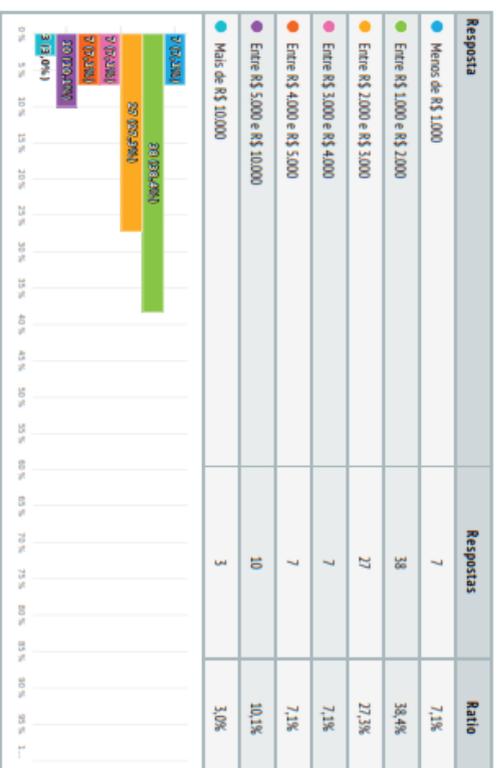
Escolha única , respostas 99% , Não respondido 0%



SEJA-BEM-VINDO(A) À COLETA DE DADOS DA PESQUISA INTITULADA: "ARTICULAÇÕES ENTRE O DESMONTA DA CIÊNCIA, SAÚDE E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO DE PESQUISADORES ...

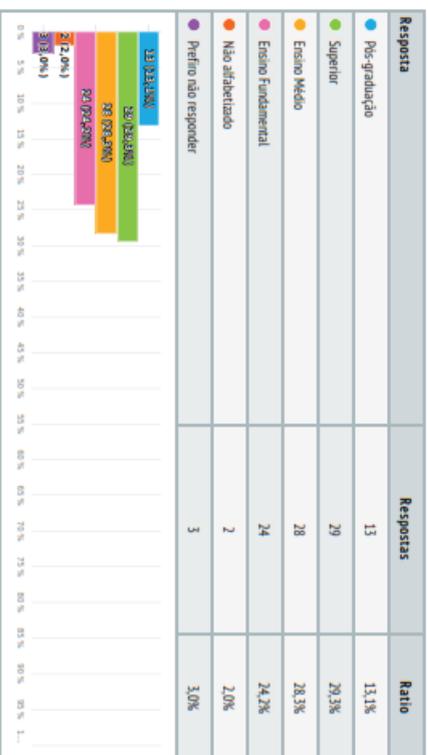
9 Qual sua renda per capita?

Escolha única , respostas 99% , Não respondido 0%



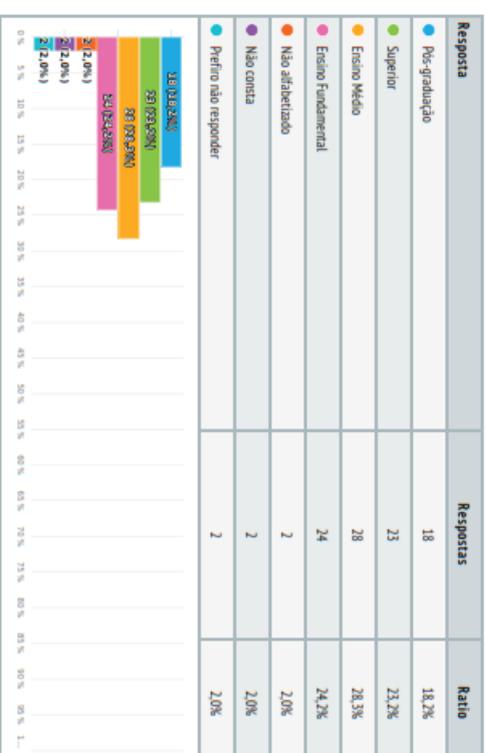
10 Qual a escolaridade da sua mãe?

Escolha única, respostas 99 X Não respondido 0 X



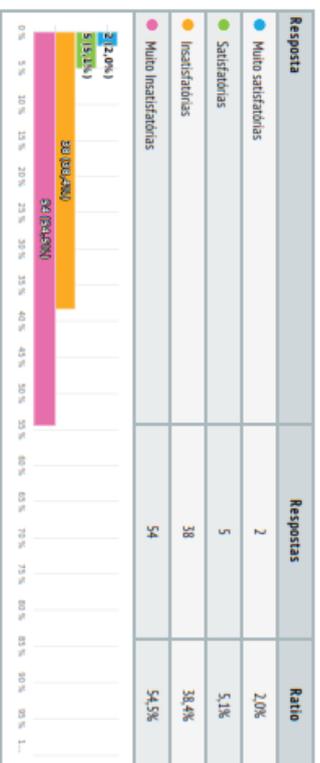
11 Qual a escolaridade do seu pai?

Escolha única, respostas 99 X Não respondido 0 X



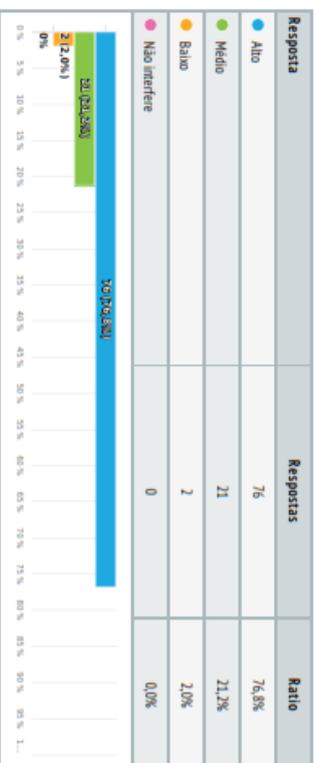
12 Como você avalia as políticas de financiamento em Ciência e Tecnologia nos últimos 5 anos?

Escolha única, respostas 99 X, Não respondido 0 X



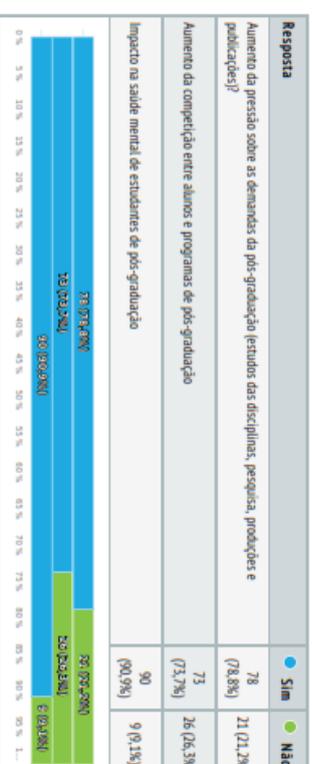
13 Qual o nível de impacto das políticas de financiamento em ciência e tecnologia no seu cotidiano de trabalho?

Escolha única, respostas 99 X, Não respondido 0 X



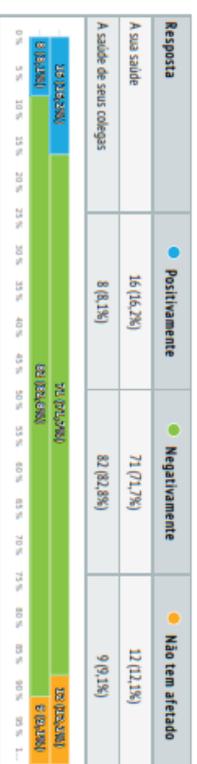
14 Você acredita que há relação entre cortes de investimento na C&T e:

Matriz de escolha única, respostas 99 X, Não respondido 0 X



15 Como você considera que, na maior parte do tempo, o trabalho acadêmico tem afetado:

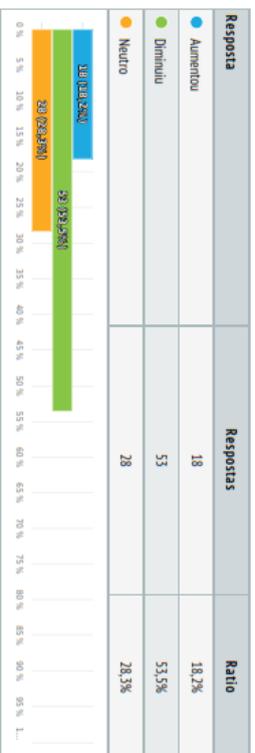
Matriz de escolha única, respostas 99 X, Não respondido 0 X



SEJA-BEM-VINDO(A) À COLETA DE DADOS DA PESQUISA INTITULADA: "ARTICULAÇÕES ENTRE O DESMONTRE DA CIÊNCIA, SAÚDE E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO DE PESQUISADORES ...

16 Desde a sua entrada na pós-graduação, você considera que o seu nível de satisfação:

Escolha única, respostas 99 X Não respondido 0 X



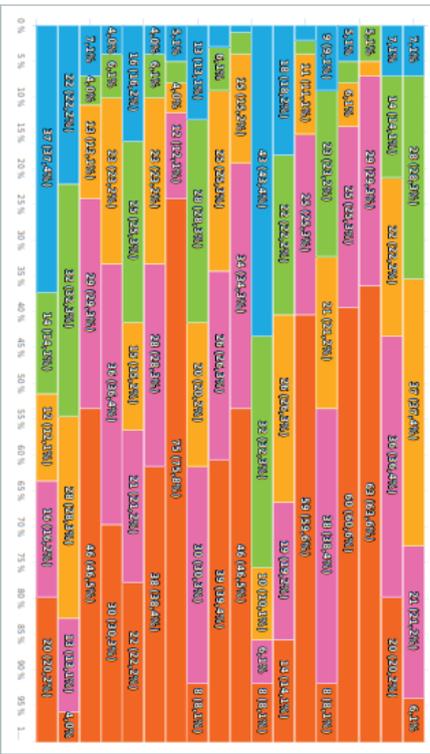
17 A seguir são apresentadas algumas afirmações sobre o contexto do trabalho acadêmico.

Matriz de escolha única, respostas 99 X Não respondido 0 X

Resposta	1	2	3	4	5
As condições relacionais são suficientes	7 (7,1%)	28 (28,3%)	37 (37,4%)	21 (21,2%)	6 (6,1%)
Existem dificuldades na comunicação entre pós-graduandos	7 (7,1%)	14 (14,1%)	22 (22,2%)	36 (36,4%)	20 (20,2%)
O trabalho acadêmico tem ritmo intenso e extensas jornadas	0	5 (5,1%)	2 (2,0%)	29 (29,3%)	63 (63,6%)
Trabalho frequentemente na pesquisa em, pelo menos, um dia do fim de semana	5 (5,1%)	3 (3,0%)	6 (6,1%)	25 (25,3%)	60 (60,5%)
As metas e os prazos estipulados são possíveis de serem alcançados	9 (9,1%)	23 (23,2%)	21 (21,2%)	38 (38,4%)	8 (8,1%)
Existe forte cobrança por resultados de produtividade (publicações, congressos etc)	2 (2,0%)	2 (2,0%)	11 (11,1%)	25 (25,3%)	59 (59,6%)
Os instrumentos de trabalho são suficientes para realização das minhas pesquisas	18 (18,2%)	22 (22,2%)	26 (26,3%)	19 (19,2%)	14 (14,1%)
Tenho aproveitado as minhas férias anuais para me divertir	43 (43,4%)	32 (32,3%)	10 (10,1%)	6 (6,1%)	8 (8,1%)

SEJA-BEM-VINDO(A) À COLETA DE DADOS DA PESQUISA INTITULADA: "ARTICULAÇÕES ENTRE O DESMONTRE DA CIÊNCIA, SAÚDE E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO DE PESQUISADORES ...

Nos últimos anos, a pressão por produtividade aumentou	1 (1,0%)	3 (3,0%)	46 (46,5%)
Os pós-graduandos tendem a ser excluídos das decisões do programa	3 (3,0%)	6 (6,1%)	25 (25,3%)	26 (26,3%)	39 (39,4%)
Há estímulo para compartilhamento de ideias e formação de grupos	13 (13,1%)	28 (28,3%)	20 (20,2%)	30 (30,3%)	8 (8,1%)
Os cortes das bolsas de pesquisa têm me gerado insegurança	5 (5,1%)	3 (3,0%)	4 (4,0%)	12 (12,1%)	75 (75,8%)
A pós-graduação é permeada por competitividades profissionais	4 (4,0%)	6 (6,1%)	23 (23,2%)	28 (28,3%)	38 (38,4%)
Existem dificuldades na comunicação entre coordenação e pós-graduandos	16 (16,2%)	25 (25,3%)	15 (15,2%)	21 (21,2%)	22 (22,2%)
Posso contar com o apoio de meus colegas na realização de minha pesquisa	4 (4,0%)	6 (6,1%)	23 (23,2%)	36 (36,4%)	30 (30,3%)
Os cortes de bolsas de pesquisa têm me gerado reações desfavoráveis a minha saúde	7 (7,1%)	4 (4,0%)	13 (13,1%)	29 (29,3%)	46 (46,5%)
As condições de trabalho para a realização da pesquisa superaram positivamente as minhas expectativas	22 (22,2%)	32 (32,3%)	28 (28,3%)	13 (13,1%)	4 (4,0%)
Existem dificuldades na comunicação entre orientador-orientando	37 (37,4%)	14 (14,1%)	12 (12,1%)	16 (16,2%)	20 (20,2%)



18 Quantas horas diárias você se dedica ao trabalho acadêmico?

Escolha única, respostas 99%. Não respondido 0%

Resposta	Respostas	Ratio
Entre 1 e 4 horas	11	11,1%
Entre 4 e 6 horas	10	10,1%
Entre 6 e 8 horas	35	35,4%
Entre 8 e 12 horas	30	30,3%
mais de 12 horas	13	13,1%



19 Como você avalia o reconhecimento de seu trabalho acadêmico pela/o (s):

Múltipla escolha única, respostas 99%. Não respondido 0%

Resposta	ótimo	Bom	Regular	Ruim
Sociedade	3 (3,0%)	18 (18,2%)	40 (40,4%)	38 (38,4%)
Governantes	0	8 (8,1%)	17 (17,2%)	74 (74,7%)
Instituição	19 (19,2%)	47 (47,5%)	23 (23,2%)	10 (10,1%)
Orientador	50 (50,5%)	38 (38,4%)	8 (8,1%)	3 (3,0%)
Outros discentes	32 (32,3%)	40 (40,4%)	21 (21,2%)	6 (6,1%)
Familiares	39 (39,4%)	27 (27,3%)	16 (16,2%)	17 (17,2%)
Amigos	37 (37,4%)	38 (38,4%)	16 (16,2%)	8 (8,1%)



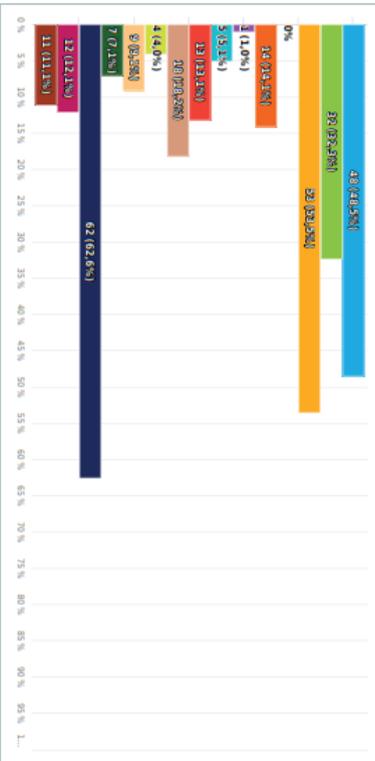
20 Assinale os TRÊS ELEMENTOS que mais lhe causam SOFRIMENTO no trabalho acadêmico

Múltipla escolha, respostas 99%. Não respondido 0%

Resposta	Respostas	Ratio
Desvalorização social	48	48,5%
Falta de bolsa	32	32,3%
Falta de investimento, estrutura	53	53,5%
Relação com os professores	0	0,0%
Relação com o orientador	14	14,1%
Relação com os demais discentes	1	1,0%
Relação com a coordenação	5	5,1%

SEJA-BEM VINDO(A) À COLETA DE DADOS DA PESQUISA INTITULADA: "ARTICULAÇÕES ENTRE O DESMORTE DA CIÊNCIA, SAÚDE E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO DE PESQUISADORES ...

Meias e prazos inflexíveis	13	13,1%
Cobrança excessiva	18	18,2%
Tema da pesquisa	4	4,0%
Competitividade exacerbada	9	9,1%
Assédio moral/sexual	7	7,1%
Falta de perspectivas para o futuro	62	62,6%
Sentimento de não pertencimento grupal	12	12,1%
Outro	11	11,1%

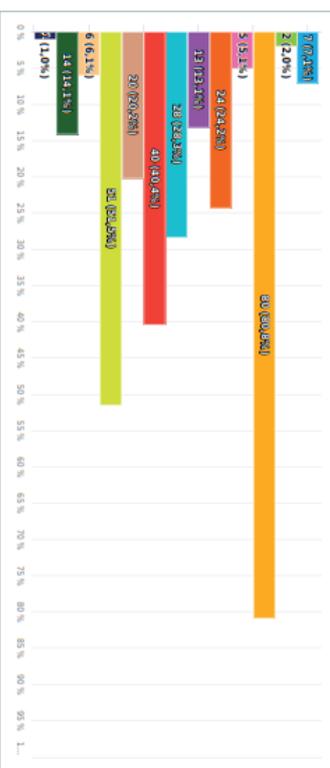


SEJA-BEM VINDO(A) À COLETA DE DADOS DA PESQUISA INTITULADA: "ARTICULAÇÕES ENTRE O DESMORTE DA CIÊNCIA, SAÚDE E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO DE PESQUISADORES ...

21 Assinale os TRÊS ELEMENTOS que mais lhe causam PRAZER no trabalho acadêmico:

Múltipla escolha, respostas 99%, Não respondido 0%

Resposta	Respostas	Ratio
Valorização social	7	7,1%
Recursos de trabalho	2	2,0%
Aprendizado	80	80,8%
Relação com os professores	5	5,1%
Relação com o orientador	24	24,2%
Relação com os demais discentes	13	13,1%
Autonomia	28	28,3%
Desafios	40	40,4%
Relevância social	20	20,2%
Assunto da pesquisa	51	51,5%
Pertencimento grupal	6	6,1%
Perspectiva para o futuro	14	14,1%
Outro	1	1,0%

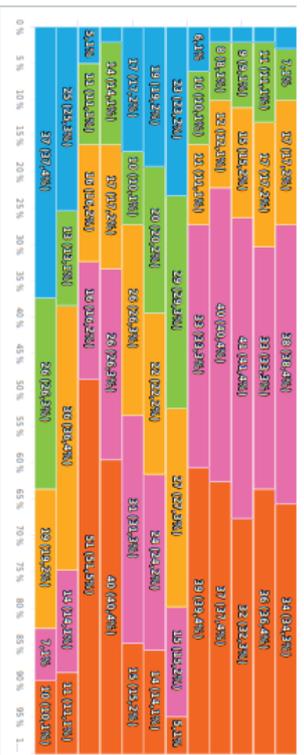


22 A seguir, temos uma lista de afirmações sobre as suas vivências.

Matriz de escolha única, respostas 99 x Não respondido 0 x

Resposta	1	2	3	4	5
Sinto que me desenvolvo profissionalmente no contato com o trabalho acadêmico	6 (6,1%)	5 (5,1%)	8 (8,1%)	39 (39,4%)	41 (41,4%)
Sinto que consigo alcançar os resultados previstos	6 (6,1%)	11 (11,1%)	19 (19,2%)	50 (50,5%)	13 (13,1%)
Me sinto realizado(a) no ambiente acadêmico	15 (15,2%)	26 (26,3%)	11 (11,1%)	30 (30,3%)	17 (17,2%)
Me identifico com as tarefas que faço	3 (3,0%)	7 (7,1%)	17 (17,2%)	38 (38,4%)	34 (34,3%)
Me sinto sobrecarregado(a)	2 (2,0%)	11 (11,1%)	17 (17,2%)	33 (33,3%)	36 (36,4%)
Considero que posso autonomia no desenvolvimento de minha pesquisa	2 (2,0%)	9 (9,1%)	15 (15,2%)	41 (41,4%)	32 (32,3%)
Aprendo novas formas de realizar o meu trabalho regularmente	2 (2,0%)	8 (8,1%)	12 (12,1%)	40 (40,4%)	37 (37,4%)
Sinto que estou contribuindo com a sociedade ao realizar o meu trabalho	6 (6,1%)	10 (10,1%)	11 (11,1%)	33 (33,3%)	39 (39,4%)
Sinto que sou valorizado(a)	23 (23,2%)	29 (29,3%)	27 (27,3%)	15 (15,2%)	5 (5,1%)
A minha atividade me traz perspectivas para o futuro	19 (19,2%)	20 (20,2%)	22 (22,2%)	24 (24,2%)	14 (14,1%)
Sinto que pertenço a um grupo/lugar	17 (17,2%)	10 (10,1%)	26 (26,3%)	31 (31,3%)	15 (15,2%)
Falta tempo para realizar prazos de descanso e conciliar outras atividades que considero importantes	2 (2,0%)	14 (14,1%)	17 (17,2%)	26 (26,3%)	40 (40,4%)
Silenciar meu trabalho a decisões políticas é fonte de desânimo	5 (5,1%)	11 (11,1%)	16 (16,2%)	16 (16,2%)	51 (51,5%)
Permanecer no ambiente acadêmico por falta de oportunidade no mercado trabalho	25 (25,3%)	13 (13,1%)	36 (36,4%)	14 (14,1%)	11 (11,1%)
Meu trabalho me causa insatisfação	37 (37,4%)	26 (26,3%)	19 (19,2%)	7 (7,1%)	10 (10,1%)

20



23 Você passou a usar medicamentos psiquiátricos após a entrada no programa?

Escolha única, respostas 99 x Não respondido 0 x

Resposta	Respostas	Ratio
Sim	27	27,3%
Não	70	70,7%
Prefero não responder	2	2,0%



24 Assinale os sintomas que apresentou nos três meses mais recentes do desenvolvimento de seu trabalho acadêmico.

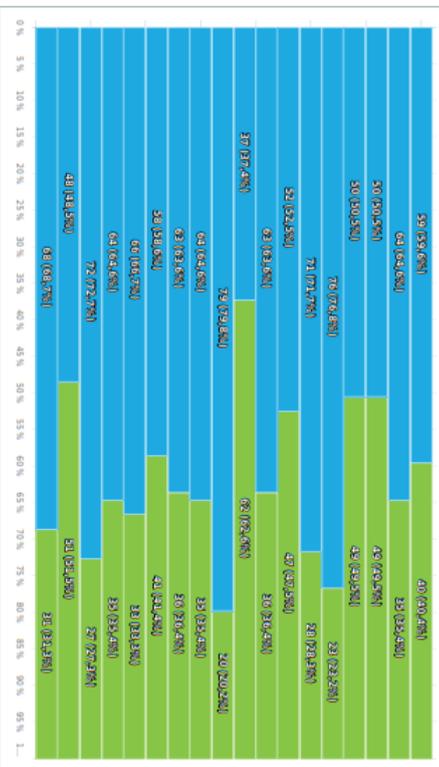
Matriz de escolha única, respostas 99 x Não respondido 0 x

Resposta	● SIM	● NÃO
Dores no corpo	59 (59,6%)	40 (40,4%)
Doz de cabeça/enxaqueca	64 (64,6%)	35 (35,4%)
Distribuição digestivos	50 (50,5%)	49 (49,5%)
Alterações do apetite	50 (50,5%)	49 (49,5%)

21

SEJA-BEM VINDO(A) À COLETA DE DADOS DA PESQUISA INTITULADA: "ARTICUL AÇÕES ENTRE O DESMORTE DA CIÊNCIA, SAÚDE E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO DE PESQUISADORES ...

Participantes em ordem	20 (100%)	22 (111%)
Dificuldade de concentração e memória	71 (71,7%)	28 (28,3%)
Dificuldades nas relações fora do trabalho	52 (52,5%)	47 (47,5%)
Vontade de ficar sozinho	63 (63,6%)	36 (36,4%)
Agressividade com os outros	37 (37,4%)	62 (62,6%)
Sensação de sobrecarga	79 (79,8%)	20 (20,2%)
Sensação de vazio	64 (64,6%)	35 (35,4%)
Sentimento de desamparo	63 (63,6%)	36 (36,4%)
Mau-humor	58 (58,6%)	41 (41,4%)
Vontade de desistir de tudo	66 (66,7%)	33 (33,3%)
Tristeza	64 (64,6%)	35 (35,4%)
Dúvida sobre a capacidade de fazer as tarefas	72 (72,7%)	27 (27,3%)
Solidão	48 (48,5%)	51 (51,5%)
Irritação	68 (68,7%)	31 (31,3%)



SEJA-BEM VINDO(A) À COLETA DE DADOS DA PESQUISA INTITULADA: "ARTICUL AÇÕES ENTRE O DESMORTE DA CIÊNCIA, SAÚDE E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO DE PESQUISADORES ...

25 Gostaria de acrescentar algum sintoma ou qualquer informação que considere relevante?

Foram de resposta, respostas 99 x Não respondido 0 x

- (66x)
- Acordar mais cedo pensando na atividade para ser feita e não conseguir dormir de novo ficar rolando na cama.
- Além do governo e sua relação com a ciência, a pandemia também contribuiu para as respostas do item 24.
- (4x) Ansiedade
- Ansiedade e angústia
- Ansiedade e timar
- ansiedade generalizada
- Arritmia cardíaca.
- A sensação de solidão não é um problema. Na verdade, assumo que a solidão contribui positivamente à minha produtividade e me sinto muito confortável com ela. Apesar disso, a presença de pessoas deixou de ser desestimulante.
- Crises de ansiedade
- Crises de ansiedade e pensamentos suicidas
- Crises de ansiedade e síndrome do impostor
- Crises de ansiedade, taquicardia, choros excessivos
- Crises de choro
- Dúvida sobre a capacidade de fazer as tarefas acho que é o ponto mais forte em tudo.
- Estar muito abito para com os alunos por conta do conceito CPES 7 que exige muito dos alunos e muita coisa, embora os orientadores não exigem as expectativas de participação e suporte
- Fiz tratamento com psicólogo durante vários momentos do doutorado e deveria estar fazendo meses últimos tempos. Além disso desenvolvi alguns problemas de saúde nesse anos, como endometriose e piora das minhas crises de enxaqueca.
- Fricção, ansiedade generalizada, depressão, cansaço visual, inchaco nas pernas
- Meio - Síndrome de Fricção
- Muito tempo sentado no computador atrapalha meu físico.
- Não
- (2x) não
- Não
- Não.
- Na pergunta 23, coloquei "não" porque eu já tomava antes de entrar no programa.
- No momento enquanto aguardo definição do CInq sobre a implementação da minha bolsa tenho feito trabalhos paralelos como fone de renda, o que me faz estudar e pesquisar em horários ruins (madrugadas) ou em horários não contínuos (1 hora de manhã, 1 hora à noite) o que prejudica no foco da pesquisa.
- Os atuais problemas humanos (saúde, social), crescem na ciência por uma deficiência particular de cada integrante. O desejo de se tornar a verdade (um problema psicológico gerado na perda de valor humano que vai desde a escola doméstica (casa) até a escola (instituição)). Isso não é ciência, ciência é tentar responder perguntas e gerar conhecimento, sem nunca achar que que o conhecido é tudo. Dessa forma elimina-se o valor político de um achado, e torna a pesquisa voltada para o bem humano.
- Passar a ter convulsões noturnas que hoje são controladas por remédio. Não é possível afirmar a relação de causa e efeito com as minhas atividades na pós-graduação. O fato é que surgiram durante meu doutorado.
- Sensação de falta de tempo e recuso para mais dedicação
- Stres

Anexo I – Parecer do Comitê de Ética (UFSCar)



Continuação do Parecer: 4.438.856

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1647090.pdf	26/11/2020 17:39:57		Aceito
Declaração de Pesquisadores	carta_ao_parecerista_.docx	26/11/2020 17:30:15	ANA CAROLINA REIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_versao2.docx	26/11/2020 17:15:16	ANA CAROLINA REIS	Aceito
Cronograma	cronograma_.docx	05/11/2020 23:27:34	ANA CAROLINA REIS	Aceito
Orçamento	orcamento_.docx	05/11/2020 23:23:29	ANA CAROLINA REIS	Aceito
Outros	declaracao_documento_assinatura.pdf	05/11/2020 23:21:21	ANA CAROLINA REIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_.docx	05/11/2020 23:19:36	ANA CAROLINA REIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado_.docx	05/11/2020 23:18:29	ANA CAROLINA REIS	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_.pdf	05/11/2020 23:17:29	ANA CAROLINA REIS	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 4.438.856

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 04 de Dezembro de 2020

Assinado por:

ADRIANA SANCHES GARCIA DE ARAUJO
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br